

Prospecto de Distribuição Pública de Debêntures Conversíveis em Ações Preferenciais



GRUPO PÃO DE AÇÚCAR COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO

Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/MF nº 47.508.411/0001-56
Av. Brigadeiro Luís Antônio, 3.142, São Paulo, SP.

297.000 DEBÊNTURES CONVERSÍVEIS EM AÇÕES PREFERENCIAIS

PREÇO DA OFERTA : R\$ 1.000,00 POR DEBÊNTURE NA DATA DA EMISSÃO

Emissão Pública de 297.000 (duzentas e noventa e sete mil) debêntures, conversíveis em ações preferenciais, da 1ª Série da 3ª Emissão da Companhia Brasileira de Distribuição ("CBD" ou "Emissora") todas nominativas, escriturais, com garantia subordinada ("Debêntures"), com valor nominal unitário na data de emissão de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), perfazendo o montante de R\$ 297.000.000,00 (duzentos e noventa e sete milhões de reais) (a "Oferta"). As Debêntures serão colocadas em mercado de balcão não organizado, em conformidade com as disposições da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 13/80.

A Emissão foi aprovada conforme deliberação da Assembléia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 09/08/1999, cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") e publicada nos jornais Folha de São Paulo e Diário Oficial do Estado de São Paulo em 24/08/1999. A Oferta foi aprovada e registrada na CVM sob o nº CVM/SRE/DCA-007 em 02/09/99.

As Debêntures foram registradas para negociação no mercado secundário junto ao SND - Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto e operacionalizado pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos.

As informações contidas nesta publicação serão objeto de análise por parte da Comissão de Valores Mobiliários, que examinará a consistência das mesmas. O prospecto definitivo será colocado à disposição dos investidores, para entrega, nos locais onde serão colocadas as Debêntures junto ao público, durante o período de distribuição

"O registro da presente distribuição não implica, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou em julgamento sobre a qualidade da Companhia Emissora, bem como sobre as debêntures a serem distribuídas".

"Este prospecto foi preparado com base em informações prestadas pela Emissora, visando o atendimento dos padrões mínimos de informação estabelecidos para colocação e distribuição pública de títulos e valores mobiliários definidos pelo Código de Auto-Regulação da ANBID para as Operações de Colocação e Distribuição Pública de Títulos e Valores Mobiliários no Brasil, o que não implica, por parte da ANBID, em garantia de veracidade das informações prestadas ou em julgamento sobre a qualidade da Emissora, das instituições participantes e/ou dos títulos e valores mobiliários objeto da distribuição"

Coordenador



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



Índice

I	INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA	1
	RESUMO DO PROSPECTO	3
	• INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA EMISSORA	4
	• INDICADORES DA EMISSORA	5
	• DADOS FINANCEIROS SELECIONADOS	6
	RESUMO DA OFERTA - ANEXO I À INSTRUÇÃO CVM Nº 13/80	8
	DESTINAÇÃO DOS RECURSOS	15
	FATORES DE RISCO	16
II	INFORMAÇÕES SOBRE A CBD	1
	DESCRIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL E DIVIDENDOS	3
	INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS	
	INFORMAÇÃO SOBRE OS VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS	5
	ATIVIDADES DA EMISSORA	6
	CAPITALIZAÇÃO	26
	ANÁLISE E DISCUSSÃO DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA E OS RESULTADOS OPERACIONAIS	27
	CONCORRÊNCIA	32
	ADMINISTRAÇÃO	33
	PRINCIPAIS ACIONISTAS	37
	OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	38
III	ANEXOS	1
	ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO	3
	ATAS DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA E REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADAS ATÉ 09 DE AGOSTO DE 1999	15
	INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES DA CBD	33
IV	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	1
	INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS RELATIVAS AO TRIMESTRE ENCERRADO EM 31/03/1999 E 30/06/1999	3
	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS EM 31/12/1998	39
	INFORMAÇÕES ANUAIS EM 31/12/1998	63
	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31/12/1998 E RESPECTIVO PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES	89





INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



RESUMO DO PROSPECTO

Este resumo foi elaborado, em sua totalidade, com base nas informações detalhadas e demonstrações financeiras – incluindo as notas anexas às mesmas – contidas neste Prospecto. Algumas informações que se encontram neste resumo e em outras seções deste Prospecto, incluindo informações que se referem à estratégia da Emissora, são previsões futuras que envolvem riscos e incertezas. A Seção “Fatores de Risco” descreve os fatores que podem vir a causar mudanças nos resultados aqui apresentados.

A EMISSORA

A CBD é a maior varejista de alimentos no Brasil, em relação ao número de lojas e a segunda em termos de vendas líquidas. Em 30 de junho de 1999, a Emissora operava 320 lojas espalhadas pelo País, das quais 270 estavam localizadas no Estado de São Paulo. A Emissora opera diferentes formatos de lojas por meio de quatro divisões: *Pão de Açúcar* (145 supermercados), *Barateiro* (69 supermercados), *Extra* (32 hipermercados) e *Eletro* (74 lojas de eletrodomésticos).

A CBD foi a pioneira no Brasil no varejo de alimentos. Sua primeira loja, uma doceira, foi inaugurada em 1948 na Cidade de São Paulo, com a denominação de Pão de Açúcar. A CBD estabeleceu uma das primeiras cadeias de supermercados no Brasil, tendo inaugurado seu primeiro supermercado em 1959. Nas duas décadas seguintes, a Emissora inaugurou e/ou adquiriu cerca de 500 supermercados, abrindo, em 1971, o primeiro hipermercado do Brasil e, em 1980, a primeira grande loja de descontos (“discount store”) de alimentos do Brasil (introdução da divisão Superbox). A Emissora destaca-se também no varejo de alimentos brasileiro, por ter sido uma das líderes na introdução de sistemas de tecnologia de informação.

A CBD pretende continuar incrementando suas vendas e rentabilidade, através da ênfase dada aos formatos diversificados de suas lojas, empregando uma estratégia mercadológica voltada para os públicos-alvos e enfatizando a qualidade e o atendimento ao consumidor. A Emissora também pretende intensificar sua eficiência operacional, baseada no seu programa de investimentos em sistemas de gerenciamento de informações e tecnologia de Ponto de Venda (“PDV”). Os sistemas gerenciais e de informações da CBD promovem sua eficiência operacional, possibilitando um melhor controle de estoques, menores custos com a mão-de-obra, maior precisão e velocidade nas caixas registradoras, além de um maior controle do fluxo de caixa. A Emissora também procura melhorar sua eficiência operacional convertendo áreas das mercadorias estoque dentro das lojas em áreas de venda, além de expandir e modernizar seu centro de distribuição, para agilizar e melhorar o fluxo dos estoques para suas lojas. Além disso, a Emissora está em busca de uma estratégia de crescimento seletivo, por meio da inauguração de novas lojas nas áreas em que as divisões da CBD desfrutam de forte reconhecimento por parte dos consumidores. A Emissora examina continuamente oportunidades de aquisição de lojas que sejam compatíveis com a sua estratégia de crescimento.



INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA EMISSORA

Identificação	A CBD é uma sociedade por ações, devidamente inscrita no C.N.P.J.M.F. sob nº 47.508.411/0001-56, com seus atos constitutivos devidamente arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP sob N.I.R.E. 35900089901.
Sede	A sede da CBD está localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Luís Antônio, 3.142.
Departamento de Acionistas	O departamento de acionistas da CBD está localizado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Luís Antônio, 3.142. A responsável pelo departamento é a Sra. Marise Rieger Salzano, que atualmente ocupa o cargo de advogada da CBD. O telefone do departamento de acionistas da CBD é (11) 885-8055.
Diretor de Relações com Investidores	O Diretor de Relações com Investidores da CBD é o Sr. Ricardo Florence dos Santos, com escritório na Av. Brigadeiro Luís Antônio, 3.142, São Paulo, SP. O telefone para contato com o Sr. Ricardo Florence é (11) 886-0421.
Auditores	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.
Local de Negociação das Ações	As ações da CBD são negociadas nas Bolsas de Valores de São Paulo (“BOVESPA”), de Nova Iorque (“NYSE”) e na Bolsa de Valores de Luxemburgo.
Controle Acionário	Pão de Açúcar Indústria e Comércio S.A. e Península Participações, que atualmente detêm 93,18% das ações ordinárias, são acionistas controladores da CBD.
Valores Mobiliários Emitidos	A CBD já distribuiu publicamente ações preferenciais, debêntures simples e debêntures conversíveis em ações.
Jornais nos quais Divulga Informações	As informações referentes à CBD são divulgadas nos Jornais O Estado de São Paulo, Gazeta Mercantil, Folha de São Paulo e Diário Oficial do Estado de São Paulo.





INDICADORES DA EMISSORA

As informações financeiras apresentadas no presente Prospecto são baseadas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Emissora, relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 1996, 1997 e 1998 e aos períodos encerrados em 30/06/1998 e 30/06/1999, salvo indicação contrária. Os resultados das operações do período de seis meses encerrados em 30/06/1999 não são necessariamente indicativos dos resultados das operações a serem esperados para todo o exercício social a encerrar-se em 31/12/1999. Todas as informações financeiras constantes neste Prospecto deverão ser analisadas no contexto das Demonstrações Financeiras Consolidadas da Emissora, que fazem parte integrante do presente Prospecto e que foram elaboradas de acordo com a legislação societária e a regulamentação da CVM, bem como foram auditadas e revisadas pela PricewaterhouseCoopers, auditores independentes.

	<u>Semestre encerrado em</u> <u>30/06/1999 (em R\$)</u>
Valor Patrimonial por mil ações	11,668
Lucro por Ação	(0,789)
Prejuízo Líquido sobre o Patrimônio Líquido	(6,8%)
Patrimônio Líquido sobre o Ativo Total	28,7%
Liquidez Corrente	0,71
Liquidez Seca	0,47
Liquidez Geral	0,52
Endividamento Financeiro sobre o Patrimônio Líquido	148,2%
Endividamento Financeiro sobre o Ativo Total	42,5%
Ativo Permanente sobre o Patrimônio Líquido	219,9%
Exigível a Longo Prazo sobre o Patrimônio Líquido	92,2%
Exigível Total sobre o Ativo Total	71,3%



DADOS FINANCEIROS SELECIONADOS

O quadro a seguir exhibe dados financeiros selecionados da Emissora. Os dados financeiros selecionados originaram-se das demonstrações financeiras consolidadas da Emissora dos respectivos períodos indicados, elaboradas de acordo com a legislação societária. As demonstrações financeiras consolidadas dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 1996, 1997 e 1998 e dos períodos encerrados em 30/06/1998 e 30/06/1999 foram, respectivamente, auditadas e revisadas pela PricewaterhouseCoopers, auditores independentes (“Demonstrações Financeiras Consolidadas”). Os resultados das operações do período de 6 meses, encerrado em 30/06/1999, não são necessariamente indicativos dos resultados das operações a serem esperados para todo o exercício financeiro a encerrar-se em 31/12/1999. As presentes informações deverão ser analisadas no contexto das Demonstrações Financeiras Consolidadas da Emissora, que fazem parte integrante do presente Prospecto.





DADOS FINANCEIROS SELECIONADOS

Informações da Demonstração de Resultados:	Exercício Encerrado em 31 de Dezembro			Segundo Trimestre (encerrado em 30 de Junho)	
	1996	1997	1998	1998	1999
	Em milhares de reais				
Receita Bruta	3.463,8	3.638,4	5.133,5	2.140,1	3.034,4
Vendas Líquidas	2.936,9	3.113,8	4.383,5	1.831,3	2.570,0
Custo de Produtos Vendidos	(2.197,8)	(2.283,8)	(3.194,4)	(1.341,0)	(1.872,5)
Lucro Bruto	739,1	830,0	1.189,1	490,3	697,5
Receitas (Despesas) Operacionais	(634,7)	(671,3)	(917,4)	(369,0)	(528,3)
Vendas	(513,7)	(541,1)	(726,6)	(286,5)	(413,3)
Gerais e Administrativas	(121,1)	(130,3)	(190,8)	(82,5)	(115,0)
Lucro Oper. antes Depr. Imp, Taxas e Rec.					
Financ.- EBITDA	104,4	158,7	271,7	121,3	169,2
Depreciações	(44,4)	(60,6)	(102,7)	(41,6)	(71,5)
Lucro Oper. antes Imp., Taxas e Rec.					
Financ. – EBIT	59,9	98,1	169,0	79,7	97,7
Impostos e Taxas	(11,0)	(18,8)	(21,3)	(8,8)	(13,0)
Despesas Financeiras	(74,2)	(131,6)	(215,4)	(84,5)	(328,9)
Receitas Financeiras	148,7	212,3	263,2	117,8	139,7
Resultado Financeiro	74,5	80,7	47,8	33,3	(189,2)
Lucro (Prejuízo) Operacional	123,5	160,0	195,2	104,2	(104,5)
Perda c/ Investimento em Controlada	-	-	-	-	(1,4)
Despesas não Operacionais, Líquidas	2,8	(2,9)	(3,1)	(1,4)	0,3
Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda	179,2	118,9	158,2	102,8	(105,5)
Imposto de Renda Diferido	17,8	3,3	(11,4)	(24,5)	43,7
Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	58,5	38,3	40,0	-	-
Lucro Líquido/Prejuízo	120,7	143,7	159,0	78,3	(61,9)
Informações do Balanço Patrimonial:					
Ativo	1.401.319	2.079.419	3.024.479	2.403.063	3.188.691
Disponibilidades	211.622	424.935	370.227	250.619	220.744
Estoques	164.354	220.798	344.967	236.343	335.659
Imobilizado	563.343	917.531	1.389.822	1.066.493	1.499.617
Passivo	2.079.419	2.079.419	3.024.479	2.403.063	3.188.691
Fornecedores	322.390	377.378	604.323	358.757	453.892
Financiamentos de Curto Prazo	297.672	254.652	347.890	297.764	744.451
Financiamentos de Longo Prazo	-	210.711	417.816	411.242	266.336
Debêntures	-	103.104	314.860	108.642	344.658
Patrimônio Líquido	570.359	857.740	971.731	936.005	914.830



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



(Anexo I à Instrução CVM nº 13/80)

COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO

Companhia Aberta - C.N.P.J./M.F. nº 47.508.411/0001-56
Avenida Brigadeiro Luís Antônio, 3142 - São Paulo - SP - CEP 01402-901

Coordenador

BANCO BBA CREDITANSTALT S.A.

C.N.P.J./M.F. 31.516.198/0001-94
Avenida Paulista, 37 - 20º Andar - São Paulo - SP - CEP 01311-902

Emissão pública de 297.000 (duzentas e noventa e sete mil) debêntures escriturais, nominativas, não endossáveis, da espécie com garantia subordinada, conversíveis em ações preferenciais, de emissão da Companhia Brasileira de Distribuição (“CBD” ou “Emissora”), da 1ª Série da 3ª Emissão da CBD (as “Debêntures da 1ª Série”), com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais) na data de emissão, perfazendo o montante de R\$ 297.000.000,00 (duzentos e noventa e sete milhões de reais). Esta emissão foi aprovada conforme deliberação da Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) realizada em 09/08/1999, cuja ata foi publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal “Folha de São Paulo”, em 24/08/1999.

“O REGISTRO DA PRESENTE DISTRIBUIÇÃO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM, GARANTIA DA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DA COMPANHIA EMISSORA, BEM COMO SOBRE AS DEBÊNTURES A SEREM DISTRIBUÍDAS.”

Registro na CVM sob o nº CVM/SRE/DCA-007 em 02/09/1999.



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



1. RAZÃO SOCIAL E ENDEREÇO DA EMISSORA

COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO
CNPJ/MF nº 47.508.411/0001-56
Avenida Brigadeiro Luís Antônio nº 3.142
São Paulo – S.P.

2. ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA QUE DELIBEROU SOBRE A EMISSÃO

A Assembléia Geral Extraordinária que deliberou sobre a presente emissão foi realizada em 09/08/1999.

3. REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM

Nº CVM/SRE/DCA-007.

Data: 02 de setembro de 1999.

4. COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Posição em 09 de agosto de 1999:

<u>Espécie e classe das ações</u>	<u>Subscrito e integralizado</u>	
	<u>Quantidade (mil)</u>	<u>Valor (R\$)</u>
Ordinárias	50.287.003.731	348.092.552,71
Preferenciais	28.119.943.037	194.649.552,12
Total	78.406.946.768	542.742.104,83

Posição após conversão da totalidade das debêntures da 1ª emissão, da 1ª série da 2ª emissão e da 1ª série da 3ª emissão da CBD:

<u>Espécie e classe das ações</u>	<u>Subscrito e integralizado*</u>	
	<u>Quantidade (mil)</u>	<u>Valor (R\$)</u>
Ordinárias	50.287.003.731	348.092.552,71
Preferenciais	28.119.943.037	194.649.552,12
Preferenciais da conversão da 1ª emissão de debêntures ⁽¹⁾	2.658.490.905	88.554.332,05
Preferenciais da conversão da 1ª série da 2ª emissão de debêntures ⁽²⁾	5.764.942.350	192.030.229,68
Preferenciais da conversão da 1ª série da 3ª emissão de debêntures ⁽³⁾	5.999.994.000	296.999.703,00
Total	92.830.374.023	1.120.326.369,55

* Caso as todas as debêntures em circulação fossem convertidas até o dia 09/08/1999.

(1) Convertidas pelo preço de conversão de R\$ 33,31 por lote 1.000 (hum mil) ações em 09/08/1999, conforme item 4.10.7 da escritura da 1ª emissão de debêntures da Emissora.

(2) Convertidas pelo preço de conversão de R\$ 33,31 por lote 1.000 (hum mil) ações em 09/08/1999.

(3) Convertidas pelo preço de conversão de R\$ 49,50 por lote 1.000 (hum mil) ações na data de emissão.

5. CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DA EMISSÃO

	<u>Quantidade</u>	<u>Preço de emissão (R\$)</u>	<u>Montante (R\$)</u>
Debêntures Simples	297.000	1.000,00	297.000.000,00
Custo máximo da distribuição			6.072.870,00
Montante líquido para a EMISSORA			290.927.130,00

6. DEMONSTRATIVO DO CUSTO DA DISTRIBUIÇÃO

6.1. Comissionamento:

- A EMISSORA pagará ao Coordenador uma comissão de estruturação e coordenação à razão de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor total da emissão.
- A EMISSORA pagará ao Coordenador uma comissão de garantia de subscrição à razão de 1,0% (um por cento), incidente sobre o valor total da garantia firme prestada pelo Coordenador.
- A EMISSORA pagará ao Coordenador uma comissão de colocação à razão de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), calculada sobre o valor total das Debêntures efetivamente colocadas e subscritas.



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



- 6.2. Despesas decorrentes do registro da emissão na CVM: 0,30% (trinta centésimos por cento) sobre o valor da emissão limitado a 100.000 UFIR's, referente à taxa de registro cobrada pela CVM.

<u>Série</u>	<u>Taxa de Fiscalização CVM (R\$)</u>
1ª	82.870,00

- 6.3. Outros custos estimados em R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), relativos a despesas com assessoria jurídica, publicações, impressões, agentes e demais despesas necessárias à conclusão da presente emissão.

6.4. Custo Unitário do Lançamento:

<u>Preço por debênture (R\$)</u>	<u>Custo por debênture (R\$)</u>	<u>Montante líquido (R\$)</u>
1.000,00	20,45	979,55

7. CONDIÇÕES E PRAZO DE SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO

- 7.1. A colocação e/ou subscrição das Debêntures da 1ª Série somente terá início após a data da expedição do Registro de Distribuição pela CVM e da publicação do 2º (segundo) Anúncio de Início de Distribuição Pública, conforme artigo 26 da Instrução CVM nº 13/80.
- 7.2. O Coordenador terá o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias para promover a colocação das Debêntures, contados a partir da data da Assembléia Geral Extraordinária da EMISSORA, realizada em 9 de agosto de 1999. Caso as Debêntures objeto da garantia firme não sejam totalmente colocadas, o Coordenador subscreverá o saldo não colocado, no último dia útil do prazo de colocação referido acima, até o limite da garantia prestada.
- 7.3. As Debêntures da 1ª Série serão subscritas pelo seu valor nominal unitário atualizado pelo Índice Geral de Preços - Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M"), acrescido de remuneração, conforme definidos adiantes, calculados de forma pro-rata temporis, desde a data da publicação do 2º Anúncio de Início de distribuição das Debêntures da 1ª Série até a data da efetiva integralização das Debêntures da 1ª Série.
- 7.4. Independentemente da data de subscrição das Debêntures da 1ª Série, o preço de subscrição será pago em até 10 (dez) dias, contados a partir da data de subscrição das Debêntures da 1ª Série, em moeda corrente nacional, sendo os certificados representativos das Debêntures da 1ª Série, entregues aos seus titulares no prazo de 10 (dez) dias contados da sua solicitação à Emissora.
- 7.5. Não há nem será constituído fundo de sustentação para as Debêntures da 1ª Série objeto dos melhores esforços.

8. CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO DAS DEBÊNTURES DA 1ª SÉRIE

- 8.1. O Coordenador presta a garantia firme de subscrição e colocação pública de até 297.000 (duzentas e noventa e sete mil) Debêntures da 1ª Série, pelo preço de subscrição definido na Escritura, após a concessão do registro de distribuição pela CVM.

9. CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

9.1. Data de Emissão:

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures da 1ª Série será 01/09/1999 ("Data de Emissão").

9.2. Quantidade de Debêntures:

Serão emitidas 297.000 (duzentas e noventa e sete mil) Debêntures da 1ª Série.

9.3. Valor Nominal Unitário:

As Debêntures da 1ª Série terão valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais), na Data de Emissão.

9.4. Valor Total da 1ª Série:

O valor total da 1ª Série é de R\$ 297.000.000,00 (duzentos e noventa e sete milhões de reais).



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



9.5. Vencimento:

As Debêntures da 1ª Série vencerão em 1º de setembro de 2000 (a “Data de Vencimento”), ocasião em que a Emissora obriga-se a proceder à liquidação das Debêntures da 1ª Série que ainda se encontrarem em circulação, pelo seu valor nominal atualizado, acrescido da remuneração na forma estabelecida no Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão de Debêntures da Emissora (a “Escritura de Emissão”).

9.6. Forma:

As Debêntures da 1ª Série serão nominativas e escriturais. O Banco Itaú S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Boa Vista, 185, 6º andar, inscrito no C.N.P.J./M.F. sob nº 60.701.190/0001-04 (“Banco Mandatário”) prestará os serviços de escrituração das Debêntures da 1ª Série.

9.7. Espécie:

As Debêntures da 1ª Série serão da espécie com garantia subordinada, conversíveis em ações preferenciais de emissão da CBD.

9.8. Direito de Preferência:

Nos termos do artigo 7º do Estatuto Social da Emissora, não haverá direito de preferência para subscrição das Debêntures da 1ª Série pelos atuais acionistas da Emissora, conforme disposto no artigo 172 da Lei nº 6.404/76. Será concedido, entretanto, aos acionistas titulares de ações da Emissora, nos termos da AGE, um prazo de prioridade de 02 (dois) dias úteis para subscrição das Debêntures da 1ª Série, a contar da data de início da distribuição das Debêntures da 1ª Série, observadas as suas respectivas participações no capital social da Emissora no dia útil imediatamente anterior à AGE. A proporção para subscrição das Debêntures da 1ª Série, realizada dentro do referido prazo de prioridade, será de 1 (uma) debênture conversível para cada 263.991 (duzentas e sessenta e três mil novecentas e noventa e uma ações), independentemente da espécie possuída, quando da realização da AGE. Os acionistas que desejarem usufruir do atendimento prioritário para subscrever as Debêntures da 1ª Série, deverão comparecer exclusivamente nas agências do Banco Mandatário, constantes do Anúncio de Início de Distribuição. O prazo de prioridade não será extensivo aos acionistas definidos como *US Person*, conforme estabelecido no *Regulation S* do *United States Securities Act of 1933*, tendo em vista a restrição imposta pela *Securities and Exchange Commission*, dos Estados Unidos da América.

9.9. Amortização Programada:

As Debêntures da 1ª Série terão o seu valor nominal atualizado, na forma do item 9.12, integralmente amortizado quando da ocorrência do seu vencimento, de forma ordinária ou antecipadamente.

9.10. Conversibilidade das Debêntures da 1ª Série:

9.10.1. As Debêntures da 1ª Série poderão ser convertidas em ações preferenciais nominativas, escriturais, de emissão da CBD, pelo seu valor nominal, acrescido da remuneração correspondente à parcela do IGP-M, conforme item 9.12, a qualquer momento, a partir de sua data de subscrição. A quantidade de ações preferenciais nominativas, escriturais, de emissão da Emissora, decorrentes da conversão de cada Debênture da 1ª Série será definida com base no valor de R\$ 49,50 (quarenta e nove reais e cinquenta centavos) por lote de 1.000 (mil) ações preferenciais, de emissão da CBD na Data de Emissão, sendo esse valor atualizado pela parcela da remuneração das Debêntures da 1ª Série correspondente à variação do IGP-M. Tal relação de conversão resultará na aquisição, a qualquer momento, de 20.202 (vinte mil duzentas e duas) ações por cada Debênture da 1ª Série.

9.10.2. O preço de conversão das Debêntures da 1ª Série, e, portanto, o preço de subscrição das ações preferenciais nas quais as Debêntures da 1ª Série poderão ser convertidas, foi fixado de acordo com a seguinte regra de conversão: a conversão das Debêntures da 1ª série será fixada de acordo com o disposto no artigo 170, § 1º, da Lei nº 6.404/76 e no Parecer de Orientação nº 1/78 da Comissão de Valores Mobiliários, tomando por base a média ponderada da cotação das ações preferenciais de emissão da Emissora, na Bolsa de Valores de São Paulo (“BOVESPA”) nos últimos 10 pregões realizados até 5 de agosto de 1999, atingindo-se um preço de R\$ 32,00 (trinta e dois reais) por lote de 1.000 (mil) ações preferenciais de emissão da Emissora, sobre o qual foi aplicado um ágio de 54,69% (cinquenta e quatro inteiros e sessenta e nove centésimos por cento), resultando no preço de conversão de R\$ 49,50 (quarenta e nove reais e cinquenta centavos) por



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



lote de 1.000 (mil) ações preferenciais de emissão da Emissora. O ágio aplicado às ações preferenciais de emissão da Emissora justifica-se: (i) pela baixa liquidez e alta volatilidade das ações preferenciais de emissão da Emissora, verificada nos últimos 360 (trezentos e sessenta) pregões nos quais ocorreram negociação com ações preferenciais de emissão da Emissora, nos quais o preço máximo de negociação foi 50,23% (cinquenta inteiros e vinte e três centésimos por cento) superior, e o preço mínimo foi 61,69% (sessenta e um inteiros e sessenta e nove centésimos por cento) inferior ao preço médio de negociação nesse período; e, (ii) pelo fato de uma opção do tipo americana (podendo ser exercida a qualquer tempo) sobre ações preferenciais de emissão da Emissora, ter como preço de exercício o valor determinado para conversão das Debêntures da 1ª série, se considerados os seguintes parâmetros: (a) vencimento igual ao das Debêntures da 1ª série; (b) volatilidade implícita de 37% (trinta e sete por cento); (c) dividend yield de 4% (quatro por cento); (d) prêmio de 5% (cinco por cento) sobre o valor da ação preferencial de emissão da Emissora; (e) variação acumulada do IGP-M no período de 8% (oito por cento); (f) taxa de juros para o período de 26% (vinte e seis por cento) ao ano; e, (g) preço de R\$ 32,00 (trinta e dois reais) por lote de 1.000 (mil) ações preferenciais de emissão da Emissora.

Cotação das Ações Preferenciais Nominativas da Emissora na BOVESPA, no período de 01/07/1998 até 05/08/1999:

Mês	Negócios	Nº Títulos	Volume (mil R\$)	Mínimo por lote de mil ações (R\$)	Médio por lote de mil ações (R\$)	Máximo por lote de mil ações (R\$)
1998-07	80	215.500.000	5.782.361	25,5	26,8	28,2
1998-08	238	469.400.000	10.132.519	15,8	21,6	27,7
1998-09	647	1.326.000.000	16.935.565	9,3	12,8	17,0
1998-10	248	390.900.000	7.481.895	15,0	19,1	22,5
1998-11	245	897.200.000	19.090.041	19,3	21,3	24,6
1998-12	82	240.900.000	4.937.861	17,0	20,5	24,0
1999-01	298	911.900.000	16.980.238	14,0	18,6	21,5
1999-02	249	465.900.000	9.800.536	19,2	21,0	24,0
1999-03	289	512.500.000	13.414.470	23,4	26,2	28,3
1999-04	391	729.700.000	20.134.598	24,5	27,6	33,0
1999-05	663	648.200.000	20.872.773	28,5	32,2	36,0
1999-06	345	412.400.000	12.661.595	29,0	30,7	33,0
1999-07	584	531.600.000	16.771.158	29,5	31,6	34,0
1999-08 (*)	725	482.900.000	16.157.061	30,3	33,5	36,5

Nota: (1) As cotações estão expressas na forma de divulgação e moedas vigentes nas datas indicadas, sem nenhum ajuste, em função de proventos e/ou mudanças de padrão monetário eventualmente ocorridos dessas datas até hoje.

(*) Até 5/8/99.

- 9.10.3.** A quantidade de ações estipulada no item 9.10.1 será ajustada sempre que houver aumento de capital por bonificação, desdobramento ou grupamento de ações, a qualquer título, que vierem a ocorrer a partir da Data da Emissão, sem qualquer ônus para os debenturistas da 1ª Série e na mesma proporção estabelecida para tais eventos.
- 9.10.4.** As ações preferenciais nominativas, escriturais, resultantes da conversão das Debêntures da 1ª Série terão as mesmas características e condições e gozarão dos mesmos direitos e vantagens estatutariamente atribuídos atualmente à espécie, quais sejam: a) sem direito de voto; b) prioridade no reembolso do capital, cujo valor será calculado pela divisão do capital social pelo número de ações em circulação, sem prêmio, no caso de liquidação da Emissora; c) prioridade no recebimento de um dividendo mínimo anual no valor de R\$ 0,15 (quinze centavos) por lote de mil ações preferenciais, não cumulativo; e d) participação em igualdade de condições com as ações ordinárias de emissão da Emissora no recebimento do dividendo estabelecido no artigo 41, inciso IV, letra “c” do Estatuto Social, após assegurado às ações ordinárias o dividendo igual ao estabelecido no item “c” acima mencionado, bem como na distribuição, pela Emissora, de ações bonificadas, resultantes da capitalização de reservas ou lucros acumulados, ou da correção monetária do capital social; e farão jus às bonificações distribuídas, bem como a quaisquer direitos deliberados em atos societários da Emissora, a partir da data da solicitação da conversão, inclusive. As ações produto da conversão das Debêntures da 1ª Série terão direito aos dividendos integrais correspondentes ao exercício social em que ocorrer a conversão.



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



- 9.10.5.** O debenturista da 1ª Série poderá optar pela conversão, a qualquer tempo, a partir da data de subscrição das Debêntures da 1ª Série, exceto nos dias de realização da Assembléia Geral dos Acionistas da Emissora, e deverá manifestar sua intenção por meio da Solicitação de Conversão, através de formulário próprio disponível nas agências do Banco Mandatário, cujos endereços constam do Anúncio de Início de Distribuição. Para todos os efeitos legais, a data da conversão será a data do recebimento da solicitação pela Emissora, através do Banco Mandatário ou Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (“CETIP”).
- 9.10.6.** Os aumentos de capital decorrentes da conversão das Debêntures da 1ª Série em ações preferenciais nominativas, escriturais, de emissão da Emissora, observada a forma estabelecida no inciso III, do artigo 166, da Lei nº 6.404/76 e no Estatuto Social da Emissora, serão homologados bimestralmente e arquivados na JUCESP no prazo de 30 (trinta dias) após a sua efetivação.
- 9.10.7.** Os debenturistas da 1ª Emissão de debêntures conversíveis em ações preferenciais da EMISSORA, bem como os debenturistas da 1ª Série da 2ª Emissão de debêntures conversíveis em ações preferenciais da EMISSORA terão, igualmente, até o vencimento final daquelas emissões, a seu exclusivo critério, o direito de converter as suas debêntures pelo mesmo preço, igual espécie e classe de ações, estipuladas para as conversões das Debêntures da 1ª Série.
- 9.10.8.** As frações de ações decorrentes da conversão efetuada com base no item 9.10.7. serão devidas em espécie, na data da solicitação da conversão, devendo seu efetivo pagamento ser realizado até o 6º (sexto) dia útil subsequente, pelo valor nominal, acrescido da remuneração correspondente à parcela do IGP-M, conforme item 9.12.(a).

9.11. Forma de Pagamento:

As Debêntures da 1ª Série serão subscritas e integralizadas em até 10 (dez) dias contados a partir da data de subscrição das Debêntures da 1ª Série, em moeda corrente nacional.

9.12. Remuneração:

As Debêntures da 1ª Série serão remuneradas, exclusivamente, com base na variação do IGP-M, acrescida de juros de 13% (treze por cento) ao ano, observada a seguinte sistemática:

- a)** O montante correspondente à parcela do IGP-M será capitalizado, incorporando-se ao valor nominal das Debêntures da 1ª Série, no primeiro dia de cada mês da vigência das Debêntures da 1ª Série e apurado com base na sua variação acumulada a partir da Data de Emissão.
- a.1)** Na hipótese de atraso na divulgação do IGP-M, ou ainda, na hipótese de eventos tais como a subscrição ou vencimento antecipado das Debêntures da 1ª Série, ocorrerem em datas intermediárias, ou seja, que não coincidam com o primeiro dia de cada mês da vigência das Debêntures da 1ª Série, será utilizado o último IGP-M disponível, calculado “pro rata temporis”, sendo certo que, quando da divulgação do IGP-M correspondente ao mês em que ocorrerem os eventos supra mencionados, a diferença será objeto de ajuste junto aos mesmos, devendo-se o efetivo pagamento, se aplicável, ocorrer até o terceiro dia útil do mês subsequente, devidamente remunerada, conforme definido acima.
- a.2)** Na hipótese de extinção do referido índice, ou pela superveniência de normas legais ou regulamentares, ou ainda, caso se alterem os critérios de sua aplicação, adotar-se-á, em seu lugar, o índice determinado por lei ou, na sua ausência, o Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (“IGP-DI”) divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (“INPC”), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (“IBGE”), nesta ordem. Na ausência de qualquer desses índices, será adotado um índice substitutivo, eleito de comum acordo entre os debenturistas da 1ª Série e a Emissora, que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda nacional, observada a legislação vigente.
- b)** O percentual de 13% (treze por cento) ao ano acima do IGP-M (*spread*), incidirá sobre o valor nominal unitário das Debêntures da 1ª Série, atualizado nos termos da alínea “a” acima, nas datas de exigibilidade dos juros mencionados na alínea “d” abaixo, ou nas datas de vencimento ou liquidação da obrigação, considerando, para o cálculo diário de juros, o número de dias decorridos entre a data do último evento financeiro e as datas de exigibilidade acima citadas. Entende-se por evento financeiro todo e qualquer fato de natureza financeira do qual resulte ou possa resultar alteração do valor nominal unitário das Debêntures da 1ª Série.



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



- c) O montante referido na alínea “a”, que será capitalizado, incorporando-se ao valor nominal das Debêntures da 1ª Série, será exigível nas datas de vencimento final ou vencimento antecipado das Debêntures da 1ª Série, conforme item 9.18.
- d) O montante apurado nos termos da alínea “b” será exigível somente no vencimento das Debêntures da 1ª Série.
- e) A Emissora pagará “pro rata temporis” os juros de 13% (treze por cento) ao ano, devidos até o dia do efetivo pagamento nas seguintes hipóteses: eventuais conversões das Debêntures da 1ª Série em ações preferenciais de emissão da CBD, aquisições facultativas e vencimento antecipado. O pagamento dos juros devidos nos termos da presente letra, deverá ser realizado até o 6º (sexto) dia útil subsequente aos eventos ora elencados, corrigido pelo IGP-M.

9.13. Preço de Subscrição:

O preço de subscrição das Debêntures da 1ª Série é o correspondente ao seu valor nominal atualizado pelo IGP-M, acrescido de juros (spread) de 13% (treze por cento) ao ano, ambos calculados “pro rata temporis” desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização, de acordo com os termos do item 9.12.

9.14. Aquisição Facultativa:

A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir no mercado as Debêntures da 1ª Série em circulação, por preço não superior ao seu valor nominal atualizado, acrescido de juros na forma do item 9.12, observado o disposto no parágrafo 2º, do artigo 55, da Lei nº 6.404/76. As Debêntures da 1ª Série objeto desse procedimento poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado.

9.15. Local de Pagamento:

Os pagamentos referentes aos rendimentos a que fazem jus as Debêntures da 1ª Série, serão efetuados em conformidade com os procedimentos estabelecidos pela CETIP ou, caso o debenturista não participe desse sistema, no Banco Mandatário.

9.16. Prorrogação dos Prazos:

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação, até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos.

9.17. Publicidade:

Todos os atos e decisões relevantes decorrentes da 1ª Série que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, os interesses dos debenturistas da 1ª Série, deverão ser publicados sob a forma de “Aviso aos Debenturistas” em pelo menos um dos jornais utilizados pela Emissora, para efetuar as publicações ordenadas pela Lei nº 6.404/76 e pela legislação da CVM, quais sejam, Folha de São Paulo, e/ou O Estado de São Paulo e/ou Gazeta Mercantil.

9.18. Vencimento Antecipado:

O Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes deste Anexo e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do valor nominal das Debêntures da 1ª Série em circulação, atualizado “pro rata temporis” até a data do seu efetivo pagamento, de acordo com o disposto no item 9.12, acrescido de juros, na ocorrência das seguintes hipóteses:

- a) protocolo do pedido de concordata preventiva formulado pela Emissora;
- b) liquidação e/ou decretação de falência da Emissora; e,
- c) falta de cumprimento, pela Emissora, de toda e qualquer obrigação relevante prevista na Escritura de Emissão e constantes deste Anexo, não sanada em 30 (trinta) dias, contados de aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário.





9.19. Procedimento de Colocação:

O lançamento das Debêntures da 1ª Série será público, mediante colocação no mercado de balcão não organizado, com a interveniência de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição, utilizando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no artigo 33 da Instrução CVM nº 13/80, sendo, portando, atendidos os pedidos por ordem cronológica, inexistindo reservas antecipadas, lotes mínimos ou máximos. As Debêntures serão ofertadas somente no Brasil e não poderão ser adquiridas por investidores definidos como *US Person*, conforme estabelecido no *Regulation S* do *United States Securities Act of 1933*, tendo em vista a restrição imposta pela *Securities and Exchange Commission* dos Estados Unidos da América.

9.19.1. Nos termos do Contrato de Investimento celebrado em 09/08/99, os controladores da CBD se comprometeram a subscrever as Debêntures da 1ª Série até o limite de 75% (setenta e cinco por cento) do valor da presente oferta, os quais serão posteriormente transferidos à Casino Guichard-Perrachon S.A.

9.20. Negociação:

As Debêntures da 1ª Série serão registradas para negociação no mercado secundário na BOVESPA ou no mercado de balcão não-organizado por meio do Sistema Nacional de Debêntures (o “SND”), administrado pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto (a “ANDIMA”) e operacionalizada pela CETIP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 56/88.

10. AGENTE FIDUCIÁRIO

SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda., sociedade por quotas de responsabilidade limitada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Renato Paes de Barros, 717, 6º e 7º andares, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob nº 50.657.675/0001-86.

11. BANCO MANDATÁRIO

Banco Itaú S.A., instituição financeira, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Boa Vista nº 185, 6º andar, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob o nº 60.701.190/0001-04 (Banco Mandatário).

12. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

A Emissora pretende investir o valor líquido total dos recursos recebidos da emissão das Debêntures da 1ª Série no seu Plano de Investimento e Expansão, incluindo a abertura de novas lojas, remodelagem das lojas existentes, e aumento da eficiência na distribuição, aquisição e instalação de novos sistemas de informação. Além disso, a Emissora continua estudando oportunidades selecionadas de aquisição de lotes, que poderão vir a ser utilizados para construção de novas lojas, e possivelmente, de adquirir lojas de concorrentes.

Os recursos líquidos obtidos com a presente emissão serão assim investidos (investimentos previstos e orçamento aproximado):

- Tecnologia e logística R\$ 35 milhões
- Reforma de lojas existentes R\$ 50 milhões
- Abertura de novas lojas R\$ 206 milhões

13. CONTRATO DE GARANTIA DE LIQUIDEZ

Não foi firmado contrato de garantia de liquidez.

14. RELACIONAMENTO DA EMPRESA COM O COORDENADOR DA DISTRIBUIÇÃO

Em 09/08/99 o equivalente a aproximadamente R\$ 94,3 milhões dos débitos da Emissora e partes relacionadas eram mantidos junto ao BBA.

15. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Quaisquer informações complementares sobre a Emissora e a distribuição das Debêntures da 1ª Série poderão ser obtidas junto ao Coordenador ou na CVM.



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



FATORES DE RISCO

Antes de tomar uma decisão de investimento, os potenciais investidores devem considerar cuidadosamente, à luz de suas próprias situações financeiras e objetivos de investimento, todas as informações disponíveis neste Prospecto e, em particular, avaliar os fatores de risco descritos a seguir.

Concorrência do Setor

O setor de varejo de alimentos é altamente competitivo e caracterizado por um alto giro de estoques e reduzidas margens de lucros. Nos seus mercados, e particularmente na Cidade de São Paulo, a Emissora possui como concorrentes grandes redes de supermercado, especializadas na venda de alimentos e outros produtos no varejo, bem como pequenas redes de supermercado e lojas independentes. Grandes redes internacionais de vendas de alimentos a varejo já iniciaram suas atividades no mercado brasileiro e outras estão planejando sua entrada no mercado nacional. Algumas dessas redes têm mais recursos disponíveis do que aqueles disponíveis à CBD. Apesar da administração da CBD acreditar que a Emissora compete e continuará a competir de modo eficaz em seu ramo de atividade, não há certezas de que a concorrência, no futuro, não afetará sua condição econômico-financeira ou seus resultados. (Vide Seção “Concorrência”).

Importância do Crédito ao Consumidor e os Riscos de Inadimplência

A política de crédito da Emissora e os financiamentos concedidos aos seus clientes são importantes fatores de incremento de suas vendas. Em 1998, 48% da receita da Emissora foi gerada por vendas a prazo. No entanto, a política de crédito aos consumidores expõe a Emissora a riscos significativos. A Emissora considera créditos com poucas chances de recebimento aqueles que atrasam o pagamento por mais de 180 dias. Uma provisão para cobertura de inadimplência é feita ao final de cada mês, com base na sua perda efetiva histórica verificada nos últimos 12 meses e sendo sempre revisada pela administração da CBD. A Emissora procura equalizar as condições dos créditos concedidos aos seus clientes com as dos financiamentos obtidos, mas geralmente realiza vendas a prazo antes de obter os financiamentos, correndo o risco de não balancear as taxas de juros e os valores de seus ativos e passivos. (Vide Seção “Atividades da Emissora” - “11-Política de Crédito”).

Riscos Associados com o Plano de Expansão e Investimentos

A Emissora desenvolveu e iniciou a implementação de um Plano de Expansão e Investimento por meio do qual visa investir mais de R\$ 450 milhões em 1999 em projetos que incluem a construção de novas lojas e reformas das lojas existentes, continuação de investimentos em tecnologia e sistemas gerenciais de controle de estoques, além da compra de redes de supermercado/lojas concorrentes. O Plano de Expansão e Investimento da Emissora, no entanto, está sujeito a um número elevado de contingências, muitas das quais fora do controle da Emissora, inclusive a do crescimento continuado. Nenhuma garantia pode ser dada de que a Emissora vai completar com sucesso todo ou parte do seu Plano de Investimentos e Expansão, de que as etapas concluídas destes projetos vão resultar em um aperfeiçoamento antecipado quanto à eficiência operacional ou de que suas instalações ou novas lojas serão inteiramente utilizadas e gerarão lucros operacionais. Caso os negócios da CBD não continuem a crescer e os níveis de receita não aumentem suficientemente de forma a compensar os custos adicionais associados a tal expansão, os resultados operacionais da Emissora poderão ser afetados.

Acionistas Controladores

Os acionistas controladores da Emissora detêm ou controlam, direta ou indiretamente, aproximadamente, 99% das ações ordinárias da CBD, tendo, portanto, o poder para eleger a totalidade da administração da Emissora, bem como tomar deliberações nas assembleias gerais sem anuência dos demais acionistas. Além das ações ordinárias, os acionistas controladores detêm aproximadamente 47% das ações preferenciais da CBD. (Vide Seção “Principais Acionistas” e Seção “Contrato de Investimento”).

Risco de Alavancagem em Moeda Estrangeira

A CBD tem financiado os seus recebíveis com empréstimos de curto prazo atrelados à variação cambial, que em 30 de junho de 1999 totalizava R\$ 639,7 milhões. Possui também R\$ 103,2 milhões decorrentes de financiamentos de importações e do BNDES para investimentos em expansão. Em função desta exposição cambial, a Emissora apurou uma perda cambial no 1º Trimestre de 1999 de R\$ 210,7 milhões, tendo reconhecido R\$ 143,2 milhões até 30 de junho de 1999. Apesar do risco destes financiamentos, inexistem empréstimos atrelados à moeda estrangeira, que apresentem algum mecanismo de proteção - *hedge* (vide Seção “Política de Crédito”).

Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



Riscos Relacionados à Sucessão Fiscal e Trabalhista

A Emissora, em razão das numerosas aquisições de lojas e empresas concorrentes, efetuadas em 1997, 1998 e 1999, sujeita-se a eventuais passivos ocultos, trabalhistas e/ou fiscais. Na grande maioria das operações realizadas, no entanto, existem soluções contratuais por meio das quais a CBD poderá ser ressarcida de eventuais perdas ou despesas, originadas de problemas trabalhistas ou fiscais ocultos, gerados anteriormente à aquisição das lojas por parte da CBD.

Informações Acerca do Futuro da Emissora

Este Prospecto contém informações acerca do futuro da Emissora, que refletem as suas opiniões com relação ao seu futuro, que envolvem riscos e incertezas. Embora a Emissora acredite que as informações acerca das suas perspectivas sejam baseadas em convicções e expectativas razoáveis, não há garantia de que o desempenho futuro seja consistente com essas informações. Os eventos futuros poderão diferir sensivelmente das tendências aqui indicadas, dependendo dos fatores discutidos nesta Seção Fatores de Risco e em outras Seções do Prospecto. As expressões "entende que", "acredita que" e "espera que", entre outras expressões similares, identificam informações acerca das perspectivas do futuro da Emissora. Os potenciais investidores ficam advertidos a não basear indevidamente suas decisões de investir nas Debêntures em tais informações acerca do futuro da Emissora. A Emissora não assume nenhuma obrigação de atualizar ou revisar qualquer informação acerca das perspectivas de seu futuro, exceto pelo que dispõe o artigo 8º da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 202/93.



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



INFORMAÇÕES SOBRE A CBD



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



DESCRIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL E DIVIDENDOS

Capital Social

O capital social da Emissora, em 30 de junho de 1999, era de R\$ 542.687.130,30 (quinhentos e quarenta e dois milhões, seiscentos e oitenta e sete mil, cento e trinta reais e trinta centavos), dividido em 78.405.280.118 (setenta e oito bilhões, quatrocentos e cinco milhões, duzentas e oitenta mil cento e dezoito) de ações sem valor nominal, sendo 50.287.003.731 (cinquenta milhões, duzentos e oitenta e sete milhões, três mil setecentas e trinta e uma) de ações ordinárias e 28.118.276.387 (vinte e oito bilhões, cento e dezoito milhões, duzentas e setenta e seis mil trezentas e oitenta e sete) de ações preferenciais, todas escriturais.

O quadro abaixo apresenta a distribuição das ações ordinárias e ações preferenciais entre os acionistas da Emissora em 30 de junho de 1999, identificando o quanto essas ações representam do total do capital social da Emissora e o quanto representam em relação ao total de ações de cada espécie:

Nome do Acionista	Ações Preferenciais	%	Ações Ordinárias	%	Total	% do Total
Pão de Açúcar S.A.						
Indústria e Comércio	9.143.214.240	32,52	39.459.857.934	78,47	48.603.072.174	61,99
Península Participações S.A.	-	-	7.395.957.577	14,71	7.395.957.577	9,43
Valentim dos Santos Diniz	-	-	2.258.968.720	4,49	2.258.968.720	2,88
Abílio dos Santos Diniz	-	-	251.278.650	0,50	251.278.650	0,32
Lucília Maria Diniz Gallo	-	-	885.468.630	1,76	885.468.630	1,13
Conselho	100	-	-	-	100	-
Outros	18.975.062.147	67,48	35.472.120	0,07	19.010.534.267	24,25
Total	28.118.276.387	100	50.287.003.731	100	78.405.280.118	-

O Estatuto Social da CBD autoriza o Conselho de Administração a deliberar sobre aumento do capital social da Emissora, independentemente de reforma estatutária, mediante a emissão de até 100.000.000.000 (cem bilhões) de ações, mediante a emissão de 30.000.000.000 (trinta bilhões) de ações ordinárias e 41.594.718.882 (quarenta e um bilhões, quinhentos e noventa e quatro milhões, setecentas e dezoito mil oitocentas e oitenta e duas) ações preferenciais.

Cada ação ordinária de emissão da CBD dá direito a um voto nas assembleias gerais de acionistas. As ações preferenciais, sem direito a voto, apresentam as seguintes características, nos termos do estatuto social: (a) prioridade no reembolso do capital, cujo valor será calculado pela divisão do capital social pelo número de ações em circulação, sem prêmio, no caso de liquidação da Emissora; (b) prioridade no recebimento de um dividendo mínimo anual no valor de R\$ 0,15 (quinze centavos) por lote de mil ações preferenciais, não cumulativo; (c) participação em igualdade de condições com as ações ordinárias no recebimento dos dividendos oriundos da distribuição dos resultados, após assegurado às ações ordinárias o dividendo igual ao estabelecido na letra "b" acima, bem como na distribuição de ações bonificadas, resultantes da capitalização de reservas ou lucros acumulados, ou da correção monetária do capital social.

Forma de Transferência de Ações

As ações da CBD são escriturais e sua transferência das mesmas é realizada nos termos do artigo 35 da Lei nº 6.404/76. Na forma da lei, a transferência da ação escritural opera-se pelo lançamento efetuado pela instituição depositária em seus livros, a débito da conta de ações do alienante e a crédito da conta de ações do adquirente, à vista de ordem escrita do alienante, ou de autorização ou ordem judicial, em documento hábil que ficará em poder da instituição. A instituição depositária é obrigada a fornecer aos acionistas extrato da conta de depósito de ações escriturais, sempre que lhe for solicitado, ao término de todo mês em que forem movimentadas e, ainda que não haja movimentação, ao menos uma vez por ano.

A instituição depositária que presta os serviços de escrituração das ações da CBD é o Banco Itaú S.A., o qual está devidamente autorizado pela CVM para a prestação dessa espécie de serviço. O Contrato de Escrituração de Ações da CBD foi celebrado com a referida instituição no ano de 1995 por prazo indeterminado.

Dividendo Obrigatório Mínimo

Os acionistas de sociedades por ações têm direito de receber como dividendo obrigatório mínimo, em cada exercício, a parcela dos lucros estabelecida no estatuto social. O estatuto social de uma companhia pode estabelecer o dividendo como porcentagem do lucro ou do capital social, ou fixar outros critérios para determiná-lo, desde que sejam regulados com precisão e minúcia e não sujeitem os acionistas minoritários ao arbítrio dos órgãos de administração. De acordo com o Estatuto Social da CBD, o dividendo mínimo obrigatório é equivalente a R\$ 0,15 por lote de mil ações preferenciais.



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



O dividendo deve ser pago, salvo deliberação em contrário da assembleia geral, no prazo de 60 dias da data em que for declarado e, em qualquer caso, dentro do mesmo exercício social. A Emissora somente pode pagar dividendos à conta de lucro líquido do exercício, de lucros acumulados, de reserva de lucros e à conta de reserva de capital, se constituída.

Histórico dos Pagamentos de Dividendos

A CBD declarou e realizou distribuições de dividendos aos seus acionistas nos 3 últimos exercícios sociais. O quadro abaixo mostra os valores relativos a pagamentos de dividendos aos acionistas da CBD nos exercícios sociais de 1996, 1997 e 1998, incluindo os juros sobre capital próprio:

	1996		1997		1998	
	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais
Dividendo por Ação (R\$)	0,0004336670 PS: inclui os juros sobre o capital próprio	0,0004336670 PS: inclui os juros sobre o capital próprio	0,0000452520	0,0000452520	0,0000641732	0,0000641732
Total de dividendos (R\$ mil)	21.712	8.424	2.266	1.268	3.213	1.800
Juros Sobre o Capital Próprio (por ação)	-	-	0,0004162137	0,0004162137	0,0004352494	0,0004352494
Total de juros sobre o capital próprio (R\$ mil)	-	-	20.838	11.675	21.791	12.209
Montante total Distribuído (R\$ mil)	21.712	8.424	23.104	12.943	25.004	14.009



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



INFORMAÇÃO SOBRE OS VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS

Nos últimos anos a CBD tem acessado o mercado de capitais brasileiro com o objetivo de captar recursos para realizar investimentos na aquisição de redes/lojas de supermercados, reduzir o seu nível de endividamento e remodelar suas lojas por meio de emissão de ações e debêntures. No total foram realizadas 2 distribuições públicas de debêntures e 2 distribuições públicas de ações preferenciais. Além do mercado de capitais brasileiro, as ações da Emissora são negociadas na *New York Stock Exchange* por meio de um programa de *American Depositary Receipts* (“ADR's”) - Nível III, lastreados em ações preferenciais da Emissora. A CBD foi a 4ª companhia brasileira e a 1ª empresa atuante no setor varejista de alimentos a ser listada na *New York Stock Exchange*.

Em maio de 1997, a CBD emitiu 8.625 milhões de ações preferenciais, as quais foram distribuídas da seguinte forma: (i) 1.725 milhões de ações foram colocadas no mercado interno brasileiro; (ii) 3.019 milhões de ações foram colocadas no mercado norte-americano, por meio de *American Depositary Shares* (“ADS's”); e, (iii) 3.881 milhões foram colocadas no mercado internacional, também por meio de ADS's. Esta emissão resultou em um aumento no capital social da CBD no montante de R\$ 185.437.500,00.

Na primeira Emissão de Debêntures, realizada em 1º de Setembro de 1997, foram emitidas 100.000 debêntures conversíveis em ações preferenciais, em série única, com valor nominal unitário na data de emissão de R\$ 1.000,00, perfazendo o montante de R\$ 100 milhões, com remuneração baseada na Taxa de Juros de Longo Prazo (a “TJLP”) acrescida de juros de 8% ao ano.

Em 1998, foram emitidas debêntures da 1ª e 2ª séries da 2ª Emissão. As debêntures da 1ª Série, emitidas em 1º de julho de 1998, conversíveis em ações preferenciais, com valor nominal unitário na data da emissão de R\$ 1.000,00, atualizado pelo IGP-M, com remuneração de juros de 13% ao ano e vencimento em 1º de julho de 2003. Foram emitidas 175.000 debêntures, perfazendo o montante de R\$ 175 milhões. As debêntures da 2ª Série, emitidas em 1º de julho de 1998, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 na data de emissão. Foram emitidas 25.000 debêntures, perfazendo o montante de R\$ 25 milhões. Essas debêntures são atualizadas de acordo com a variação do IGP-M e remuneradas com juros de 13% ao ano.

Na Assembléia Geral Extraordinária da CBD, realizada em 26 de fevereiro de 1999, os acionistas da Emissora aprovaram a incorporação, pela CBD, do patrimônio da Pão de Açúcar Publicidade Ltda., uma agência de publicidade cujos controladores eram o Sr. Valentim dos Santos Diniz e a Península Participações S.A. A Emissora emitiu 220.631.971 ações ordinárias referentes à incorporação, sem direito a dividendos ou juros sobre o capital próprio com base no resultado de 1998, mas com direito a tais remunerações a partir dos resultados do exercício de 1999. O patrimônio líquido da empresa incorporada, refletido no balanço patrimonial de 31 de janeiro de 1999, era de cerca de R\$ 2,7 milhões na referida data.

(Vide Seção “Contrato de Investimento”)



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



ATIVIDADES DA EMISSORA

1. INTRODUÇÃO

A CBD é a maior varejista de alimentos no Brasil, em se tratando do número de lojas, e a segunda em relação a vendas líquidas. A CBD tem como atividade preponderante a comercialização, no varejo, de produtos alimentícios, artigos de vestuário, eletroeletrônicos e outros produtos que completam sua linha de produtos em supermercados, hipermercados e lojas especializadas e de departamento, representadas, basicamente, pelas bandeiras “Pão de Açúcar”, “Extra”, “Eletro” e “Barateiro”. Em 30 de junho de 1999, a Emissora dispunha de 320 lojas em funcionamento.

2. O SETOR VAREJISTA DE ALIMENTOS NO BRASIL

O setor varejista de alimentos no Brasil divide-se, conforme critérios da Associação Brasileira de Supermercados e pela ACNielsen do Brasil (“ABRAS” e “Nielsen”), em quatro grandes segmentos: (i) lojas de conveniência, na sua maioria de propriedade e gerenciamento familiar, com uma área de vendas de 50 a 150 m²; (ii) supermercados de bairros, com uma área de vendas de 150 a 1.000 m²; (iii) hipermercados, com uma área de vendas de 4.000 a 20.000 m²; e (iv) lojas de descontos no ramo de alimentos, com uma área de vendas de 1.000 a 7.000 m².

Em 1998, o setor contribuiu com aproximadamente 6,12% do produto interno bruto (“PIB”) do País, com vendas brutas de R\$ 55 bilhões, conforme dados da Revista SuperHiper da ABRAS, edição de maio de 1999.

Em 1998, as 300 maiores empresas varejistas de alimentos foram responsáveis por aproximadamente 69% das vendas brutas do setor, equivalente, aproximadamente, ao montante de R\$ 37 bilhões. As 688 empresas varejistas de alimentos integrantes do ranking da ABRAS detém 3.902 lojas, com aproximadamente 42.473 caixas, 4,75 milhões de m² de área de vendas e 283.910 empregados.

Nos últimos anos, os supermercados e hipermercados ampliaram suas participações no mercado, em detrimento de pequenas lojas. Isto se deu em razão do período de hiperinflação pelo qual o País passou nas décadas de 80 e 90. Durante este período, os consumidores compravam em grandes quantidades, a fim de converter a moeda, que desvalorizava-se rapidamente, priorizando a disponibilidade de produtos. Os hipermercados beneficiaram-se dessa situação, em virtude de seus maiores estoques e variedade de produtos.

A significativa redução da inflação, após a implementação do Plano Real em 1994, e o crescimento do poder aquisitivo da população levaram os consumidores a dar maior importância à qualidade e ao atendimento, assim como a preços e variedade. Em consequência, os varejistas de alimentos fecharam supermercados menores e abriram lojas de maior tamanho para oferecer aos consumidores a conveniência de suprir as suas necessidades de consumo numa mesma oportunidade.

Como resultado da mudança dos padrões e novas exigências dos consumidores, entre 1987 e 1998, o número total de lojas operadas pelos 300 maiores varejistas de alimentos decresceu de 4.949 para 3.218, enquanto a área média de vendas de cada loja cresceu de 833 para 1.327 m².

De acordo com a ABRAS, as 20 maiores redes de supermercados foram responsáveis por 45,8% de todas as vendas em 1998. A Emissora estima que suas vendas líquidas representaram aproximadamente 9,9% das vendas líquidas de todo o setor varejista de alimentos em 1998. Como consequência das aquisições realizadas pela Emissora em 1999, suas vendas líquidas cresceram 38,4% no 1º semestre em relação ao mesmo período do ano de 1998.

O setor varejista de alimentos no Brasil é altamente fragmentado e a Emissora acredita que os médios e grandes varejistas de alimentos estão cada vez mais consolidando suas posições. Nos últimos anos, redes internacionais, tais como Wal-Mart, Ahold, Sonae e Jerônimo Martins ingressaram no mercado brasileiro, e a competição no setor intensificou-se. Estima-se que a consolidação no setor favorecerá os grandes varejistas de alimentos, que podem beneficiar-se de melhores economias de escala na prestação de serviços, implementação de medidas de redução de custos e de eficiência, bem como abastecimento através de seus fornecedores.

Painel Econômico

Durante os períodos de hiper-inflação, o valor real da renda do trabalhador tendia a ser inferior ao seu valor nominal, uma vez que a frequência e o valor dos ajustes salariais não neutralizavam totalmente a taxa real de inflação. Isso resultou em um declínio progressivo do poder aquisitivo dos assalariados no período anterior ao Plano Real, implementado em julho de 1994. No período entre os anos de 1995 a 1997, a redução da inflação e sua posterior estabilização resultou no aumento do poder aquisitivo dos consumidores e no crescimento real das receitas, aumentando a confiança do consumidor e gerando disponibilidade de crédito.

Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



O ano de 1998 foi marcado por dificuldades econômicas em todo mundo e o Brasil, a exemplo de outros países emergentes, foi atingido pelos mesmos efeitos observados na crise internacional, caracterizada por juros elevados, aumento na taxa de desemprego e quadro recessivo. Nesse contexto, o setor de auto-serviço foi um dos poucos segmentos da economia a se destacarem pelo desempenho. Isso, em parte, é reflexo dos investimentos que o setor tem realizado, sobretudo nos últimos quatro anos, em tecnologia, renovação de lojas, treinamento de recursos humanos e adequação ao novo perfil do consumidor brasileiro, entre outras ações.

No que tange ao processo de concentração de negócios por meio de aquisições, fusões e *joint ventures*, houve neste período, no Brasil, uma certa aceleração da concentração, com as cinco maiores empresas do setor em 1997, que respondiam por cerca de 27% das vendas totais, crescendo em 1998 para uma participação de 33%. Ao longo dos primeiros meses de 1999, essa tendência de consolidação se intensificou, ou seja, considerando-se os negócios já realizados até maio de 1999, a participação das 5 maiores empresas de varejo de alimentos, de acordo com o critério das vendas realizadas em 1998, aumentou para 36% (Fonte: ABRAS – Revista SuperHiper). Comparativamente a outros países, em particular no continente europeu, bem como em relação a outros países latino-americanos, observa-se que o Brasil ainda apresenta espaço significativo para incremento desse nível de concentração.

3. HISTÓRICO DA EMISSORA

A história da Emissora iniciou-se com a fundação da doceira Pão de Açúcar, na cidade de São Paulo em 1948. A doceira, fundada pelo imigrante português Valentim dos Santos Diniz, expandiu-se e em 1952 já possuía duas filiais. Em 1959, foi inaugurado o primeiro supermercado da rede, a qual em 1965, após a incorporação da cadeia “Sirva-se”, possuía 11 lojas. No ano seguinte, foi inaugurada na Cidade de Santos a primeira loja da CBD fora da Região Metropolitana de São Paulo. Já em 1968, quando a rede era composta de 64 lojas, foi criada a Divisão Internacional, fazendo com que a Emissora passasse a atuar em Portugal e, posteriormente, na Espanha e em Angola. Na década de 70, a Emissora passou por uma grande expansão, na qual ocorreu a aquisição da rede “Eletroradiobraz” e a inauguração da primeira geração de hipermercados do país, as lojas Jumbo. Tais lojas vendiam produtos alimentícios e não alimentícios na mesma unidade de negócios.

Em 1978, as redes de supermercados “Superbom”, “Peg-Pag” e “Mercantil” foram adquiridas pela Emissora. A Emissora, pioneira na criação de novos modelos de lojas para atender aos diferentes segmentos de consumidores, em 1979, inaugurou a rede Minibox, um conceito de lojas despojadas, com um número reduzido de itens e com preços muito competitivos, voltadas para população de baixa renda.

Durante a década de 80, a Emissora diversificou seus negócios, adquirindo 5 lojas da rede “Bazar 13” e mais 6 da rede “Morita”. Além disso, em 1980 foram inaugurados os 2 primeiros supermercados Superbox, sendo 1 na Cidade de Jundiaí, no Estado de São Paulo e outro na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. O Superbox implantou um conceito de grandes depósitos de produtos alimentícios. Durante esse período a CBD diversificou suas operações no Brasil, investindo em outras áreas que não a de sua principal atividade, como, por exemplo, lojas de conveniência, distribuição de motocicletas, granjas, lojas de departamento e empresas comerciais de comércio exterior. No final dos anos 80, a rápida expansão do setor provocou uma redução da capacidade administrativa da Emissora, resultando em crescentes déficits operacionais e alto nível de endividamento. No ano de 1989, a Emissora iniciou sua operação em hipermercados de segunda geração, com a criação das lojas Extra, que além de operarem com grandes áreas de vendas planas, ofereciam tecnologia de ponta e uma ampla gama de produtos.

Em razão da eficiência perdida, a Emissora implementou um programa de reestruturação durante os anos de 1991 a 1994, com o objetivo de se concentrar na sua principal área de negócios e melhorar sua produtividade e rentabilidade. De acordo com o programa de reestruturação, a CBD vendeu todas as unidades de negócios no exterior e seus negócios secundários, fechou várias lojas, consolidou as funções de gerenciamento e cortou despesas com a folha de pagamento. Durante 1992, a CBD consolidou suas atividades administrativas, parte das quais eram baseadas em uma moderna sede, e transferiu tais atividades para um local mais modesto. Esta consolidação, juntamente com a redução do número de funcionários da administração, resultou na redução do espaço físico da sede da Emissora de aproximadamente 26.000 m² para aproximadamente 13.000 m². Com a reestruturação, a CBD reduziu o número de seus empregados de 33.731 no fim de 1990 para 22.095 no fim de 1994. Ao final do processo, a Emissora passou a operar com 4 formatos de loja, cada um deles com uma diferente forma de atuação no mercado, quais sejam: *Pão de Açúcar*, *Extra*, *Superbox* e *Eletro*.





No ano de 1997, a Emissora concentrou seus investimentos na melhoria da eficiência operacional e na expansão de sua rede de lojas. Naquele ano, concluíram-se as obras de ampliação do Centro de Distribuição, cuja capacidade foi expandida de 85.000 m² para 182.000 m². Este novo depósito tem importância estratégica na extensão do sistema de abastecimento centralizado das lojas da CBD. Em seqüência a esse processo de expansão, ao longo do ano de 1997, a Emissora construiu 31 novas lojas, sendo 3 delas, lojas *Extra*, 6 lojas *Pão de Açúcar* e 22 lojas *Eletro*. Além disso, foram adquiridas (i) 5 lojas da rede de supermercados “Mambo”, das quais 3 foram convertidas em lojas *Pão de Açúcar* e duas fechadas, (ii) 2 lojas da rede “IPCAL” e (iii) dois pontos comerciais da empresa “Pamplona Paulista Comercial de Alimentos”. Todas estas aquisições fortaleceram ainda mais a presença da divisão *Pão de Açúcar* na Grande São Paulo.

O ano de 1997 foi ainda marcado pela inauguração da primeira loja *Extra* no Estado do Rio de Janeiro. A entrada do formato no mercado carioca deu-se através do arrendamento de um hipermercado, pertencente à sociedade “Freeway Supermercados S.A.”. Ao final do ano de 1997, a Emissora operava 238 lojas, distribuídas por 12 Estados do Brasil.

Seguindo a tendência verificada no ano de 1997, em 1998 a CBD concentrou seus investimentos na melhoria da eficiência operacional, na expansão da rede de lojas e em obras de remodelagem de 18 lojas *Pão de Açúcar* já existentes. Foram abertas 6 novas lojas *Pão de Açúcar*, bem como 3 novas lojas *Extra*. Foram também desenvolvidos novos sistemas gerenciais e introduzidas melhorias no tocante à tecnologia de informação, como a inauguração do sistema de comunicação via satélite entre a Sede Administrativa, o Centro de Distribuição e 64 lojas localizadas fora do Estado de São Paulo. O Centro de Distribuição teve sua área total expandida em 12.000 m², para um total de 194.000 m², maximizando sua capacidade de abastecimento às lojas e propiciando a redução do giro do estoque, através do aumento das operações de *cross-docking* com fornecedores.

Em junho de 1998, a rede de supermercados “Barateiro” foi adquirida pela Emissora, aumentando em 32 o número de suas lojas, sendo 6 delas, convertidas em lojas *Extra* e as 26 restantes permaneceram com o nome “Barateiro”. A CBD adquiriu, ainda, a rede “Millo’s Comercial Carajás”, composta por 2 hipermercados e 1 supermercado. Além disso, por meio da concessão obtida junto ao governo do Distrito Federal, a Emissora passou a operar 3 supermercados da Superintendência de Abastecimento de Brasília (“SAB”).

Em fevereiro de 1999, a Emissora assumiu o controle acionário da rede “Peralta”, mediante a subscrição de suas ações ordinárias. O único hipermercado da rede foi convertido em 1 loja *Extra* e, dos 37 supermercados da antiga rede “Peralta”, 13 foram convertidos em lojas *Pão de Açúcar* e 24 foram convertidos em lojas *Barateiro*, agregando aproximadamente 48.000 m² de área de vendas.

Atualmente, a CBD é, de acordo com o ranking ABRAS, a maior varejista de alimentos no Brasil em número de lojas e a segunda maior em termos de vendas líquidas, ou R\$ 4,4 bilhões em 1998. Em junho de 1999, a Emissora operava 320 lojas de varejo de alimentos em todo o Brasil, com 270 lojas localizadas no Estado de São Paulo, o maior mercado consumidor do País, que representa aproximadamente 36% do PIB brasileiro. As lojas situadas no Estado de São Paulo representam aproximadamente 70,3% da receita total de vendas líquidas da CBD. A Emissora também opera 74 lojas de varejo de eletrodomésticos em todo o Brasil, sendo que 68 delas estão localizadas no Estado de São Paulo. A Emissora opera diferentes formatos de lojas com quatro principais divisões: *Pão de Açúcar* (145 supermercados), *Barateiro* (69 supermercados), *Extra* (32 hipermercados), e *Eletro* (74 lojas de eletrodomésticos).

4. OPERAÇÕES

A CBD opera supermercados, oferecendo produtos, preços e serviços diferenciados, por meio de 4 tipos de formato de loja, a fim de atender aos diferentes nichos de mercados consumidores. Os principais formatos de lojas operados pela Emissora são: (i) *Pão de Açúcar*, (ii) *Barateiro*, (iii) *Eletro* e (iv) *Extra*. Essas divisões operam da seguinte forma:

(i) Divisão *Pão de Açúcar*

A divisão *Pão de Açúcar* opera lojas de supermercados de vizinhança, sendo a maior divisão da CBD, com 145 lojas. As lojas do *Pão de Açúcar* variam, em tamanho, de 254 a 4.629 m², com uma média de aproximadamente 1.134 m² de área de vendas. Uma típica loja *Pão de Açúcar* trabalha em média com 15.000 itens, incluindo-se alimentos perecíveis, não-perecíveis, produtos de higiene, limpeza e mercearia. Aproximadamente 48% da receita líquida da divisão *Pão de Açúcar* em 1998, originou-se da venda de alimentos não-perecíveis, 46% de alimentos perecíveis, e 6% de produtos não-alimentícios.





A Emissora procura fortalecer ainda mais a imagem desta divisão com melhoria dos serviços, maior diversidade de produtos e lojas mais modernas. A CBD remodelou 18 lojas *Pão de Açúcar* em 1998, com a finalidade de melhorar a imagem de sua marca e aumentar a eficiência operacional de suas lojas. A Emissora segue uma estratégia mercadológica de “preço justo todo dia”, de acordo com a qual seus produtos têm preços competitivos, mas com uma margem superior à dos preços praticados nos hipermercados e nas lojas de descontos de alimentos, para refletir o nível mais alto dos serviços oferecidos e a maior conveniência de se ter uma loja *Pão de Açúcar* nas redondezas do bairro. A divisão *Pão de Açúcar* também procurou fortalecer sua imagem pela implementação do conceito mercadológico que garante que determinados produtos (geralmente 200-300 itens) têm preços aproximadamente 5% abaixo da média de mercado. Em 1998, a Emissora abriu seis lojas *Pão de Açúcar* e converteu duas lojas da SAB das quais obteve concessão do Governo do Distrito Federal, localizadas na cidade de Brasília, em lojas *Pão de Açúcar*. No 1º semestre de 1999, a Emissora abriu 2 lojas *Pão de Açúcar*.

As lojas *Pão de Açúcar* encontram-se localizadas, principalmente, em áreas urbanas, sendo que mais da metade está localizada na área da Grande São Paulo. As lojas desta divisão têm como alvo uma ampla gama de consumidores. Cada uma das lojas leva em consideração o nível econômico do bairro no qual está localizada, geralmente apresentando maior nível de serviços e preços mais altos nas lojas de bairros de classe mais alta. Muitas dessas lojas possuem departamentos específicos como padarias, açougues, seção de laticínios e peixaria. A Emissora acredita que a localização das lojas *Pão de Açúcar* em áreas urbanas seja uma vantagem competitiva significativa, uma vez que locais disponíveis nessas áreas são escassos.

(ii) Divisão *Barateiro*

A Emissora adquiriu a cadeia de supermercados *Barateiro* em junho de 1998 e decidiu manter o nome e a marca *Barateiro*, desenvolvendo-a como um formato adicional de supermercados. O *Barateiro* representa um nome forte entre os consumidores de média e baixa renda, fortalecendo e expandindo a presença da Emissora no mercado brasileiro. A Emissora adotou a estratégia de adaptar cada uma de suas lojas aos bairros onde estão localizadas. Dessa forma, durante 1998 a Emissora converteu 6 lojas do formato *Barateiro* em lojas do formato *Extra*. Durante o primeiro trimestre de 1999, a Emissora converteu 18 lojas *Pão de Açúcar*, 2 *Superbox* e 23 lojas da cadeia de supermercados *Peralta* no formato de lojas *Barateiro*. Ao aumentar as vendas dessa divisão, a Emissora espera racionalizar os custos e assegurar o reconhecimento da melhoria da marca junto aos clientes. Os objetivos adicionais para esta divisão compreendem o incremento da rentabilidade por meio de ganho de escala, treinamentos e modernização das lojas.

Os supermercados da divisão *Barateiro* são supermercados populares, que oferecem variedade de produtos básicos e de marcas. Os preços dos produtos desta divisão são estabelecidos de forma a situarem-se entre os mais competitivos do mercado. O ambiente de compras é familiar e prático. Geralmente, as lojas *Barateiro* oferecem mais produtos de segunda linha do que as lojas *Pão de Açúcar*, além de oferecerem menos serviços.

O tamanho das lojas *Barateiro* varia de 310 a 3.103 m² e seu tamanho médio é de aproximadamente 1.225 m² de área de vendas. Uma loja típica *Barateiro* comercializa aproximadamente 11.000 itens, inclusive produtos de mercearia, perecíveis, bazar, têxteis e eletrônicos. Em 1998, itens não-alimentícios e alimentícios eram responsáveis por 10,5% e 89,5% do total das vendas da divisão, respectivamente.

(iii) Divisão *Extra*

Os hipermercados *Extra* são as maiores lojas da Emissora, com uma área média de vendas de aproximadamente 7.132 m². A Emissora introduziu o conceito de hipermercado no Brasil em 1971 com a inauguração de sua primeira loja, com 7.000 m².

Os hipermercados *Extra* oferecem a maior variedade de produtos entre os diferentes formatos de lojas da Emissora, com aproximadamente 45.000 itens. Aproximadamente 44% da receita de vendas líquida da divisão *Extra* resultaram da venda de produtos não-perecíveis, 27% de perecíveis e 29% resultaram da venda de não-alimentícios.

A divisão *Extra* é composta por 32 hipermercados, distribuídos da seguinte forma: (i) 23 hipermercados da divisão localizam-se no Estado de São Paulo, sendo 17 na cidade de São Paulo; (ii) 2 deles, localizam-se no Estado do Rio de Janeiro; (iii) outros 2, no Paraná; (iv) 2 localizam-se na Bahia; (v) 1, no Estado do Mato Grosso do Sul; (vi) 1 em Minas Gerais; e (vii) 1 hipermercado está localizado em Brasília. Em 1998, a Emissora abriu 3 novas lojas *Extra*, sendo 1 em Curitiba e outras 2 na cidade de São Paulo. Além disso, transformou 5 das maiores lojas *Superbox* e 6 lojas da divisão *Barateiro* em lojas *Extra*.





A Emissora tem enfatizado cada vez mais a compra centralizada de produtos para suas lojas *Extra*. Todavia, os gerentes de algumas lojas *Extra* localizadas fora de São Paulo são responsáveis pela compra e determinação dos preços de alguns produtos perecíveis em suas respectivas lojas, de acordo com diretrizes estabelecidas pela Administração. A compra descentralizada de produtos perecíveis torna-se viável devido ao poder de barganha proveniente da dimensão dos hipermercados *Extra*.

As lojas *Extra* contêm áreas de especialidade, concentrando-se em itens específicos, com volume e variedade suficientemente grandes para competir com as lojas especializadas nesses tipos de mercadorias. A Emissora focou-se em computadores de uso pessoal, outros produtos eletrônicos, CDs, artigos para cama, mesa e banho, produtos para animais de estimação e cosméticos.

(iv) Divisão *Eletro*

As lojas *Eletro* são geralmente pequenos showrooms que vendem uma ampla variedade de eletrodomésticos e produtos eletrônicos, bem como peças de mobiliário, geralmente apresentadas em catálogos. Essas lojas dispõem de uma área média de vendas de aproximadamente 525 m².

As lojas *Eletro*, geralmente, possuem áreas limitadas de estoques, que são dedicadas a pequenos aparelhos eletrodomésticos, como liquidificadores e ventiladores. Os clientes fazem o pedido na loja e os produtos são despachados de um depósito central, que localiza-se na cidade de São Paulo.

A divisão *Eletro* atualmente opera 74 lojas, 51 das quais localizadas na Região Metropolitana de São Paulo. Opera também um escritório de telemarketing, localizado na cidade de São Paulo. A maioria dos 3000 produtos vendidos pela divisão *Eletro* são fabricados dentro do País, a baixo custo, sendo que seu público alvo são os consumidores de baixa renda.

Os produtos vendidos pela divisão *Eletro* são bens duráveis de altos preços. Dessa forma, a fim de facilitar acesso dos consumidores a esses produtos, grande parte das vendas são realizadas a prazo. Em 1998, cerca de 70% das vendas líquidas da divisão *Eletro* foram feitas a prazo.

No entanto, em razão do recente aumento das taxas de juros ocorrido no início do ano de 1999, e a conseqüente redução do crédito ao consumidor, as vendas a prazo, principal forma de realização de vendas da divisão *Eletro*, sofreram uma substancial redução. Como reflexo dessa redução, as vendas líquidas (no critério mesmas lojas) no 1º Semestre de 1999, da divisão *Eletro* sofreram uma queda de 22,9% em relação ao mesmo período do ano de 1998.

A Emissora inaugurou três novas lojas *Eletro* em 1998, todas localizadas no Estado de São Paulo. Em julho de 1998, a Emissora arrendou 13 lojas anteriormente operadas pela cadeia G. Aronson, o que fortaleceu sua posição no setor de eletrodomésticos. Além disso, 12 de suas lojas estão localizadas em *shopping centers*, onde há grande circulação de clientes. A Emissora alugou, ainda, três outras lojas de terceiros





Distribuição das Lojas



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



A tabela abaixo mostra a distribuição das lojas da CBD no Brasil por Estado:

	Pão de Açúcar		Extra		Eletro		Barateiro		CBD	
	nº de lojas	%	nº de lojas	%	nº de lojas	%	nº de lojas	%	nº de lojas	%
São Paulo	110	75,9	23	71,9	68	91,9	69	100	270	84,4
Rio de Janeiro	6	4,1	2	6,3	-	-	-	-	8	2,5
Mato Grosso do Sul	-	-	1	3,1	-	-	-	-	1	0,3
Paraná	-	-	2	6,3	-	-	-	-	2	0,6
Minas Gerais	-	-	1	3,1	-	-	-	-	1	0,3
Pará	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Piauí	4	2,8	-	-	-	-	-	-	4	1,3
Ceará	11	7,6	-	-	-	-	-	-	11	3,4
Brasília	12	8,3	1	3,1	6	8,1	-	-	19	5,9
Pernambuco	1	0,7	-	-	-	-	-	-	1	0,3
Paraíba	1	0,7	-	-	-	-	-	-	1	0,3
Bahia	-	-	2	6,3	-	-	-	-	2	0,6
Total	145	100	32	100	74	100	69	100	320	100

Encerramento de atividades da Divisão Superbox

As atividades da divisão Superbox foram encerradas em 1º de outubro de 1998. A causa principal foi a falta de sinergia das lojas com a estratégia adotada pela Emissora.

Ao final de 1997, a divisão Superbox era constituída de 10 lojas. Dessas lojas, 4 foram convertidas em lojas da divisão Extra, 1 foi fechada e 5 delas permanecem em operação com a bandeira Superbox, sendo, no entanto, operadas por outras divisões da Emissora. A bandeira ainda é utilizada nas unidades de (i) Recife e João Pessoa, operadas pela divisão Pão de Açúcar, (ii) São Paulo – SP Market, operada pela divisão Extra e (iii) 2 unidades de Jundiá, ambas operadas pela divisão Barateiro.

Perfil Operacional da CBD

A tabela a seguir apresenta a área total de vendas, a área média de vendas por loja, o número total de funcionários e o número total de caixas para cada um dos formatos de lojas da Emissora em 30 de junho de 1999:

Divisão	Número de Lojas	Área de Vendas em m ² (1)	Área Média de Vendas por Loja em m ² (2)	Número total de funcionários (3)	Número de Caixas
Pão de Açúcar	145	164.428	1.134	12.654	1.752
Barateiro	69	84.526	1.225	4.098	849
Extra	32	228.212	7.132	11.024	1.684
Eletro	74	38.869	525	1.697	187
Sede e Centro de Distribuição	-	-	-	3.346	-
Total	320	516.035	1.613	33.119	4.472

(1) Representa o total da área de vendas por divisão em 30 de junho de 1999.

(2) Calculado utilizando-se a média de metros quadrados da área de vendas do último dia de cada um dos meses do período;

(3) Número equivalente de funcionários que trabalham em período integral, calculado dividindo-se o número total de horas trabalhadas por todos os funcionários, em junho de 1999, por 220 horas.

Marcas Próprias - Qualidade

A Emissora, através de sua marca própria *Qualitá*, oferece a seus clientes uma alternativa de consumo. Esta marca oferece uma grande variedade de produtos de alta qualidade e preços competitivos. O padrão de qualidade da marca é a garantia de que os produtos são controlados, testados, inspecionados e estão de acordo com normas oficiais de qualidade. Esta linha de produtos é colocada à disposição do público nas divisões *Pão de Açúcar*, *Extra* e *Barateiro*. Em 1998, esta linha de produtos contava com aproximadamente 200 itens, sendo 90 deles, produtos alimentícios e 110 itens, produtos não alimentícios. A intenção da CBD é oferecer 300 itens, entre alimentícios e não alimentícios, até o final de 1999.

As principais vantagens da marca própria nas lojas da Emissora são: (i) estímulo à fidelidade do consumidor às lojas das divisões da Emissora; (ii) possibilidade da Emissora oferecer produtos de alta qualidade a um custo menor, em razão dos pequenos investimentos realizados com embalagens e marketing; e (iii) aumento do poder de barganha da Emissora em relação aos seus fornecedores, em razão da opção de produtos a um custo menor.



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



5. UNIDADES DE NEGÓCIOS

Em 1998, a Emissora iniciou um projeto através do qual foram criadas quatro unidades de negócios para organizar as atividades: (i) a Unidade Comercial; (ii) Unidade de Cadeia de Suprimentos; (iii) Unidade de Operações; e (iv) Unidade de Marketing. Essa estrutura permite que a Emissora adeqüe as linhas de produtos, preços e promoções aos perfis dos consumidores de cada uma de suas divisões.

A Unidade Comercial é responsável pela gestão de toda a política comercial da CBD. Entre suas atribuições, incluem-se:

- Definir preço de compra, preço de venda, exposição de mercadorias em loja, níveis de estoque em loja e depósitos;
- Relacionamento com fornecedores (condições comerciais na aquisição de mercadorias, ações comerciais cooperativadas);
- Cadastrato de produtos em cada uma das lojas da CBD;
- Garantir correto posicionamento de cada uma das lojas em termos de mix de produtos e posicionamento de preços; e
- Política de abastecimento às lojas, de forma a garantir o correto nível de estoques com o mínimo nível de ruptura (falta de mercadoria).

A Unidade Cadeia de Suprimentos, localizada no Centro de Distribuição, recebe e entrega os produtos às lojas da Emissora. A criação desta Unidade resultou na redução dos custos operacionais, bem como propiciou a entrega mais rápida e flexível de mercadorias. Esta Unidade é responsável por:

- Gestão dos depósitos da Emissora;
- Abastecer as lojas nas quantidades e tempos estabelecidos;
- Negociar fretes de distribuição das mercadorias internalizadas nos depósitos, de forma a minimizar os custos logísticos; e
- Dimensionar as capacidades de estocagem para a CBD.

A principal função da Unidade Operações, localizada nas próprias lojas, é a gestão das lojas da Emissora. Esta Unidade tem por responsabilidade:

- Zelar pelos ativos operacionais da Emissora;
- Garantir o atendimento dos padrões operacionais definidos (padrões de atendimento, necessidades de treinamento de funcionários, exposição de mercadoria, divulgação de ações comerciais e de marketing em loja);
- Garantir o correto posicionamento da loja em seu mercado, observando ações da concorrência e as necessidades de seus consumidores;
- Recebimento e estocagem de mercadorias; e
- Relacionamento com fornecedores em suas ações em lojas.

A Emissora também conta com a Unidade de Marketing, responsável pelo apoio necessário para as outras unidades de negócios por meio de campanhas publicitárias e outras atividades. Esta Unidade tem por atribuições:

- Garantir para a CBD o maior e mais amplo conhecimento dos clientes/consumidores;
- Traduzir este conhecimento em ações de marketing (forma de divulgação, promoções);
- Desenvolver ações de marketing cooperativadas com fornecedores (em conjunto com a Unidade de Negócios Comercial);
- Estabelecer posicionamentos de marketing específicos para cada uma das marcas, fazendo com que tanto a publicidade, quanto as promoções estejam atreladas a estes posicionamentos definidos; e
- Estabelecer planos de Mídia e negociar a mídia com os veículos.

6. INVESTIMENTOS e AQUISIÇÕES

Investimentos realizados

O ano de 1998 foi marcado pelos pesados investimentos da Emissora na aquisição de redes de supermercados, atualização, renovação e conversão de lojas já existentes, bem como investimentos em tecnologia e no sistema de distribuição centralizada. O total investido no decorrer do ano de 1998 foi de R\$ 930,4 milhões, representando um crescimento de 116% em relação ao ano de 1997, quando foram investidos R\$ 430,5 milhões.





Em 1998 foram concluídas as obras de conversão de 4 lojas de desconto Superbox em modernos hipermercados *Extra*, sendo que 2 deles foram abertos em Salvador; 1, em Brasília e o outro na Cidade do Rio de Janeiro. Em razão da aquisição da rede *Barateiro*, 6 lojas da rede foram convertidas em hipermercados *Extra*, todas elas previamente reformadas e incorporadas ao modelo de gestão da Emissora.

Além das conversões, a Emissora promoveu o aumento do número de suas lojas por meio da inauguração de unidades em todas as regiões do Brasil. Foram abertas 6 novas lojas *Pão de Açúcar* e foi inaugurado o 2º Hipermercado *Extra* em Curitiba, com 8.300 m² de área de vendas, além dos 2 novos Hipermercados *Extra*, localizados em Guarulhos e na Penha, ambos no Estado de São Paulo.

Foram abertas, ainda, duas lojas *Pão de Açúcar* em Brasília, provenientes da concessão da SAB, obtida através de processo licitatório. Essas lojas, passaram por completo processo de renovação e modernização.

Investimentos foram realizados, também, nas obras de completa remodelagem de 18 supermercados *Pão de Açúcar*, no término da reforma da parte antiga do Centro de Distribuição, que maximizou sua capacidade de abastecimento às unidades operacionais e na implementação de sistema de comunicações via satélite entre a Sede Administrativa da Emissora, o Centro de Distribuição e 64 lojas localizadas fora do Estado de São Paulo. A loja *Extra* Barra, localizada no Rio de Janeiro, foi inteiramente reformada.

No 1º semestre de 1999, foram inauguradas 2 novas lojas *Pão de Açúcar*, sendo uma em Fortaleza e outra em Brasília. Além disso, 18 lojas *Pão de Açúcar* foram convertidas para o formato *Barateiro*, uma loja *Barateiro* e uma loja adquirida da Rede Peralta foram convertidas para o formato *Extra*. Finalmente, 23 lojas da Rede Peralta e um supermercado da Rede Guassu foram convertidas para o formato *Barateiro*.

Em relação ao “*Bug do Milênio*”, a Emissora investiu R\$ 6,3 milhões no Projeto Ano 2000 – Bug do Milênio. Preocupada com o problema que poderá surgir a partir do início do ano 2000 nos sistemas eletrônicos, a Emissora trabalhou em seus sistemas e processos de negócios, objetivando seus corretos funcionamentos. Dessa forma, a Emissora desenvolveu o projeto denominado “Ano 2000”, com vistas a (i) identificar os impactos e riscos incidentes sobre os processos de negócios, (ii) estabelecer metodologias e cronogramas, e (iii) determinar os custos e a alocação dos recursos necessários para a definitiva solução de problemas relacionados com o “Bug do Milênio”.

A Emissora, através de sua administração, consciente de que a não solução de problemas relacionados com a chegada do ano 2000 poderia acarretar a possível interrupção de suas atividades, envidou todos os esforços para o sucesso deste projeto. Em decorrência, foram adotadas medidas para assegurar que todos os *softwares* estejam adequados para funcionamento em 1º de janeiro de 2000.

Aquisições

Segundo seu Plano de Expansão, a Emissora investiu R\$ 340 milhões em 1998 e R\$ 185,6 milhões no 1º semestre de 1999 em aquisições de redes de supermercados, hipermercados, lojas e terrenos.

Em junho de 1998, a Emissora adquiriu a rede “Barateiro” de supermercados, com 32 lojas localizadas no Estado de São Paulo, faturamento bruto de R\$ 574 milhões em 1997 e 77.141 m² de área de vendas.

A rede “Millo's Comercial Carajás”, composta de 2 hipermercados e 1 supermercado, localizados em São Paulo, foi adquirida em fevereiro de 1998. Além disso, a CBD obteve a concessão operacional de 3 supermercados da empresa estatal SAB em Brasília. Agregou 19.500 m² de área de vendas à área de vendas da Emissora e faturamento bruto da ordem de R\$ 250 milhões anuais. Foi adquirida, também, a “Loja Guassu”, localizada em São Vicente, no litoral do Estado de São Paulo, que foi convertida em loja do formato *Barateiro*.

A Emissora adquiriu, em fevereiro de 1999, a rede “Peralta”, composta de 37 supermercados e 1 hipermercado, com área de vendas de 48.000 m². Durante o 1º trimestre de 1999, 23 dessas lojas foram convertidas para o formato *Barateiro*, 14 lojas foram convertidas no formato *Pão de Açúcar* e o hipermercado foi convertido para o formato *Extra*.

A fim de aumentar as operações de “*cross-docking*” e promover a otimização do abastecimento de frutas, legumes e verduras no sistema logístico da Emissora, o terreno adjacente ao Centro de Distribuição foi adquirido para construção de um depósito, finalizado em novembro de 1998.

A Emissora adquiriu, ainda, um terreno localizado na região de Barueri, Estado de São Paulo, que representava o único acervo da sociedade “Stratosfera Administradora S/C Ltda.”, cujo controle acionário foi adquirido pela CBD. Neste terreno, a Emissora operará um supermercado da divisão *Pão de Açúcar*.





Em junho de 1999, a Emissora arrendou 2 lojas do “Mappin Lojas de Departamentos S.A.”, sendo uma localizada na Praça Ramos (de aproximadamente 36.000 m²) e outra na Av. Juscelino Kubitschek (de aproximadamente 25.000 m²), ambas na Cidade de São Paulo. No entanto, no mês subsequente foi decretada a falência do Mappin. Em função deste evento a referida operação de arrendamento foi suspensa. A Companhia, via os meios legais disponíveis, está tentando solucionar as pendências legais existentes para a realização desta operação.

Arrendamento Operacional – Paes Mendonça

Em 1999, 25 lojas da rede de supermercados “Paes Mendonça” foram arrendadas pela empresa Novasoc Ltda. (“Novasoc”), da qual a CBD possui 10% do capital social, e serão operadas sob as bandeiras *Pão de Açúcar*, *Barateiro* e *Extra*. A Novasoc recebeu empréstimo da CBD para aplicar na remodelagem das lojas arrendadas. Além disso, a CBD presta à Novasoc todos os serviços administrativos, além de fornecer as marcas que serão operadas as lojas. Pelos serviços prestados à Novasoc e pelo uso das marcas, a CBD recebe remuneração com base em participação na receita da Novasoc.

O arrendamento mercantil contratado tem duração de 5 anos, com 2 opções de renovação de 5 anos cada. A Novasoc também tem o direito de comprar a rede de supermercados “Paes Mendonça” (opção de compra).

De todas as lojas arrendadas, 13 já estão em funcionamento, sendo 9 lojas *Pão de Açúcar*, 1 loja *Barateiro* e 3 lojas *Extra*. As demais lojas estão em processo de reforma e conversão para os formatos das lojas CBD, devendo iniciar as operações ao longo do 3º trimestre do ano de 1999.

Em maio de 1999 foi adquirido imóvel relativo ao hipermercado localizado em Belo Horizonte, anteriormente locado para a rede Paes Mendonça e que pertencia à Caixa dos Empregados da Usiminas, com área de vendas de 12.480 m². A Companhia estará desembolsando R\$37 milhões por esta loja, em 73 parcelas mensais, ajustados por IGP-M e acrescidos de juros de 6% ao ano. Esta loja será operada pela NOVASOC e convertida para o formato Extra ao final do 3º Trimestre/99.

Plano de Investimentos

A Emissora visa à continuidade de seu Plano de Investimento e Expansão, segundo o qual deverão ser investidos em torno de R\$ 450 milhões em 1999. O Plano de Investimento e Expansão da Emissora inclui:

Abertura de Novas Lojas: A Emissora pretende abrir entre 7 e 10 novas lojas em 1999, das quais 2 a 5 lojas *Pão de Açúcar* e 3 a 5 lojas *Extra*. A Emissora estima que o custo das novas lojas será de aproximadamente R\$100 milhões. Até o final do 2º semestre de 1999 foram abertas 2 lojas *Pão de Açúcar*.

Reforma e Renovação das Lojas Existentes: A Emissora pretende remodelar, até o final de 1999, aproximadamente 30 lojas *Pão de Açúcar* e *Barateiro*. O programa de renovação permitirá (i) o aumento dos equipamentos de refrigeração, permitindo venda maior de produtos de alta margem, (ii) a criação de um ambiente mais moderno, amigável e eficiente, e (iii) que as lojas sejam equipadas com avançados Sistemas de Intercâmbio Eletrônico de Dados (“EDI”) e outros sistemas de informação. O sistema EDI é um sistema de controle de informações que permite que ocorra a transferência de dados através da internet, entre a Emissora e os fornecedores. De 1995 a 1998, a Emissora remodelou 110 lojas. Os custos estimados do programa de renovação de 1999, acima descrito, é de aproximadamente R\$ 19 milhões.

Melhorias na Tecnologia de Informação: A Emissora visa ao aperfeiçoamento da Tecnologia de Ponto e Venda (“PDV”), bem como à expansão de seus sistemas de informações gerenciais. A Emissora continuará equipando suas lojas no Estado de São Paulo com EDI, possibilitando a conexão dessas lojas ao centro de distribuição da Emissora e aos seus fornecedores.

Logística e Armazenagem: Até o final de 1998, 32% das compras de mercadorias eram processados por meio de EDI, conectando mais de 45 fornecedores. O objetivo da Emissora é ter, no final de 1999, 50% de todas as compras processadas por meio de EDI. A implantação do Programa de “Data Warehouse”, a seleção de hardware e software, o treinamento de informática, a catalogação de todos os software existentes e a solução das questões referentes ao Ano 2000 estão, atualmente, em andamento e sua conclusão é esperada para o 2º semestre de 1999. A Emissora estima que o custo com melhorias dos sistemas será de aproximadamente R\$10 milhões.

A Emissora pretende, ainda, continuar adquirindo e convertendo os supermercados e hipermercados adquiridos nos formatos *Pão de Açúcar*, *Barateiro* ou *Extra*. Com a incorporação, pela Emissora, em fevereiro de 1999, da cadeia de supermercados “Peralta”, o número de funcionários aumentou em 4.170 e a área de vendas, em 48.000 m² a um custo de R\$148,6 milhões.



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



7. FORNECEDORES

Os produtos vendidos pela Emissora são, na sua maioria, comprados à vista ou a curto prazo. A Emissora adquire mais de 45.000 produtos de aproximadamente 3.200 fornecedores. Em 1998, nenhum fornecedor foi responsável por mais de 4% do total de produtos adquiridos pela Emissora. Os 10 maiores fornecedores da Emissora, em conjunto, contabilizaram em 1998, 18% do total de compras. Essas compras geralmente são pagas com prazo médio de 38 dias após o recebimento. A Emissora acredita que não depende de nenhum fornecedor individualmente. Além disso, a CBD nunca sofreu dificuldades materiais em adquirir quantidades suficientes de produtos.

Os principais fornecedores da Emissora estão sediados no Estado de São Paulo. Aproximadamente 5% da receita das vendas da CBD em 1998 foram geradas pela venda de produtos importados, principalmente da Alemanha, Itália, China, Portugal, Bélgica, Argentina e Estados Unidos. Esses produtos são fornecidos por importadores instalados no País e pelos representantes de compras da Emissora em Lisboa, Nova Iorque e Miami.

8. LOGÍSTICA E DISTRIBUIÇÃO

Para distribuir eficientemente produtos perecíveis, itens de mercearia e mercadorias em geral, a Emissora opera um complexo de distribuição central, estrategicamente localizado na área metropolitana de São Paulo. A localização do Centro de Distribuição no sistema rodoviário Anhanguera/Bandeirantes possibilita à Emissora fazer remessas freqüentes para as lojas, o que reduz a necessidade de espaço para estocagem dentro dos estabelecimentos comerciais e limita o armazenamento de estoques não produtivos. A Emissora possui um sistema que está em operação desde 1996, responsável pelo gerenciamento e controle dos estoques e sua distribuição.

Atualmente, 320 lojas num raio de 2.000 km. são supridas pelo Centro de Distribuição, incluindo 214 supermercados, 32 hipermercados e 74 lojas *Eletro* nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e no Distrito Federal. As lojas localizadas nos Estados de Pernambuco, Ceará, Piauí, Bahia, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais são parcialmente supridas pelo Centro de Distribuição.

O sistema *Computer Automatic Order* - pedidos assistidos por computador (“CAO”) foi desenvolvido em 1997 com o objetivo de proporcionar maior eficiência operacional no abastecimento das lojas pela CBD, evitando o excesso de determinados produtos nos estoques das lojas e a falta de outros. Através do uso do sistema CAO, cada loja gera seu pedido automaticamente. O sistema baseia-se no estoque atual da loja, no estoque mínimo estimado, no giro diário médio das mercadorias e nas vendas registradas diariamente nos PDVs para gerar os pedidos da loja.

Em 1998, a Emissora aperfeiçoou os seus sistemas de operação de rádio-freqüência, assumindo o controle total das atividades de recebimento, armazenagem, retirada e expedição, e aumentou as operações de EDI e de pedidos assistidos por CAO, permitindo a comunicação em rede entre a Emissora e seus fornecedores. Em 30 de junho de 1999, 41% dos fornecedores estavam conectados à Emissora por meio do EDI. Voltado para coordenar a entrada e a saída de estoque, o sistema CAO permite que os pedidos sejam completados automaticamente, o que resulta em entregas programadas de acordo com a necessidade da loja, redução no nível de saída de estoque, e melhoria na movimentação dos estoques.

A Emissora também implantou uma rede de comunicação por satélite e um sistema de armazenagem de dados, facilitando a tomada de decisões estratégicas. O treinamento contínuo de funcionários melhorou a produtividade e a qualidade das operações.

No ano de 1998, também foram concluídas novas obras de ampliação e modernização do Centro de Distribuição, que agora conta com uma área total de 194.000 m². A exemplo do que ocorreu em 1997, a Emissora vem investindo na modernização e ampliação da capacidade deste depósito, por considerá-lo estratégico na tarefa de obter ganhos de produtividade. Hoje, grande parte das atividades estão automatizadas, dentre as quais destacam-se: entrega de mercadorias programadas junto ao fornecedor; recepção de mercadorias; armazenagem de mercadorias; e faturamento de mercadorias para as lojas e clientes. A recepção e a movimentação de mercadorias no Centro de Distribuição são realizadas com suporte de leitores óticos de códigos de barras, conectados a um computador central via sistema de rádio freqüência.

Com este novo depósito a Emissora pode ampliar o abastecimento centralizado para todas as lojas. Para realizar esta ampliação, a Emissora vem desenvolvendo e utilizando as mais modernas técnicas de logística e Efficient Consumer Response (“ECR”). A tecnologia de ECR busca uma aliança estratégica entre as empresas do varejo e seus fornecedores. Através do uso de ferramentas específicas, o ECR tem o objetivo de tornar mais eficiente a cadeia de suprimento como um todo, procurando satisfazer as necessidades dos clientes dos varejistas de maneira mais rápida e mais eficiente a um custo menor. A Emissora tem uma ativa participação na Associação ECR Brasil desde a sua inauguração. Esta Associação foi fundada em 1997 por 22 grandes empresas fornecedoras dos supermercados e 22 empresas comerciais, visando a disseminação do modelo conceitual e operacional do ECR.



A Emissora possui também um armazém central para eletrodomésticos, móveis, produtos eletrônicos e linha branca no Estado de São Paulo, que é operado pela divisão *Eletro*. Os produtos de grande porte são distribuídos diretamente desse armazém aos consumidores.

Como consequência dos investimentos em logística e tecnologia iniciados em 1997, a Emissora alcançou ganhos de produtividade significativos em 1998, melhorando a viabilidade do produto em lojas e aumentando sua base de clientes. No 1º semestre de 1999, o número total de transações registradas nos caixas da CBD foi de R\$ 115.961.133,00, representando um aumento de 60,2% ao registrado no mesmo período de 1998.

9. MERCADO CONSUMIDOR

Os supermercados são os locais de compra para abastecimento do domicílio de maior penetração entre os consumidores. Recentes pesquisas da ABRAS revelam que a maioria dos consumidores que freqüentam supermercados efetuam o pagamento de suas compras em dinheiro e pouco mais da metade dos consumidores é fiel a um único supermercado. O principal critério para escolha do supermercado é o preço. Além disso, apenas 25% da população tem o hábito de comprar comida pronta com uma freqüência média de uma vez por mês. Desse total, 15% compra em supermercados. Finalmente, nas pesquisas, os consumidores se mostraram conservadores em relação à perspectiva econômica do país nos próximos 12 meses, acreditando na manutenção do quadro de estabilidade.

A CBD, por operar formatos de lojas com características específicas, atinge diversos nichos do mercado consumidor. (Vide Seção **Operações**).

10. VENDAS

As vendas líquidas da CBD, conforme a legislação societária, somaram, em 31 de dezembro de 1998, R\$ 4.429.230 mil reais. As vendas foram realizadas em 284 lojas da CBD, que somavam 470.591 m² em 31 de dezembro de 1998. A divisão *Pão de Açúcar* contribuiu com R\$ 1.724.924 mil reais em vendas líquidas. Já a divisão *Barateiro* obteve um resultado de R\$ 288.856 mil em vendas líquidas. A divisão *Extra* obteve um resultado correspondente a R\$ 1.821.067 mil em vendas líquidas. Finalmente, as vendas da divisão *Eletro* somaram R\$ 321.807 mil em 1998.

A tabela abaixo demonstra as vendas de cada divisão nos anos de 1997, 1998 e nos primeiros semestres dos anos de 1998 e 1999:

Vendas Líquidas em Legislação Societária (R\$ mil)

	1997	%	1998 ⁽¹⁾	%	1º Sem 98	%	1º Sem 99 ⁽²⁾	%
Pão de Açúcar	1.392.846.154	44,7	1.724.924.032	38,9	791.056.786	42,1	973.889.489	37,5
Barateiro	-	-	288.855.568	6,5	42.448.926	2,3	294.918.509	11,4
Extra	937.958.097	30,1	1.821.066.786	41,1	707.356.273	37,7	1.166.036.902	44,9
Eletro	280.517.203	9,0	321.806.663	7,3	129.443.605	6,9	135.154.765	5,2
Superbox	502.478.752	16,1	272.577.293	6,2	206.712.516	11,0	-	-
Peralta	-	-	-	-	-	-	27.048.170	1,0
CBD	3.113.800.206	100	4.429.230.343	100	1.877.018.106	100	2.597.047.835	100

(1) Inclui o mês de junho de 1998 da divisão Barateiro.

(2) Inclui o mês de fevereiro de 1999 das lojas Peralta.

Internet – Pão de Açúcar Delivery

Tendo sido o 1º supermercado virtual do Brasil, inaugurado em setembro de 1995, o Pão de Açúcar Delivery apresenta-se como uma alternativa de compras para o consumidor, estando presente nos Estados de São Paulo, Brasília e Rio de Janeiro, desde março de 1999.

A utilização da internet como sistema de vendas para o projeto Delivery vem oferecendo aos clientes da CBD seus 8.000 produtos alimentícios e uma forma moderna e conveniente para fazer suas compras, aumentando, ao mesmo tempo, a lucratividade da Emissora, através do barateamento do processo de comercialização. Apesar do total das vendas realizadas por este processo eletrônico, via internet, ser ainda pouco representativo em relação às vendas totais da Emissora, a CBD acredita que, em um futuro não muito distante, essa modalidade de vendas constituirá uma importante vantagem competitiva.



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



Além de se constituir em uma poderosa ferramenta de marketing para a CBD, através do acesso à internet, o consumidor pode utilizar outras formas de interação, incluindo os mais variados programas de ofertas e promoções comerciais, formas de pagamento, identificação da localização das lojas, comunicação com o serviço de atendimento a reclamações/sugestões de clientes (“*Ombudsman*”) e o envio de “*curriculum vitae*” para a área de Recursos Humanos.

A CBD, em parceria com a empresa Eletronic Data System do Brasil (“EDS”), desenvolveu um controle de informações de fornecedores em padrão EDI permitindo que ocorra, a baixo custo, a transferência eletrônica de dados através da internet, entre a empresa e os fornecedores. Em 1999, aproximadamente R\$ 250 mil serão investidos na reestruturação do site da CBD na internet. O Pão de Açúcar Delivery ganhou o maior prêmio da Internet brasileira, o I Best, em duas categorias, como melhor site de comércio eletrônico do Brasil.

Sazonalidade dos Negócios

Os resultados das operações da Emissora apresentam certa sazonalidade, sendo que são verificadas concentrações das vendas nos períodos de Páscoa (Março ou Abril) e no 4º trimestre, em razão das festas de fim de ano. Como consequência, a Emissora tem um significativo aumento do passivo junto a seus fornecedores durante o mesmo período.

11. POLÍTICA DE CRÉDITO

Em 1998, aproximadamente 19,2% da receita de vendas líquida da Emissora foram provenientes de vendas a crédito, na forma de cheques pré-datados e vendas a prazo. No 1º semestre de 1999, esse mesmo percentual caiu para 14,1%.

As compras realizadas por meio de cartões de crédito e ticket alimentação não são consideradas vendas a crédito, apesar do recebimento dar-se após alguns dias da data da compra pelo consumidor. Isto se deve ao fato de que as vendas realizadas com ticket alimentação ou cartões de crédito não representam risco significativo à Emissora, uma vez que os riscos de inadimplência são repassados às empresas administradoras de cartões de crédito e as operações com ticket são garantidas por carta de fiança bancária.

Operações de Financiamento ao Consumidor

Cheques pré-datados

Atualmente a Emissora tem dois programas de cheques pré-datados: (i) no primeiro, o cheque é apresentado até 30 dias após a compra e nenhuma taxa de juro é cobrada ou adicionada ao valor do pagamento; e (ii) no segundo programa, os juros são calculados e embutidos no valor da compra a uma taxa mensal fixa. O PDV da Emissora nos caixas calcula os juros com base em uma taxa fixa mensal (em 30 de junho de 1999, de aproximadamente 4% ao mês em até 90 dias) e acrescenta o montante ao valor total das compras feitas. Os juros do valor total da nota é registrado como receita financeira na demonstração do resultado da Emissora, na medida em que é auferido.

O programa de financiamento aos consumidores é limitado a clientes que se adequam aos critérios de qualificação de crédito da Emissora e aos que possuem o cartão “*Special Card*” da CBD. O “*Special Card*” é utilizado por mais de 340.000 clientes, pelo menos uma vez ao mês. As vendas a prazo por meio de cheques pré-datados foram responsáveis por 13,5% da receita das vendas líquida da Emissora em 1998 e 10,5% no 1º semestre de 1999. O prazo médio para pagamento das vendas realizadas com cheques pré-datados é de 51 dias.

Vendas a prazo

A divisão *Eletro* da Emissora oferece financiamentos atraentes a seus consumidores, que freqüentemente compram a prazo os produtos da divisão. O prazo médio de financiamento ao cliente, da divisão *Eletro*, em 1998 foi de 5,7 meses, com pagamentos de juros fixos de aproximadamente 6,7% ao mês. As operações de financiamento ao consumidor geralmente são contratadas com prazo de até 24 meses, tendo por base linhas de financiamento obtidas pela Emissora, de instituições financeiras nacionais, por prazos menores e a taxas fixas. As vendas a prazo nas lojas *Eletro* foram responsáveis por 57,8% da receita de vendas líquida, da divisão *Eletro*, em 1998 e 5,7% da receita de vendas líquida da Emissora em 1998. Ressalte-se que, em razão do financiamento vendas dos produtos da Divisão *Eletro*, que são bens duráveis de altos preços, o faturamento desta divisão é altamente sensível às taxas de juros, conforme pôde ser percebido quando as taxas de juros aumentaram sensivelmente no 1º semestre de 1999.





Vendas com Cartão de Crédito

Todas as divisões da Emissora aceitam o pagamento de compras através dos cartões de crédito *Mastercard*, *Visa*, *Diners Club* ou o cartão de crédito com a marca *Pão de Açúcar*. Este cartão foi estabelecido através de um contrato entre a Emissora e a “Credicard S.A. Administradora de Cartões de Crédito”, a única empresa brasileira licenciada pela *MasterCard International Incorporated* (“Credicard”). Pelas cláusulas do contrato, a Credicard administra o programa desse cartão e as partes compartilham o risco de crédito relacionado às transações realizadas com o mesmo. As vendas a consumidores feitas com o uso de cartões de crédito foram responsáveis por 21,7% das vendas líquidas da Emissora em 1998 e por 22,8% no 1º semestre de 1999.

Inadimplência

A Emissora, em função de uma política conservadora na concessão de crédito, vem apurando baixos níveis de inadimplência. Tendo como parâmetro os pagamentos atrasados em um período superior a 180 dias, em 1998, foi verificada uma inadimplência de 1,5% nas vendas através de cheques pré-datados e de 5,5% nos crediários. No 1º semestre de 1999, não foi verificada nenhuma mudança significativa, permanecendo a inadimplência nos mesmos níveis de 1998.

A CBD faz uma provisão para devedores duvidosos, constituída com base na média histórica de perdas efetivas em exercícios anteriores. Em 30 de junho de 1999, a provisão para vendas efetuadas no crediário era de R\$ 16.795 mil e de R\$ 2.482 mil para os recebíveis duvidosos das vendas efetuadas através de cheques pré-datados. O valor total da provisão era de R\$ 19.277 mil em 31 de março de 1999.

Cobrança

A CBD efetua a cobrança dos créditos atrasados em três etapas. Na primeira, é feita a comunicação do atraso à loja responsável pela venda, cujo responsável fará contato com o cliente. Caso o débito não seja quitado nesta fase, a administração da CBD, através do caixa central, entra em contato com o cliente devedor, solicitando o pagamento do débito. Essas duas etapas são internas, realizadas pela própria CBD, através de seus funcionários. Caso as etapas internas fracassem, os créditos são lançados como perda e repassados a uma empresa especializada em cobrança, que toma todas as providências, a fim de recuperar o mencionado crédito.

12. MARKETING

A estratégia mercadológica da Emissora é a de intensificar a imagem de qualidade das lojas da Emissora e enfatizar sua variedade de produtos e serviços oferecidos com preços competitivos. Cada divisão emprega sua própria estratégia mercadológica destinada a promover seus pontos fortes particulares e a atingir sua base de clientes. Em 1997 e 1998, a Emissora gastou, em cada ano, aproximadamente 2,2% do total da receita de vendas, líquida, em propaganda. Embora o enfoque principal da propaganda da Emissora seja em promoções de marcas específicas, de preços e qualidade, a mesma também promove regularmente a marca de suas lojas por meio do patrocínio de eventos esportivos e culturais, e apoio de atividades de promoção ao meio ambiente.

O principal veículo de marketing da Emissora é a televisão, responsável por aproximadamente 29% das despesas de publicidade em 1997 e 1998. Nos anos de 1997 e 1998, a Emissora despendeu aproximadamente 36% e 28% de suas despesas mercadológicas com propaganda veiculada em rádio, jornais e revistas e 34% e 41% em outras atividades promocionais, respectivamente. A Emissora centraliza a compra de tempo ou espaço publicitário para todas as suas divisões, o que permite uma redução das despesas mercadológicas. A CBD trabalha com as principais agências de publicidade brasileiras.

Além disso, a Emissora desenvolveu uma estratégia de marca própria, por meio da qual as várias divisões da Emissora vendem produtos de alta qualidade a preços competitivos sob o nome “Qualitá”. A Emissora entende como principais vantagens de ter uma marca própria, a preferência pela sua marca por parte dos consumidores e melhores condições de negociação com seus fornecedores, tendo em vista que os produtos com a marca Qualitá oferecem qualidade semelhante à das melhores marcas e possuem preços mais favoráveis.

13. INFORMAÇÕES SOBRE MARCAS E PATENTES

A CBD é proprietária de todas as marcas de suas divisões, inexistindo cessões de direitos de uso ou outras concessões dessas bandeiras. No entanto, a Emissora concede a terceiros o direito de uso de suas marcas antigas, tais como Minibox, Peg-Pag e Sirva-se.



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



Além disso, a Emissora adquiriu a propriedade e o direito de uso de diversas marcas, quando das aquisições descritas na Seção **Investimentos – Aquisições**. A marca “Millo's” foi adquirida, porém nunca foi utilizada. A marca “Peralta” teve seu direito de uso cedido à CBD pelo prazo de 15 meses da data da aquisição da rede, pela Emissora. A marca, no entanto, nunca foi utilizada. A marca “SAB” não foi adquirida quando da concessão de exploração das lojas. Igualmente, a marca “Mambo” não foi comprada pela Emissora.

A Emissora mantém um controle regular dos seus registros junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI, fazendo acompanhamento periódico das suas marcas e patentes e atualização da situação das mesmas, sempre que necessário.

14. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O comprometimento da Emissora com a tecnologia de ponta é um componente importante na oferta aos clientes de um “supermercado do futuro”. A comunicação por satélite entre o Centro de Distribuição e as lojas melhora o fluxo de informações, resultando em uma distribuição mais eficiente. A Emissora já atualizou seus sistemas de forma a assegurar o correto processamento das datas posteriores a 31 de dezembro de 1999.

Além disso, a Emissora tem aprimorado seu *web site* na internet para melhor servir a seus clientes. Este site foi criado com o objetivo de gerar vendas *on-line*, oferecendo a seus clientes uma grande variedade de produtos e uma forma moderna e conveniente para fazer suas compras, aumentando, ao mesmo tempo, a lucratividade da CBD por meio do barateamento do processo de comercialização. Apesar do total de vendas realizadas por este processo eletrônico, via internet, ser ainda pouco representativo no Brasil, a CBD acredita que esta modalidade constituirá uma importante modalidade de venda. Além de constituir uma poderosa ferramenta de marketing para empresa, o site da CBD na internet permite realizar outras formas de interação com os clientes, incluindo os mais variados programas de ofertas e promoções comerciais, formas de pagamento, a identificação da localização das lojas, a comunicação com o serviço de atendimento a reclamações e sugestões dos clientes, o envio de *curriculum* para a área de recursos humanos e o fornecimento de ampla gama de outras informações.

O sistema CAO foi desenvolvido em 1997 com o objetivo de proporcionar maior eficiência operacional no abastecimento das lojas, evitando o excesso de determinados produtos nos estoques das lojas e a falta de outros. Através do uso do sistema CAO, cada loja gera seu pedido automaticamente. O sistema baseia-se no estoque atual da loja, no estoque mínimo estimado, no giro diário médio das mercadorias e nas vendas registradas diariamente nos PDVs para gerar os pedidos da loja.

Em 1998, a Emissora aperfeiçoou os seus sistemas de operação de rádio frequência, assumindo o controle total das atividades de recebimento, armazenagem, retirada e expedição, e aumentou as operações de EDI e CAO, permitindo a comunicação em rede entre a Emissora e seus fornecedores. Voltado para coordenar a entrada e a saída de estoque, o sistema CAO permite que os pedidos sejam completados automaticamente, o que resulta em entregas programadas de acordo com a necessidade da loja, redução no nível de saída de estoque, e melhoria na movimentação dos estoques.

O uso de tecnologia de satélite, pela Emissora, facilita as compras com cartão de crédito e de débito, bem como a verificação de cheques, tornando as compras dos clientes mais ágeis e fáceis. As lojas da Emissora também utilizam tecnologia de satélite para fazer pedidos ao Centro de Distribuição, sete dias por semana, 24 horas por dia.

Em junho de 1999, 78 lojas utilizavam esse tipo de tecnologia para se comunicar com o escritório central. O sistema possui vídeo conferência, capacidade de transmissão de notícias e segurança, a um custo baixo. Na segunda fase de implantação, todas as lojas beneficiar-se-ão da tecnologia de satélite, que também permitirá a transmissão de sons e imagens.

Data Warehouse

O Projeto Data Warehouse encontra-se completamente implantado na CBD, no que se refere ao armazenamento de informações das diversas áreas/atividades. Assim, pode-se afirmar que a CBD possui um “Depósito de Dados” bastante abrangente como fonte segura para a extração de informações.

No momento atual o projeto encontra-se em sua fase mais avançada, com a implementação de alguns sistemas *On Line Analytical Processing* (“OLAP”), que são sistemas que buscam informações no Data Warehouse e as disponibilizam de forma pré-formatada aos usuários. O grande avanço destes sistemas OLAP, está na velocidade de consulta e, principalmente, no fato de serem sistemas muito amigáveis aos usuários.

Neste sentido, pode-se afirmar que o Data Warehouse constitui-se, no momento, em um poderoso instrumento de gestão de negócios, permitindo uma importante redução no tempo de análise e acompanhamento de diversas atividades da Emissora.

Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran





15. FUNCIONÁRIOS E POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS

Em 30 de junho de 1999, a Emissora possuía 33.119 funcionários. A maioria dos funcionários da Emissora são cobertos por acordos sindicais, os quais são renegociados anualmente. As negociações são realizadas entre (i) um grupo administrativo, que representa os principais participantes do setor de varejo de alimentos, inclusive a administração da Emissora e (ii) os sindicatos que representam os funcionários do setor.

A Emissora acredita que a remuneração de seus funcionários está dentro da média praticada no setor, tendo desenvolvido programas de incentivo para motivar os funcionários e assim reduzir a rotatividade dentro da CBD. A Administração da Emissora considera boa a sua relação com os funcionários e sindicatos. Em toda a sua história, as atividades da Emissora nunca foram paralisadas em decorrência de greve de funcionários.

A tabela abaixo mostra o número de funcionários da Emissora em 31 de dezembro para cada um dos últimos cinco exercícios findos em 31 de dezembro.

	<u>1999</u> <u>(em 30/06/99)</u>	<u>1998</u>	<u>1997</u>	<u>1996</u>	<u>1995</u>	<u>1994</u>
Operacionais	29.473	27.598	17.162	19.271	19.282	19.174
Administrativos	3.646	3.745	2.491	1.466	1.147	921
Total	33.119	31.343	19.653	20.737	20.249	20.095

(1) O aumento do número de funcionários de 1996 a 1997 deve-se, principalmente, à transferência dos funcionários administrativos da Emissora das lojas para o escritório central, como parte do plano de centralizar todas as funções administrativas.

Benefícios e prêmios

Em abril de 1997, foi aprovado pela Assembléia Geral Extraordinária da CBD, um plano de opção de outorga de compra de ações preferenciais para seus administradores e empregados, sendo a primeira outorga correspondente ao ano de 1996.

O preço de cada lote é de, no mínimo, 60% da média ponderada das operações com ações preferenciais na semana da outorga da compra. O percentual poderá ser variado para cada beneficiário ou série. A aquisição do direito da opção dá-se da seguinte forma e nos seguintes prazos: (i) 50% no último mês do 3º ano subsequente à data da opção e (ii) 50% no último mês do 5º ano subsequente à data da opção, ficando condicionada uma quantidade de ações com vínculo de inalienabilidade até a aposentadoria definitiva do beneficiário.

O exercício das opções garante aos beneficiários os mesmos direitos concedidos aos demais acionistas da CBD. A administração desse plano foi atribuída a um comitê designado pelo Conselho de Administração.

As informações relativas ao plano de opções de compra das ações podem ser visualizadas a seguir:

	<u>Ações Preferenciais (milhares)</u>
Opções concedidas	
Série I – 9 de maio de 1997	278.600
Série II – 22 de dezembro de 1997	373.200
Série III – 18 de dezembro de 1998	1.007.074
Volume global objeto do plano	<u>1.658.874</u>

Treinamento

A Emissora acredita que é necessário que seus empregados sejam constantemente atualizados. Em 1998, 460.000 horas foram dedicadas a cursos internos e externos, que envolveram profissionais das áreas operacional, administrativa e gerencial.

Através do PROAUDE - Programa de Auto Desenvolvimento, a CBD ofereceu, em 1998, 91 cursos, nos quais 2.400 gerentes puderam aprimorar suas habilidades na gestão operacional, comercial, empresarial e tecnológica, bem como nas áreas administrativa e financeira e no gerenciamento de recursos humanos. Os programas são agrupados por gestão, que reúnem vários cursos voltados para um grande tema. Os principais temas são: (i) Gestão Operacional; (ii) Gestão Comercial; (iii) Gestão Empresarial; (iv) Gestão Tecnológica; (v) Gestão de Administração Financeira; (vi) Gestão de Pessoas; e (vii) Autogestão. Durante o ano de 1999 o PROAUDE oferecerá 130 cursos para um total de 6.000 funcionários inscritos.

A complementação escolar dos funcionários da Emissora é outro fator que merece destaque. Em 1998, foi iniciado o Projeto EducaPão, que está atendendo 150 funcionários. Em 1999, esse projeto será ampliado para incluir mais 40 salas de aula em todo o País, permitindo que aproximadamente 4.000 funcionários concluam sua escolaridade de nível básico e médio.



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



16. DESCRIÇÃO DOS IMÓVEIS

A Emissora é proprietária de 40 lojas, cinco armazéns e parte de sua sede. As 280 lojas restantes operadas pela Emissora e o restante de sua sede são alugadas. A Emissora aluga 24 imóveis, incluindo algumas das suas lojas mais importantes, pertencentes a membros da família Diniz. Esses contratos são negociados e renovados sob condições de mercado, sendo tão favoráveis à Emissora quanto as condições que ela obteria de terceiros.

Os contratos de aluguéis têm prazo de duração variável de 5 a 25 anos. Referidos contratos prevêem pagamentos mensais, baseados em uma porcentagem das vendas, cobrado apenas quando este percentual excede um valor mínimo acordado.

A Emissora possui 19 contratos de aluguel que expirarão em 1999 e 45 que expirarão no ano 2000. Ressalte-se que cada contrato não representa, necessariamente, uma loja, uma vez que existem lojas localizadas em mais de um terreno ou lote. Com base em sua experiência anterior, na legislação brasileira e nas práticas de aluguel, a Emissora não prevê qualquer mudança significativa nos termos gerais de seus aluguéis ou qualquer dificuldade relevante na sua renovação.

A tabela a seguir apresenta a área de vendas, o número de lojas próprias e alugadas pela Emissora, de cada divisão em 30 de junho de 1999:

Divisão	Próprias		Arrendados		Total	
	Quantidade	Área (m ²)	Quantidade	Área (m ²)	Quantidade	Área (m ²)
Pão de Açúcar	21	31.947	124	132.481	145	164.428
Extra	13	94.253	19	133.959	32	228.212
Eletro	4	2.991	70	35.878	74	38.869
Barateiro	2	1.571	67	82.955	69	84.526
CBD	40	130.762	280	385.273	320	516.035

Além dessas propriedades, a Emissora é proprietária de 7 terrenos, que representam uma área total de aproximadamente 500.000 m². A Emissora pretende transformá-los em novas lojas, como parte de seu Plano de Investimento e Expansão. A Emissora acredita que todas as suas instalações estão em condições adequadas para esse fim e serão usadas de acordo com as finalidades previstas.

17. CONTRATOS RELEVANTES

A CBD não é parte em contratos mercantis relevantes, cujas eventuais alterações nas condições e/ou rescisão possam afetar de modo significativo o seu desempenho.

Os contratos financeiros relevantes são discutidos nas seções “Análise e Discussão da Administração sobre as Demonstrações Financeiras” e “Capitalização”.

Contrato de Investimento

Emissora e os acionistas controladores celebraram, em 09/08/1999, um Contrato de Investimento com a Casino Guichard-Perrachon S.A. (a “Casino”), que estabelece parâmetros e condições para o ingresso da mesma como acionista da CBD (o “Contrato de Investimento”). A Casino é uma empresa multinacional francesa, que atua no ramo de distribuição ao varejo, de produtos alimentícios e não alimentícios, com vendas líquidas em 1998 de FRF 92,9 bilhões (equivalente em 31/12/98 a US\$ 16,5 bilhões), operando atualmente na França uma cadeia de 112 hipermercados, 915 supermercados, 314 lojas de desconto e 3.353 lojas de conveniência, além de 421 lojas de diversos formatos em 8 países. Recentemente, a fim de se fortalecer e aumentar o volume de suas vendas, a Casino realizou uma série de investimentos por meio de participações e/ou aquisições de companhias de varejo por todo o mundo. Dentre as últimas aquisições destacam-se companhias sediadas na Argentina, no Uruguai e nos Estados Unidos da América. A Casino é a terceira maior empresa varejista francesa com ações negociadas em bolsa de valores.

O Contrato de Investimento prevê um aumento privado do capital social em ações ordinárias, a serem emitidas pela CBD e adquiridas pela Casino. A participação inicial da Casino será de 20% a 25% do capital votante da CBD. Proporcionalmente ao aumento de capital social em ações ordinárias, a CBD emitirá novas ações preferenciais para viabilizar a participação dos acionistas preferenciais no aumento de capital acima referido. Além disso, nos termos do Contrato de Investimento, a Casino tem a opção de adquirir bônus de subscrição de ações ordinárias e preferenciais que serão emitidos pela Emissora até 31/08/1999. Ainda nos termos do Contrato de Investimento, os controladores da CBD se comprometeram a subscrever as Debêntures da 1ª Série até o limite de 75% (setenta e cinco por cento) do valor da presente Oferta, as quais serão posteriormente transferidas à Casino Guichard-Perrachon S.A.



No caso de todos os direitos de aquisição de participação serem exercidos, estará sendo realizado um investimento na CBD num total de R\$ 2,7 bilhões num prazo de 5 anos, o qual será utilizado para reduzir o nível de endividamento da Emissora, bem como para garantir a expansão de suas atividades e operações. Ao final do período de 5 anos, a Casino poderá estar participando de 40% do capital votante da CBD e 35,5% do seu capital total.

18. ASPECTOS LEGAIS / CONTENCIOSO

A CBD é parte em diversos processos legais referentes a disputas trabalhistas, principalmente decorrentes de demissões, geradas em razão do programa de reestruturação da Emissora implementados nos últimos anos, bem como das demissões ocorridas durante o curso normal de suas atividades. A Emissora tem uma provisão de R\$ 21.455 milhões para arcar com os custos de eventuais pagamentos de indenizações, relacionadas a questões trabalhistas.

A Emissora está contestando o pagamento de determinados impostos, contribuições e obrigações trabalhistas relacionadas, garantindo o juízo através de depósitos em montantes equivalentes aos que estão dependendo de decisões legais finais. Os depósitos relacionados aos impostos contestados em processos nos quais a CBD recebeu decisões favoráveis, ou para os quais a perda não é considerada provável, no montante de R\$ [*] milhões em 30 de junho de 1999, não possuem provisões compensatórias.

A CBD está questionando o aumento das contribuições ao Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”) e ao Programa de Integração Social (“PIS”) introduzido pela Lei 9.718/99. A Emissora reivindica que deveria pagar a COFINS de acordo com os termos da antiga Lei Complementar 70/91 (2% sobre o faturamento) e o PIS de acordo com os termos da antiga Lei 9.715/98 (0,65% sobre o faturamento), com base na asserção de que os aumentos são inconstitucionais.

A CBD está questionando, ainda, por meio de seus acessores jurídicos, a legalidade do limite de 30% de compensação dos prejuízos fiscais estabelecido pela Lei 8.981/95, sendo que, conservadoramente, os montantes não recolhidos estão sendo provisionados na rubrica “Provisão para Contingências”.

Embora não possa haver segurança de que a CBD será bem sucedida em todos os casos, a administração acredita que a decisão final dessas questões não terá qualquer efeito relevante na condição financeira ou nos resultados operacionais da Emissora.

Provisão para Contingências

A CBD mantém uma provisão para contingências, que totalizava R\$ 104.912 mil em 31 de dezembro de 1998. Com a incorporação da rede *Barateiro*, a CBD adicionou R\$ 7.524 mil à sua provisão e também obteve pleito de tutela antecipada autorizando a compensação de valores que considera indevidamente recolhidos, a título de contribuição ao Seguro-Acidente de Trabalho (SAT) e Salário-Educação, com créditos vincendos das mesmas contribuições e contribuições devidas ao INSS patronal. Com isso, as provisões para contingências totalizavam R\$ 163.458 em 30 de junho de 1999. A tabela a seguir demonstra os valores provisionados para cada tipo de eventual contingência, nos anos de 1998 e 1997:

	<u>1º Semestre 1999 (R\$ mil)</u>	<u>1998 (R\$ mil)</u>	<u>1997 (R\$ mil)</u>
Imposto de Renda	58.075	58.075	30.198
Trabalhistas	21.455	20.634	17.615
INSS	32.122	-	-
PIS	10.848	9.402	5.604
FINSOCIAL	8.304	8.267	-
COFINS	29.940	5.433	251
ICMS	2.714	3.101	667
Total	<u>163.458</u>	<u>104.912</u>	<u>54.335</u>

19. ASPECTOS AMBIENTAIS

As atividades da CBD não apresentam impactos ambientais representativos, uma vez que aquelas baseiam-se no comércio, a varejo, de alimentos. Suas atividades não demandam licenças ou autorizações das autoridades responsáveis pelo meio ambiente.



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



20. SEGUROS

A Emissora tem como política manter apólices de seguros para os bens do imobilizado e para o estoque de mercadorias sujeito a riscos, estando as respectivas apólices atualizadas. A cobertura existente em 30 de junho de 1999 contra riscos de incêndio/nomeados e outros, era de R\$ 40 milhões para prédio, equipamentos e mercadorias. A Emissora possui apólices de seguros contra roubo de numerário em lojas e cobertura contra alagamento, deterioração de mercadoria, roubo e/ou furto qualificado de mercadorias, sendo que a primeira cobertura varia conforme as vendas de cada loja e a segunda apólice cobre R\$ 1.000 mil, em caso de alagamento, R\$ 1.000 mil em caso de deterioração de mercadorias e R\$ 300 mil em caso de roubo e/ou furto qualificado. Possui, ainda, seguros em casos de responsabilização civil, tais como roubo de veículos em estacionamentos, cuja cobertura atinge R\$ 1,9 milhões. Finalmente, a Emissora possui apólices de seguro, cuja cobertura inclui o transporte das mercadorias contra roubo, furto, colisão e capotamento dos veículos transportadores. O “seguro transporte” existe nas modalidades nacional e internacional. A Emissora entende ser adequada a cobertura de seguro de seus bens.

21. ESTRATÉGIAS DA EMISSORA

A estratégia de crescimento da Emissora está baseada na maximização de sua reconhecida força no varejo alimentar do Brasil. A Emissora tem o objetivo de continuar o seu crescimento através da abertura de novas lojas e de uma estratégia de aquisições seletivas que reforcem as economias de escala.

A imagem de alta qualidade, a identificação da marca, a presença nacional, a diversidade nos tipos e excelente localização das lojas, particularmente em São Paulo, continuam sendo os pontos fortes da Emissora.

Os principais elementos da estratégia da Emissora são:

Imagem e Qualidade dos Serviços – A Emissora, como uma das cadeias pioneiras no varejo alimentar no Brasil, construiu sua reputação e imagem sobre a alta qualidade de suas atividades. A empresa está empenhada em fornecer produtos de qualidade e serviços aos seus clientes. As lojas da Emissora tem o seu nível de serviços ajustados de acordo com o formato de cada loja e com a preferência de seus respectivos clientes. Além disso, todas as lojas oferecem diversas formas de pagamento. A divisão *Pão de Açúcar* apresenta um nível de serviços mais elevado.

Linha de produtos – Com maior nível de exigência dos consumidores, a concorrência no setor de varejo alimentar está evidenciando cada vez mais a linha de produtos e serviços. As lojas da Emissora oferecem produtos perecíveis de qualidade superior em frutas, legumes e verduras, carnes, laticínios, peixaria, padaria e *delicatessen*. Neste último item, a Emissora desenvolveu uma nova linha de produtos de maior valor agregado, denominada “Pratos Prontos”. Outro foco da Emissora é o desenvolvimento da linha de produtos de marca própria “Qualitá”. Esta linha de produtos oferece ao consumidor 200 produtos de alta qualidade. A CBD espera oferecer 300 produtos da marca própria Qualitá até o final do ano de 1999.

Preço – A Emissora busca oferecer a seus clientes mercadorias com qualidade superior, linha de produtos variada a preços competitivos e serviços diferenciados. De um modo geral, os preços das lojas da Emissora são competitivos, se comparados com concorrentes da mesma fatia do mercado. A fim de manter seus preços competitivos, a Emissora adota uma estratégia baseada em quatro preceitos: (i) efetuando compras centralizadas na área comercial, obtendo economias de escala; (ii) realizando pesquisas regulares para saber quais os preços praticados pela concorrência; (iii) utilizando sistema computadorizado para gestão de preços e estoques; e (iv) desenvolvendo a eficiência dos sistemas de logística, distribuição e informática, buscando reduzir os custos das mercadorias e das despesas operacionais.

Estratégia de crescimento (expansão orgânica) - A Emissora continua a implantar seu Plano de Expansão e Investimento, segundo o qual investirá aproximadamente R\$ 450 milhões em 1999. A Emissora investiu aproximadamente R\$ 1,6 bilhão durante o período de três anos, compreendido entre 1996 e 1998. Além disso, tem a intenção de abrir, no total, de 5 a 10 novas lojas em 1999, sendo de 2 a 5 lojas *Pão de Açúcar*, e de 3 a 5 lojas *Extra*. A Emissora pretende, ainda, aumentar as vendas de suas lojas *Pão de Açúcar*, através de um plano de remodelação e renovação, segundo o qual remodelará 10 lojas da Divisão *Pão de Açúcar* em 1999. A Emissora também pretende continuar adquirindo e convertendo supermercados e hipermercados nos formatos de lojas *Pão de Açúcar*, *Barateiro* ou *Extra*.

No 1º semestre de 1999, foram inauguradas 2 novas lojas *Pão de Açúcar*, sendo uma em Fortaleza-CE e outra em Brasília. Além disso, 18 lojas *Pão de Açúcar* foram convertidas para o formato *Barateiro*. A Emissora adquiriu, em fevereiro de 1999, a rede “Peralta”, composta de 37 supermercados e 1 hipermercado e com área de vendas de 48.000 m². Durante o 1º trimestre de 1999, 23 dessas lojas foram convertidas para o formato *Barateiro*, 14 lojas foram convertidas no formato *Pão de Açúcar* e o hipermercado foi convertido para o formato *Extra*.



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



Espera-se que o financiamento dessas aquisições surja de recursos gerados internamente e com empréstimos obtidos, entre outras fontes, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) e seus filiados.

Eficiência Operacional Melhorada. A Emissora procura uma maior eficiência operacional por meio da expansão e atualização de seus equipamentos de PDV (tecnologia de informação de ponto de venda) e a integração desses equipamentos com seu sistema de administração de estoques. A Emissora acredita que a atualização contínua de seus sistemas permitirá melhorar a eficiência operacional, reduzir custos e fornecer as informações necessárias sobre produtos e vendas para aperfeiçoar as decisões mercadológicas em cada uma de suas lojas. Por meio de seus sistemas de software, a Emissora consegue pedir os produtos de seus fornecedores tão logo eles são vendidos em lojas. A Emissora continua a dar grande ênfase às compras centralizadas em ambos os ramos, de produtos alimentícios e não-alimentícios, de forma a conseguir um maior poder de barganha junto a seus fornecedores. Além disso, a Emissora continua a expandir as áreas de vendas de algumas das lojas existentes por meio da conversão de uma parte da área atualmente usada para estoque em área de vendas. A Emissora completou a expansão de suas instalações do Centro de Distribuição em novembro de 1998, aumentando a capacidade de estocagem para 202.000 m² de área total. Conseqüentemente, a Emissora compromete-se a seguir um esquema de “entregas únicas” de seus produtos, por meio do qual a Emissora consolida os vários tipos de produtos entregues a uma loja de uma única vez, em vez de entregar vários produtos para uma loja separadamente. A estratégia de armazenagem da Emissora aumenta a sua capacidade de abastecimento de frutas e vegetais, permitindo à Emissora melhorar seus sistemas logísticos de distribuição. A Emissora também instalou um sistema de comunicações por satélite que liga o escritório ao Centro de Distribuição e as lojas localizadas fora do Estado de São Paulo. Além disso, a Emissora continua a agilizar e melhorar o fluxo de mercadorias na cadeia de suprimentos de seus armazéns e fornecedores até cada loja. Para tanto, está investindo em um novo Centro de Distribuição de Goyana, localizado no Estado de São Paulo.

Formatos Diversificados de Lojas. A Emissora opera no setor de varejo de alimentos por meio de três formatos de lojas: *Pão de Açúcar*, *Barateiro* e *Extra*, cada qual com uma estratégia mercadológica diferente. As lojas *Pão de Açúcar*, cujo formato é o mais popular da Emissora, estão geralmente localizadas em áreas urbanas e geralmente oferecem maiores níveis de serviço e preços mais altos em suas lojas de bairros de classe mais alta. As lojas *Barateiro*, em compensação, estão localizadas em bairros onde o poder aquisitivo é menor e oferecem mais produtos de segunda linha e menor variedade de produtos. Os hipermercados *Extra* são as maiores lojas da Emissora e oferecem a mais ampla variedade de produtos do que quaisquer outros formatos de lojas da Emissora. A diversidade de formatos da Emissora permite que ela reclassifique, de tempos em tempos, as lojas em um formato mais adequado dentro de um mercado. Por exemplo, como parte do processo de conversão para focalizar as lojas para consumidores-alvo em mercados primários, a Emissora converteu 6 lojas do supermercado *Barateiro* nos hipermercados *Extra* e uma do *Pão de Açúcar* em *Barateiro*. A Emissora acredita que por ter diferentes formatos de lojas poderá atender aos padrões de consumo e deles se beneficiar.

A divisão *Superbox*, que operava a linha de loja de descontos de alimentos, foi descontinuada em 1º de outubro de 1998, concluindo o processo de reestruturação dessas lojas, que foram convertidas em 4 hipermercados *Extra*. Uma loja, localizada no norte do Brasil, foi fechada definitivamente. As outras lojas da Divisão, continuam em operação sob a bandeira *Superbox*, sendo, no entanto, operadas pelas Divisões *Pão de Açúcar*, *Barateiro* ou *Extra*. As lojas *Superbox* tiveram uma diminuição nas vendas líquidas durante os últimos anos devido a vários fatores, incluindo-se o aumento das facilidades de crédito oferecidas pelos concorrentes aos consumidores, em resposta ao aumento da concorrência, e o formato mais antigo de lojas de desconto, face a outras opções de formatos de lojas de varejo de alimentos.





CAPITALIZAÇÃO

A tabela abaixo exhibe o endividamento de curto e longo prazo da Emissora e sua capitalização total (i) nos períodos de um ano findos em 31 de dezembro de 1996, 31 de dezembro de 1997 e 31 de dezembro de 1998; e (iii) nos segundos trimestres dos exercícios de 1998 e 1999.

	<u>1996</u>	<u>1997</u>	<u>1998</u>	<u>2º Trim. 1998</u>	<u>2º Trim. 1999</u>
			em milhares de reais		
Empréstimos e Financiamentos - curto prazo	297.672	254.652	347.890	297.764	744.451
Debêntures	-	2.702	15.813	7.246	8.093
Empréstimos e Financiamentos – longo prazo	-	210.711	417.816	411.242	266.336
Debêntures	-	103.104	314.860	108.642	336.565
Total Empréstimos e Financiamentos	297.672	571.169	1.096.379	824.894	1.355.445
Patrimônio Líquido					
Capital	293.813	537.729	537.729	537.729	542.687
Reservas de Capital	4.050	4.050	4.050	4.050	4.050
Reserva de Reavaliação	-	-	-	-	-
Lucros Acumulados	120.681	143.728	159.005	78.267	(61.858)
Reservas de Lucro	272.495	315.960	429.951	394.225	368.093
Patrimônio Líquido Total	570.358	857.740	971.730	936.005	914.830
Capitalização Total	868.030	1.428.909	2.068.109	1.760.899	2.270.285



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



ANÁLISE E DISCUSSÃO DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA E OS RESULTADOS OPERACIONAIS

Considerações Gerais

A discussão a seguir deve ser lida conjuntamente com (i) as Demonstrações Financeiras auditadas da Emissora para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 1996, 1997 e 1998, (ii) as Demonstrações Financeiras Trimestrais Auditadas, elaboradas para os trimestres encerrados em 30 de junho de 1998 e 30 de junho de 1999, bem como com as Notas Explicativas referentes a tais demonstrações.

A tabela seguinte apresenta cada item da Demonstração de Resultados da CBD como porcentagem da receita líquida para cada um dos períodos a seguir indicados:

	Exercício Encerrado em 31 de Dezembro			Primeiro Semestre (encerrado em 30 de Junho)	
	1996	1997	1998 (em %)	1998	1999
Receita Bruta	117,9	116,8	117,1	118,5	117,1
Impostos sobre o Faturamento	-17,9	-16,8	-17,1	-18,5	-17,1
Receita Líquida	100	100	100	100	100
Custo das Mercadorias Vendidas	-74,8	-73,3	-72,8	-73,2	-72,9
Lucro Bruto	25,2	26,7	27,2	26,8	27,1
Despesas Operacionais:	-21,6	-21,6	-21,1	-20,2	-20,5
Vendas	-17,5	-17,4	-16,7	-15,7	-16,1
Gerais e Administrativas	-4,1	-4,2	-4,4	-4,5	-4,4
Lucro Oper. antes Depr. Im, taxas e Rec. Financ. – EBITDA	3,6	5,1	6,1	6,6	6,6
Depreciação	-1,6	-2,0	-2,3	-2,3	2,8
Lucro Oper. antes Imp., Txs e Rec. Financ. – EBIT	2,0	3,1	3,8	4,3	3,8
Impostos e Taxas	-0,4	-0,7	-0,5	-0,5	-0,5
Despesas Financeiras	-4,5	-5,5	-5,8	-4,5	-12,8
Receitas Financeiras	5,1	6,8	6,0	6,4	5,4
Resultado Financeiro	0,6	1,3	0,2	1,9	-7,4
Lucro (prejuízo) Operacional	2,2	3,9	3,5	5,7	-4,1
Perdas com Investimento em Controlada					
Resultado não Operacional	-0,1	-0,1	0,1	-0,1	-
Lucro antes do IR	2,1	3,8	3,6	5,6	-4,1
Imposto de Renda	-	-0,4	-0,9	-1,3	1,7
Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	2,0	1,2	0,9	-	-
Lucro (Prejuízo) Líquido	4,1	4,6	3,6	4,3	-2,4

Exercício Findo em 31 de Dezembro de 1998 Comparado ao Exercício Findo em 31 de Dezembro de 1997

Receita de Vendas, Líquida. As vendas líquidas aumentaram 40,8%, passando de R\$ 3.114 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 1997 para R\$ 4.384 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 1998. As vendas líquidas da divisão *Pão de Açúcar* aumentaram 23,8%, passando de R\$ 1.393 milhões em 1997 para R\$ 1.725 milhões em 1998, principalmente devido à inauguração de 6 novas lojas *Pão de Açúcar* e ao fechamento de 5 lojas e à conversão de 2 lojas *Superbox* em lojas no formato *Pão de Açúcar*. Apesar da conversão, as lojas continuam operando sob a bandeira *Superbox*. As vendas líquidas da divisão *Extra* aumentaram 94,2%, passando de R\$ 938 milhões em 1997 para R\$ 1.821 milhões em 1998, principalmente como resultado do aumento de 85,4% no espaço de vendas devido à inauguração de três lojas, bem como da conversão de quatro lojas *Superbox* e seis *Barateiro* em lojas *Extra*. A Emissora começou a operar a divisão *Barateiro* em julho de 1998, gerando receita de venda no montante de R\$ 289 milhões. As vendas líquidas da divisão *Eletro* aumentaram 14,7%, passando de R\$ 281 milhões em 1997 para R\$ 322 milhões em 1998, principalmente como resultado da inauguração de 15 novas lojas, da conversão de 2 outras lojas da CBD em lojas com o formato *Eletro*, parcialmente compensado pelo fechamento de 6 lojas.

No conceito “mesmas lojas”, as vendas líquidas da CBD aumentaram R\$ 357 milhões, ou 12,5% entre 1997 e 1998. As vendas líquidas da divisão *Pão de Açúcar* aumentaram R\$ 182 milhões, ou 14,1%, no conceito “mesmas lojas”, principalmente como resultado do término da renovação de 18 lojas *Pão de Açúcar*. As vendas líquidas da divisão *Extra* aumentaram R\$ 211 milhões, ou 20,1%, no conceito “mesmas lojas”, principalmente como resultado do aumento da eficiência operacional. As vendas líquidas da divisão *Eletro* diminuíram R\$ 8 milhões, ou 3,3%, no conceito “mesmas lojas”, principalmente como resultado do efeito negativo da grande alta nas taxas de juros.



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



Lucro Bruto. O lucro bruto aumentou 43,3%, passando de R\$ 830 milhões em 1997 para R\$ 1.189 milhões em 1998, como resultado de um aumento de margens em consequência de um maior poder de barganha junto aos fornecedores, uma redução nas despesas e maior eficiência na distribuição de estoques. O lucro bruto, como porcentagem da receita de venda líquida, aumentou sensivelmente de 26,7% em 1997 para 27,1% em 1998.

Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas. As despesas com vendas, gerais e administrativas aumentaram, no total, 36,7%, passando de R\$ 671 milhões em 1997 para R\$ 917 milhões em 1998, principalmente como consequência de um aumento de vendas. Como percentual da receita de venda líquida, as despesas de venda, gerais e administrativas diminuíram de 21,6% em 1997 para 20,9% em 1998.

Depreciação e amortização. A depreciação aumentou 69%, passando de R\$ 61 milhões em 1997 para R\$ 103 milhões em 1998, principalmente devido à abertura de novas lojas, à remodelação e colocação de novos equipamentos nas lojas existentes, ao contínuo investimento em tecnologia de informação e à amortização do ágio resultante das aquisições feitas em 1998.

Lucro Oper. antes Imp., Taxas e Rec. Financ. – EBIT. O lucro operacional aumentou 72%, passando de R\$ 98 milhões em 1997 para R\$ 169 milhões em 1998, tendo o aumento no lucro bruto proporcionado a diluição das despesas operacionais. O aumento no lucro operacional resultou de melhor produtividade, distribuição centralizada, redução de pessoal e introdução de vários novos sistemas operacionais computadorizados.

Receita Financeira. As receitas financeiras aumentaram 24%, passando de R\$ 212 milhões em 1997 para R\$ 263 milhões em 1998. Esse aumento é principalmente atribuído a saldos médios maiores em caixa, investimentos a curto prazo e ao aumento dos juros recebidos em conexão com o programa de cheques pré-datados.

Despesa Financeira. As despesas financeiras aumentaram 63%, passando de R\$ 132 milhões em 1997 para R\$ 215 milhões em 1998, principalmente devido ao contínuo financiamento da Emissora de suas operações de crédito com empréstimos de terceiros e maiores taxas de juros durante 1998 após a crise nos mercados emergentes. Esse aumento também refletiu na emissão de debêntures conversíveis em setembro de 1997 e agosto de 1998.

Lucro líquido. Como resultado das informações acima, o lucro líquido aumentou 10,6%, passando de R\$ 143,7 milhões em 1997 para R\$ 159 milhões em 1998.

Exercício Findo em 31 de Dezembro de 1997 Comparado ao Exercício Findo em 31 de Dezembro de 1996

Receita de Vendas, Líquida. As vendas líquidas aumentaram 6%, de R\$ 2.937 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 1996 para R\$ 3.114 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 1997. A receita de vendas líquidas da divisão *Pão de Açúcar* diminuiu 0,8%, de R\$ 1.404 milhões em 1996 para R\$ 1.393 milhões em 1997, principalmente como resultado do uso de cheques pré-datados e outros instrumentos de crédito pela concorrência e do fechamento de 5 lojas *Pão de Açúcar*, parcialmente compensado pela abertura de 6 novas lojas e pela aquisição de 7 lojas de outras cadeias de supermercados. A receita de vendas líquida da divisão *Extra* aumentou 24%, passando de R\$ 759 milhões em 1996 para R\$ 938 milhões em 1997, principalmente como resultado do aumento no espaço médio, devido à abertura de 4 novas lojas no final de 1997 e do aumento nas vendas de uma variedade de produtos não-alimentícios, tais como roupas de cama, mesa e banho, presentes, produtos para animais de estimação, cosméticos e eletrônicos. A receita de vendas, líquida da divisão *Superbox* diminuiu 11%, de R\$ 565 milhões em 1996 para R\$ 502 milhões em 1997, devido a vários fatores, incluindo-se o aumento das facilidades de crédito oferecidas pelos concorrentes aos consumidores, em resposta ao aumento da concorrência, e o formato mais antigo de lojas de desconto face a outras opções de formatos de lojas de varejo de alimentos. A receita de vendas, líquida da divisão *Eletro* aumentou 34%, passando de R\$ 209 milhões em 1996 para R\$ 281 milhões em 1997, principalmente como resultado da abertura de 22 novas lojas.

No conceito “mesmas lojas”, a receita de vendas, líquida da Companhia diminuiu R\$ 63 milhões, ou 2,2%, entre 1996 e 1997. A receita de vendas, líquida da divisão *Pão de Açúcar* aumentou R\$ 7 milhões, ou 0,6%, no conceito “mesmas lojas”, principalmente devido ao uso de cheques pré-datados e outros instrumentos de crédito pela concorrência. Nesse conceito ainda, a receita de vendas, líquida da divisão *Extra* diminuiu R\$ 17 milhões, ou 2,3%, principalmente devido à diminuição das vendas de produtos não-alimentícios. A receita de vendas, líquida da divisão *Superbox* diminuiu R\$ 48 milhões, ou 8,7%, nesse mesmo conceito e pelas mesmas razões a receita líquida de vendas da divisão *Superbox* diminuiu no valor total acima demonstrado. A receita de vendas, líquida da divisão *Eletro* diminuiu R\$ 5 milhões, ou 2,5%, no conceito “mesmas lojas”, principalmente devido às altas taxas de juros existentes e aos seus respectivos efeitos desfavoráveis nas vendas de produtos eletrônicos.





Lucro Bruto. O lucro bruto aumentou 12,3%, de R\$ 739 milhões em 1996 para R\$ 830 milhões em 1997. O lucro bruto aumentou como resultado de margens mais altas, conseqüência de uma mudança no mix de produtos visando a produtos alimentícios mais rentáveis, maior poder de barganha junto aos fornecedores, redução nas despesas, aumento da eficiência na distribuição de estoques e a implantação de um sistema de pedidos computadorizados. O lucro bruto em relação às vendas líquidas aumentou sensivelmente de 25,2% em 1996 para 26,7% em 1997.

Despesas de Vendas, Gerais e Administrativas. As despesas gerais (vendas e administração) aumentaram, no total, 5,8%, passando de R\$ 635 milhões em 1996 para R\$ 671 milhões em 1997, principalmente em conseqüência do aumento no montante de despesas relativas à Contribuição sobre a Movimentação Financeira (“CPMF”), que incide sobre qualquer débito ou saque de dinheiro de uma conta bancária. No entanto, o aumento no custo foi compensado pela redução de pessoal administrativo e pela centralização de funções administrativas, que reduziram o custo de mão-de-obra. Em relação às vendas líquidas, as despesas gerais ficaram estáveis em 21,6%.

Depreciação. A depreciação aumentou 36%, passando de R\$ 45 milhões em 1996 para R\$ 61 milhões em 1997, principalmente devido à abertura de novas lojas, a remodelação e reequipamento das lojas já existentes, assim como o contínuo investimento da CBD em tecnologia da informação.

Lucro Oper. antes Imp., Taxas e Rec. Financ. – EBIT. O lucro operacional aumentou 63%, passando de R\$ 60 milhões em 1996 para R\$ 98 milhões em 1997, uma vez que o lucro bruto foi parcialmente compensado por aumento nas despesas com vendas, gerais e administrativas e por taxas mais altas de depreciação. O aumento na receita operacional foi resultado da melhor produtividade, distribuição centralizada, redução de pessoal e introdução de uma série de novos sistemas operacionais computadorizados.

Receita Financeira. As receitas financeiras aumentaram 42,8%, passando de R\$ 149 milhões em 1996 para R\$ 212 milhões em 1997. O aumento nas receitas financeiras é principalmente atribuível à existência de maiores saldos médios de caixa e investimentos de curto prazo efetuados com o resultado da oferta de ADRs em maio de 1997 e ao aumento dos juros recebidos com o programa de cheques pré-datados.

Despesa Financeira. As despesas financeiras aumentaram 77,3%, passando de R\$ 74 milhões em 1996 para R\$ 131 milhões em 1997. O aumento nas despesas financeiras foi principalmente devido ao contínuo financiamento da CBD de suas operações de crédito com empréstimos de terceiros e maiores taxas de juros durante os últimos 2 meses de 1997, após a crise financeira da Ásia. Além disso, a CBD emitiu debêntures conversíveis em setembro de 1997 no montante de R\$100 milhões e obteve uma linha de crédito com o BNDES em outubro de 1997 no montante de R\$313 milhões.

Imposto de Renda. Devido a prejuízos fiscais em exercícios anteriores não houve reconhecimento de Imposto de Renda no período.

Lucro Líquido. Em conseqüência do acima mencionado, o lucro líquido aumentou 19%, passando de R\$ 121 milhões em 1996 para R\$ 144 milhões em 1997.

Comparação do Resultado dos Semestres encerrados em 30 de Junho de 1998 e 30 de Junho de 1999

Receita de Vendas, Líquida. No primeiro semestre de 1999, as vendas líquidas da CBD totalizaram R\$2.569,9 milhões, registrando um crescimento de 40,3% em relação ao primeiro semestre de 1998. Se consolidarmos as vendas da rede *Barateiro* em junho de 98, bem como as vendas da rede *Millo's* no segundo trimestre de 1998 (período em que estas lojas ainda não haviam sido incorporadas pela CBD), o crescimento no primeiro semestre de 1999 foi de 38,4%. Tomando por base as mesmas lojas existentes no 1º semestre de 1998, a empresa obteve um crescimento de vendas de 6,8% no primeiro semestre.

Os formatos de supermercado (representado pelas lojas *Pão de Açúcar* e *Barateiro*) continuaram a apresentar a melhor performance dentre as 4 Divisões da CBD, diante de um cenário favorável à venda de alimentos. O segmento não alimentício continuou sendo prejudicado pelo cenário posterior à desvalorização cambial, com reflexo na queda de vendas verificada na Divisão *Eletrô* e impedindo que a Divisão *Extra* apresentasse um desempenho comparável ao formato supermercado. Vale lembrar que o segundo trimestre de 1998 representa uma forte base de comparação para o segmento de eletrônicos, uma vez que concentrou um grande volume de vendas de televisores devido à realização da Copa do Mundo.





Ressaltamos que o mês de Junho representou o início da apuração de vendas sob o critério mesmas lojas para as 32 lojas adquiridas da rede *Barateiro*, distribuídas da seguinte forma: 7 hipermercados para a Divisão *Extra* e 25 lojas mantidas na Divisão *Barateiro*. Este significativo aumento de vendas é em grande parte explicado por um crescimento da base de clientes bastante superior à expansão da área de vendas. Tendo como parâmetro o volume de transações, o número de clientes da CBD aumentou em 54% comparado ao mesmo trimestre de 1998, significativamente superior ao aumento de 27% verificado na extensão da área média de vendas durante este mesmo período. Este importante resultado é consequência do contínuo investimento que a Companhia vem realizando em remodelagem de lojas, treinamento de seus funcionários e no atendimento aos clientes.

Lucro Bruto. O lucro bruto foi de R\$697,5 milhões no 1º semestre de 1999 contra R\$490,3 milhões no mesmo período de 1998, registrando elevação de 42,3%. Ganhos de escala e adequação do mix de vendas ao atual cenário econômico, com o desenvolvimento de novos produtos de alto valor agregado, permitiram o aumento da margem bruta para 27,0%, contra 26,8% no mesmo período de 1998 (mesmo diante de uma maior participação de hipermercados na composição de lojas da Companhia).

Despesas Operacionais. As despesas operacionais como percentual das vendas líquidas totalizaram 20,5% em comparação com 20,2% no mesmo período do ano anterior. O lucro antes de depreciação, amortização, juros e impostos totalizou R\$169,3 milhões, contra R\$121,3 milhões no primeiro semestre de 1998, indicando um crescimento de 39,6%.

Despesas Financeiras. No primeiro semestre de 1999 a Companhia registrou despesas financeiras da ordem de R\$ 328,9 milhões, incluindo a perda cambial de R\$143,2 milhões reconhecida neste período. A receita financeira do primeiro semestre de 1998 totalizou R\$139,7 milhões, indicando um resultado financeiro líquido negativo de R\$189,2 milhões (resultado financeiro positivo de R\$33,3 milhões no mesmo período de 1998).

Imposto de Renda e Contribuição Social. A Emissora registrou uma reversão de imposto de renda no primeiro semestre de R\$43,8 milhões, basicamente em função dos benefícios fiscais gerados pelo reconhecimento da perda cambial do período. No mesmo período do ano anterior a CBD reconheceu um imposto de renda de R\$24,5 milhões, equivalente a 24% do lucro antes do imposto de renda.

Lucro Líquido. No primeiro semestre de 1999, em função dos efeitos da desvalorização cambial, a Emissora apurou um prejuízo líquido de R\$61,9 milhões contra um lucro de R\$78,3 milhões no mesmo período de 1998.

Discussão da Liquidez e das Fontes de Capital

O endividamento de curto prazo da Companhia, vem sendo utilizado na sua maior parte como financiamento de contas a receber, provenientes de vendas através de cartão de crédito e cheques pré-datados. A maior parte deste endividamento de curto prazo vem sendo indexado à variação cambial. O endividamento de longo prazo vem sendo utilizado para financiar os investimentos em abertura de novas lojas, reforma de lojas, tecnologia, treinamento de funcionários e distribuição.

O quadro abaixo demonstra a evolução do endividamento da CBD nos exercícios de 1996, 1997 e 1998:

Modalidade	Encargos	2º T 1999	1998	1997	1996
Curto Prazo					
Moeda nacional:					
BNDES	Variação cambial + 3,5%	16.878	11.358	2.253	-
	TJLP + 3,5%	<u>58.780</u>	<u>39.708</u>	<u>11.018</u>	-
		75.658	51.066	13.271	-
Capital de giro	28,1% (2º T/99), 23,4% (98), 21,8% (97)	1.637	1.609	11.817	106.577
Moeda estrangeira:					
Capital de giro e expansão	Variação cambial e				
Terceiros	4,91% a 38,5% (5,7% a 15,1% em 98; 6,2% a 13,1% em 97 e 96)	634.221	276.744	34.617	181.449
Sociedade ligada	(1997 - 7,4% a 13,8%)	-	-	187.274	-
Importações	LIBOR + 0,75% a 3,0%	<u>32.935</u>	<u>18.472</u>	<u>7.674</u>	<u>9.646</u>
		744.451	347.891	254.653	191.095
Longo Prazo					
Moeda nacional:					
BNDES	Variação cambial + 3,5%	53.414	44.699	50.687	-
	TJLP + 3,5%	<u>207.492</u>	<u>232.692</u>	<u>160.024</u>	-
		260.906	277.391	210.711	-
Moeda estrangeira:					
Capital de giro e expansão	Variação cambial e				
Terceiros	4,91% a 38,5% (5,7% a 13% em 98)	5.430	139.845	-	-
Importações	LIBOR + 075% a 2,9%	-	<u>580</u>	-	-
		<u>266.336</u>	<u>417.816</u>	<u>210.711</u>	<u>-</u>

Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



Financiamentos de longo prazo por ano de vencimento:

2000	36.741
2001	78.911
2002	73.481
2003	61.347
2004 em diante	16.856

A Emissora acredita que o fluxo de caixa de suas operações, é suficiente para atender às necessidades de caixa no futuro próximo, o que possibilitará o cumprimento de seus compromissos mercantis e financeiros.



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



CONCORRÊNCIA

O setor de varejo de alimentos é altamente competitivo e caracterizado por uma manutenção de estoques reduzidos e baixas margens de lucro. A Emissora concorre, principalmente, com base em sua localização, preço, imagem, qualidade e serviço. Vários concorrentes da Emissora, dentre os quais destacam-se o “Carrefour” e o “Wal-Mart”, possuem recursos financeiros substancialmente maiores do que os recursos da Emissora.

Os principais concorrentes da Emissora são cadeias de varejo de alimentos regionais, supermercados locais e mercearias. Embora opere lojas em diversas regiões do Brasil, a Emissora concentra suas lojas no Estado de São Paulo devido à sua dimensão, ao poder aquisitivo e à importância deste mercado. No mercado de varejo de alimentos, a Emissora compete com supermercados (inclusive hipermercados) e atacadistas tradicionais.

Os maiores concorrentes da divisão *Extra* são os hipermercados “Carrefour” e “Wal-Mart” (Supercenter). O “Carrefour” é uma importante cadeia francesa de varejo de alimentos que, em 31 de dezembro de 1998, operava no País 82 lojas de varejo, sendo 59 hipermercados e 23 supermercados, com uma área média de 8.220 m², principalmente nas regiões sudeste e sul do País. O “Wal-Mart”, a maior cadeia de vendas a varejo do mundo, por sua vez, possui 9 lojas “Supercenter” no Brasil.

As divisões *Pão de Açúcar* e *Barateiro* competem no mercado de varejo de alimentos com o “Sendas” e o “Sé Supermercados” (Jerônimo Martins) que, em 31 de dezembro de 1998, operavam 49 e 28 supermercados, respectivamente.

Os principais concorrentes da divisão *Eletro* são as “Casas Bahia”, o “Ponto Frio” (Globex) e as “Lojas Arapuã”, com grande parte de suas operações no Estado de São Paulo.

O “Sonae Supermercados”, uma cadeia de supermercados portuguesa, comprou 49 lojas em 1998, incluindo a aquisição das cadeias de supermercados “Cândia” (Sonae), “Mercadorama”, “Exxtra Econômico” e “Nacional”. Outras cadeias americanas e internacionais podem vir a entrar no mercado de varejo de alimentos brasileiro, por meio de *joint-ventures* ou aquisição de cadeias existentes.

A tabela abaixo apresenta a relação dos principais concorrentes da Emissora, divididos por região e Divisão:

<u>Estado</u>	<u>Tipo de Loja</u>	<u>Principais Concorrentes</u>
São Paulo	Pão de Açúcar	Sé, Sonda, Pastorinho, Cândia, Cooper Rhodia
	Extra	Carrefour, Eldorado, SuperCenter Walmart, Makro, Cândia.
	Barateiro	Sé, Pastorinho, Cândia, D'Avó, Eladorado, Cooper Rhodia, Sonda
	Eletro	Casas Bahia, Arapuã, Ponto Frio
Rio de Janeiro	Pão de Açúcar	Rainha, Continente, Mundial, Serra e Mar, Zona Sul, Sendas
	Extra	Carrefour, Sendas (Bon Marché)
Paraná	Extra	Carrefour, Sonae (Mercadorama e Coletão)
Mato Grosso do Sul	Extra	Eldorado, Comper.
Minas Gerais	Extra	Carrefour, Sendas (Bon Marché)
Brasília	Pão de Açúcar	Carrefour, Makro
	Extra	Carrefour, Makro
	Eletro	Arapuã, Ponto Frio
Bahia	Extra	Bompreço
Parafba	Pão de Açúcar	Bompreço, Carrefour
Pernambuco	Pão de Açúcar	Bompreço, Carrefour, Makro, Comprebem
Ceará	Pão de Açúcar	São José, São Luiz, Bompreço
Piauí	Pão de Açúcar	São Pedro, Carvalho

No exercício de 1998, a Emissora ocupava a 2ª posição no ranking das maiores empresas do País, por faturamento, do setor de supermercados.





ADMINISTRAÇÃO

A Emissora é administrada por um Conselho de Administração composto de 11 membros e 6 suplentes, e uma Diretoria composta de 9 membros.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Emissora reúne-se ordinariamente 6 vezes por ano. Os membros do Conselho de Administração, que devem ser acionistas, são eleitos nas assembléias gerais de acionistas para um mandato de 3 anos. As responsabilidades do Conselho de Administração incluem a determinação da política geral dos negócios da Emissora, eleição dos Diretores e supervisão da administração da CBD. Os atuais membros do Conselho de Administração da Emissora, eleitos na Assembléia Geral Ordinária de 28 de abril de 1998, com mandato até a Assembléia Geral Ordinária de 2001, são os seguintes:

<u>Nome</u>	<u>Cargo</u>	<u>Fim do mandato</u>
Valentim dos Santos Diniz	Presidente	2001
Abilio dos Santos Diniz	Vice-Presidente	2001
Augusto Marques da Cruz Filho	Conselheiro	2001
Fernão Carlos Botelho Bracher	Conselheiro	2001
Gerald Dinu Reiss	Conselheiro	2001
José Mendo Vaz	Conselheiro	2001
Luiz Felipe Chaves D'Ávila	Conselheiro	2001
Luiz Marcelo Dias Sales	Conselheiro	2001
Mailson Ferreira da Nóbrega	Conselheiro	2001
Pedro Luciano Marrey Jr.	Conselheiro	2001
Roberto Teixeira da Costa	Conselheiro	2001
Ana Maria Falleiros dos Santos Diniz D'Ávila	Suplente	2001
João Paulo Falleiros dos Santos Diniz	Suplente	2001
Caio Racy Mattar	Suplente	2001
Guido Amadeu	Suplente	2001
Antonio Moscarelli	Suplente	2001
Ricardo Florence dos Santos	Suplente	2001

Diretoria

A Diretoria é responsável pela execução das decisões do Conselho de Administração e pela administração diária da Emissora. Cada Diretor possui atribuições específicas que são estabelecidas pelo Conselho de Administração e pelo Estatuto Social da CBD.

Os Diretores são eleitos pelo Conselho de Administração para mandatos de três anos, sendo que qualquer Diretor pode vir a ser destituído pelo Conselho de Administração antes da expiração do seu mandato. Os atuais Diretores, eleitos em 6 de fevereiro de 1995, 28 de agosto de 1995 e 28 de abril de 1998, são os seguintes:

<u>Nome</u>	<u>Cargo</u>	<u>Fim do mandato</u>
Abilio dos Santos Diniz	Presidente	2001
Augusto Marques Cruz Filho (acumulado)	Diretor Superintendente	2001
Ana Maria Falleiros dos Santos Diniz D'Ávila	Diretora de Marketing	2001
João Paulo Falleiros dos Santos Diniz	Diretor de Desenvolvimento de Novos Negócios	2001
Caio Racy Mattar	Diretor de Investimentos e Obras	2001
Augusto Marques da Cruz Filho	Diretor Administrativo Financeiro	2001
Ricardo Florence dos Santos	Diretor de Relações com o Mercado	2001
George Washington Mauro	Diretor	2001
Valdemar Machado Júnior	Diretor	1999



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



Conselho Fiscal

De acordo com a Lei nº 6.404/76, as sociedades por ações não precisam manter um conselho fiscal permanente. Atualmente, a Emissora não mantém, um Conselho Fiscal permanente. Todavia, a mesma pode ser solicitada a instalar um Conselho Fiscal mediante decisão dos acionistas que detenham 10% das ações ordinárias e/ou 5% das ações preferenciais. Se instalado, o Conselho Fiscal deve ser composto por 3 a 5 membros e um igual número de suplentes. Os membros do Conselho Fiscal são eleitos por um período de no máximo um ano, sendo permitida a reeleição. Os detentores de ações preferenciais, votando conjuntamente, como um bloco, podem eleger um membro (e seu suplente) por maioria de votos dos acionistas presentes à reunião na qual os membros do Conselho Fiscal são eleitos. Os detentores de ações ordinárias podem eleger os outros membros (e seus suplentes). A principal responsabilidade do Conselho Fiscal, que é independente da administração e dos auditores externos da Emissora, é a de revisar as demonstrações financeiras e submeter seu parecer aos acionistas.

Conselho Consultivo

O Estatuto Social da Emissora prevê a criação de um Conselho Consultivo composto por até 13 membros, cujo propósito é fazer recomendações ao Conselho de Administração sobre determinadas matérias. Em 31 de dezembro de 1998, apenas dois membros, o Sr. Manuel Carlos Teixeira de Abreu e o Sr. José Bulhões Pedreira Neto, foram indicados para o Conselho Consultivo. O valor total da remuneração dos membros do Conselho Consultivo para o período entre os anos de 1998 e 1999 foi limitado a um valor agregado de R\$ 150.000,00, sendo que cada membro indicado deverá receber R\$ 30.000,00 durante o período. Em 1999, o Sr. José Simão Filho foi indicado ao Conselho Consultivo.

Experiência Profissional e Formação Acadêmica dos Conselheiros e Diretores da Emissora

O Sr. *Valentim dos Santos Diniz* é o Presidente do Conselho de Administração da CBD. O Sr. Diniz fundou o Grupo Pão de Açúcar em 1948 e é, atualmente, o Presidente do Conselho de Administração da “Pão de Açúcar Indústria e Comércio Ltda.” (“PAIC”) e suas subsidiárias.

O Sr. *Abilio dos Santos Diniz* é o Vice-Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Emissora. O Sr. Abilio dos Santos Diniz foi um dos fundadores da Associação Paulista de Supermercados (APAS) e da ABRAS, bem como membro do Conselho Monetário Nacional brasileiro. É bacharel em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas e foi aluno da *Columbia University* em Nova Iorque e da *University of Ohio* em Dayton. O Sr. Abilio dos Santos Diniz é filho do Sr. Valentim dos Santos Diniz.

O Sr. *Fernão Carlos Botelho Bracher* é membro do Conselho de Administração da Emissora. O Sr. Bracher foi Diretor do Banco da Bahia S.A. e do Banco Central do Brasil (“Banco Central”) e Vice-Presidente Executivo da Atlântica Companhia Nacional de Seguros e do Banco Brasileiro de Descontos S.A. (Bradesco). O Sr. Bracher foi também Presidente do Banco Central e Conselheiro Especial da negociação da dívida externa brasileira. Atualmente, o Sr. Bracher é Presidente do Banco BBA Creditanstalt S.A. (BBA). O Sr. Bracher graduou-se em Direito na Universidade de São Paulo e frequentou a Universidade de Freiburg e a Universidade de Heidelberg na Alemanha.

O Sr. *Gerald Dinu Reiss* é membro do Conselho de Administração da Emissora. O Sr. Reiss é sócio na firma brasileira de consultoria Consemp Consultoria e Empreendimentos Industriais Ltda. Foi diretor de planejamento da Metal Leve S.A. e Vice-Presidente Executivo da Cevekol S.A. O Sr. Reiss graduou-se em Engenharia Elétrica na Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, tendo obtido títulos de MBA (*Masters in Business Administration*) e de PhD (doutorado) na Universidade da Califórnia, em Berkeley.

O Sr. *José Mendo Vaz* é membro do Conselho de Administração da Emissora. O Sr. Mendo Vaz possui 23 anos de vivência profissional na área bancária, atuando desde 1976 em diversas áreas da Nossa Caixa – Nosso Banco S.A. Em 1990, foi nomeado Diretor Administrativo do Ecomomus Instituto de Seguridade Social (entidade de previdência privada dos funcionários da Nossa Caixa – Nosso Banco). Atualmente, ocupa o cargo de Diretor Superintendente e membro do Conselho de Administração da Ecomomus. O Sr. Mendo Vaz é formado em Administração de Empresas pela Faculdade de Administração de Empresas de Catanduva – SP.

O Sr. *Luiz Felipe D'Ávila* é membro do Conselho de Administração da Emissora. Como consultor político, prestou serviços para várias instituições financeiras, entre elas Brasilpar Administração de Recursos e Banco Garantia. Foi Diretor do Instituto Brasileiro de Direito Constitucional de 1995 a 1997. Como profissional de imprensa, em 1991 foi editorialista dos jornais A Gazeta Mercantil e O Estado de São Paulo. Em junho de 1996, fundou a editora Dávila, da qual é Diretor Presidente. O Sr. D'Ávila formou-se em Ciências Políticas pela Universidade Americana em Paris.



O Sr. *Luiz Marcelo Dias Sales* é membro do Conselho de Administração da Emissora. O Sr. Sales foi fundador da Salles/DMB&B Publicidade, assumindo a sua presidência. Em 1995, fundou a LMS Serviços Empresariais Ltda. Atualmente, Diretor da TV Manchete e da Bloch Editores, membro do Conselho de Administração do Banco América do Sul S.A., é membro do Conselho Consultivo da Andersen Consulting e Presidente do Conselho de Administração da Escola Superior de Propaganda e Marketing. O Sr. Sales graduou-se em Engenharia agrônoma pela Escola Nacional de Agronomia do Rio de Janeiro e também em Planejamento Agrícola e Desenvolvimento Regional em Israel.

O Sr. *Mailson Ferreira da Nóbrega* é membro do Conselho de Administração da Emissora. O Sr. Ferreira da Nóbrega foi Ministro da Fazenda do Brasil de 1988 a 1990. Foi chefe da delegação brasileira junto ao Clube de Paris nas negociações de um acordo bilateral Brasil - Japão e antigo membro do Comitê da *International Finance Corporation* em Washington, EUA. O Sr. Ferreira da Nóbrega graduou-se em Economia no Centro de Ensino Unificado de Brasília.

O Sr. *Pedro Luciano Marrey Jr.* é membro do Conselho de Administração da Emissora. O Sr. Marrey Jr. é sócio sênior de Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr., Moherdau e Quiroga Advogados. Foi Procurador na cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, e juiz no Tribunal de Impostos e Taxas do Estado de São Paulo. Graduou-se em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e é pós-graduado em Direito Tributário pela Universidade de Roma.

O Sr. *Roberto Teixeira da Costa* é membro do Conselho de Administração da Emissora. O Sr. Teixeira da Costa foi o primeiro Presidente da CVM. Foi Vice-Presidente do Banco de Investimentos do Brasil e do Unibanco. O Sr. Teixeira da Costa é membro do Conselho de Administração de diversas grandes empresas brasileiras tais como Brasmotor S.A., Solvay do Brasil S.A. e São Paulo Alpargatas S.A. É também Presidente da divisão brasileira do Conselho de Executivos da América Latina, membro do Comitê Empresarial Permanente do Ministério das Relações Exteriores e membro do *Fernand Braudel Institute of World Economics*. O Sr. Teixeira da Costa graduou-se em Economia, na Faculdade Nacional de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil.

O Sr. *Guido Amadeu* é membro suplente do Conselho de Administração e gerente responsável pelas áreas de Controladoria e Administração Tributária da CBD. Funcionário desde 1969, exercendo as funções de Contador e Auditor, o Sr. Amadeu é bacharel em Ciências Contábeis.

O Sr. *Antonio Moscarelli* é membro suplente do Conselho de Administração e gerente tesoureiro da CBD. O Sr. Moscarelli é funcionário da Emissora desde 1969. Graduou-se em Economia pela PUC - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (SP).

O Sr. *Augusto Marques da Cruz Filho* é membro do Conselho de Administração, sendo Diretor Financeiro da CBD. O Sr. Marques da Cruz Filho foi Diretor Financeiro da Tintas Coral S.A. e do Grupo Bunge Born. É funcionário da Emissora desde setembro de 1994. Graduou-se em Economia pela Universidade de São Paulo. O Sr. Marques da Cruz Filho foi membro do Conselho de Administração da Arafertil ISF - Ipiranga Serrana de Fertilizantes.

A Sra. *Ana Maria Falleiros dos Santos Diniz D'Ávila* é membro suplente do Conselho de Administração e Diretora de Marketing da Emissora. É também responsável pelas relações públicas e assessoria de imprensa da Emissora, bem como pelas pesquisas mercadológicas e pelo Serviço de Atendimento ao Consumidor. É bacharel em Administração de Empresas pela Fundação Armando Álvares Penteado ("FAAP") e pós-graduada em *Marketing* pela Fundação Getúlio Vargas e pela FAAP. A Sra. Diniz D'Ávila é filha do Sr. Abílio dos Santos Diniz.

O Sr. *João Paulo Falleiros dos Santos Diniz* é membro suplente do Conselho de Administração e Diretor de Desenvolvimento e Novos Negócios da Emissora. O Sr. João Paulo Diniz começou sua carreira na Emissora em 1985. Foi o diretor responsável pelas empresas coligadas da Emissora e pela Divisão Internacional, tendo sido responsável também pelos ativos da CBD. O Sr. Diniz é bacharel em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas e frequentou a Escola de Administração de Londres. O Sr. João Paulo Diniz é filho do Sr. Abílio dos Santos Diniz.

O Sr. *Caio Racy Mattar* é membro suplente do Conselho de Administração e Diretor de Investimento e Obras da Emissora. Anteriormente, foi diretor da Reune Engenharia e Construções Ltda., e atualmente é um dos Diretores da Emissora, responsável pelas áreas de investimentos e construção. É também membro do Conselho de Administração da Paramount Lansul S.A. O Sr. Mattar graduou-se em Engenharia pelo Instituto de Engenharia Paulista e frequentou a Escola de Administração de Empresas de Londres.





O Sr. *Ricardo Florence dos Santos* é membro suplente do Conselho de Administração e Diretor de Relações com o Mercado da Emissora. O Sr. Florence é funcionário da Emissora desde 1984. É também responsável pelo Orçamento e Planejamento Financeiro da Emissora. Graduiu-se em Engenharia Química pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo e também em Administração de Empresas pela Universidade Mackenzie.

O Sr. *George Washington Mauro* é Diretor da Emissora. O Sr. Mauro foi diretor dos Supermercados Carrefour e Sendas. Está na Emissora desde 1992. Graduiu-se em Administração de Empresas pelas Faculdades Metropolitanas Unidas.

O Sr. *Valdemar Machado Júnior* é Diretor da Emissora. O Sr. Machado Júnior está empregado na CBD desde 1978, ocupando diversas áreas. A partir de 1995, ocupa o cargo de Diretor Comercial da Emissora. Foi também Sócio Diretor da CHB Participações e Serviços Ltda. Graduiu-se em Administração de Empresas pela Escola de Administração de São Paulo – Fundação Getúlio Vargas.

Remuneração de Diretores e Executivos

No ano findo em 31 de dezembro de 1998, a remuneração total paga em dinheiro a todos os Diretores e Executivos (17 pessoas) foi de aproximadamente R\$ 5,5 milhões. Outros benefícios não-pecuniários em 1997 incluíram o reembolso de despesas médicas aos Diretores Executivos e o uso de automóveis da Emissora durante o expediente. Não há empréstimos em aberto concedidos pela Emissora a seus Diretores Executivos ou a membros do Conselho de Administração. As informações sobre certas transações da Emissora com membros do Conselho de Administração e Diretores Executivos estão descritas na Seção – **“Operações com Partes Relacionadas”**.

De acordo com deliberação do Conselho de Administração, a Emissora implementou um Plano de Opção de Ações (“Plano”), segundo o qual, opções de ações são concedidas a certos Diretores, membros do Conselho de Administração ou funcionários da Emissora, assim como a certos gerentes ou funcionários de coligadas a critério do Comitê (como definido abaixo). Segundo o Plano, um comitê eleito pelos membros do Conselho de Administração da Emissora (“Comitê”) autoriza a emissão de opção de ações até o equivalente a 1.658.874.000 ações preferenciais. Durante 1997, 651.800 opções foram emitidas para diretores e executivos da Emissora com preço de exercício de R\$ 12,60 e R\$ 12,95, respectivamente. Em 1998, 1.007.074 opções de compra de ações foram concedidas a funcionários, diretores e executivos com preço de exercício de R\$ 12,90.

Além de administrar o Plano, o Comitê é responsável pela seleção dos gerentes e funcionários que fazem jus aos benefícios do Plano (“Beneficiários”), bem como pelo estabelecimento de prazos e condições específicos para cada contrato de opções (incluindo a quantidade de ações a serem compradas) aplicáveis a cada Beneficiário. O preço de exercício não será inferior a 60% da média ponderada do preço de mercado das ações da Emissora na Bovespa nos últimos quatro dias precedentes à data do contrato de opções.

De acordo com o Plano (a não ser que o contrato de opções disponha de forma diversa), cada Beneficiário poderá exercer até 50% de suas opções ao final de 3 anos, contados a partir da data de assinatura do contrato de opção. Os 50% restantes poderão ser exercidos ao final do 5º ano, sujeitos a certas restrições quanto à transferência das ações quando da aposentadoria do Beneficiário.

Reestruturação Administrativa Recente

O Sr. Luiz Antonio Viana, ex-Diretor Superintendente e ex-membro do Conselho de Administração da CBD, deixou a Emissora em maio de 1999, visando atender a um convite para assumir a direção de uma empresa estatal. Como consequência, a CBD anunciou as seguintes mudanças na sua estrutura administrativa:

A área operacional da CBD será dividida em duas Diretorias Executivas, uma destinada ao formato supermercado e outra ao formato hipermercado. A Diretoria de Supermercados, que inclui as divisões *Pão de Açúcar* e *Barateiro*, estará sob a responsabilidade do Sr. José Roberto Tambasco, profissional que trabalha na Emissora há mais de 20 anos. O Sr. Tambasco iniciou sua carreira na CBD em 1979 na área de Planejamento de Vendas, tornando-se Diretor Comercial (1990-1994) e mais recentemente Diretor das lojas *Pão de Açúcar* localizadas no Estado de São Paulo.

A Diretoria Executiva de Hipermercados (lojas Extra) estará sob a responsabilidade do Sr. Luiz Antonio Fazzio, o qual está na CBD desde 1997, tendo sido Diretor da antiga Divisão *Superbox* e mais recentemente Diretor das lojas Extra fora do Estado de São Paulo. A larga experiência do Sr. Fazzio no setor de varejo inclui 10 anos no Makro Atacadista (2 anos como Diretor Operacional) e 2 anos no Wal Mart Brasil, onde foi responsável pelas operações do Supercenter e Sam's Club.





PRINCIPAIS ACIONISTAS

A tabela abaixo apresenta algumas informações concernentes à composição acionária da Emissora em 30 de junho de 1999:

<u>Nome do Acionista</u>	<u>Ações Preferenciais ⁽¹⁾</u>	<u>%</u>	<u>Ações Ordinárias</u>	<u>%</u>	<u>Total</u>	<u>% do Total</u>
Pão de Açúcar Indústria e Comércio ⁽²⁾	9.143.214.240	32,52	39.459.857.934	78,47	48.603.072.174	61,99
Península Participações S.A. ⁽³⁾	-	-	7.395.957.577	14,71	7.395.957.577	9,43
Valentim dos Santos Diniz	-	-	2.258.968.720	4,49	2.258.968.720	2,88
Abilio dos Santos Diniz	-	-	251.278.650	0,50	251.278.650	0,32
Lucília Maria Diniz Gallo	-	-	885.468.630	1,76	885.468.630	1,13
Conselho	100	-	-	-	100	-
Outros ⁽⁴⁾	18.975.062.147	67,48	35.472.120	0,07	19.010.534.267	24,25
Total	<u>28.118.276.387</u>	<u>100</u>	<u>50.287.003.731</u>	<u>100</u>	<u>78.405.280.118</u>	<u>100</u>

(1) Em setembro de 1997 e julho de 1998, a Emissora emitiu debêntures conversíveis em Ações Preferenciais, cujo montante do principal é de R\$100 milhões e R\$ 175 milhões, respectivamente. O capital autorizado (ou seja, o número de ações máximo que os Diretores podem emitir sem a autorização da Assembléia dos Acionistas) em 30 de junho de 1999 é de 100 bilhões de ações. O saldo de ações não emitidas em relação ao capital autorizado refere-se a Ações Preferenciais não emitidas.

(2) A PAIC é controlada pelo Sr. Abilio dos Santos Diniz e pela Península Participações. Os outros acionistas são o Sr. Valentim dos Santos Diniz e a Sra. Lucília Maria Diniz Gallo.

(3) A Península Participações é controlada pelo Sr. Abilio dos Santos Diniz e seus filhos. Quando do falecimento do Sr. Abilio dos Santos Diniz, seus filhos, Ana Maria Falleiros dos Santos Diniz D'Ávila, João Paulo Falleiros dos Santos Diniz, Adriana Falleiros dos Santos Diniz Abrão e Pedro Paulo Falleiros dos Santos Diniz, serão donos e controlarão 99% das ações da Península Participações.

(4) Inclui as ações detidas pelos membros do Conselho de Administração, exceto pelos Srs. Valentim dos Santos Diniz e Abilio dos Santos Diniz.



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia efetua transações com seus Acionistas Controladores e outras partes relacionadas para o fornecimento de certos serviços. Resume-se abaixo certos acordos e contratos significativos entre a Companhia e algumas de suas coligadas.

Subsidiárias Integrais

Peralta – Em 18 de janeiro de 1999, a CBD celebrou com os quotistas da empresa Peralta Comercial e Importadora Ltda. (convertida em Sociedade Anônima em 31 de janeiro de 1999) um protocolo de acordo, firmando uma associação para operar 37 lojas de supermercados e uma loja de hipermercado, em um total de 48.000 m² de área de vendas, todas localizadas no Estado de São Paulo. Em 1º de fevereiro de 1999, a Emissora assumiu o controle acionário da Peralta, mediante a subscrição de ações ordinárias. A partir de 1º de março de 1999, a CBD passou a gerir, em seu nome, as operações da Peralta. O ágio pago na aquisição da empresa monta a R\$ 148.559 mil. O montante de R\$ 5.066 mil, relativo à diferença entre passivos e ativos da empresa na data de aquisição do controle acionário foi registrada na rubrica “Provisão para perda com investimento”. O prejuízo da controlada no período, de R\$ 1.364 mil, está registrado na mesma rubrica. O ágio está suportado por laudo emitido por peritos independentes, sendo amortizados no prazo e extensão das projeções de rentabilidade que o determinou, estimado em 10 anos.

Stratosfera – O controle acionário dessa empresa foi adquirido em 3 de dezembro de 1998, e seu acervo está representado apenas por um imóvel operacional, localizado na região de Barueri. O ágio pago nessa aquisição, de R\$ 4.127 mil, está suportado por laudo emitido por auditores independentes, relativo à mais-valia do ativo imobilizado e deverá ser amortizado no prazo de realização do respectivo ativo.

Conforme Instrução CVM nº 247, as demonstrações financeiras das empresas Peralta e Stratosfera não estão sendo consolidadas às demonstrações financeiras da CBD, tendo em vista o objetivo da administração de descontinuar estas empresas.

Publicidade

A Pão de Açúcar Publicidade Ltda., uma companhia de publicidade controlada pelo Sr. Valentim dos Santos Diniz, prestou serviços de publicidade para a Companhia em um montante aproximado de R\$ 12,9 milhões, ou cerca de 13% das despesas com publicidade da Companhia em 1998, R\$ 8,7 milhões, ou aproximadamente 13,6% em 1997 e aproximadamente R\$ 8,5 milhões, ou cerca de 11,2%, em 1996. A Companhia acredita que todas as transações celebradas entre ela e a Pão de Açúcar Publicidade Ltda. foram efetuadas em termos tão favoráveis à Companhia quanto seriam caso fossem contratadas com terceiros não-relacionados.

Na Assembléia Geral Extraordinária dos Acionistas realizada em 26 de fevereiro de 1999, os acionistas da Companhia aprovaram a incorporação do patrimônio líquido da Pão de Açúcar Publicidade Ltda. As novas ações emitidas não terão direito a dividendos ou despesas de juros sobre o capital próprio em 1998, porém irão adquirir esses direitos plenamente em 1999.

Aluguéis

A Emissora, atualmente, aluga imóveis de certos membros da família Diniz, alguns dos quais são acionistas da CBD. Tais imóveis incluem 1 loja do Sr. Valentim dos Santos Diniz e 3 do Sr. Abilio dos Santos Diniz, que estão entre os Acionistas Controladores da Companhia; 7 lojas do Sr. Arnaldo dos Santos Diniz, 6 lojas da Sra. Vera Lúcia dos Santos Diniz e 10 lojas da Sra. Sonia Maria dos Santos Diniz Bernardini, todos filhos do Sr. Valentim dos Santos Diniz. O valor total dos pagamentos desses aluguéis em 1998 foi de aproximadamente R\$ 883 milhões para o Sr. Valentim e Sr. Abilio e R\$ 9.126 milhões para o restante da família Diniz. A Emissora acredita que tais aluguéis foram efetuados em termos tão favoráveis à Companhia quanto seriam caso fossem contratados com terceiros não-relacionados.

Reorganização da Empresa

Durante 1994, a Emissora concluiu uma série de operações com seus acionistas, a fim de alienar determinados investimentos não relacionados a suas atividades principais, para transferir à CBD determinadas propriedades anteriormente alugadas por empresas ligadas dos Acionistas Controladores e para preparar a CBD para uma emissão pública das ações. A reorganização da empresa incluiu a segregação parcial de certos passivos e contingências fiscais pagas em parcelas.

Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



As parcelas e contingências, entretanto, permaneceram como responsabilidade conjunta e solidária da CBD, que não tinha sido dispensada das obrigações pelo credo. Portanto, a Emissora manteve o reconhecimento dos passivos fiscais transferidos e continuou a refletir seus efeitos no resultado. Entretanto, como os Acionistas Controladores se consideravam os principais devedores da obrigação pelas parcelas das obrigações fiscais e determinadas contingências fiscais na época da segregação parcial, a CBD registrou uma conta a receber por valor igual aos passivos transferidos em 1994 e reconheceu os acréscimos e decréscimos dessa conta a receber no resultado.

	<u>1998</u>	<u>Milhões de reais</u> <u>1997</u>	<u>1996</u>
Passivo			
Incluído em: Impostos, outros que não o imposto de renda			
Circulante	-	-	17,80
Longo prazo	<u>1,41</u>	<u>1,70</u>	<u>33,77</u>
	<u>1,41</u>	<u>1,70</u>	<u>51,57</u>
Ativo			
Incluído em: Partes relacionadas			
Circulante	-	-	17,80
Longo prazo	<u>1,41</u>	<u>1,61</u>	<u>33,77</u>
	<u>1,41</u>	<u>1,61</u>	<u>51,57</u>

Em 31 de julho de 1997, a Emissora recebeu dos Acionistas Controladores propriedades operacionais localizadas na região de São Paulo (principalmente terrenos e construções do centro de distribuição em Osasco) e em Recife. O valor real, conforme determinado em um laudo de avaliação independente, montava a quantia de R\$ 43,1 milhões naquela data. Em troca, a CBD novamente assumiu o saldo das parcelas do imposto e de determinadas contingências fiscais, como o principal devedor.

Em 31 de julho de 1998, a CBD recebeu dos Acionistas Controladores, propriedades operacionais localizadas na região de São Paulo (terreno e prédio da loja do Jabaquara), no Distrito Federal e em Pernambuco. O valor real, conforme determinado em um laudo de avaliação independente, montava R\$ 34,3 milhões naquela data. Em troca, a Emissora assumiu provisões para contingências fiscais no valor de R\$ 33,6 milhões, complementados por R\$ 695 mil, pagos em espécie aos acionistas.

As contingências fiscais, que refletem a posição da administração quanto a possíveis perdas dos valores em questão, foram transferidas aos Acionistas controladores como parte do processo de reorganização em 1994. A Companhia continuou como principal devedor, exceto se, até 1997, esses valores foram considerados para representar possíveis perdas, em vez de prováveis perdas, e, conseqüentemente, nenhum ativo ou passivo compensatório foi reconhecido.

Essas contingências referem-se principalmente aos impostos indiretos sobre as vendas denominados Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, Fundo de Investimento Social - FINSOCIAL e Programa de Integração Social - PIS

Financiamento de Parte Relacionada

A Emissora obteve financiamento a curto prazo com um de seus Acionistas Controladores. Em 31 de dezembro de 1998, a Emissora não registrava passivos com essa parte relacionada, em comparação com o valor de R\$ 2,9 milhões em 31 de dezembro de 1997. A CBD acredita que esse financiamento foi pactuado em condições tão favoráveis quanto as que poderiam ser obtidas de terceiros.

Novasoc Ltda.

Em 1999, 25 lojas da rede de supermercados Paes Mendonça foram arrendadas pela empresa Novasoc Ltda. (“Novasoc”), e serão operadas sob as bandeiras *Pão de Açúcar*, *Barateiro* e *Extra*. A CBD possui 10% do capital social desta sociedade. A Novasoc recebeu empréstimo da CBD para aplicar na remodelagem das lojas arrendadas. Além disso, a CBD presta à Novasoc todos os serviços administrativos, além de fornecer as marcas com as quais serão operadas as lojas. Pelo serviços prestados à Novasoc e pelo uso das marcas, a CBD recebe remuneração com base em participação na receita da Novasoc.

O arrendamento mercantil contratado tem duração de 5 anos, com 2 opções de renovação de 5 anos cada. A Novasoc também tem o direito de comprar a rede de supermercados *Paes Mendonça* ao final das renovações.

De todas as lojas arrendadas, 13 já estão em funcionamento, sendo 9 lojas *Pão de Açúcar*, 1 loja *Barateiro* e 3 lojas *Extra*. As demais lojas estão em processo de reforma e conversão para os formatos da empresa, devendo iniciar as operações ao longo do terceiro trimestre do ano de 1999.



ANEXOS



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

ARTIGO 1º - COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO, é uma Sociedade por ações, com sede e foro à Av. Brigadeiro Luís Antônio nº 3.142, na Cidade de São Paulo, República Federativa do Brasil, que doravante se regerá por este Estatuto Social, pela lei 6.404 de 15/12/76 e demais dispositivos legais em vigor.

ARTIGO 2º - O objeto social da Sociedade é a comercialização de produtos manufaturados, semi manufaturados ou “in natura”, nacionais ou estrangeiros, de todo e qualquer gênero e espécie, natureza ou qualidade, desde que não vedada por lei.

Parágrafo 1º - A Sociedade poderá também praticar as seguintes atividades:

- a) a industrialização, exportação, importação e representação de produtos por conta própria ou de terceiros;
- b) o comércio internacional, inclusive de café;
- c) a importação, distribuição e comercialização de produtos cosméticos de higiene e toucador, perfumaria, saneantes e domissanitários e suplementos alimentares;
- d) serviços de assistência técnica, oficinas de serviços, consertos e reformas, de quaisquer veículos;
- e) a locação de fitas gravadas em videocassete;
- f) a prestação de serviços de estúdios fotográficos, cinematográficos e similares;
- g) a prática e a administração de operações imobiliárias, comprando, promovendo loteamentos e incorporação, locando e vendendo bens imóveis próprios e de terceiros;
- h) agir como distribuidora, agente e representante de comerciantes e industriais estabelecidos dentro do país ou fora dele e nesta qualidade, por conta dos comitentes ou por conta própria adquirir, reter, possuir e fazer quaisquer operações e transações do interesse próprio ou dos comitentes;
- i) serviços de processamento de dados;
- j) a exploração de edificações e construção em todas as suas modalidades, por conta própria ou de terceiros, a compra e venda de materiais para construção e a instalação e manutenção de sistema de ar condicionado, de monta-cargas e elevadores de cargas;
- k) a aplicação de produtos saneantes domissanitários;
- l) o transporte rodoviário de cargas em geral para seus próprios produtos, podendo inclusive armazená-los;
- m) a publicidade em geral, podendo estender-se a outros ramos que lhe sejam compatíveis ou conexos, respeitadas as restrições legais;
- n) a compra, venda e distribuição de livros, revistas, jornais, periódicos e assemelhados;
- o) a realização de estudos, análises, planejamento e pesquisas de mercado;
- p) a realização de testes para lançamento de novos produtos, embalagens e marcas;
- q) a elaboração de estratégias e análises do comportamento setorial de vendas, de promoções especiais e de publicidade;
- r) a representação de outras sociedades nacionais ou estrangeiras e a participação em outras sociedades qualquer que seja a forma ou objeto destas.

Parágrafo 2º - A Sociedade poderá prestar fianças ou avais em negócios de seu interesse, vedados os de mero favor.

ARTIGO 3º - O prazo de duração da Sociedade é por tempo indeterminado.

CAPÍTULO II

DO CAPITAL SOCIAL E DAS AÇÕES

ARTIGO 4º - O Capital Social da Sociedade é de R\$ 546.932.809,37 (quinhentos e quarenta e seis milhões, novecentos e trinta e dois mil oitocentos e nove reais e trinta e sete centavos), integralmente realizado e dividido em 78.533.612.168 (setenta e oito bilhões, quinhentos e trinta e três milhões, seiscentas e doze mil cento e sessenta e oito) ações sem valor nominal, sendo 50.287.003.731 (cinquenta bilhões, duzentos e oitenta e sete milhões, três mil setecentas e trinta e uma) ações ordinárias e 28.246.608.437 (vinte e oito bilhões, duzentos e quarenta e seis milhões, seiscentas e oito mil quatrocentas e trinta e sete) ações preferenciais.”

Parágrafo 1º - As ações representativas do capital social são indivisíveis em relação à Sociedade e cada ação ordinária confere ao seu possuidor o direito a um voto nas Assembléias Gerais.

Parágrafo 2º - As ações terão a forma escritural e serão mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares, na instituição financeira autorizada que a Sociedade designar, sem emissão de certificados.

Parágrafo 3º - Os acionistas poderão, a qualquer tempo, converter ações da espécie ordinária em preferencial, desde que integralizadas e observado o limite do artigo 5º abaixo. Os pedidos de conversão deverão ser encaminhados por escrito à Diretoria. Os pedidos de conversão recebidos e aceitos pela Diretoria deverão ser homologados na primeira reunião do Conselho de Administração que se realizar.



ARTIGO 5º - À Sociedade é facultado emitir ações sem guardar proporção com as espécies e/ou classes de ações já existentes, desde que o número de ações preferenciais não ultrapasse o limite de 2/3 (dois terços) do total das ações emitidas.

Parágrafo 1º - As ações preferenciais, gozarão das seguintes vantagens e preferências:

- a) prioridade no reembolso do capital, cujo valor será calculado pela divisão do Capital Social pelo número de ações em circulação, sem prêmio, no caso de liquidação da Sociedade;
- b) prioridade no recebimento de um dividendo mínimo anual no valor de R\$ 0,15 (quinze centavos) por lote de mil ações preferenciais, não cumulativo;
- c) participação em igualdade de condições com as ações ordinárias no recebimento do dividendo estabelecido no artigo 4I, IV, letra “c” do presente Estatuto Social, após assegurado às ações ordinárias o dividendo igual ao estabelecido na letra “b” acima, bem como na distribuição de ações bonificadas, resultantes da capitalização de reservas ou lucros acumulados, ou da correção monetária do Capital Social.

Parágrafo 2º - As ações preferenciais não terão direito de voto nas reuniões da Assembléia Geral.

Parágrafo 3º - As ações preferenciais adquirirão o exercício do direito de voto, caso o dividendo mínimo acima fixado não seja pago pelo prazo de 3 exercícios consecutivos, nos termos do parágrafo 1º, do artigo 111, da Lei 6.404/76.

ARTIGO 6º - A Sociedade está autorizada a aumentar o capital social mediante deliberação do Conselho de Administração e independentemente de reforma estatutária, até, o limite de 150.000.000.000 (cento e cinquenta bilhões) de ações, mediante a emissão de até 41.594.719.882 (quarenta e um bilhões, quinhentos e noventa e quatro milhões, setecentas e dezenove mil oitocentas e oitenta e duas) ações preferenciais e de até 30.000.000.000 (trinta bilhões) ações ordinárias.”

Parágrafo 1º - O limite do capital autorizado da Sociedade somente poderá ser modificado por deliberação da Assembléia Geral;

Parágrafo 2º - A Sociedade, dentro do limite do capital autorizado e de acordo com plano aprovado pela Assembléia Geral, poderá outorgar opção de compra de ações a seus administradores ou empregados, ou a pessoas naturais que lhe prestem serviços.

ARTIGO 7º - As emissões de ações, bônus de subscrição ou debêntures conversíveis em ações, poderão ser aprovadas pelo Conselho de Administração, com exclusão do direito de preferência, conforme previsto no artigo 172 da Lei nº 6.404/76.

Parágrafo único - Ressalvado o disposto no “caput” deste artigo, os acionistas terão preferência, na proporção das respectivas participações, para subscrição dos aumentos de capital da Sociedade, regendo-se o exercício deste direito pela legislação que lhe for aplicável.

CAPÍTULO III

DA ASSEMBLÉIA GERAL

ARTIGO 8º - A Assembléia Geral é a reunião dos acionistas, que a ela poderão comparecer por si ou por representantes constituídos na forma da Lei, a fim de deliberarem sobre as matérias de interesse da Sociedade.

ARTIGO 9º - A Assembléia Geral será convocada, instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração, ou na sua ausência pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração, e terá as seguintes atribuições:

- I. Definir as diretrizes e objetivos gerais da Sociedade;
- II. Reformar o Estatuto Social;
- III. Eleger ou destituir, a qualquer tempo, o Conselho de Administração da Sociedade;
- IV. Eleger o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração;
- V. Tomar, anualmente, as contas dos administradores, e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas;
- VI. Autorizar a emissão de debêntures;
- VII. Deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do Capital Social;
- VIII. Deliberar sobre transformação, fusão, incorporação e cisão da Sociedade, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas;
- IX. Definir a remuneração global anual dos membros da Administração.

ARTIGO 10 - Para qualquer deliberação da Assembléia Geral será necessária a aprovação de acionistas que representem, no mínimo, a maioria absoluta dos presentes com direito a voto, ressalvadas as hipóteses previstas na lei 6.404/76 que exigem “quorum” qualificado de aprovação.

ARTIGO 11 - A Assembléia Geral Ordinária terá as atribuições previstas na Lei e realizar-se-á dentro do primeiro quadrimestre subsequente ao encerramento do exercício social.



Parágrafo único - Sempre que necessário, a Assembléia Geral poderá ser instalada em caráter extraordinário, podendo se realizar concomitantemente com a Assembléia Geral Ordinária.

CAPÍTULO IV DA ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 12 - A administração da Sociedade competirá ao Conselho de Administração e à Diretoria.

Parágrafo 1º - O prazo de gestão dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria é de 3 (três) anos, permitida a reeleição.

Parágrafo 2º - Os Conselheiros e os Diretores serão investidos nos seus cargos mediante assinatura do termo de posse no Livro de Atas do Conselho de Administração ou da Diretoria, conforme o caso.

Parágrafo 3º - O prazo de gestão dos Conselheiros e dos Diretores se estenderá até a investidura dos respectivos sucessores.

Parágrafo 4º - Das reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria serão lavradas atas em livro próprio, as quais serão assinadas pelos Conselheiros e pelos Diretores presentes, conforme o caso.

Seção I

Do Conselho de Administração

ARTIGO 13 - O Conselho de Administração será composto de no mínimo 3 (três) e no máximo 15 (quinze) membros, residentes no País, acionistas, eleitos e destituíveis pela Assembléia Geral.

Parágrafo 1º - A Assembléia Geral que elege os membros do Conselho de Administração deverá também elege no mínimo 3 (três) e no máximo 8 (oito) suplentes para os cargos de Conselheiros, os quais assumirão a condição de membros efetivos do Conselho de Administração nos termos do parágrafo 2º deste Artigo;

Parágrafo 2º - Observado o disposto no parágrafo único do artigo 14, no caso de vacância do cargo de conselheiro, um dos suplentes será escolhido pelos demais conselheiros para preencher o cargo vago até o final do mandato do conselheiro substituído, podendo, entretanto, a vaga deixar de ser preenchida, a critério do próprio Conselho, se o número de membros remanescentes atender ao mínimo estatutário. Se, entretanto, ocorrer vacância da maioria dos cargos, deverá ser obrigatoriamente convocada Assembléia Geral para proceder nova eleição.

ARTIGO 14 - O Conselho de Administração terá um Presidente e um Vice-Presidente, eleitos pela Assembléia Geral.

Parágrafo único - No caso de vacância de cargo ou impedimento do Presidente ou do Vice-Presidente do Conselho de Administração, estes se substituirão um ao outro, acumulando as funções e completando o mandato do substituído.

ARTIGO 15 - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, a cada 60 (sessenta) dias, e, extraordinariamente, a qualquer tempo, por convocação de seu Presidente, ou ainda por convocação de metade dos conselheiros em exercício.

Parágrafo 1º - As convocações para as reuniões do Conselho de Administração deverão ser feitas por escrito, via telex, fac-símile ou carta, com antecedência mínima de 02 (dois) dias e especificarão hora, local e as matérias a serem discutidas em reunião. As reuniões realizar-se-ão independente de convocação caso se verifique a presença da totalidade dos conselheiros em exercício, ou com a concordância prévia dos conselheiros ausentes;

Parágrafo 2º - O “quorum” mínimo para a instalação das reuniões do Conselho de Administração é de pelo menos 1/3 (um terço) de seus membros em exercício;

Parágrafo 3º - Em cada reunião do Conselho de Administração, o Presidente e/ou o Vice-Presidente poderão convidar membros do Conselho Consultivo, para participar como convidados, os quais poderão expressar suas opiniões e participar das discussões, sem qualquer direito a voto.

ARTIGO 16 - As reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo seu Presidente e na ausência deste, pelo Vice-Presidente.

Parágrafo único - As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria de votos dos presentes, cabendo ao Presidente do Conselho, em caso de empate, o voto de qualidade.

ARTIGO 17 - O Conselho de Administração terá um Secretário Executivo, eleito pela maioria dos conselheiros e cujas funções serão definidas na reunião que o elege.

ARTIGO 18 - Compete ao Conselho de Administração:

- a) fixar a orientação geral dos negócios da Sociedade;
- b) elege e destituir os Diretores da Sociedade;
- c) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Sociedade, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos;
- d) convocar a Assembléia Geral;



- e) manifestar-se sobre o relatório da Administração e as contas da Diretoria;
- f) deliberar sobre a emissão de ações de qualquer espécie ou classe, até o limite do capital autorizado, fixando o respectivo preço e as condições de integralização;
- g) escolher e destituir os auditores independentes;
- h) emitir parecer sobre qualquer proposta da Diretoria à Assembléia Geral;
- i) autorizar a aquisição de ações da própria Sociedade, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria;
- j) constituir uma comissão dentre os membros em exercício, para definir a divisão da remuneração global dos membros da Administração, estabelecida pela Assembléia Geral;
- k) desenvolver em conjunto com a Diretoria e aprovar um plano de participação de empregados e administradores nos lucros da Sociedade e de concessão de benefícios adicionais a empregados e administradores vinculados ao resultado da Sociedade (“Plano de Participação nos Resultados”);
- l) fixar o montante da participação dos empregados e administradores nos lucros da Sociedade, observadas as disposições pertinentes da Lei 6.404/76, do Estatuto Social e do Plano de Participação nos Resultados em vigor. As importâncias despendidas ou provisionadas em cada exercício, a título de participação de empregados e administradores nos lucros e ainda com relação à outorga de opção de compra de ações da Sociedade, serão limitadas em até 15% (quinze por cento) do resultado de cada exercício, após as deduções do artigo 189 da Lei 6.404/76.

Seção II

Da Diretoria

ARTIGO 19 - A Diretoria será composta de no mínimo 2 (dois) e no máximo 12 (doze) membros, acionistas ou não, residentes no país, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração.

ARTIGO 20 - Os membros da Diretoria serão designados Diretor Presidente, Diretor Superintendente, Diretor de Marketing, Diretor de Desenvolvimento e Novos Negócios, Diretor de Investimentos e Obras, Diretor Administrativo Financeiro e Diretor de Relações com o Mercado e os demais Diretores não terão designação específica, cabendo-lhes respectivamente, as funções discriminadas neste Estatuto, mantendo entre si recíproca colaboração e auxiliando-se mutuamente no exercício de seus cargos e funções.

Parágrafo 1º - Nos casos de vacância, ausência, licença, impedimento ou afastamento temporário ou definitivo, os Diretores substituir-se-ão na seguinte forma:

- a) o Diretor Presidente será substituído pelo Diretor Superintendente, que acumulará as suas funções;
- b) os demais Diretores serão substituídos pelo Diretor que for designado pelo Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração, em conjunto.

Parágrafo 2º - Caso ocorra vacância ou afastamento definitivo, os Diretores serão substituídos de acordo com a norma do parágrafo 1º acima, até o preenchimento do cargo pela primeira reunião do Conselho de Administração que se realizar, e nesse caso, o Diretor eleito em substituição completará o mandato do Diretor substituído.

ARTIGO 21 - A Diretoria se reunirá por convocação de seu Presidente, ou ainda por convocação de metade dos Diretores em exercício.

Parágrafo único - O “quorum” mínimo para a instalação das reuniões da Diretoria é de pelo menos 1/3 (um terço) de seus membros em exercício, e suas deliberações serão tomadas por maioria de votos dos presentes, cabendo ao Presidente, em caso de empate, o voto de qualidade.

ARTIGO 22 - Além dos deveres e responsabilidades de que possa ser incumbida pela Assembléia Geral e pelo Conselho de Administração, compete à Diretoria, sem prejuízo de outras atribuições legais:

- I. dirigir os negócios sociais e fazer cumprir este Estatuto;
- II. dar cumprimento ao objeto social;
- III. aprovar os planos, os programas e as normas gerais de operação, administração e controle, no interesse do desenvolvimento da Sociedade, observadas as orientações estabelecidas pelo Conselho de Administração;
- IV. elaborar e apresentar à Assembléia Geral Ordinária relatório das atividades de negócios sociais, instruindo-os com o Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras legalmente exigidos em cada exercício, bem como os respectivos pareceres do Conselho Fiscal, quando for o caso;
- V. dirigir todas as atividades da Sociedade, imprimindo-lhes as diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração e adequadas à consecução dos seus objetivos;
- VI. propor ao Conselho de Administração os planos e programas de investimentos;
- VII. autorizar a abertura e encerramento de filiais, agências, sucursais, depósitos e/ou instituir delegações, escritórios e representações em qualquer ponto do território nacional ou no exterior;
- VIII. manifestar-se sobre qualquer assunto a ser submetido à aprovação do Conselho de Administração;



IX. desenvolver em conjunto com o Conselho de Administração e executar o Plano de Participação nos Resultados.

ARTIGO 23 - Compete ao Diretor Presidente:

- a) planejar, coordenar, dirigir e administrar todas as atividades da Sociedade, exercendo as funções executivas e decisórias;
- b) exercer a supervisão geral de todos os negócios da Sociedade, coordenando e orientando as atividades dos demais Diretores;
- c) convocar, instalar e presidir as reuniões da Diretoria.

ARTIGO 24 - Compete ao Diretor Superintendente:

- a) substituir o Diretor Presidente em suas ausências e impedimentos, e
- b) auxiliar o Diretor Presidente na supervisão, coordenação, direção e administração das atividades e dos negócios da Sociedade e em todas as tarefas que este lhe consignar.

ARTIGO 25 - Compete ao Diretor de Marketing:

- a) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar as atividades jornalísticas, publicitárias, de marketing, culturais e sociais da Sociedade.

ARTIGO 26 - Compete ao Diretor de Desenvolvimento e Novos Negócios:

- a) analisar e propor à aprovação da Diretoria, quando for o caso, todo e qualquer programa e projeto de desenvolvimento e de novos negócios da Sociedade, dirigindo-os e administrando-os quando os mesmos forem implantados;
- b) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar o patrimônio da Sociedade.

ARTIGO 27 - Compete ao Diretor de Investimentos e Obras:

- a) elaborar e propor à aprovação da Diretoria, os planos e programas de investimentos da Sociedade;
- b) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar todos os projetos e as obras da Sociedade.

ARTIGO 28 - Compete ao Diretor Administrativo Financeiro:

- a) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar toda a área administrativa, de planejamento, contábil e financeira da Sociedade.

ARTIGO 29 - Compete ao Diretor de Relações com o Mercado:

- a) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar o trabalho de relações com o mercado da Sociedade, bem como representá-la perante a Comissão de Valores Mobiliários, acionistas, investidores, Bolsa de Valores, Banco Central do Brasil e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais.

ARTIGO 30 - Compete aos demais Diretores:

- a) praticar todos os atos necessários ao funcionamento regular da Sociedade, desde que autorizados pelo Diretor Presidente.

ARTIGO 31 - O Conselho de Administração ou a Diretoria poderão definir funções e competências adicionais a qualquer Diretor, competindo a todos cumprir as funções que forem definidas por aqueles órgãos, além da obrigação de auxiliarem o Diretor Presidente em todas as tarefas que este lhes consignar.

ARTIGO 32 - A Sociedade será representada sempre por 2 (dois) Diretores em conjunto, devendo obrigatoriamente um deles ser o Diretor Presidente, o Diretor Superintendente, o Diretor de Desenvolvimento e Novos Negócios ou o Diretor Administrativo Financeiro.

Parágrafo 1º - Na forma estabelecida no “caput” deste artigo, os Diretores representarão a Sociedade ativa e passivamente, em juízo e fora dele e perante terceiros, praticando e assinando todos os atos que obriguem a Sociedade;

Parágrafo 2º - Nos atos de constituição de procuradores, a Sociedade deverá ser representada de acordo com o “caput” deste artigo, devendo as procurações, conter prazo de validade, com exceção daquelas para fins judiciais, além da descrição dos poderes conferidos, os quais poderão abranger todo e qualquer ato, inclusive os de natureza bancária;

Parágrafo 3º - Para os atos que importem em aquisição, oneração ou alienação de bens imóveis, a Sociedade deverá ser representada, obrigatoriamente, por três dos Diretores mencionados no “caput” deste artigo.

CAPÍTULO V

DO CONSELHO CONSULTIVO

ARTIGO 33 - A Sociedade poderá ter um Conselho Consultivo, de caráter não permanente, composto de até 13 (treze) membros, acionistas ou não, eleitos pela Assembléia Geral.

Parágrafo 1º - Os membros do Conselho Consultivo terão mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição, e poderão receber os honorários fixados pela Assembléia Geral.



Parágrafo 2º - O Conselho Consultivo, quando em funcionamento, reunir-se-á, ordinariamente uma vez a cada semestre e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente do Conselho de Administração.

Parágrafo 3º - Os avisos de convocação para as reuniões do Conselho Consultivo indicarão a ordem do dia, bem como o local, data e hora das reuniões, devendo ser enviados pelo correio ou fac-símile, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias.

Parágrafo 4º - Das deliberações do Conselho Consultivo, lavrar-se-á ata em livro próprio, que será assinada por todos os presentes.

ARTIGO 34 - Compete ao Conselho Consultivo:

- a) recomendar ao Conselho de Administração medidas para a preservação e desenvolvimento das atividades e negócios da Companhia; e
- b) manifestar-se sobre as questões que lhe forem submetidas pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO VI

DO CONSELHO FISCAL

ARTIGO 35 - O Conselho Fiscal terá funcionamento não permanente e será instalado pela Assembléia Geral, que elegerá seus membros quando for o caso.

Parágrafo único - Os membros do Conselho Fiscal e seus suplentes exercerão seus cargos até a primeira Assembléia Geral Ordinária que se realizar após a sua eleição, podendo ser reeleitos.

ARTIGO 36 - O Conselho Fiscal compor-se-á de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e de igual número de suplentes, residentes no país, acionistas ou não, todos qualificados sob a exigência legal.

ARTIGO 37 - O Conselho Fiscal assim eleito terá as atribuições e poderes que lhe são conferidos por lei.

ARTIGO 38 - A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembléia Geral que os eleger, respeitando o limite legal de dedutibilidade para fins fiscais.

CAPÍTULO VII

EXERCÍCIO SOCIAL E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ARTIGO 39 - O exercício social encerrar-se-á a 31 de dezembro de cada ano, quando será levantado o balanço patrimonial e elaboradas as demonstrações financeiras exigidas pela legislação vigente.

ARTIGO 40 - A Sociedade poderá, a critério da Diretoria, levantar balanços trimestrais ou semestrais.

CAPÍTULO VIII

DA DESTINAÇÃO DO LUCRO

ARTIGO 41 - Levantado o balanço patrimonial, serão observadas, quanto à distribuição do resultado apurado, as seguintes regras:

- I. do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto sobre a Renda;
- II. após deduzidas as parcelas descritas no item I acima, será deduzida importância a ser distribuída a título de participação dos empregados nos lucros da Sociedade, conforme determinação do Conselho de Administração, em observância ao Plano de Participação nos Resultados, nos termos e limites dos itens “k” e “l” do Artigo 18 do Estatuto Social;
- III. observadas as condições e os limites dos parágrafos do artigo 152 da Lei 6.404/76, e o limite do item “l” do Artigo 18 do Estatuto Social, será deduzida a importância a título de participação dos administradores nos lucros da Sociedade, conforme determinado pelo Conselho de Administração em observação ao Plano de Participação nos Resultados;
- IV. os lucros remanescentes terão as seguintes destinações:
 - a) 5% (cinco por cento) para o fundo de reserva legal, até que atinja a 20% (vinte por cento) do Capital Social;
 - b) importâncias destinadas à constituição de reserva para contingências e reserva de lucros a realizar, caso deliberado pela Assembléia Geral;
 - c) 25% (vinte e cinco por cento) para o pagamento do dividendo obrigatório, de acordo com o parágrafo 1º abaixo, observado o disposto no parágrafo 1º, do artigo 5º, do presente Estatuto Social;
 - d) o lucro que não for utilizado para constituir a reserva de que trata o parágrafo 2º nem retido nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, será distribuído como dividendo adicional;



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



Parágrafo 1º - O dividendo obrigatório será calculado e pago de acordo com as seguintes normas:

- a) a base de cálculo do dividendo será o lucro líquido do exercício, diminuído das importâncias destinadas à constituição da reserva legal e de reservas para contingências, e acrescido da reversão das reservas de contingências formadas em exercícios anteriores;
- b) o pagamento do dividendo determinado nos termos da alínea anterior poderá ser limitado ao montante do lucro líquido do exercício que tiver sido realizado, desde que a diferença seja registrada como reserva de lucros a realizar;
- c) os lucros registrados na reserva, quando realizados e se não tiverem sido absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser acrescidos ao primeiro dividendo declarado após a realização;

Parágrafo 2º - Fica criada Reserva para Expansão, que terá por fim assegurar recursos para financiar aplicações adicionais de capital fixo e circulante e será formada com até 90% do lucro líquido que remanescer após as destinações de que tratam as alíneas “a”, “b”, e “c” do item IV, não podendo o total desta reserva ultrapassar o valor do capital social da Sociedade;

Parágrafo 3º - A Sociedade poderá distribuir, autorizada pelo Conselho de Administração, dividendos intermediários, “ad referendum” da Assembléia Geral.

Parágrafo 4º - A Sociedade poderá pagar ou creditar juros, a título de remuneração de capital próprio, calculados sobre as contas do Patrimônio Líquido, observados a taxa e os limites definidos em lei. A critério da Administração o valor dos juros acima referido, que não for pago aos acionistas, poderá ser incorporado ao Capital Social ou mantido em conta de reserva destinada a aumento de capital.

ARTIGO 42 - O montante dos dividendos será colocado à disposição dos acionistas no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data em que forem atribuídos, podendo ser corrigidos monetariamente, conforme determinação do Conselho de Administração, observadas as disposições legais pertinentes.

CAPÍTULO IX

LIQUIDAÇÃO

ARTIGO 43 - A Sociedade entrará em liquidação nos casos legais, competindo à Assembléia Geral estabelecer o modo de liquidação, eleger o liquidante e o Conselho Fiscal que deverá funcionar durante a liquidação, determinando-lhes a remuneração.

CAPÍTULO X

DISPOSIÇÕES FINAIS

ARTIGO 44 - Os casos omissos serão resolvidos de conformidade com a legislação em vigor.

ARTIGO 45 - O presente Estatuto entrará em vigor na data da sua aprovação pela Assembléia Geral.

VALENTIM DOS SANTOS DINIZ
Presidente do Conselho de Administração



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

ATAS DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA
E REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADAS ATÉ 09 DE AGOSTO DE 1999



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 28 DE SETEMBRO DE 1998

1 - **DATA E LOCAL:** Aos vinte e oito dias do mês de setembro de 1998, às 17:30 horas, na sede social à Avenida Brigadeiro Luiz Antonio nº 3142 - São Paulo - SP.

2 - **CONVOCAÇÃO:** Edital de Convocação publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, nos dias 19, 22 e 23 de setembro de 1998, páginas 9,12 e 7, respectivamente e no Jornal Folha de São Paulo, nos dias 19, 20 e 21 de setembro de 1998, páginas 2.4, 2.11, 3.3, respectivamente.

3 - **QUORUM:** Acionistas representando 98,15% do Capital Social, deixando de votar os legalmente impedidos.

4 - **COMPOSIÇÃO DA MESA:** Presidente: Valentim dos Santos Diniz, Secretário: Marise Rieger Salzano.

5 - **RESUMO DAS DELIBERAÇÕES:** A Assembléia Geral representando mais de dois terços do Capital Social:

5.1 - Aprovou o laudo de avaliação da aquisição da Sociedade Rede Barateiro de Supermercados S/A (Anexo I), elaborado pela MGP Engenharia SC Ltda, com sede à Av. Bernardino de Campos nº 48 - conj. 11- São Paulo - SP, inscrita no CGC sob o nº 69.105.930/0001-06, cuja indicação feita pela Diretoria é ratificada pelos acionistas presentes.

5.2 - Ratificou a aquisição da Sociedade Rede Barateiro de Supermercados S/A, nos termos do art. 256 da Lei nº 6404/76.

5.3 - Aprovou o Protocolo de Incorporação e Justificação (Anexo II) firmado entre esta Sociedade, como INCORPORADORA, e as Sociedades Rede Barateiro de Supermercados S/A, Millo's Comercial Carajás S/A, Administradora MCP S/C Ltda e Pat Comercial Ltda, como INCORPORADAS.

5.4 - Ratificou a indicação da sociedade MAGALHÃES ANDRADE S/C AUDITORES INDEPENDENTES, com sede à Av. Brigadeiro Faria Lima nº 1893 - 6º andar - São Paulo-SP, inscrita no CGC sob o nº 62.657.242/0001-00 para proceder a avaliação dos patrimônios das Sociedades Rede Barateiro de Supermercados S/A, Millo's Comercial Carajás S/A, Administradora MCP S/C Ltda e Pat Comercial Ltda a serem incorporados por esta Sociedade.

5.5 - Aprovou o Laudo de Avaliação (Anexo III), elaborado por MAGALHÃES ANDRADE S/C AUDITORES INDEPENDENTES.

5.6 - Aprovou a Incorporação das Sociedades Rede Barateiro de Supermercados S/A, Millo's Comercial Carajás S/A, Administradora MCP S/C Ltda e Pat Comercial Ltda.

5.7 - Informou que de acordo com as condições firmadas no Protocolo não haverá alteração estatutária nesta Sociedade.

5.8 - Autorizou a Diretoria a praticar todos os atos necessários à formalização das deliberações da incorporação, com amplos e plenos poderes.

6 - DOCUMENTOS ARQUIVADOS NA SEDE SOCIAL:

a) Edital de Convocação;

b) Protocolo de Incorporação e Justificação;

c) Laudos de Avaliação.

7 - **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada esta ata, em forma de sumário, lida e achada conforme e assinada pelos acionistas presentes.

São Paulo, 28 de setembro de 1998.

Assinaturas:

VALENTIM DOS SANTOS DINIZ – Presidente.

MARISE RIEGER SALZANO – Secretário.

ACIONISTAS: Valentim dos Santos Diniz, Pão de Açúcar S/A Indústria e Comércio, Península Participações S/A e Abilio dos Santos Diniz, os três últimos representados por sua procuradora Marise Rieger Salzano.

Cópia Fiel do Original.

VALENTIM DOS SANTOS DINIZ - Presidente da Mesa.

Visto Advogado: **MARISE RIEGER SALZANO** - OAB/SP - 85.251.

Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 162.923/98-3 em 19/10/98. Yara Sylvia Steagall - Secretária Geral.

Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 26 DE FEVEREIRO DE 1999

1 - **DATA E LOCAL:** Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro de 1999, às 17:00 horas, na sede social à Avenida Brigadeiro Luiz Antonio nº 3142 - São Paulo - SP.

2 - **CONVOCAÇÃO:** Edital de Convocação publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, nos dias 13, 18 e 19 de fevereiro de 1999, páginas 10, 05 e 23, respectivamente e no Jornal Folha de São Paulo, nos dias 13, 14 e 15 de fevereiro de 1999, páginas 2.4, 2.4, 3.3, respectivamente.

3 - **QUORUM:** Acionistas representando 98,15% do Capital Social, deixando de votar os legalmente impedidos.

4 - **COMPOSIÇÃO DA MESA:** Presidente: Valentim dos Santos Diniz, Secretário: Marise Rieger Salzano.

5 - **RESUMO DAS DELIBERAÇÕES:** A Assembléia Geral representando mais de dois terços do Capital Social:

5.1 - Aprovou o Protocolo de Incorporação e Justificação (Anexo I) firmado entre esta Sociedade, como INCORPORADORA, e a Sociedade Pão de Açúcar Publicidade Ltda, como INCORPORADA.

5.2 - Ratificou a indicação da sociedade MAGALHÃES ANDRADE S/C AUDITORES INDEPENDENTES, com sede à Av. Brigadeiro Faria Lima nº 1893 - 6º andar - São Paulo-SP, inscrita no CGC sob o nº 62.657.242/0001-00 para proceder a avaliação do patrimônio da Sociedade Pão de Açúcar Publicidade Ltda a ser incorporado por esta Sociedade.

5.3 - Aprovou o Laudo de Avaliação (Anexo II), elaborado por MAGALHÃES ANDRADE S/C AUDITORES INDEPENDENTES.

5.4 - Aprovou a Incorporação da Sociedade Pão de Açúcar Publicidade Ltda.

5.5 - Aprovou, conseqüentemente, a nova redação do “caput” do artigo 4º do Estatuto Social que passa a vigorar com a seguinte redação:

“**ARTIGO 4º** (“caput”) - O Capital Social da Sociedade é de R\$ 540.474.059,57 (quinhentos e quarenta milhões, quatrocentos e setenta e quatro mil, cinqüenta e nove reais e cinqüenta e sete centavos), integralmente realizado e dividido em 78.336.757.051 (setenta e oito bilhões, trezentas e trinta e seis milhões, setecentas e cinqüenta e sete mil e cinqüenta e uma) de ações sem valor nominal, sendo 50.287.003.731 (cinqüenta bilhões, duzentas e oitenta e sete milhões, três mil e setecentas e trinta e uma) ordinárias e 28.049.753.320 (vinte e oito bilhões, quarenta e nove milhões, setecentas e cinqüenta e três mil e trezentas e vinte) preferenciais.”

5.6 - As novas ações emitidas em razão desta incorporação não farão jus a quaisquer benefícios, inclusive aos dividendos e eventuais remunerações relativos ao exercício de 1998, passando a ter os seus direitos integrais no exercício de 1999.

5.7 - Autorizou a Diretoria a praticar todos os atos necessários à formalização das deliberações da incorporação.

5.8 - Em conseqüência da incorporação ocorrida, aprovou a alteração do artigo 2º, objeto social, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“**ARTIGO 2º** - O objeto social da Sociedade é a comercialização de produtos manufaturados, semi manufaturados ou “in natura”, nacionais ou estrangeiros, de todo e qualquer gênero e espécie, natureza ou qualidade, desde que não vedada por lei.

Parágrafo 1º - A Sociedade poderá também praticar as seguintes atividades:

- a) a industrialização, exportação, importação e representação de produtos por conta própria ou de terceiros;
- b) o comércio internacional, inclusive de café;
- c) a importação, distribuição e comercialização de produtos cosméticos de higiene e toucador, perfumaria, saneantes e domissanitários e suplementos alimentares;
- d) serviços de assistência técnica, oficinas de serviços, consertos e reformas, de quaisquer veículos;
- e) locação de fitas gravadas em videocassete;
- f) prestação de serviços de estúdios fotográficos, cinematográficos e similares;
- g) a prática e a administração de operações imobiliárias, comprando, promovendo loteamentos e incorporação, locando e vendendo bens imóveis próprios e de terceiros;



h) agir como distribuidora, agente e representante de comerciantes e industriais estabelecidos dentro do país ou fora dele e nesta qualidade, por conta dos comitentes ou por conta própria adquirir, reter, possuir e fazer quaisquer operações e transações do interesse próprio ou dos comitentes;

i) serviços de processamento de dados;

j) a exploração de edificações e construção em todas as suas modalidades, por conta própria ou de terceiros, a compra e venda de materiais para construção e a instalação e manutenção de sistema de ar condicionado, de monta-cargas e elevadores de cargas;

k) aplicação de produtos saneantes domissanitários;

l) transporte rodoviário de cargas em geral para seus próprios produtos podendo inclusive armazená-los;

m) a publicidade em geral, podendo estender-se a outros ramos que lhe sejam compatíveis ou conexos, respeitadas as restrições legais;

n) a compra, venda e distribuição de livros, revistas, jornais, periódicos e assemelhados;

o) a realização de estudos, análises, planejamento e pesquisas de mercado;

p) a realização de testes para lançamento de novos produtos, embalagens e marcas;

q) a elaboração de estratégias e análises do comportamento setorial de vendas, de promoções especiais e de publicidade;

r) representação de outras sociedades nacionais ou estrangeiras e a participação em outras sociedades qualquer que seja a forma ou objeto destas.

Parágrafo 2º - a Sociedade poderá prestar fianças ou avais em negócios de seu interesse, vedados os de mero favor.”

6 - DOCUMENTOS ARQUIVADOS NA SEDE SOCIAL:

a) Edital de Convocação;

b) Protocolo de Incorporação e Justificação;

c) Laudo de Avaliação.

7 - **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada esta ata, em forma de sumário, lida e achada conforme e assinada pelos acionistas presentes.

São Paulo, 26 de fevereiro de 1999.

Assinaturas:

VALENTIM DOS SANTOS DINIZ - Presidente.

MARISE RIEGER SALZANO - Secretário.

ACIONISTAS: Valentim dos Santos Diniz, Pão de Açúcar S/A Indústria e Comércio, Península Participações S/A e Abílio dos Santos Diniz, os três últimos representados por sua procuradora Marise Rieger Salzano.

Cópia Fiel do Original.

VALENTIM DOS SANTOS DINIZ - Presidente da Mesa.

Visto Advogado: **MARISE RIEGER SALZANO** - OAB/SP - 85.251.

Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 46.154/99-1 em 31/03/99. Yara Sylvia Steagall - Secretária Geral.



ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 1999

1. **DATA E LOCAL:** Aos trinta dias do mês de abril de 1999, às 17:30 horas, na sede social à Avenida Brigadeiro Luiz Antonio nº 3142 - São Paulo - SP.

2. **CONVOCAÇÃO:** Edital de Convocação publicado no Diário Oficial do Estado São Paulo, nos dias 21, 23 e 24 de abril de 1999, páginas 41, 69 e 66, respectivamente e no Jornal Folha de São Paulo, nos dias 21, 22 e 23 de abril de 1999, páginas 2.4, 2.3, 2.4, respectivamente.

3. **QUORUM:** Acionistas representando 98,16% do Capital Social, deixando de votar os legalmente impedidos.

4. **COMPOSIÇÃO DA MESA:** Presidente: Valentim dos Santos Diniz, Secretário: Marise Rieger Salzano.

5. **RESUMO DAS DELIBERAÇÕES:** A Assembléia Geral por unanimidade de votos, abstendo-se os legalmente impedidos:

5.1. aprovou o balanço e demais demonstrações financeiras, encerradas em 31.12.98, sem ressalvas, que foram publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo no dia 11 de fevereiro de 1999, página 09 e na Folha de São Paulo no dia 10 de fevereiro de 1999, página 2.4.

5.2. aprovou a Proposta da Diretoria relativa a destinação do Lucro do exercício de 1998;

5.3. aprovou, nos termos da Proposta da Diretoria, o pagamento de juros sobre o capital próprio no valor bruto de R\$ 40.000.000,00, que foram imputados ao dividendo mínimo obrigatório, que complementado pelo valor líquido de R\$ 5.012.963,32, perfaz o valor total líquido de R\$ 39.012.963,32, referentes aos dividendos do exercício de 1998, totalizando, portanto, R\$ 0,499423 por lote de 1.000 ações. O pagamento de dividendos será realizado no dia 25 de junho de 1999;

5.4. aceitou o pedido de renúncia dos membros do Conselho de Administração Luiz Antonio Correa Nunes Viana de Oliveira e Ney Nazareno Sígolo.

5.5. elegeu para membros do Conselho de Administração até a Assembléia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício do ano 2.000, ou seja, até 30 de abril de 2.001: **JOSÉ MENDO VAZ**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 7.658.278, SSP/SP, inscrito no CPF sob nº 973.707.118-20, domiciliado na Capital do Estado de São Paulo, onde reside à Alameda dos Araés, nº 157 - Planalto Paulista e **LUIZ FELIPE CHAVES D'AVILA**, brasileiro, casado, cientista político, portador da Cédula de Identidade RG nº 13.034.229-4, SSP/SP, inscrito no CPF sob nº 087.203.358-90, domiciliado na Capital do Estado de São Paulo, onde reside à Rua Alaska nº 144.

5.6. confirmar a atual composição do Conselho de Administração que terá o mandato até 30/04/2001: **Presidente:** Valentim dos Santos Diniz; **Vice Presidente:** Abilio dos Santos Diniz; **Membros:** Augusto Marques da Cruz Filho; Fernão Carlos Botelho Bracher; Gerald Dinu Reiss; José Mendo Vaz; Luiz Felipe Chaves D'Avila; Luiz Marcelo Dias Sales; Mailson Ferreira da Nóbrega; Pedro Luciano Marrey Junior e Roberto Teixeira da Costa; **Suplentes:** Ana Maria Falleiros dos Santos Diniz D'Avila; João Paulo Falleiros dos Santos Diniz; Caio Racy Mattar; Guido Amadeu; Antonio Moscarelli e; Ricardo Florence dos Santos.

5.7. fixou os honorários globais e anuais dos membros da Administração em até R\$ 5.500.000,00.

5.8. elegeu **MANUEL CARLOS TEIXEIRA DE ABREU**, português, casado, administrador de empresas, residente e domiciliado em Lisboa, Portugal, Travessa Teixeira Junior nº 01 e **JOSÉ LUIZ BULHÕES PEDREIRA NETO**, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF sob nº 004.735.967-68 e na OAB/RJ sob nº 5866, domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, onde reside à Av. Nossa Senhora de Copacabana nº 313 - Apto. 161 e elegeu **JOSÉ SIMÃO FILHO**, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.627.671, SSP/SP, inscrito no CPF sob nº 026.758.628-00, domiciliado na Capital do Estado de São Paulo, onde reside à Rua Michigan nº 1211 - Apto. 101, para membros do CONSELHO CONSULTIVO, com mandato estatutário de um ano. Foram fixados os honorários globais e anuais em até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), para o Conselho Consultivo, cabendo a cada membro ora eleito o valor anual de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

6. DOCUMENTOS ARQUIVADOS NA SEDE SOCIAL:

a) Editais de Convocação;

b) Demonstrações Financeiras e Relatório da Administração e Parecer dos Auditores Independentes;

Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



c) Propostas da Diretoria.

7. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada esta ata, em forma de sumário, lida e achada conforme e assinada pelos acionistas presentes e pelos auditores da Sociedade.

São Paulo, 30 de abril de 1999.

Assinaturas:

VALENTIM DOS SANTOS DINIZ – Presidente.

MARISE RIEGER SALZANO – Secretário.

ACIONISTAS: Valentim dos Santos Diniz, Pão de Açúcar S/A Indústria e Comércio, Península Participações S/A e Abilio dos Santos Diniz, os três últimos representados por sua procuradora Marise Rieger Salzano e o auditor Price Waterhouse Auditores Independentes, por seu representante legal, Henrique Luz.

Cópia Fiel do Original.

VALENTIM DOS SANTOS DINIZ - Presidente da Mesa.

Visto Advogado: **MARISE RIEGER SALZANO** - OAB/SP - 85.251.

Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 69.134/99-6 em 12/05/99. Yara Sylvia Steagall - Secretária Geral.



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM DIA 30 DE ABRIL DE 1999

Aos trinta dias do mês de abril de 1999, às 19:00 horas, na sede social, à Av. Brigadeiro Luiz Antonio nº 3142, na Capital do Estado de São Paulo, reuniram-se, em caráter extraordinário, os membros do Conselho de Administração da **COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO**. Assumiu a presidência dos trabalhos, o Presidente do Conselho de Administração, VALENTIM DOS SANTOS DINIZ, que convidou a mim, Marise Rieger Salzano, para secretariá-lo. Dando início aos trabalhos, o Sr. Presidente solicitou-me que fizesse a leitura da Ordem do Dia, o que fiz, e cujo teor é o seguinte: a) apreciação do pedido de renúncia apresentado pelo Diretor Superintendente Luiz Antonio Correa Nunes Viana de Oliveira e pelo Diretor José Simão Filho; b) aprovação da proposta apresentada pelo Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração, nos termos da alínea “b” do parágrafo 1º do artigo 20 do Estatuto Social; c) eleição de membro da Diretoria. Após a leitura o sr. Presidente colocou em debate o item “a” da Ordem do dia. Foi aceito o pedido de renúncia apresentado pelo Diretor Superintendente Luiz Antonio Correa Nunes Viana de Oliveira e pelo Diretor José Simão Filho. O Sr. Presidente, em nome da Companhia, agradeceu a contribuição dada pelos Srs. Luiz Antonio Correa Nunes Viana de Oliveira e José Simão Filho que, sem dúvida, foi fundamental para o desenvolvimento e crescimento alcançado por esta Companhia nos últimos anos, tornando-a cada vez mais sólida e progressiva. Passando ao item “b” da Ordem do Dia, foi deliberado pela unanimidade dos membros do Conselho de Administração, nos termos da alínea “b” do Parágrafo 1º do Artigo 20 do Estatuto Social, aceitar a Proposta do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho de Administração e designar Augusto Marques da Cruz Filho, Diretor Administrativo Financeiro, para acumular as suas funções com as de Diretor Superintendente. Passando ao item “c” da Ordem do Dia, foi eleito, pela unanimidade dos presentes, para Diretor sem Designação Específica, Valdemar Machado Junior, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.496.498-8, SSP/SP, inscrito no CPF sob nº 591.180.918-49, domiciliado em Barueri - SP, onde reside à Alameda Suécia nº 312 - Residencial 1 - Alphaville. Aproveitou também para deixar firmada neste ato a atual composição da Diretoria que terá o mandato até 30/04/2001: **Diretor Presidente:** Abilio dos Santos Diniz; **Diretor Superintendente:** acumulado por Augusto Marques da Cruz Filho; **Diretor de Marketing:** Ana Maria Falleiros dos Santos Diniz D'Avila; **Diretor de Desenvolvimento e Novos Negócios:** João Paulo Falleiros dos Santos Diniz; **Diretor de Investimentos e Obras:** Caio Racy Mattar; **Diretor Administrativo Financeiro:** Augusto Marques da Cruz Filho; **Diretor de Relações com o Mercado:** Ricardo Florence dos Santos e para **Diretores sem Designação Específica:** George Washington Mauro e Valdemar Machado Junior. Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião da qual foi lavrada a presente ata, que lida e achada conforme, foi aprovada e vai assinada pelos presentes. aa.) Valentim dos Santos Diniz, Abilio dos Santos Diniz, Augusto Marques da Cruz Filho, Fernão Carlos Botelho Bracher, Gerald Dinu Reiss, Luiz Marcelo Dias Salles, Mailson Ferreira da Nobrega, Pedro Luciano Marrey Junior, Roberto Teixeira da Costa, e Marise Rieger Salzano(secretária).

Cópia Fiel do Original.

VALENTIM DOS SANTOS DINIZ - Presidente da Mesa.

Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 73.853/99-9 em 16/05/99. Yara Sylvia Steagall - Secretária Geral.



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 1999

Aos 30 (trinta) dias do mês de junho de 1999, às 18:00 horas, na sede social da Companhia, situada na Av. Brigadeiro Luiz Antonio, nº 3.142, na Capital do Estado de São Paulo, reuniram-se os membros do Conselho de Administração, por convocação do seu Presidente, na forma do Artigo 15 do seu Estatuto Social, com a presença de seus membros que assinam a presente ata. Assumiu a presidência dos trabalhos o Presidente do Conselho de Administração, Sr. Valentim dos Santos Diniz, que convidou a mim, Marise Rieger Salzano, para secretariá-lo. Iniciando os trabalhos, o Sr. Presidente informou que a reunião fôra convocada para deliberação dos conselheiros a respeito do aumento de capital da Companhia, dentro do limite do Capital Autorizado da Sociedade e de acordo com o artigo 18, letra "f" do Estatuto Social, decorrente da conversão de 50 (cinquenta) debêntures da 1ª emissão e 2.000 (duas mil) debêntures da 2ª emissão em ações preferenciais da Companhia. Colocado em discussão o item constante da Ordem do Dia, os conselheiros aprovaram, por unanimidade:

(a) o aumento do capital social em R\$ 60.324,38 (sessenta mil, trezentos e vinte e quatro reais e trinta e oito centavos), passando, em consequência, de R\$ 540.474.059,57 (quinhentos e quarenta milhões, quatrocentos e setenta e quatro mil, cinquenta e nove reais e cinquenta e sete centavos) para R\$ 540.534.383,95 (quinhentos e quarenta milhões, quinhentos e trinta e quatro mil, trezentos e oitenta e três reais e noventa e cinco centavos), decorrente da conversão em ações preferenciais da Companhia de 50 (cinquenta) debêntures conversíveis em ações, da 1ª emissão, com a emissão de 1.857.067 (um milhão, oitocentas e cinquenta e sete mil, sessenta e sete) ações preferenciais, no valor de R\$ 60.324,38 (sessenta mil, trezentos e vinte e quatro reais e trinta e oito centavos), na forma do disposto na cláusula 4.10 da Escritura de Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações Preferenciais, de 11.09.97. O preço de emissão de cada lote de 1.000 (mil) ações é de R\$ 32,483683;

(b) o aumento do capital social em R\$ 2.152.746,40 (dois milhões, cento e cinquenta e dois mil, setecentos e quarenta e seis reais e quarenta centavos), passando, em consequência, de R\$ 540.534.383,95 (quinhentos e quarenta milhões, quinhentos e trinta e quatro mil, trezentos e oitenta e três reais e noventa e cinco centavos) para R\$ 542.687.130,30 (quinhentos e quarenta e dois milhões, seiscentos e oitenta e sete mil, cento e trinta reais e trinta centavos), decorrente da conversão em ações preferenciais da Companhia de 2.000 (duas mil) debêntures conversíveis em ações, da 2ª emissão, com a emissão de 66.666.000 (sessenta e seis milhões, seiscentas e sessenta e seis mil) ações preferenciais, no valor de R\$ 2.152.746,40 (dois milhões, cento e cinquenta e dois mil, setecentos e quarenta e seis reais e quarenta centavos), na forma do disposto na cláusula 4.11 da Escritura de Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações Preferenciais, de 13.07.98. O preço de emissão de cada lote de 1.000 (mil) ações é de R\$ 32,291519. De acordo com o parágrafo 3º, do artigo 171, da Lei nº 6.404/76, o direito de preferência está dispensado. As ações preferenciais resultantes da conversão das debêntures terão as mesmas características e condições e gozarão dos mesmos direitos e vantagens estatutariamente atribuídos à espécie, tendo, inclusive, direito aos dividendos integrais correspondentes ao exercício social de 1999, de acordo com as cláusulas 4.10.3 e 4.11.3 das Escrituras de Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações Preferenciais, de 11.09.97 e 13.07.98, respectivamente.

Portanto, foi homologado o aumento do Capital Social de R\$ 540.474.059,57 (quinhentos e quarenta milhões, quatrocentos e setenta e quatro mil, cinquenta e nove reais e cinquenta e sete centavos) para R\$ 542.687.130,30 (quinhentos e quarenta e dois milhões, seiscentos e oitenta e sete mil, cento e trinta reais e trinta centavos), mediante a emissão de 68.523.067 (sessenta e oito milhões, quinhentas e vinte e três mil e sessenta e sete) ações preferenciais escriturais, sem valor nominal. Conseqüentemente o "caput" do Artigo 4º do Estatuto Social passará a vigorar com a seguinte redação:

"ARTIGO 4º ("caput") - O Capital Social da Sociedade é de R\$ 542.687.130,30 (quinhentos e quarenta e dois milhões, seiscentos e oitenta e sete mil, cento e trinta reais e trinta centavos), integralmente realizado e dividido em 78.405.280.118 (setenta e oito bilhões, quatrocentos e cinco milhões, duzentas e oitenta mil, cento e dezoito) ações sem valor nominal, sendo 50.287.003.731 (cinquenta bilhões, duzentas e oitenta e sete milhões, três mil, setecentas e trinta e uma) ações ordinárias e 28.118.276.387 (vinte e oito bilhões, cento e dezoito milhões, duzentas e setenta e seis mil, trezentas e oitenta e sete) ações preferenciais."

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião da qual foi lavrada a presente ata, a qual, lida e achada conforme, foi aprovada e assinada pelos presentes. São Paulo, 30 de junho de 1999. ass. Presidente – Valentim dos Santos Diniz; Secretária – Marise Rieger Salzano; Conselheiros: Valentim dos Santos Diniz, Abilio dos Santos Diniz, Augusto Marques da Cruz Filho, Fernão Carlos B. Bracher, Gerald Dinu Reiss, Luiz Felipe Chaves D'Ávila, Luiz Marcelo D. Sales, José Mendo Vaz, Mailson F. da Nóbrega, Pedro Luciano Marrey Junior e Roberto Teixeira da Costa.

Cópia Fiel do original.

VALENTIM DOS SANTOS DINIZ – Presidente.

MARISE RIEGER SALZANO – Secretária.

Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 115.870/99-4 em 12/07/99. Yara Sylvia Steagall - Secretária Geral.

Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 21 DE JULHO DE 1999

Aos 21 dias do mês de julho de 1999, às 11:30 horas, na sede social da Companhia, localizada na Av. Brigadeiro Luiz Antonio, 3142, São Paulo, Estado de São Paulo, reuniram-se os senhores Membros do Conselho de Administração da COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO, convocados pelo seu Presidente, na forma do Estatuto Social, que assumiu a presidência dos trabalhos e convidou a mim, Marise Rieger Salzano, para secretariá-lo. Iniciando os trabalhos, o Sr. Presidente informou que a reunião fora convocada para deliberação dos conselheiros a respeito da seguinte Ordem do Dia: a) Apreciação da proposta de emissão da 3ª série da 2ª emissão de debêntures da Companhia, apresentada pela Diretoria; e b) Convocação da Assembléia Geral Extraordinária para deliberar sobre a emissão da 3ª série da 2ª emissão de debêntures. Colocados em discussão os itens constantes da Ordem do Dia, foram aprovados, à unanimidade:

a) a emissão da 3ª série da 2ª emissão de debêntures da Companhia, de forma a possibilitar o desenvolvimento de seus negócios, com as seguintes características: (i) data de emissão: 01 de agosto de 1999; (ii) valor: o valor da 3ª série da 2ª emissão será fixado entre o mínimo de R\$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de reais) e o máximo de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais); (iii) valor nominal: as debêntures da 3ª série da 2ª emissão terão o valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais), na data da emissão; (iv) prazo, data da emissão e vencimento das debêntures da 3ª série: o prazo das debêntures é de 05 (cinco) anos, tendo por data de emissão, para todos os efeitos legais, a data de 01 de agosto de 1999, com vencimento fixado em 01 de agosto de 2004; (v) forma e espécie: as debêntures simples da 3ª série da 2ª emissão serão nominativas, escriturais, com garantia flutuante sobre o total dos ativos da Companhia; (vi) remuneração das debêntures da 3ª série: as debêntures da 3ª série serão remuneradas exclusivamente com base na variação do Índice Geral de Preços – Mercado - IGP-M, da Fundação Getúlio Vargas, acrescido de juros de 13% (treze por cento) ao ano. Os juros de 13% (treze por cento) ao ano acima do IGP-M incidirão a partir da data de emissão, computados na base de 360 (trezentos e sessenta) dias, calculados sobre o valor nominal acrescido da remuneração correspondente à parcela do IGP-M e serão pagos anualmente, sempre no 1º (primeiro) dia do mês de agosto, ocorrendo o primeiro pagamento em 01/08/2000 e o último em 01/08/2004, no vencimento ou liquidação das debêntures da 3ª série; (vii) lugar do pagamento: os pagamentos devidos em decorrência da emissão da 3ª série da 2ª emissão de debêntures serão efetuados por intermédio da Central de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP, ou do Banco Itaú S.A. - Banco Mandatário, para os debenturistas não vinculados àquele sistema; (viii) Amortização Programada: as debêntures da 3ª série da 2ª emissão terão o seu valor nominal atualizado, amortizado, nas seguintes datas: as amortizações da 3ª série ocorrerão em: 01/08/2001, 01/08/2002, 01/08/2003 e 01/08/2004; (ix) aquisição facultativa: a qualquer tempo, a Companhia poderá adquirir no mercado as debêntures da 3ª série, em circulação, por preço não superior ao seu valor nominal atualizado, acrescido de juros na forma do item (vi) supra; (x) preço de subscrição: o preço de subscrição será pago à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição. As debêntures serão ofertadas publicamente, devendo ser obtido registro de oferta pública perante a Comissão de Valores Mobiliários; (xi) registro da emissão da 3ª série: o 1º Aditamento da Escritura da 2ª Emissão de Debêntures será registrado em Cartório de Registro de Imóveis do local da sede da Companhia e na Comissão de Valores Mobiliários.

b) a convocação de Assembléia Geral Extraordinária da Companhia, tendo a seguinte Ordem do Dia: (a) exame, discussão e votação da operação de emissão da 3ª série da 2ª emissão de debêntures, conforme proposta ora aprovada.

Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata, a qual, lida e aprovada, foi assinada pelos Conselheiros presentes. São Paulo, 21 de julho de 1999. (a) Presidente - Valentim dos Santos Diniz; Secretária - Marise Rieger Salzano; Conselheiros: Valentim dos Santos Diniz, Abilio dos Santos Diniz, Augusto Marques da Cruz Filho, Fernão Carlos Botelho Bracher, Gerald Dinu Reiss, José Mendo Vaz, Luiz Felipe Chaves D'Avila, Luiz Marcelo Dias Sales, Mailson Ferreira da Nóbrega, Pedro Luciano Marrey Junior, Roberto Teixeira da Costa.

Cópia fiel do original.

Valentim dos Santos Diniz – Presidente.
Marise Rieger Salzano – Secretária.

Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 124.043/9-9 em 26/07/99. Yara Sylvia Steagall - Secretária Geral.



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 29 DE JULHO DE 1999

Aos 29 dias do mês de julho de 1999, às 15,00 horas, na sede social da Companhia, localizada na Av. Brigadeiro Luiz Antonio, 3142, São Paulo, Estado de São Paulo, reuniram-se os senhores Membros do Conselho de Administração da COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO, convocados pelo seu Presidente, na forma do Estatuto Social, que assumiu a presidência dos trabalhos e convidou a mim, Marise Rieger Salzano, para secretariá-lo. Iniciando os trabalhos, o Sr. Presidente informou que a reunião fora convocada para deliberação dos conselheiros a respeito da seguinte Ordem do Dia: a) Apreciação da proposta da Diretoria de não utilização e cancelamento da autorização de emissão de novas séries da 2ª emissão de debêntures da Companhia; b) Apreciação da proposta da Diretoria de alteração do artigo 6º do Estatuto Social da Companhia com a finalidade de aumentar o limite do seu capital autorizado, bem como estabelecer a possibilidade de emissão de ações ordinárias por deliberação do Conselho de Administração independentemente de reforma estatutária, dentro do novo limite do capital autorizado; c) Apreciação da proposta da Diretoria relativa à 3ª emissão de debêntures da Companhia; e d) Convocação da Assembléia Geral Extraordinária para deliberar (i) a não utilização e cancelamento da autorização de emissão de novas séries da 2ª emissão de debêntures da Companhia; (ii) a alteração do artigo 6º do Estatuto Social da Companhia com a finalidade de aumentar o limite do seu capital autorizado e modificar as ações que poderão vir a ser emitidas dentro de tal limite, e (iii) 3ª emissão de debêntures da Companhia. Colocados em discussão os itens constantes da Ordem do Dia, foram aprovados, à unanimidade:

a) a proposta da Diretoria relativa a não utilização e cancelamento da autorização de emissão de novas séries da 2ª emissão de debêntures da Companhia;

b) a proposta da Diretoria relativa à alteração do artigo 6º do Estatuto Social da Companhia com a finalidade de aumentar o limite do seu capital autorizado de 100.000.000.000 de ações para 150.000.000.000 de ações, bem como estabelecer a possibilidade de emissão de ações ordinárias por deliberação do Conselho de Administração independentemente de reforma estatutária, dentro do novo limite do capital autorizado;

c) a proposta da Diretoria, relativa à 3ª emissão de debêntures da Companhia, cujas condições e características serão objeto de nova proposta da Diretoria a ser encaminhada a este Conselho de Administração antes da realização da Assembléia Geral Extraordinária de 09.08.99 e

d) a convocação de Assembléia Geral Extraordinária da Companhia, a ser realizada em 09.08.99, tendo a seguinte Ordem do Dia: (a) exame, discussão e votação sobre a não utilização e cancelamento da autorização de emissão de novas séries da 2ª emissão de debêntures da Companhia; (ii) exame, discussão e votação sobre alteração do artigo 6º do Estatuto Social da Companhia com a finalidade de aumentar o limite do seu capital autorizado e modificar as ações que poderão vir a ser emitidas dentro de tal limite; (b) exame, discussão e votação da 3ª emissão de debêntures, conforme proposta da Diretoria .

Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata, a qual, lida e aprovada, foi assinada pelos Conselheiros presentes. São Paulo, 29 de julho de 1999. (a) Presidente - Valentim dos Santos Diniz; Secretária - Marise Rieger Salzano; Conselheiros: Valentim dos Santos Diniz, Abilio dos Santos Diniz, Augusto Marques da Cruz Filho, Luiz Marcelo D. Sales, Mailson F. da Nóbrega e Pedro Luciano Marrey Junior.

Cópia fiel do original

VALENTIM DOS SANTOS DINIZ

Presidente

MARISE RIEGER SALZANO

Secretária

Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania. JuComercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 132.510/99-6 em 06/08/99. Yara Sylvia Steagall - Secretária Geral.



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



**ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 30 DE JULHO DE 1999**

1 – DATA E LOCAL: Dia 30 de julho de 1999, às 10:00 horas, na sede social, à Av. Brigadeiro Luiz Antônio, nº 3142 – São Paulo – SP.

2 – CONVOCAÇÃO: Edital de Convocação publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo nos dias 22, 23 e 24 de julho de 1999, páginas 2, 12 e 3, e no jornal “Folha de São Paulo” nos dias 22, 23 e 24 de julho de 1999, páginas 2, 2 e 6, respectivamente.

3 – QUÓRUM: Acionistas representando 98,16% do Capital Social votante, conforme assinaturas no livro de presença de acionistas.

4 – COMPOSIÇÃO DA MESA: Presidente : Sr. Valentim dos Santos Diniz; Secretária : Marise Rieger Salzano.

5 – RESUMO DAS DELIBERAÇÕES: A Assembléia Geral , por votos representando mais de dois terços do Capital Social e maioria do capital votante:

5.1 – aprovar a Proposta da Diretoria para não apreciação da Ordem do Dia, tendo em vista a aprovação do Conselho de Administração para não utilização e cancelamento da autorização para emissão de novas séries da 2ª emissão de debêntures da Companhia.

6 – DOCUMENTOS ARQUIVADOS NA SEDE SOCIAL:

- a) Editais de Convocação;
- b) Propostas da Administração.

7 – ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada esta ata, em forma de sumário, lida e achada conforme e assinada pelos acionistas presentes.

São Paulo, 30 de julho de 1999.

Assinaturas: Valentim dos Santos Diniz – Presidente; Marise Rieger Salzano – Secretária. Acionistas : Valentim dos Santos Diniz, Pão de Açúcar S/A Indústria e Comércio, Península Participações S/A e Abilio dos Santos Diniz, todos representados pela sua procuradora Marise Rieger Salzano.

Cópia Fiel do Original

VALENTIM DOS SANTOS DINIZ

Presidente da Mesa

MARISE RIEGER SALZANO

OAB/SP 85251

Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 132.509/99-4 em 06/08/99. Yara Sylvia Steagall - Secretária Geral.



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 6 DE AGOSTO DE 1999

Aos 6 dias do mês de agosto de 1999, às 17:00 horas, na sede social da Companhia, localizada na Av. Brigadeiro Luiz Antonio, 3142, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, reuniram-se os senhores Membros do Conselho de Administração da COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO, convocados pelo seu Presidente, na forma do Estatuto Social, que assumiu a presidência dos trabalhos e convidou a mim, Marise Rieger Salzano, para secretariá-lo. Iniciando os trabalhos, o Sr. Presidente informou que a reunião fora convocada para deliberação dos conselheiros a respeito da seguinte Ordem do Dia: Proposta da Diretoria relativa à emissão da 1ª série da 3ª emissão de debêntures da Companhia. Colocado em discussão o item constante da Ordem do Dia, foi aprovada, por unanimidade dos presentes a proposta da Diretoria que consiste na emissão da 1ª série da 3ª emissão de debêntures da Companhia, de forma a possibilitar o desenvolvimento dos seus negócios, com as seguintes características: **(i) Valor Total da 3ª Emissão:** Serão emitidas debêntures até o limite de R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais); **(ii) Número de Séries:** A 3ª emissão de debêntures da Companhia será realizada em número indeterminado de séries; **(iii) Data de Emissão:** A data de emissão da 1ª série da 3ª emissão de debêntures (as “Debêntures da 1ª série”) será 1º de setembro de 1999 **(iv) Valor Nominal:** as Debêntures da 1ª série terão o valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), na data da emissão; **(v) Quantidade de Debêntures:** serão emitidas 297.000 Debêntures da 1ª série. **(vi) Prazo e Vencimento:** o prazo das Debêntures da 1ª série será de 01 (hum) ano, com vencimento fixado em 1º de setembro de 2000; **(vii) Vencimento Antecipado:** o agente fiduciário da 3ª emissão poderá declarar antecipadamente vencidas as Debêntures da 1ª série e exigir o imediato pagamento pela Companhia do valor nominal das Debêntures da 1ª Série em circulação, atualizado “pro rata temporis” até a data do seu efetivo pagamento, acrescido de juros, na ocorrência das seguintes hipóteses: (a) protocolo do pedido de concordata preventiva formulado pela Companhia; (b) liquidação e/ou decretação de falência da Companhia; e (c) falta de cumprimento pela Companhia de toda e qualquer obrigação relevante prevista no Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão de Debêntures, não sanada em 30 (trinta) dias, contados da data de recebimento de aviso escrito que for enviado à Companhia pelo agente fiduciário; **(viii) Forma e Espécie:** as Debêntures da 1ª série serão conversíveis em até 6.000.000.000 (seis bilhões) de ações preferenciais de emissão da Companhia, nominativas, escriturais, com garantia subordinada; **(ix) Critério de Conversibilidade:** a regra de conversão das Debêntures da 1ª série será fixada de acordo com o disposto no artigo 170, § 1º, da Lei n.º 6.404/76 e no Parecer de Orientação n.º 1/78 da Comissão de Valores Mobiliários, tomando por base a média ponderada da cotação das ações preferenciais de emissão da Companhia na Bolsa de Valores de São Paulo (“BOVESPA”) nos últimos 10 pregões realizados até 5 de agosto de 1999, atingindo-se um preço de R\$ 32,00 (trinta e dois reais) por lote de 1.000 (mil) ações preferenciais de emissão da Companhia, sobre o qual foi aplicado um ágio de 54,69% (cinquenta e quatro inteiro e sessenta e nove décimos por cento), resultando no preço de conversão de R\$ 49,50 (quarenta e nove reais e cinquenta centavos) por lote de 1.000 (mil) ações preferenciais de emissão da Companhia. O ágio aplicado às ações preferenciais de emissão da Companhia justifica-se: (i) pela baixa liquidez e alta volatilidade das ações preferenciais de emissão da Companhia verificada nos últimos 360 (trezentos e sessenta) pregões nos quais ocorreram negociações com as ações preferenciais de emissão da EMISSORA, nos quais o preço máximo de negociação foi 50,23% (cinquenta inteiros e cinte e três centésimos por cento) superior, e o preço mínimo foi 61,69% (sessenta e um inteiros e sessenta e nove centésimos por cento) inferior ao preço médio de negociação nesse período; e, (ii) pelo fato de uma opção do tipo americana (podendo ser exercida a qualquer tempo) sobre ações preferenciais de emissão da Companhia, ter como preço de exercício o valor determinado para conversão das Debêntures da 1ª série, se considerados os seguintes parâmetros: (a) vencimento igual ao das Debêntures da 1ª série; (b) volatilidade implícita de 37% (trinta e sete por cento); (c) dividend yield de 4% (quatro por cento); (d) prêmio de 5% (cinco por cento) sobre o valor da ação preferencial de emissão da Companhia; (e) variação acumulada do IGP-M no período de 8% (oito por cento); (f) taxa de juros para o período de 26% (vinte e seis por cento) ao ano; e, (g) preço de R\$ 32,00 (trinta e dois reais) por lote de 1.000 (mil) ações preferenciais de emissão da Companhia; **(x) Remuneração:** as Debêntures da 1ª série da 3ª emissão serão remuneradas exclusivamente com base na variação do Índice Geral de Preços – Mercado - IGP-M, da Fundação Getúlio Vargas, acrescido de juros de 13% (treze por cento) ao ano. Os juros de 13% (treze por cento) ao ano acima do IGP-M incidirão a partir da data de emissão, computados na base de 360 (trezentos e sessenta) dias, calculados sobre o valor nominal acrescido da remuneração correspondente à parcela do IGP-M e serão pagos na data de vencimento; **(xi) Lugar de Pagamento:** os pagamentos devidos em decorrência da emissão das Debêntures da 1ª série serão efetuados por intermédio da Central de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP, do Banco Itaú S.A. - Banco Mandatário para os debenturistas não vinculados àquele sistema; **(xii) Amortização:** as Debêntures da 1ª série terão o seu valor nominal atualizado amortizado integralmente na data de vencimento; **(xiii) Aquisição Facultativa:** a qualquer tempo, a Companhia poderá adquirir no mercado as Debêntures da 1ª série em circulação, por preço não superior ao seu valor nominal atualizado, acrescido de juros na forma do item (ix) supra; **(xiv) Condições de Integralização e Subscrição:** as Debêntures da 1ª série serão integralizadas em até 10 (dez)



dias contados a partir da data de subscrição das Debêntures da 1ª série, em moeda corrente nacional, pelo seu valor nominal unitário acrescido dos juros remuneratórios devidos, atualizado desde a data de emissão até a data de sua efetiva subscrição e integralização; **(xv) Procedimento de Distribuição:** a distribuição das Debêntures da 1ª série será pública, mediante intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, para distribuição no mercado de balcão, adotando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no Artigo 33 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 13/80, inexistindo reservas antecipadas, lotes máximos ou mínimos. As Debêntures da 1ª série serão ofertadas somente no Brasil e não poderão ser adquiridas por investidores definidos como US Person, conforme estabelecido no Regulation S do United States Securities Act of 1933, tendo em vista a restrição imposta pela Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos da América; **(xvi) Direito de Preferência:** os acionistas da Companhia, observadas as suas respectivas participações na data da Assembléia Geral, não terão direito de preferência na subscrição das Debêntures da 1ª série, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei nº 6.404/76, e do artigo 7º do estatuto social, sendo-lhes, todavia, concedido um prazo de prioridade para subscrição, de 2 (dois) dias úteis a partir da data do início da distribuição, na proporção da quantidade de ações possuídas no dia da Assembléia Geral Extraordinária a ser realizada em 09.08.1999; **(xvii) Autorização à Diretoria da Companhia:** tendo em vista a aprovação da proposta de emissão das Debêntures da 1ª série pela Companhia, ficarão os Diretores autorizados a contratar, com uma ou mais instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitais, a colocação pública das Debêntures da 1ª série, bem como a nomear e contratar o agente fiduciário para a sua emissão, celebrando a competente escritura de emissão, e tomando junto aos órgãos governamentais, autarquias, entidades públicas e particulares em geral, todas as providências necessárias à realização da emissão das Debêntures da 1ª série; **(xviii) Registro da Emissão:** a Escritura da 3ª Emissão de Debêntures será registrada em Cartório de Registro de Imóveis do local da sede da Companhia e na Comissão de Valores Mobiliários. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata, a qual, lida e aprovada, foi assinada pelos Conselheiros presentes. São Paulo, 6 de agosto de 1999. (a) Presidente - Valentim dos Santos Diniz; Secretária - Marise Rieger Salzano; Conselheiros: Valentim dos Santos Diniz, Abilio dos Santos Diniz, Augusto Marques da Cruz Filho, Fernão Carlos B. Bracher, Gerald D. Reis, Luiz Felipe C. D'Ávila, Luiz Marcelo D. Sales, Mailson F. da Nóbrega, Pedro Luciano Marrey Filho e Roberto Teixeira da Costa.

Cópia fiel do original.

VALENTIM DOS SANTOS DINIZ – Presidente.

MARISE RIEGER SALZANO – Secretária.

SECRETARIA DA JUSTIÇA E DEFESA DA CIDADANIA.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO.

Certifico o registro sob o nº 138.455/99-5 em 17/08/99. Yara Sylvia Steagall - Secretária Geral.



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 09 DE AGOSTO DE 1999

1 - **DATA E LOCAL:** Aos nove dias do mês de agosto de 1999, às 09,00 horas, na sede social à Av. Brigadeiro Luiz Antonio, nº 3142 - São Paulo - SP.

2 - **CONVOCAÇÃO:** Edital de Convocação publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo nos dias 30 e 31 de julho e 03 de agosto de 1999, páginas 11, 01 e 07 e no jornal “Folha de São Paulo” nos dias 30 e 31 de julho e 01 de agosto de 1999, páginas 2-4, 2-4 e 1-15, respectivamente.

3 - **QUORUM:** Acionistas representando 98,16% do Capital Social votante, conforme assinaturas no livro de presença de acionistas.

4 - **COMPOSIÇÃO DA MESA:** Presidente: Valentim dos Santos Diniz, Secretário: Marise Rieger Salzano.

5 - RESUMO DAS DELIBERAÇÕES:

A Assembléia Geral por votos representando mais de dois terços do Capital Social e maioria do capital votante:

5.1. Aprovou a Proposta da Diretoria para aumentar o limite do Capital Autorizado de 100.000.000.000 (cem bilhões) de ações para 150.000.000.000 (cento e cinquenta bilhões) de ações, bem como incluir a possibilidade de emissão de ações ordinárias no referido regime de capital autorizado, alterando assim o “caput” do Artigo 6º do Estatuto Social que terá a seguinte redação:

“ARTIGO 6º - A Sociedade está autorizada a aumentar o capital social mediante deliberação do Conselho de Administração e independentemente de reforma estatutária, até, o limite de 150.000.000.000 (cento e cinquenta bilhões) de ações, mediante a emissão de até 41.594.719.882 (quarenta e um bilhões, quinhentos e noventa e quatro milhões, setecentos e dezenove mil, oitocentas e oitenta e duas) ações preferenciais e de até 30.000.000.000 (trinta bilhões) ações ordinárias.”

5.2. Aprovou a Proposta da Diretoria para a não utilização e cancelamento da autorização de emissão de novas séries da 2ª emissão de debêntures da Companhia.

5.3. Aprovou a Proposta da Diretoria para criação, emissão e colocação pública de debêntures – 3ª Emissão - da Companhia, nas seguintes condições:

(i) **Valor Total da 3ª Emissão:** Serão emitidas debêntures até o limite de R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais); (ii) **Número de Séries:** A 3ª emissão de debêntures da Companhia será realizada em número indeterminado de séries; (iii) **Data de Emissão:** A data de emissão da 1ª série da 3ª emissão de debêntures (as “Debêntures da 1ª série”) será 1º de setembro de 1999; (iv) **Valor Nominal:** as Debêntures da 1ª série terão o valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), na data da emissão; (v) **Quantidade de Debêntures:** serão emitidas 297.000 (duzentas e noventa e sete mil) Debêntures da 1ª série; (vi) **Prazo e Vencimento:** o prazo das Debêntures da 1ª série será de 01 (hum) ano, com vencimento fixado em 1º de setembro de 2000; (vii) **Vencimento Antecipado:** o agente fiduciário da 3ª emissão poderá declarar antecipadamente vencidas as Debêntures da 1ª série e exigir o imediato pagamento pela Companhia do valor nominal das Debêntures da 1ª Série em circulação, atualizado “pro rata temporis” até a data do seu efetivo pagamento, acrescido de juros, na ocorrência das seguintes hipóteses: (a) protocolo do pedido de concordata preventiva formulado pela Companhia; (b) liquidação e/ou decretação de falência da Companhia; e (c) falta de cumprimento pela Companhia de toda e qualquer obrigação relevante prevista no Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão de Debêntures, não sanada em 30 (trinta) dias, contados da data de recebimento de aviso escrito que for enviado à Companhia pelo agente fiduciário; (viii) **Forma e Espécie:** as Debêntures da 1ª série serão conversíveis em até 6.000.000.000 (seis bilhões) de ações preferenciais de emissão da Companhia, nominativas, escriturais, com garantia subordinada; (ix) **Critério de Conversibilidade:** a regra de conversão das Debêntures da 1ª série será fixada de acordo com o disposto no artigo 170, § 1º, da Lei n.º 6.404/76 e no Parecer de Orientação n.º 1/78 da Comissão de Valores Mobiliários, tomando por base a média ponderada da cotação das ações preferencias de emissão da Companhia na Bolsa de Valores de São Paulo (“BOVESPA”) nos últimos 10 pregões realizados até 5 de agosto de 1999, atingindo-se um preço de R\$ 32,00 (trinta e dois reais) por lote de 1.000 (mil) ações preferencias de emissão da Companhia, sobre o qual foi aplicado um ágio de 54,69% (cinquenta e quatro inteiro e sessenta e nove décimos por cento), resultando no preço de conversão de R\$ 49,50 (quarenta e nove reais e cinquenta centavos) por lote de 1.000 (mil) ações preferencias de emissão da Companhia. O ágio aplicado às ações preferencias de emissão da Companhia justifica-se: (i) pela baixa liquidez e alta volatilidade das ações preferencias de emissão da Companhia verificada nos últimos 360 (trezentos e sessenta) pregões nos quais ocorreram negociações com as ações preferencias de emissão da Companhia, nos quais o preço máximo de negociação foi 50,23% (cinquenta inteiros e vinte e três centésimos por cento) superior, e o preço mínimo foi 61,69% (sessenta e um inteiros e sessenta e nove centésimos por cento) inferior ao preço médio de negociação nesse período; e, (ii) pelo fato de uma opção do tipo americana (podendo ser exercida a qualquer tempo) sobre ações preferencias de emissão da Companhia, ter como preço de exercício o



valor determinado para conversão das Debêntures da 1ª série, se considerados os seguintes parâmetros: (a) vencimento igual ao das Debêntures da 1ª série; (b) volatilidade implícita de 37% (trinta e sete por cento); (c) dividend yield de 4% (quatro por cento); (d) prêmio de 5% (cinco por cento) sobre o valor da ação preferencial de emissão da Companhia; (e) variação acumulada do IGP-M no período de 8% (oito por cento); (f) taxa de juros para o período de 26% (vinte e seis por cento) ao ano; e, (g) preço de R\$ 32,00 (trinta e dois reais) por lote de 1.000 (mil) ações preferenciais de emissão da Companhia; **(x) Remuneração:** as Debêntures da 1ª série da 3ª emissão serão remuneradas exclusivamente com base na variação do Índice Geral de Preços – Mercado - IGP-M, da Fundação Getúlio Vargas, acrescido de juros de 13% (treze por cento) ao ano. Os juros de 13% (treze por cento) ao ano acima do IGP-M incidirão a partir da data de emissão, computados na base de 360 (trezentos e sessenta) dias, calculados sobre o valor nominal acrescido da remuneração correspondente à parcela do IGP-M e serão pagos na data de vencimento; **(xi) Lugar de Pagamento:** os pagamentos devidos em decorrência da emissão das Debêntures da 1ª série serão efetuados por intermédio da Central de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP, do Banco Itaú S.A. - Banco Mandatário para os debenturistas não vinculados àquele sistema; **(xii) Amortização:** as Debêntures da 1ª série terão o seu valor nominal atualizado amortizado integralmente na data de vencimento; **(xiii) Aquisição Facultativa:** a qualquer tempo, a Companhia poderá adquirir no mercado as Debêntures da 1ª série em circulação, por preço não superior ao seu valor nominal atualizado, acrescido de juros na forma do item (ix) supra; **(xiv) Condições de Integralização e Subscrição:** as Debêntures da 1ª série serão integralizadas em até 10 (dez) dias contados a partir da data de subscrição das Debêntures da 1ª série, em moeda corrente nacional, pelo seu valor nominal unitário acrescido dos juros remuneratórios devidos, atualizado desde a data de emissão até a data de sua efetiva subscrição e integralização; **(xv) Procedimento de Distribuição:** a distribuição das Debêntures da 1ª série será pública, mediante intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, para distribuição no mercado de balcão, adotando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no Artigo 33 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários n.º 13/80, inexistindo reservas antecipadas, lotes máximos ou mínimos. As Debêntures da 1ª série serão ofertadas somente no Brasil e não poderão ser adquiridas por investidores definidos como US Person, conforme estabelecido no Regulation S do United States Securities Act of 1933, tendo em vista a restrição imposta pela Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos da América; **(xvi) Direito de Preferência:** os acionistas da Companhia não terão direito de preferência na subscrição das Debêntures da 1ª série, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei n.º 6.404/76, e do artigo 7º do estatuto social, sendo-lhes, todavia, concedido um prazo de prioridade para subscrição, de 2 (dois) dias úteis a partir da data do início da distribuição, na proporção da quantidade de ações possuídas nesta data; **(xvii) Delegação de Poderes ao Conselho de Administração da Companhia:** os acionistas delegarão ao Conselho de Administração da Companhia os poderes para deliberar sobre as condições de emissão das Debêntures da 1ª Série, dentro dos limites estabelecidos no Artigo 59, parágrafo primeiro, da Lei n.º 6.404/76; **(xviii) Autorização à Diretoria da Companhia:** tendo em vista a aprovação da proposta de emissão das Debêntures da 1ª série pela Companhia, ficarão os Diretores autorizados a contratar, com uma ou mais instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitais, a colocação pública das Debêntures da 1ª série, bem como a nomear e contratar o agente fiduciário para a sua emissão, celebrando a competente escritura de emissão, e tomando junto aos órgãos governamentais, autarquias, entidades públicas e particulares em geral, todas as providências necessárias à realização da emissão das Debêntures da 1ª série; **(xvix) Registro da Emissão:** a Escritura da 3ª Emissão de Debêntures será registrada em Cartório de Registro de Imóveis do local da sede da Companhia e na Comissão de Valores Mobiliários.

6 - DOCUMENTOS ARQUIVADOS NA SEDE SOCIAL:

- a) Editais de Convocação.
- b) Propostas da Diretoria e do Conselho de Administração.

7 - **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada esta ata, em forma de sumário, lida e achada conforme e assinada pelos acionistas presentes.

São Paulo, 09 de agosto de 1999.

Assinaturas: VALENTIM DOS SANTOS DINIZ (Presidente), MARISE RIEGER SALZANO (Secretário).
ACIONISTAS: Valentim dos Santos Diniz, Pão de Açúcar S/A. Indústria e Comércio, Península Participações S/A. e Abílio dos Santos Diniz, os três últimos representados por sua procuradora, Marise Rieger Salzano.

Cópia Fiel do Original.

VALENTIM DOS SANTOS DINIZ - Presidente da Mesa.

VISTO ADVOGADO: **MARISE RIEGER SALZANO** - OAB/SP 85.251.

SECRETARIA DA JUSTIÇA E DEFESA DA CIDADANIA.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO.

Certifico o registro sob o nº 138.453/99-8 em 17/08/99. Yara Sylvia Steagall - Secretária Geral.

Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran





ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 09 DE AGOSTO DE 1999

Aos nove dias do mês de agosto de 1999, às 18,00 horas, na sede social da Companhia, localizada na Av. Brigadeiro Luiz Antonio, 3142, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, reuniram-se os senhores Membros do Conselho de Administração da COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO, convocados pelo seu Presidente, na forma do Estatuto Social, que assumiu a presidência dos trabalhos e convidou a mim, Marise Rieger Salzano, para secretariá-lo. Iniciando os trabalhos, o Sr. Presidente informou que a reunião fora convocada para deliberação dos conselheiros a respeito da seguinte Ordem do Dia: 1) Aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado previsto no estatuto social; 2) Emissão de bônus de subscrição de ações ordinárias e preferenciais da Companhia. Colocados em discussão os itens constantes da Ordem do Dia, foi aprovado pela unanimidade dos presentes:

1) O aumento do capital social da Companhia, mediante a emissão, para subscrição privada, de 12.571.750.933 (doze bilhões, quinhentas e setenta e um milhões, setecentas e cinquenta mil, novecentas e trinta e três) de ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal (as “Ações Ordinárias”) e 7.029.569.097 (sete bilhões, vinte e nove milhões, quinhentas e sessenta e nove mil e noventa e sete) de ações preferenciais, escriturais, sem valor nominal (as “Ações Preferenciais”). As Ações Ordinárias e as Ações Preferenciais serão integralizadas em moeda corrente nacional, à vista na data de subscrição, sendo que as Ações Ordinárias terão um preço de emissão fixado entre R\$ 51,10 (cinquenta e um reais e dez centavos) e R\$ 54,75 (cinquenta e quatro reais e setenta e cinco centavos) por lote de 1.000 (hum mil) ações Ordinárias e as Ações Preferenciais terão um preço de emissão de R\$ 43,80 (quarenta e três reais e oitenta centavos) por lote de 1.000 (hum mil) ações Preferenciais. O preço definitivo de emissão das Ações Ordinárias será estabelecido pelo Conselho de Administração, durante reunião a ser realizada oportunamente. Tão logo este Conselho de Administração realize nova reunião para fixar o preço de emissão das Ações Ordinárias, será publicado Aviso aos Acionistas para fins de início da contagem do prazo de 30 (trinta) dias para o exercício do direito de preferência para subscrição das Ações Ordinárias e Ações Preferenciais, prazo este que será contado a partir da publicação do referido aviso. O direito de preferência será exercido na proporção da quantidade de ações ordinárias e ações preferenciais possuídas nesta data. O preço de emissão das Ações Preferenciais foi fixado, nos termos do artigo 170, § 1º, inciso I da Lei n.º 6.404/76, com base nas premissas discutidas no Estudo de Desempenho Econômico apresentado aos Conselheiros. As Ações Ordinárias e as Ações Preferenciais a serem emitidas conferirão aos seus subscritores os mesmos direitos e terão as mesmas características das ações já existentes da mesma espécie e farão jus aos dividendos do exercício em que forem emitidas, calculados pro rata temporis a partir da data de integralização. As sobras das Ações Ordinárias e Ações Preferenciais não subscritas serão rateadas entre aqueles acionistas que manifestarem essa opção no Boletim de Subscrição de Ações, na proporção dos valores subscritos. A subscrição das sobras deverá ocorrer nos 2 (dois) dias úteis subsequentes à publicação do aviso aos acionistas referente às sobras. Para efetivar a subscrição das sobras, os acionistas deverão procurar o Banco Itaú S.A., instituição depositária, na forma estabelecida no aviso aos acionistas, nos 2 (dois) dias úteis subsequentes à publicação do mesmo. Em não havendo subscrição integral, terão os subscritores a faculdade de rever a sua decisão, retificando sua manifestação de vontade com relação à subscrição, dentro do prazo de 2 (dois) dias úteis contados da data de publicação do referido aviso, para manifestar seu desejo de desistir da subscrição das ações. Após o final do prazo para manifestação dos acionistas, a Companhia fará publicar Aviso aos Acionistas informando a quantidade de Ações Ordinárias e Ações Preferenciais efetivamente subscritas, sendo então o valor final do aumento de capital incorporado ao capital social da Companhia e

2) A emissão para subscrição privada de 12.571.751 (doze milhões, quinhentos e setenta e um mil, setecentos e cinquenta e um) bônus de subscrição de ações ordinárias (os “Bônus de Ações Ordinárias”) e 7.029.569 (sete milhões, vinte e nove mil, quinhentos e sessenta e nove) bônus de subscrição de ações preferenciais (os “Bônus de Ações Preferenciais”).

Em relação aos Bônus de Ações Ordinárias serão observadas as seguintes características:

- (i) **Quantidade Total de Bônus de Subscrição:** Serão emitidos 12.571.751 (doze milhões, quinhentos e setenta e um mil, setecentos e cinquenta e um) Bônus de Ações Ordinárias;
- (ii) **Data de Emissão:** A data de emissão dos Bônus de Ações Ordinárias será 31.08.1999;
- (iii) **Preço de Subscrição:** O preço de subscrição de cada Bônus de Ações Ordinárias será de R\$ 27,375 (vinte e sete reais virgula trezentos e setenta e cinco centavos) a serem pagos à vista na data de subscrição.



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



(iv) Direito de Subscrição de Ações Ordinárias e Exercício do Direito de Subscrição:

Fase 1 - dentro do período iniciado em 2 (dois) anos contados de sua data de emissão e encerrado em 4 (quatro) anos contados de sua data de emissão (“Período de Subscrição”), os 6.285.876 (seis milhões, duzentos e oitenta e cinco mil, oitocentos e setenta e seis) Bônus de Ações Ordinárias darão direito à uma subscrição. Para cada Bônus de Ações Ordinárias subscrita corresponderá a 1.000 (hum mil) ações ordinárias de emissão da Companhia, cujo preço de emissão será fixado com base no maior valor obtido com a aplicação dos seguintes critérios:

a) R\$ 82,125 (oitenta e dois reais vírgula cento e vinte e cinco centavos) por lote de 1.000 (mil) ações ordinárias, atualizado até a data do exercício do direito de subscrição (I) pela variação positiva acumulada do Índice Geral de Preços ao Mercado - IGP-M, verificada desde a data de emissão dos Bônus de Ações Ordinárias até a Data de Subscrição (“Variação do IGP-M”), ou (II) pela variação positiva da cotação do Dólar Norte-Americano em face do Real, verificada desde a data de emissão dos Bônus de Ações Ordinárias até a Data de Subscrição, com base na taxa PTAX 800 divulgada pelo Banco Central do Brasil (“Variação do Dólar”), e

(b) média obtida entre (I - variação IGP-M) ou (II - Variação do Dólar) e o preço de mercado das ações de emissão da Companhia, conforme determinado nos últimos 5 (cinco) pregões no qual tenha ocorrido negociação dos certificados de depósito dessas ações na New York Stock Exchange.

Fase 2 - dentro do Período de Subscrição iniciado em 3 (três) anos contados de sua data de emissão e encerrado em 5 (cinco) anos contados de sua data de emissão, os restantes 6.285.875 (seis milhões, duzentos e oitenta e cinco mil, oitocentos e setenta e cinco) Bônus de Ações Ordinárias darão direito à subscrição. Para cada Bônus de Ações Ordinárias subscrita desta fase, corresponderá a 1.000 (hum mil) ações ordinárias de emissão da Companhia, cujo preço de emissão será fixado com base no maior valor obtido com a aplicação dos seguintes critérios:

a) R\$ 82,125 (oitenta e dois reais vírgula cento e vinte e cinco centavos) por lote de 1.000 (mil) ações ordinárias, atualizado até a data do exercício do direito de subscrição (I) pela variação positiva acumulada do Índice Geral de Preços ao Mercado - IGP-M, verificada desde a data de emissão dos Bônus de Ações Ordinárias até a Data de Subscrição (“Variação do IGP-M”), ou (II) pela variação positiva da cotação do Dólar Norte-Americano em face do Real, verificada desde a data de emissão dos Bônus de Ações Ordinárias até a Data de Subscrição, com base na taxa PTAX 800 divulgada pelo Banco Central do Brasil (“Variação do Dólar”), e

(b) média obtida entre (I - variação IGP-M) ou (II - Variação do Dólar) e o preço de mercado das ações de emissão da Companhia, conforme determinado nos últimos 5 (cinco) pregões no qual tenha ocorrido negociação dos certificados de depósito dessas ações na New York Stock Exchange.

O preço de emissão das ações ordinárias decorrentes do exercício do direito de subscrição conferido pelos Bônus de Ações Ordinárias foi fixado conforme os critérios estabelecidos no parágrafo primeiro do artigo 170 da Lei nº 6404/76, tomando-se por base o Estudo de Desempenho Econômico. O direito à subscrição de ações ordinárias conferido pelos Bônus de Ações Ordinárias somente poderá ser exercido por seus titulares no último dia útil de cada mês compreendido no Período de Subscrição do Bônus de Ações Ordinárias (“Data de Subscrição”). Para o exercício do direito à subscrição de ações ordinárias conferido pelos Bônus de Ações Ordinárias deverá ser enviada notificação à Companhia com antecedência mínima de 05 (cinco) dias da Data de Subscrição.

À opção dos subscritores do aumento de capital ora deliberado, o critério de fixação do preço de emissão das ações ordinárias a serem subscritas em decorrência do exercício do direito conferido pelos Bônus de Ações Ordinárias será determinado a partir da atualização do preço de emissão das ações ordinárias com base (a) Variação do IGP-M, ou com base (b) na Variação do Dólar. A opção por um ou outro critério de determinação do preço de emissão dar-se-á no momento da aquisição dos Bônus de Ações Ordinárias. Nos termos da legislação brasileira em vigor, a opção pela atualização com base na Variação do Dólar somente será permitida aos subscritores do aumento de capital residentes e domiciliados no exterior. Caso, na Data de Subscrição, o preço de emissão das ações ordinárias determinado de acordo com a Variação do IGP-M resulte superior ao preço de subscrição das ações ordinárias determinado de acordo com a Variação do Dólar, será assegurado ao titular de Bônus de Ações Ordinárias residente no País atualizado com base na Variação do IGP-M a opção de subscrição das ações ordinárias pelo mesmo preço de subscrição facultado ao titular de Bônus de Ações Ordinárias atualizado com base na Variação do Dólar. Eventual diferença positiva entre o preço de emissão das ações ordinárias originadas do exercício do direito conferido pelos Bônus de Ações Ordinárias determinado pela Variação do Dólar e o preço de emissão das ações ordinárias originadas do exercício do direito conferido pelos Bônus de Ações Ordinárias determinado pela Variação do IGP-M, será lançada na Conta de Reserva de Capital da Companhia, devendo ser incorporada ao capital social dentro do mesmo exercício social em que for recebida pela Companhia;



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



(v) Características das Ações Ordinárias: As ações ordinárias a serem subscritas em decorrência do direito conferido pelos Bônus de Ações Ordinárias terão direito a voto e demais direitos em igualdade de condições com as ações ordinárias existentes. As ações ordinárias a serem subscritas em decorrência do direito conferido pelos Bônus de Ações Ordinárias farão jus aos dividendos do exercício em que forem emitidas, calculados pro rata temporis a partir da data de integralização.

Em relação aos bônus de subscrição de ações preferenciais serão observadas as seguintes características:

(i) Quantidade Total de Bônus de Subscrição: Serão emitidos 7.029.569 (sete milhões, vinte e nove mil, quinhentas e sessenta e nove) Bônus de Ações Preferenciais;

(ii) Data de Emissão: A data de emissão dos Bônus de Ações Preferenciais será 31.08.1999;

(iii) Preço de Subscrição: O preço de subscrição de cada Bônus de Ações Preferenciais será de R\$ 21,90 (vinte e um reais e noventa centavos), a ser pago à vista na data da subscrição.

(iv) Direito de Subscrição de Ações Preferenciais e Exercício do Direito de Subscrição:

Fase 1 - dentro do período iniciado em 2 (dois) anos contados de sua data de emissão e encerrado em 4 (quatro) anos contados de sua data de emissão (“Período de Subscrição”), os 3.514.785 (três milhões, quinhentos e catorze mil, setecentos e oitenta e cinco) Bônus de Ações Preferenciais darão direito à uma subscrição. Para cada Bônus de Ações Preferenciais corresponderá a 1.000 (hum mil) ações preferenciais de emissão da Companhia, cujo preço de emissão será de R\$ 65,70 (sessenta e cinco reais e setenta centavos) por lote de 1.000 (mil) ações preferenciais.

Fase 2 - dentro do período iniciado em 3 (três) anos contados de sua data de emissão e encerrado em 5 (cinco) anos contados de sua data de emissão, os restantes 3.514.784 (três milhões, quinhentos e catorze mil, setecentos e oitenta e quatro) Bônus de Ações Preferenciais darão direito à uma subscrição. Para cada Bônus de Ações Preferenciais subscrita corresponderá a 1.000 (hum mil) ações preferenciais de emissão da Companhia, pelo preço de emissão de R\$ 65,70 (sessenta e cinco reais e setenta centavos) por lote de 1.000 (mil) ações preferenciais.

Em ambas as fases o preço de subscrição será atualizado pela variação positiva acumulada do Índice Geral de Preços ao Mercado - IGP-M, verificada desde a data de emissão dos Bônus de Ações Ordinárias até a Data de Subscrição (“Variação do IGP-M”). O preço de emissão das ações preferenciais decorrentes do exercício do direito de subscrição conferido pelos Bônus de Ações Preferenciais foi fixado conforme os critérios estabelecidos no parágrafo primeiro do artigo 170 da Lei nº 6404/76, tomando-se por base o Estudo de Desempenho Econômico. O direito à subscrição de ações preferenciais conferido pelos Bônus de Ações Preferenciais somente poderá ser exercido por seus titulares no último dia útil de cada mês compreendido no Período de Subscrição do Bônus de Ações Preferenciais (“Data de Subscrição”). Para o exercício do direito à subscrição de ações preferenciais conferido pelos Bônus de Ações Preferenciais deverá ser enviada notificação à Companhia com antecedência mínima de 05 (cinco) dias da Data de Subscrição;

(iv) Características das Ações Preferenciais: As ações preferenciais a serem subscritas em decorrência do direito conferido pelos Bônus de Ações Preferenciais terão direitos em igualdade de condições com as ações preferenciais existentes. As ações preferenciais a serem subscritas em decorrência do direito conferido pelos Bônus de Ações Preferenciais farão jus aos dividendos do exercício em que forem emitidas, calculados pro rata temporis a partir da data de subscrição.

Direito de Preferência para subscrição dos Bônus de Ações Ordinárias e dos Bônus de Ações Preferenciais:

Tão logo este Conselho de Administração realize nova reunião para fixar o preço de emissão das Ações Ordinárias, será publicado Aviso aos Acionistas para fins de início da contagem do prazo de 30 (trinta) dias para o exercício do direito de preferência para subscrição dos Bônus de Ações Ordinárias e dos Bônus de Ações Preferenciais, prazo que será contado a partir da publicação do referido aviso. O direito de preferência será exercido na proporção da quantidade de ações ordinárias e ações preferenciais possuídas nesta data.

Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata, a qual, lida e aprovada, foi assinada pelos Conselheiros presentes. São Paulo, 09 de agosto de 1999. (a) Presidente - Valentim dos Santos Diniz; Secretária - Marise Rieger Salzano; Conselheiros: Valentim dos Santos Diniz, Abílio dos Santos Diniz, Augusto Marques da Cruz Filho, Fernão Carlos B. Bracher, Gerald D. Reis, Luiz Felipe C. D’Ávila, Luiz Marcelo D. Sales, Mailson F. da Nóbrega, Pedro Luciano Marrey Filho e Roberto Teixeira da Costa.

Cópia fiel do original.

VALENTIM DOS SANTOS DINIZ – Presidente.

MARISE RIEGER SALZANO – Secretária.

Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 138.454/99-1 em 17/08/99. Yara Sylvia Steagall - Secretária Geral.

Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES DA CBD



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES DA COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO

Pelo presente instrumento particular, **COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO**, com sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Luiz Antônio, 3142, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob nº 47.508.411/0001-56, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, artigo 32, por seus Diretores, Srs. Augusto Marques da Cruz Filho, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 5.761.837-SSP/SP e inscrito no C.P.F./M.F. sob nº 688.369.968-68, e Caio Racy Mattar, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 5.761.837-SSP/SP e inscrito no C.P.F./M.F. sob nº 688.369.968-68, ambos domiciliados na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Luiz Antônio, 3142, eleitos pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 28/04/98 (doravante denominada simplesmente “EMISSORA”) e, como Agente Fiduciário da presente emissão e nela Interveniante, representando a comunhão de debenturistas, adquirentes das debêntures da 3ª Emissão, **SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA.**, com sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 717, 6º e 10º andares, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob nº 50.657.675/0001-86, neste ato representada por seus representantes legais, Srs. George Pedro Meyer e João Alberto Lopes (doravante denominado simplesmente “AGENTE FIDUCIÁRIO”), vêm por esta e na melhor forma de direito celebrar o presente Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão de Debêntures da Companhia Brasileira de Distribuição (a “Escritura de Emissão”, a “3ª Emissão” e as “Debêntures”), mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - DA AUTORIZAÇÃO

A presente Escritura de Emissão é celebrada de acordo com autorização da Assembléia Geral Extraordinária da EMISSORA realizada em 9 de agosto de 1999 (a “AGE”).

Cláusula Segunda - DOS REQUISITOS

A emissão das Debêntures será feita com observância dos seguintes requisitos:



2.1. Registro na Comissão de Valores Mobiliários

As Debêntures serão registradas na Comissão de Valores Mobiliários (doravante denominada simplesmente “CVM”), na forma das Leis nºs 6.385/76 e 6.404/76, e demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

2.2. Arquivamento da Ata da Assembléia Geral Extraordinária

A Ata da AGE que deliberou sobre a Emissão das Debêntures deverá ser devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (doravante simplesmente "JUCESP") e publicada no Diário Oficial e Jornal Folha de São Paulo, nos termos da Lei nº 6.404/76.

2.3. Registro da Escritura de Emissão

A presente Escritura de Emissão será registrada no competente Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, de acordo com o artigo 62, inciso II, da Lei nº 6.404/76.

2.4. Da Delegação ao Conselho de Administração

A Ata da AGE da EMISSORA que deliberou sobre a Emissão das Debêntures autorizou o Conselho de Administração da EMISSORA a proceder a eventuais alterações nas condições de emissão das Debêntures, até a data de publicação do 1º Anúncio de Início de Distribuição Pública de Debêntures, nos termos do artigo 59 da Lei nº 6.404/76.

Cláusula Terceira - DAS CARACTERÍSTICAS DA 3ª EMISSÃO

3.1. Colocação

3.1.1. O lançamento das Debêntures será público, mediante colocação no mercado de balcão não organizado, com a interveniência de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição, utilizando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no artigo 33 da Instrução CVM nº 13/80, sendo, portando, atendidos os pedidos por ordem cronológica, inexistindo reservas antecipadas, lotes mínimos ou máximos. As Debêntures serão ofertadas



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



somente no Brasil e não poderão ser adquiridas por investidores definidos como *US Person*, conforme estabelecido no *Regulation S* do *United States Securities Act of 1933*, tendo em vista a restrição imposta pela *Securities and Exchange Commission* dos Estados Unidos da América.

3.1.2. A colocação de novas séries das Debêntures somente será iniciada após encerrada a colocação de série anterior ou cancelado saldo existente.

3.2. Negociação

As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário na Bolsa de Valores de São Paulo (“BOVESPA”) ou no mercado de balcão não organizado através do Sistema Nacional de Debêntures (o “SND”), administrado pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto (a “ANDIMA”) e operacionalizada pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (a “CETIP”), conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 56/88.

3.3. Valor Total da 3ª Emissão

O valor total da 3ª Emissão, na data de emissão das Debêntures, é de até R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais).

3.4. Séries

A 3ª Emissão será realizada em número indeterminado de séries.

Cláusula Quarta - DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES DA 1ª SÉRIE

4.1. Data da Emissão

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures da 1ª série da 3ª Emissão será 01.09.99 (“a Data de Emissão” e as “Debêntures da 1ª Série”).

4.2. Quantidade de Títulos

Serão emitidas 297.000 (duzentas e noventa e sete mil) Debêntures da 1ª Série.

4.3. Valor Nominal Unitário



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



As Debêntures da 1ª Série terão valor nominal unitário, na Data de Emissão, de R\$ 1.000,00 (hum mil reais).

4.4. Valor Total da 1ª Série

O valor total da 1ª Série é de R\$ 297.000.000,00 (duzentos e noventa e sete milhões de reais).

4.5. Vencimento

As Debêntures da 1ª Série vencerão em 1 de setembro de 2000 (a "Data de Vencimento"), ocasião em que a EMISSORA obriga-se a proceder à liquidação das Debêntures da 1ª Série que ainda se encontrarem em circulação, pelo seu valor nominal atualizado, acrescido da remuneração na forma estabelecida nesta Escritura de Emissão.

4.6. Forma

As Debêntures da 1ª Série serão nominativas e escriturais. O Banco Itaú S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Boa Vista, 185, 6º andar, inscrito no C.N.P.J./M.F. sob nº 60.701.190/0001-04 ("BANCO MANDATÁRIO") prestará os serviços de escrituração das Debêntures da 1ª Série.

4.7. Espécie

As Debêntures da 1ª Série serão da espécie com garantia subordinada, conversíveis em 20.202 (vinte mil duzentas e duas) ações preferenciais nominativas, escriturais, de emissão da EMISSORA por cada Debênture da 1ª série.

4.8. Direito de Preferência

Nos termos do artigo 7º do Estatuto Social da EMISSORA, não haverá direito de preferência para subscrição das Debêntures da 1ª Série pelos atuais acionistas da EMISSORA, conforme disposto no artigo 172 da Lei nº 6.404/76. Será concedido, entretanto, aos acionistas titulares de ações da EMISSORA nos termos da AGE, um prazo de prioridade de 02 (dois) dias úteis para subscrição das Debêntures da 1ª Série, a contar da data da 2ª (segunda) publicação do Anúncio de Início de Distribuição, observadas as suas respectivas participações no dia útil imediatamente



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



anterior ao da realização da AGE. A proporção para subscrição das Debêntures da 1ª Série, realizada dentro do referido prazo de prioridade, será de 1 (uma) debênture conversível para cada 263.991 (duzentas e sessenta e três mil novecentas e noventa e uma) ações, independentemente da espécie possuída na data da AGE. Os acionistas que desejarem usufruir do atendimento prioritário para subscrever as Debêntures da 1ª Série, deverão comparecer exclusivamente nas agências do BANCO MANDATÁRIO, constantes do Anúncio de Início de Distribuição. O prazo de prioridade não será extensivo aos acionistas definidos como *US Person*, conforme estabelecido no *Regulation S do United States Securities Act of 1933*, tendo em vista a restrição imposta pela *Securities and Exchange Commission*, dos Estados Unidos da América.

4.9. Amortização Programada

As Debêntures da 1ª Série terão o seu valor nominal atualizado, na forma do item 4.12.1, integralmente amortizado quando da ocorrência do seu vencimento, de forma ordinária ou antecipadamente.

4.10. Conversibilidade das Debêntures da 1ª Série

4.10.1. As Debêntures da 1ª Série poderão ser convertidas em ações preferenciais nominativas, escriturais, de emissão da EMISSORA, pelo seu valor nominal, acrescido da remuneração correspondente à parcela do Índice Geral de Preços - Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (doravante denominado simplesmente "IGP-M"), conforme item 4.12.1. desta cláusula, a qualquer momento, a partir de sua data de subscrição. A quantidade de ações preferenciais nominativas, escriturais, de emissão da EMISSORA decorrentes da conversão de cada Debênture da 1ª Série será definida com base no valor de R\$ 49,50 (quarenta e nove reais e cinquenta centavos) por lote de 1.000 (mil) ações preferenciais de emissão da EMISSORA na Data de Emissão, sendo esse valor atualizado pela parcela da remuneração das Debêntures da 1ª Série correspondente à variação do IGP-M. Tal relação de conversão resultará na aquisição, a qualquer momento, de 20.202 (vinte mil e duzentas e duas) ações por cada Debênture da 1ª Série.

4.10.2. O preço de conversão das Debêntures da 1ª Série, e, portanto, o preço de subscrição das ações preferenciais nas quais as Debêntures da 1ª Série poderão ser convertidas, foi fixado de acordo com a seguinte regra de conversão: a conversão das Debêntures da 1ª série será fixada de acordo com o disposto no artigo 170, § 1º, da Lei n.º 6.404/76 e no Parecer de Orientação n.º 1/78 da Comissão de Valores Mobiliários, tomando por base a média ponderada da cotação das ações preferencias de emissão da EMISSORA na BOVESPA nos últimos 10 pregões realizados



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



até 5 de agosto de 1999, atingindo-se um preço de R\$ 32,00 (trinta e dois reais) por lote de 1.000 (mil) ações preferenciais de emissão da EMISSORA, sobre o qual foi aplicado um ágio de 54,69% (cinquenta e quatro inteiro e sessenta e nove décimos por cento), resultando no preço de conversão de R\$ 49,50 (quarenta e nove reais e cinquenta centavos) por lote de 1.000 (mil) ações preferenciais de emissão da EMISSORA. O ágio aplicado às ações preferenciais de emissão da EMISSORA justifica-se: (i) pela baixa liquidez e alta volatilidade das ações preferenciais de emissão da EMISSORA verificada nos últimos 360 (trezentos e sessenta) pregões nos quais ocorreram negociação com ações preferenciais de emissão da EMISSORA, nos quais o preço máximo de negociação foi 50,23% (cinquenta inteiros e cinte e três centésimos por cento) superior, e o preço mínimo foi 61,69% (sessenta e um inteiros e sessenta e nove centésimos por cento) inferior ao preço médio de negociação nesse período; e, (ii) pelo fato de uma opção do tipo americana (podendo ser exercida a qualquer tempo) sobre ações preferencias de emissão da EMISSORA, ter como preço de exercício o valor determinado para conversão das Debêntures da 1ª série, se considerados os seguintes parâmetros: (a) vencimento igual ao das Debêntures da 1ª série; (b) volatilidade implícita de 37% (trinta e sete por cento); (c) *dividend yield* de 4% (quatro por cento); (d) prêmio de 5% (cinco por cento) sobre o valor da ação preferencial de emissão da EMISSORA; (e) variação acumulada do IGP-M no período de 8% (oito por cento); (f) taxa de juros para o período de 26% (vinte e seis por cento) ao ano; e, (g) preço de R\$ 32,00 (trinta e dois reais) por lote de 1.000 (mil) ações preferenciais de emissão da EMISSORA.

4.10.3. A quantidade de ações estipulada no item 4.10.1 desta cláusula será ajustada sempre que houver aumento de capital por bonificação, desdobramento ou grupamento de ações, a qualquer título, que vierem a ocorrer a partir da Data da Emissão, sem qualquer ônus para os debenturistas da 1ª Série e na mesma proporção estabelecida para tais eventos.

4.10.4. As ações preferenciais nominativas, escriturais, resultantes da conversão das Debêntures da 1ª Série terão as mesmas características e condições e gozarão dos mesmos direitos e vantagens estatutariamente atribuídos atualmente à espécie, quais sejam: a) sem direito de voto; b) prioridade no reembolso do capital, cujo valor será calculado pela divisão do capital social pelo número de ações em circulação, sem prêmio, no caso de liquidação da EMISSORA; c) prioridade no recebimento de um dividendo mínimo anual no valor de R\$ 0,15 (quinze centavos) por lote de mil ações preferenciais, não cumulativo; e d) participação em igualdade de condições com as ações ordinárias de emissão da EMISSORA no recebimento do dividendo estabelecido no artigo 41, inciso IV, letra “c” do Estatuto Social, após assegurado às ações ordinárias o dividendo igual ao estabelecido no item “c” acima mencionado, bem como na distribuição pela EMISSORA de ações bonificadas, resultantes da capitalização de reservas ou lucros acumulados,



ou da correção monetária do capital social; e farão jus às bonificações distribuídas, bem como a quaisquer direitos deliberados em atos societários da EMISSORA a partir da data da solicitação da conversão, inclusive. As ações produto da conversão das Debêntures da 1ª Série terão direito aos dividendos integrais correspondentes ao exercício social em que ocorrer a conversão.

4.10.5. O debenturista da 1ª Série poderá optar pela conversão, a qualquer tempo, a partir da data de subscrição das Debêntures da 1ª Série, exceto nos dias de realização de Assembléia Geral dos Acionistas da EMISSORA, e deverá manifestar sua intenção por meio da Solicitação de Conversão através de formulário próprio disponível nas agências do BANCO MANDATÁRIO cujos endereços constam do Anúncio de Início de Distribuição. Para todos os efeitos legais, a data da conversão será a data do recebimento da solicitação pela EMISSORA, através do BANCO MANDATÁRIO ou CETIP.

4.10.6. Os aumentos de capital decorrentes da conversão das Debêntures da 1ª Série em ações preferenciais nominativas, escriturais, de emissão da EMISSORA, observada a forma estabelecida no inciso III do artigo 166 da Lei nº 6.404/76 e no Estatuto Social da EMISSORA, serão homologados bimestralmente, e arquivados na JUCESP no prazo de 30 (trinta dias) após a sua efetivação.

4.10.7. Os debenturistas da 1ª Emissão de Debêntures conversíveis em ações preferenciais da EMISSORA, bem como os debenturistas da 1ª Série da 2ª Emissão de Debêntures conversíveis em ações preferenciais da EMISSORA terão, igualmente, até o vencimento final daquelas emissões, a seu exclusivo critério, o direito de converter as suas debêntures pelo mesmo preço, igual espécie e classe de ações estipuladas para as conversões das Debêntures da 1ª Série, nos termos da presente Escritura.

4.10.8. As frações de ações decorrentes da conversão efetuada com base no subitem 4.10.7. desta Cláusula serão devidas em espécie, na data da solicitação da conversão, devendo seu efetivo pagamento ser realizado até o 6º (sexto) dia útil subsequente, pelo valor nominal acrescido da remuneração correspondente à parcela do IGP-M, conforme item 4.12.(a).

4.11. Forma de Pagamento

As Debêntures da 1ª Série serão integralizadas em até 10 (dez) dias contados da data de subscrição das Debêntures da 1ª série.

Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran





4.12. Remuneração

4.12.1. As Debêntures da 1ª Série serão remuneradas, exclusivamente, com base na variação do IGP-M, acrescida de juros de 13% (treze por cento) ao ano, observada a seguinte sistemática:

a) O montante correspondente à parcela do IGP-M será capitalizado, incorporando-se ao valor nominal das Debêntures da 1ª série, no primeiro dia de cada mês da vigência das Debêntures da 1ª Série e apurado com base na sua variação acumulada a partir da Data de Emissão.

a.1) Na hipótese de atraso na divulgação do IGP-M, ou ainda, na hipótese de eventos tais como a subscrição ou vencimento antecipado das Debêntures da 1ª Série, ocorrerem em datas intermediárias, ou seja, que não coincidam com o primeiro dia de cada mês da vigência das Debêntures da 1ª Série, será utilizado o último IGP-M disponível, calculado "pro rata temporis", sendo certo que, quando da divulgação do IGP-M correspondente ao mês em que ocorrerem os eventos supra mencionados, a diferença será objeto de ajuste junto aos mesmos, devendo-se o efetivo pagamento, se aplicável, ocorrer até o terceiro dia útil do mês subsequente, devidamente remunerada, conforme definido acima.

a.2) Na hipótese de extinção do referido índice, ou pela superveniência de normas legais ou regulamentares, ou ainda, caso se alterem os critérios de sua aplicação, adotar-se-á, em seu lugar, o índice determinado por lei ou, na sua ausência, o Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna ("IGP-DI") divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor ("INPC"), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE"), nesta ordem. Na ausência de qualquer desses índices, será adotado um índice substitutivo, eleito de comum acordo entre os debenturistas da 1ª Série e a EMISSORA, que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda nacional, observadas as exigências constantes da legislação vigente.

b) O percentual de 13% (treze por cento) ao ano acima do IGP-M (*spread*), incidirá sobre o valor nominal unitário das Debêntures da 1ª Série, atualizado nos termos da alínea "a" acima, nas datas de exigibilidade dos juros mencionados na alínea "d" abaixo, ou nas datas de vencimento ou liquidação da obrigação, considerando, para o cálculo diário de juros, o número de dias decorridos entre a data do último evento financeiro e as datas de exigibilidade acima citadas. Entende-se por evento financeiro todo e qualquer fato de natureza financeira do qual resulte ou possa resultar alteração do valor nominal unitário das Debêntures da 1ª Série.



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



c) O montante referido na alínea “a”, que será capitalizado, incorporando-se ao valor nominal das Debêntures da 1ª série, será exigível nas datas de vencimento final ou vencimento antecipado das Debêntures da 1ª Série, conforme item 4.18 desta Cláusula Quarta.

d) O montante apurado nos termos da alínea “b” será exigível somente no vencimento das Debêntures da 1ª Série.

e) A EMISSORA pagará “pro rata temporis” os juros de 13% (treze por cento) ao ano, devidos até o dia do efetivo pagamento nas seguintes hipóteses: eventuais conversões das Debêntures da 1ª Série em ações preferenciais de emissão da EMISSORA, aquisições facultativas e vencimento antecipado. O pagamento dos juros devidos nos termos da presente letra, deverá ser realizado até o 6º (sexto) dia útil subsequente aos eventos ora elencados, corrigido pelo IGP-M.

4.13. Preço de Subscrição

O preço de subscrição das Debêntures da 1ª Série é o correspondente ao seu valor nominal atualizado pelo IGP-M, acrescido de juros (*spread*) de 13% (treze por cento) ao ano, ambos calculados “pro rata temporis” desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização, de acordo com os termos do item 4.12.

4.14. Aquisição Facultativa

A EMISSORA poderá, a qualquer tempo, adquirir no mercado as Debêntures da 1ª Série em circulação, por preço não superior ao seu valor nominal atualizado, acrescido de juros na forma do item 4.12, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei nº 6.404/76. As Debêntures da 1ª Série objeto desse procedimento poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da EMISSORA, ou ser novamente colocadas no mercado.

4.15. Local de Pagamento

Os pagamentos referentes aos rendimentos a que fazem jus as Debêntures da 1ª Série serão efetuados em conformidade com os procedimentos estabelecidos pela CETIP ou, caso o debenturista não participe desse sistema, no BANCO MANDATÁRIO.

4.16. Prorrogação dos Prazos



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação, até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos.

4.17. Publicidade

Todos os atos e decisões relevantes decorrentes da 1ª Série que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, os interesses dos debenturistas da 1ª Série, deverão ser publicados sob a forma de “Aviso aos Debenturistas” em pelo menos um dos jornais utilizados pela EMISSORA para efetuar as publicações ordenadas pela Lei nº 6.404/76 e pela legislação da CVM, quais sejam, Folha de São Paulo, e/ou O Estado de São Paulo e/ou Gazeta Mercantil.

4.18. Vencimento Antecipado

O AGENTE FIDUCIÁRIO poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento pela EMISSORA do valor nominal das Debêntures da 1ª Série em circulação, atualizado “pro rata temporis” até a data do seu efetivo pagamento, de acordo com o disposto no item 4.12, acrescido de juros, na ocorrência das seguintes hipóteses:

- a) protocolo do pedido de concordata preventiva formulado pela EMISSORA;
- b) liquidação e/ou decretação de falência da EMISSORA; e,
- c) falta de cumprimento pela EMISSORA de toda e qualquer obrigação relevante prevista nesta Escritura de Emissão, não sanada em 30 (trinta) dias, contados de aviso escrito que lhe for enviado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO.

Cláusula Quinta - OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

A EMISSORA está adicionalmente obrigada a:

5.1. Fornecer ao AGENTE FIDUCIÁRIO:



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



- a) dentro de no máximo 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, cópia de seus demonstrativos financeiros completos, relativos a esse exercício social;
- b) com a maior brevidade possível, qualquer informação que, razoavelmente, lhe venha a ser solicitada;
- c) as informações pertinentes à Instrução CVM nº 202/93, com a mesma periodicidade prevista para o envio dessas informações à CVM;
- d) relatório contendo data e quantidade de Debêntures da 1ª Série convertidas em ações preferenciais, nos termos desta Escritura de Emissão; e,
- e) na mesma data de suas publicações, os atos e decisões referidos no item 4.17 da Cláusula Quarta.

5.2. Submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM.

5.3. Manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta na CVM, e fornecer aos seus acionistas e debenturistas da 1ª Série, as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei nº 6.404/76, quando solicitado.

5.4. Manter em adequado funcionamento um órgão para atender, de forma eficiente, os debenturistas da 1ª Série, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço.

5.5. A EMISSORA e o AGENTE FIDUCIÁRIO declaram não haver qualquer ligação entre ambos que impeça o AGENTE FIDUCIÁRIO de exercer plenamente suas funções.

Cláusula Sexta - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A EMISSORA nomeia e constitui AGENTE FIDUCIÁRIO da 1ª Série, **SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA.**, que, neste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante ela, EMISSORA, os interesses da comunhão dos titulares das Debêntures da 1ª Série.



6.2. O AGENTE FIDUCIÁRIO dos debenturistas das 1ª Série, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara:

- a) aceitar a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- b) aceitar integralmente esta Escritura de Emissão, todas suas cláusulas e condições;
- c) sob as penas da lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme o parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei nº 6.404/76, para exercer a função que lhe é conferida; e
- d) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM nº 28/83.

6.3. O AGENTE FIDUCIÁRIO exercerá suas funções a partir da data de assinatura da presente Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição.

6.4. Será devida pela EMISSORA ao AGENTE FIDUCIÁRIO, a seguinte remuneração, a título de honorários pelo deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão:

- a) parcelas semestrais de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), sendo a 1ª (primeira) devida no 1º (primeiro) dia do mês subsequente ao da assinatura desta Escritura de Emissão, até o vencimento e/ou resgate integral das Debêntures da 1ª Série
- b) as remunerações previstas na letra “a” do presente item serão devidas mesmo após o vencimento das Debêntures da 1ª Série, caso o AGENTE FIDUCIÁRIO ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela EMISSORA;
- c) as parcelas referidas acima serão atualizadas pelo IGP-M ou, na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir de 01.09.99 até as datas de pagamento de cada parcela, calculadas “pro-rata” dia se necessário;
- d) as remunerações não incluem as despesas com publicações, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de AGENTE FIDUCIÁRIO, durante ou após a implantação do serviço a



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



serem cobertas pela EMISSORA, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome, ou reembolso, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente despesas com especialistas, caso sejam necessários, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à EMISSORA;

e) o AGENTE FIDUCIÁRIO não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da EMISSORA ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela EMISSORA ou por terceiros a seu pedido, para se basear nas suas decisões;

f) todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o AGENTE FIDUCIÁRIO venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas da 1ª Série deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas da 1ª Série e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela EMISSORA. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas da 1ª Série incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações propostas pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, enquanto representante da comunhão dos debenturistas da 1ª Série. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas da 1ª Série, bem como a remuneração do AGENTE FIDUCIÁRIO na hipótese da EMISSORA permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 60 (sessenta) dias, podendo o AGENTE FIDUCIÁRIO solicitar garantia dos debenturistas da 1ª Série para cobertura do risco de sucumbência;

g) em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa de 2% (dois por cento) e juros de mora na forma definida para as obrigações tratadas na presente Escritura de Emissão; e

h) as remunerações serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (impostos sobre serviços de qualquer natureza), PIS (contribuição ao programa de integração social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do AGENTE FIDUCIÁRIO, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

6.5. Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM e nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do AGENTE FIDUCIÁRIO:



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



- a) proteger os direitos e interesses dos debenturistas das 1ª Série, empregando no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- c) conservar, em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- e) promover nos competentes órgãos, caso a EMISSORA não o faça, o registro desta Escritura de Emissão, sanando as lacunas e irregularidades porventura nele existente, caso em que o oficial do registro notificará a administração da EMISSORA para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas das 1ª Série acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações das Debêntures da 1ª Série;
- h) solicitar, quando julgar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do Foro da sede da EMISSORA;
- i) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na EMISSORA;
- j) examinar as alterações do Estatuto Social da EMISSORA que tenha por finalidade mudar o seu objeto social, ou que, de qualquer forma, possa vir a ter algum reflexo na emissão das Debêntures



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



da 1ª Série, cumprindo-lhe, se for o caso, convocar Assembléia Especial dos Debenturistas para deliberar sobre a matéria;

k) convocar, quando necessário, a Assembléia de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a EMISSORA deva efetuar suas publicações, conforme disposto no item 4.17 da Cláusula Quarta;

l) comparecer à Assembléia dos Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

m) elaborar o relatório destinado aos debenturistas da 1ª Série, nos termos do artigo 68, parágrafo primeiro, letra “b”, da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, pelo menos, as seguintes informações:

m.1) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela EMISSORA ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela EMISSORA;

m.2) alterações estatutárias ocorridas no período;

m.3) comentários sobre as demonstrações financeiras da EMISSORA, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;

m.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures das 1ª Série no mercado;

m.5) cumprimento de outras obrigações assumidas pela EMISSORA nesta Escritura de Emissão; e

m.6) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de AGENTE FIDUCIÁRIO.

n) colocar o relatório de que trata o item anterior à disposição dos debenturistas da 1ª Série no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da EMISSORA, ao menos nos seguintes locais:

n.1) na sede da EMISSORA;



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



n.2) no escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;

n.3) na CVM;

n.4) nas Bolsas de Valores, quando for o caso; e

n.5) nas instituições financeiras que liderarem a colocação das Debêntures da 1ª Série.

o) publicar, nos órgãos de imprensa em que a EMISSORA deva efetuar suas publicações, conforme disposto no item 4.17. da Cláusula Quarta, anúncio comunicando aos debenturistas da 1ª Série que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados na alínea “n” acima;

p) manter atualizada a relação dos debenturistas da 1ª Série e seus endereços, mediante inclusive, gestões junto à EMISSORA e à instituição prestadora de serviços de Debêntures da 1ª Série;

q) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;

r) notificar os debenturistas da 1ª Série, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias da ocorrência do evento, de qualquer inadimplemento pela EMISSORA de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações; comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM;

s) elaborar o relatório previsto no item 6.5., letra m, desta cláusula, obedecendo os mesmos locais para disponibilização aos debenturistas da 1ª Série, descritos no item “n” acima.

6.6. O AGENTE FIDUCIÁRIO, após decisão da Assembléia de Debenturistas, obedecendo o "quorum" de deliberação previsto no item 9.4 da Cláusula Nona desta Escritura de Emissão, usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a EMISSORA para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas da 1ª Série na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da EMISSORA:

a) declarar, conforme o previsto no item 4.18. da Cláusula Quarta, retro, antecipadamente vencidas as Debêntures da 1ª Série e cobrar seu principal e acessórios nas condições da presente Escritura de Emissão;



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



- b) tomar qualquer providência para a realização dos créditos dos debenturistas das 1ª Série; e,
- c) representar os debenturistas da 1ª Série em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da EMISSORA.

6.6.1. O AGENTE FIDUCIÁRIO poderá exercer a atribuição prevista na alínea "a" do item 6.5 acima, na ocorrência do inadimplemento de qualquer obrigação proveniente da presente Escritura de Emissão, especialmente no que se refere à ocorrência de uma ou mais hipóteses previstas no item 4.18 da Cláusula Quarta, retro.

6.6.2. O AGENTE FIDUCIÁRIO somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas "a", "b" e "d" do item 6.5 desta cláusula, se a Assembléia de Debenturistas assim autorizar, por deliberação unânime dos titulares de todas as Debêntures das 1ª Série em circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria simples dos titulares das Debêntures da 1ª Série em circulação, quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea "c" do item 6.5. desta cláusula.

6.6.3. Se qualquer quantia devida aos debenturistas da 1ª Série em virtude desta Escritura de Emissão for paga por meio de ação judicial ou sua cobrança for feita por meio de advogados, a EMISSORA deverá pagar, em complemento a todos os valores devidos previstos nesta Escritura de Emissão, honorários advocatícios e outras despesas e custas incorridas devido a tal cobrança.

6.7. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, morte ou qualquer outro caso de vacância na função de AGENTE FIDUCIÁRIO, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembléia dos Debenturistas para a escolha do novo AGENTE FIDUCIÁRIO, a qual poderá ser convocada pelo próprio AGENTE FIDUCIÁRIO a ser substituído, pela EMISSORA, por debenturistas da 1ª Série que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures da 1ª Série em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 8 (oito) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à EMISSORA efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo AGENTE FIDUCIÁRIO. A substituição não implicará em remuneração ao novo AGENTE FIDUCIÁRIO superior à ora avençada.



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



6.7.1. Na hipótese de não poder o AGENTE FIDUCIÁRIO continuar a exercer as funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas da 1ª Série, pedindo sua substituição.

6.7.2. É facultado aos debenturistas da 1ª Série, após o encerramento do prazo para distribuição das Debêntures da 1ª Série no mercado, proceder à substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO e à indicação de seu substituto, em Assembléia dos Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

6.7.3. Em qualquer hipótese, a substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento dos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, e normas posteriores.

6.7.4. A substituição, em caráter permanente, do AGENTE FIDUCIÁRIO, deverá ser objeto de aditamento à esta Escritura de Emissão, devendo este ser averbado no Registro de Imóveis no qual foi registrado a Escritura de Emissão.

6.7.5. Aplicam-se às hipóteses de substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

Cláusula Sétima - DAS DESPESAS DO AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1. A EMISSORA ressarcirá o AGENTE FIDUCIÁRIO de todas as despesas nas quais o mesmo tiver incorrido para proteger os direitos e interesses dos debenturistas da 1ª Série, ou para realizar seus créditos, desde que documentalmente comprovadas.

7.1.1. O ressarcimento do qual a presente cláusula trata será efetuado imediatamente após a entrega à EMISSORA dos documentos comprobatórios das despesas incorridas pelo AGENTE FIDUCIÁRIO.

7.1.2. As despesas às quais se refere esta cláusula compreendem:

(a) despesas com publicação de relatórios, avisos e notificações conforme previsto nesta Escritura de Emissão ou que vierem a ser exigidas pela legislação/regulamentação;

(b) despesas com extração de certidões;



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



(c) despesas com locomoção entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções; e,

(d) despesas com eventuais levantamentos adicionais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos debenturistas da 1ª Série.

7.1.3. O crédito do AGENTE FIDUCIÁRIO por despesas nas quais tenha incorrido para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas da 1ª Série, que não tenham sido saldados na forma do subitem 7.1, será acrescido à dívida da EMISSORA e gozará das mesmas garantias das Debêntures da 1ª Série, preferindo a estas na ordem de pagamento.

Cláusula Oitava - DA RENÚNCIA

8.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Emissão. Desta forma, nenhum atraso em exercer, ou omissão no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba aos debenturistas da 1ª Série em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da EMISSORA, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

Cláusula Nona - DA ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS

9.1. Os titulares das Debêntures da 1ª Série poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembléia, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei nº 6.404/76, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos debenturistas da 1ª Série.

9.2. A Assembléia dos Debenturistas poderá ser convocada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, pela EMISSORA, por debenturistas da 1ª Série que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures da 1ª Série em circulação, ou pela CVM.

9.3. Aplicar-se-á à Assembléia dos Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei nº 6.404/76, para Assembléia Geral de Acionistas.



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



9.4. A Assembléia instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de debenturistas das da 1ª Série que representem metade, no mínimo, das Debêntures da 1ª Série em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

9.5. A Assembléia poderá, pelo voto de titulares de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da 1ª Série em circulação, aprovar modificações nas condições das Debêntures das da 1ª Série.

9.6. Será facultada a presença dos representantes legais da EMISSORA nas Assembléias dos Debenturistas.

9.7. O AGENTE FIDUCIÁRIO deverá comparecer à Assembléia dos Debenturistas e prestar aos debenturistas da 1ª Série as informações que lhe forem solicitadas.

Cláusula Dez - DA DIVISÃO

10.1. Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

Cláusula Onze - DO FORO

11.1. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam esta Escritura de Emissão a EMISSORA e, na qualidade de interveniente, o AGENTE FIDUCIÁRIO, em 05 (cinco) vias, de igual teor e forma e para o mesmo fim, na presença de 02 (duas) testemunhas.

São Paulo, 9 de agosto de 1999



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



22º TABELIAO DE NOTAS

22º TABELIAO DE NOTAS

22º TABELIAO DE NOTAS

COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO - EMISSORA
 Augusto Marques da Cruz Filho
 Diretor Adm. Financeiro

SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA.

Testemunhas:

1.- [Signature]
 Nome: André Ferraz
 RG: 23293227

2.- [Signature]
 Nome: Amélia Rosa A.S. Alexandre
 RG: 13.244.995

209/arquivos/paodecau/onyx/escritura onyx

CARTARIO DO 13º TABELIAO DE NOTAS DA CAPITAL
 Rua Princesa Isabel, 363 - Brooklin Paulista - Tel/Fax 011 241-7622
 EDDNHECO por semelhanca a(s) firma(s) de GEORGE PEDRO MEYER
 24003), JOAO ALBERTO LOPES (23942).

SÃO PAULO, 09 de agosto de 1999. N. 02787090397-7

Em testemunho da verdade

ESTEVÃO REFORNDINI DOS SANTOS - ESCRIVENTE AUTORIZADO
 II VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE

SELO DE AUTENTICIDADE
 AT 830647

22.º TABELIAO DE NOTAS -SP-
 * VALIDO SO COM SELO DE AUTENTICIDADE *
 Reconheço p/semelhanca 0002 firma(s) de:
 AUGUSTO MARQUES DA CRUZ FILHO E CAIO
 RACY MATTAR
 Sao Paulo, 12 De AGOSTO De 1999.

Carimbo: 271080 Pago: R\$*****3,08
 Selos...: 524567-AU

22º TABELIAO DE NOTAS

Misael do L...
 ESCRIVENTE AUT...
 Av. Brasil, 564 - S...
 SELO DE AUTENTICIDADE
 AT 524567



Proibida a reprodução
 deste documento sem a
 autorização da Pefran



Oficial de Registro de Imóveis da Capital

AL. VICENTE PINZON, 173 - 11º ANDAR - V. OLIMPIA - SÃO PAULO - SP - TELEFAX: (011) 829-9547

CERTIFICA

que o presente título foi protocolado em 25/08/1999 sob o número *253.754, microfilmado e nesta data, procedidos os seguintes atos:

REGISTRO 0 / LIVRO 3 8.505

São Paulo, 26 de AGOSTO de 1999.

Oficiala / *Carla Pittanoff* / Substituta da Oficial / Escrevente Autorizado

EMOLUMENTOS

Registro(s)	: R\$ *****62.188,98
Averbação(ões)	: R\$ *****0,00
Prenotação	: R\$ *****0,00
Segunda(s) via(s)	: R\$ *****0,00
Páginas adicionais	: R\$ *****0,00
Certidão(ões)	: R\$ *****5,79
Microfilmagem	: R\$ *****0,00
SUB-TOTAL	: R\$ *****62.194,77
CUSTAS AO ESTADO	: R\$ *****16.792,58
CARTEIRA DA SERVENTIA	: R\$ *****12.438,96
AO TESOURO	: R\$ *****0,00
T O T A L	: R\$ *****91.426,31
Depósito Prévio	: R\$ *****91.500,00
Saldo a Receber	: R\$ *****0,00
Saldo a Devolver a parte	: R\$ *****73,69

RECEPCÃO N.º : * **253.754**

Emolumentos do Estado e Contribuição de aposentadoria recolhidos pela guia n.º 161.
Declaro que nesta data, recebi a 1a. via deste recibo

(a) _____
Nome.: _____
End.: _____
Data.: _____

Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



IV

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

ITR – INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS EM 31/03/1999



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

DATA BASE: 31/03/1999

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES, RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01482-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO.	3 - C.G.C. 47.508.411/0001-56	4 - NIRE 35900089901
---------------------------	---	----------------------------------	-------------------------

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO AVENIDA BRIGADEIRO LUÍS ANTÔNIO, 3142						2 - BAIRRO OU DISTRITO JARDIM PAULISTA		
3 - CEP 01402-000	4 - MUNICÍPIO SÃO PAULO		5 - UF SP					
6 - DDD 011	7 - TELEFONE 886-0533	8 - TELEFONE -	9 - TELEFONE -	10 - TELEX -	11 - DDD 011	12 - FAX 884-7177	13 - FAX -	14 - FAX -
15 - E-MAIL grupopaodeacucar.com.br								

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM O MERCADO (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME RICARDO FLORENCE DOS SANTOS				2 - ENDEREÇO COMPLETO AVENIDA BRIGADEIRO LUÍS ANTÔNIO, 3142			
3 - BAIRRO OU DISTRITO JARDIM PAULISTA		4 - CEP 01402-000	5 - MUNICÍPIO SÃO PAULO			6 - UF SP	
7 - DDD 011	8 - TELEFONE 886-0421	9 - TELEFONE -	10 - TELEFONE -	11 - TELEX -	12 - DDD 011	13 - FAX 884-2677	
14 - FAX -	15 - FAX -	16 - E-MAIL Pa.relmerc@grupopaodeacucar.com.br					

01.04 - REFERÊNCIA DO ITR

EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO		TRIMESTRE ATUAL			TRIMESTRE ANTERIOR		
1 - INÍCIO	2 - TÉRMINO	3 - NÚMERO	4 - INÍCIO	5 - TÉRMINO	6 - NÚMERO	7 - INÍCIO	8 - TÉRMINO
01/01/1999	31/12/1999	1	01/01/1999	31/03/1999	4	01/10/1998	31/12/1998

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

NÚMERO DE AÇÕES (MIL)	1 - TRIMESTRE ATUAL 31/03/1999	2 - TRIMESTRE ANTERIOR 31/12/1998	3 - IGUAL TRIMESTRE EX. ANTERIOR 31/03/1998
DO CAPITAL INTEGRALIZADO			
1 - ORDINÁRIAS	50.287.004	50.066.372	50.066.372
2 - PREFERENCIAIS	28.049.753	28.049.753	28.049.753
3 - TOTAL	78.336.757	78.116.125	78.116.125
EM TESOURARIA			
4 - ORDINÁRIAS	-	-	-
5 - PREFERENCIAIS	-	-	-
6 - TOTAL	-	-	-

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	2 - TIPO DE SITUAÇÃO OPERACIONAL	3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO PRIVADA NACIONAL
4 - CÓDIGO ATIVIDADE 1040600 - SUPERMERCADOS	5 - ATIVIDADE PRINCIPAL COMÉRCIO VAREJISTA	6 - TIPO DE CONSOLIDADO NÃO APRESENTADO
7 - TIPO DE RELATÓRIO DOS AUDITORES COM RESSALVA		

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ITEM	2 - CGC	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL
----------	---------	------------------------

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO DELIBERADOS E/OU PAGOS DURANTE E APÓS O TRIMESTRE

1 - ITEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - TIPO AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO POR AÇÃO
01	AGO/E	30/04/1999	DIVIDENDO	25/06/1999	PN	0,0000641732
02	AGO/E	30/04/1999	DIVIDENDO	25/06/1999	ON	0,0000641732
03	AGO/E	30/04/1999	JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO	25/06/1999	PN	0,0004352494
04	AGO/E	30/04/1999	JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO	25/06/1999	ON	0,0004352494

01.09 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO

1 - ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (REAIS MIL)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (REAIS MIL)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	6 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (MIL)	7 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (REAIS)
01	26/02/1999	540.474	2.744	INCORPORAÇÃO DE EMPRESAS	220.632	0,0124370000

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM O MERCADO

1 - DATA 05/05/1999	2 - ASSINATURA
------------------------	----------------





2.1 – BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

<u>Código</u>	<u>Descrição</u>	<u>31/03/1999</u>	<u>31/12/1998</u>
1	Ativo Total	3.206.622	3.024.479
1.01	Ativo Circulante	1.116.975	1.256.807
1.01.01	Disponibilidades	318.848	370.227
1.01.01.01	Caixa e Bancos	23.601	36.403
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	295.247	333.824
1.01.02	Créditos	460.355	535.834
1.01.02.01	Clientes	258.302	298.119
1.01.02.02	Financiamentos (Crediário)	130.222	169.399
1.01.02.03	Provisão para Devedores Duvidosos	(19.263)	(20.522)
1.01.02.04	Adiantamento a Fornecedores e Func.	9.365	9.435
1.01.02.05	Impostos a Recuperar	65.272	63.663
1.01.02.06	Outros Créditos	16.457	15.740
1.01.03	Estoques	325.725	344.967
1.01.04	Outros	12.047	5.779
1.01.04.01	Despesas do Exercício Seguinte	12.047	5.779
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	146.520	65.073
1.02.01	Créditos Diversos	111.205	63.352
1.02.01.01	Imposto de Renda Diferido	66.914	18.584
1.02.01.02	Depósitos para Recursos Judiciais	35.421	34.089
1.02.01.03	Financiamentos (Crediário)	3.560	4.951
1.02.01.04	Despesas Antecipadas	5.310	5.728
1.02.02	Créditos com Pessoas Ligadas	35.315	1.721
1.02.02.02	Com Controladas	25.565	-
1.02.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	9.750	1.721
1.02.02.03.01	Empresa Controladora	9.750	1.721
1.03	Ativo Permanente	1.943.127	1.702.599
1.03.01	Investimentos	153.557	5.622
1.03.01.02	Participações em Controladas	152.185	4.250
1.03.01.03	Outros Investimentos	1.372	1.372
1.03.01.03.01	Participação em Outras Empresas	1.372	1.372
1.03.02	Imobilizado	1.417.586	1.389.822
1.03.02.01	Terrenos	369.936	369.616
1.03.02.02	Edifícios	563.832	537.064
1.03.02.03	Benfeitorias e Melhoramentos	207.220	192.433
1.03.02.04	Equipamentos	135.995	131.020
1.03.02.05	Instalações	65.647	60.640
1.03.02.06	Móveis e Utensílios	12.399	12.322
1.03.02.07	Veículos	11.241	10.515
1.03.02.08	Imobilizações em Andamento	44.563	69.693
1.03.02.09	Outros	6.753	6.519
1.03.03	Diferido	371.984	307.155
1.03.03.01	Ágios	300.345	307.155
1.03.03.02	Variação Cambial	71.639	-



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



2.2 – BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

<u>Código</u>	<u>Descrição</u>	<u>31/03/1999</u>	<u>31/12/1998</u>
2	Passivo Total	3.206.622	3.024.479
2.01	Passivo Circulante	1.323.726	1.177.557
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	513.124	347.891
2.01.01.01	Local - Capital de Giro	1.349	1.609
2.01.01.02	Local - BNDES	66.654	51.066
2.01.01.03	Exterior - Capital de Giro - Terceiros	411.965	276.744
2.01.01.04	Exterior - Importações	33.156	18.472
2.01.02	Debêntures	26.290	15.813
2.01.03	Fornecedores	478.462	604.323
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	24.122	43.871
2.01.04.01	Impostos sobre Vendas	14.127	28.304
2.01.04.02	Imp. Renda Fonte s/ Juros s/ Cap. Próprio	-	6.000
2.01.04.03	Impostos Parcelados	9.995	9.567
2.01.05	Dividendos a Pagar	5.013	5.013
2.01.06	Provisões	6.430	-
2.01.06.01	Provisão p/ Perda com Investimento	6.430	-
2.01.08	Outros	270.285	160.646
2.01.08.01	Salários e Contribuições Sociais	55.021	57.515
2.01.08.02	Serviços Públicos	3.069	2.790
2.01.08.03	Aluguéis	7.144	8.071
2.01.08.04	Propaganda	1.738	1.788
2.01.08.05	Seguros	2.510	3.145
2.01.08.06	Obrigações por Compra de Ativos	153.419	44.502
2.01.08.07	Juros sobre Capital Próprio	34.000	34.000
2.01.08.08	Demais Contas a Pagar	13.384	8.835
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	987.335	875.191
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	468.395	417.816
2.02.01.01	Local - BNDES	276.840	277.391
2.02.01.02	Exterior - Expansão - Terceiros	191.555	139.845
2.02.01.03	Exterior - Importação	-	580
2.02.02	Debêntures	333.090	314.860
2.02.05	Outros	185.850	142.515
2.02.05.01	Imposto de Renda	8.053	8.341
2.02.05.02	Fiscais e Tributários	107.259	83.393
2.02.05.03	Indenizações Reclamadas - Trabalhistas	22.744	20.634
2.02.05.04	Aluguéis Litigiosos	1.642	885
2.02.05.05	Obrigações por Compra de Ativos	22.291	3.504
2.02.05.06	Impostos Parcelados	23.861	25.758
2.05	Patrimônio Líquido	895.561	971.731
2.05.01	Capital Social Realizado	540.474	537.730
2.05.02	Reservas de Capital	4.050	4.050
2.05.02.01	Subvenção para Incentivos Fiscais	4.050	4.050
2.05.04	Reservas de Lucro	429.951	429.951
2.05.04.01	Legal	31.672	31.672
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	33.461	33.461
2.05.04.05	Retenção de Lucros	129.928	129.928
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	234.890	234.890
2.05.04.07.01	Reserva para Expansão	234.890	234.890
2.05.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	(78.914)	-



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



3.1 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

<u>Código</u>	<u>Descrição</u>	<u>01/01/1999</u> <u>a 31/03/1999</u>	<u>01/01/1999</u> <u>a 31/03/1999</u>	<u>01/01/1998</u> <u>a 31/03/1998</u>	<u>01/01/1998</u> <u>a 31/03/1998</u>
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	1.479.058	1.479.058	1.005.197	1.005.197
3.02	Deduções da Receita Bruta	(221.231)	(221.231)	(143.244)	(143.244)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	1.257.827	1.257.827	861.953	861.953
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(914.625)	(914.625)	(633.432)	(633.432)
3.05	Resultado Bruto	343.202	343.202	228.521	228.521
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(470.436)	(470.436)	(185.579)	(185.579)
3.06.01	Com Vendas	(201.561)	(201.561)	(139.751)	(139.751)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(58.067)	(58.067)	(41.623)	(41.623)
3.06.03	Financeiras	(169.199)	(169.199)	18.780	18.780
3.06.03.01	Receitas Financeiras	64.756	64.756	60.788	60.788
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(233.955)	(233.955)	(42.008)	(42.008)
3.06.03.02.01	Variação Cambial	(138.774)	(138.774)	-	-
3.06.03.02.02	Outras	(95.181)	(95.181)	(42.008)	(42.008)
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(41.609)	(41.609)	(22.961)	(22.961)
3.06.05.01	Outros Impostos e Taxas	(5.981)	(5.981)	(4.383)	(4.383)
3.06.05.02	Depreciação e Amortização	(34.264)	(34.264)	(18.578)	(18.578)
3.06.05.03	Perda com investimento em controlada	(1.364)	(1.364)	-	-
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	-	-	(24)	(24)
3.07	Resultado Operacional	(127.234)	(127.234)	42.942	42.942
3.08	Resultado não Operacional	(299)	(299)	(1.622)	(1.622)
3.08.01	Receitas	513	513	283	283
3.08.02	Despesas	(812)	(812)	(1.905)	(1.905)
3.09	Resultado antes Tributação/ Participações	(127.533)	(127.533)	41.320	41.320
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	-	-	(8.813)	(8.813)
3.11	IR Diferido	48.619	48.619	-	-
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	(78.914)	(78.914)	32.507	32.507
	Número Ações, Ex-Tesouraria (Mil)	78.336.757	78.336.757	78.116.125	78.116.125
	Lucro por Ação	-	-	0,00042	0,00042
	Prejuízo por Ação	(0,00101)	(0,00101)	-	-

4.1 – NOTAS EXPLICATIVAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Brasileira de Distribuição (“Companhia”) tem como atividade preponderante a comercialização, no varejo, de produtos alimentícios, artigos de vestuário, eletroeletrônicos e outros que completam suas linhas de supermercados, hipermercados e lojas especializadas e de departamento, representadas basicamente pelas denominações comerciais “Pão de Açúcar”, “Extra”, “Eletrô” e “Barateiro”. Em 31 de março de 1999, a Companhia dispunha de 321 lojas (284 em 31 de dezembro de 1998) em funcionamento.

A partir de 1º de março de 1999, a empresa controlada Peralta, cuja totalidade das ações foi adquirida pela Companhia em 1º de fevereiro de 1999, passou a ter suas operações geridas em nome da Companhia.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As informações financeiras ora apresentadas, foram elaboradas substancialmente, com base nos mesmos princípios e práticas contábeis adotados na elaboração das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 1998, publicadas em 10 de fevereiro de 1999. As informações estão sendo apresentadas ao seu valor histórico.

As informações trimestrais foram elaboradas de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - C.V.M. que não requerem o reconhecimento dos efeitos inflacionários.

3. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras são, em parte, objeto de operações de “hedge” de taxa de juros. Em 31 de março de 1999, o volume de operações suportadas por “hedge” era de R\$ 209.429 mil (31/12/98 - R\$ 259.093 mil).

As demais aplicações, no montante de R\$ 85.818 mil (31/12/98 - R\$ 74.731 mil), estão concentradas em fundos de investimentos, cuja carteira é composta principalmente de CDBs, “Export Notes”, LFTs e LTNs.



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



4. CONTAS A RECEBER

	R\$ mil	
	<u>31/03/99</u>	<u>31/12/98</u>
Curto Prazo		
Crediário	116.009	150.575
Vendas financiadas (cheques pré-datados)	109.729	134.039
Cartão de crédito	134.379	150.642
“Tickets” de venda e outros	28.407	32.262
Provisão para devedores duvidosos	<u>(19.263)</u>	<u>(20.522)</u>
	<u>369.261</u>	<u>446.996</u>
Longo Prazo		
Crediário	<u>3.560</u>	<u>4.951</u>

As operações com crediário são pactuadas com encargos financeiros pré-fixados e com prazos de vencimentos de até 24 meses. Os recursos foram captados na forma de financiamentos para capital de giro, principalmente do exterior. (Nota 10).

As vendas financiadas representam cheques pré-datados, com taxa de juros pré-fixada de 7,5% ao mês (31/12/98 - 5,4% ao mês) e prazos não superiores a 90 dias.

As operações com cartões de crédito referem-se às vendas de mercadorias por meio de cartões de crédito próprio e de terceiros.

Provisão para devedores duvidosos

A provisão para devedores duvidosos é constituída considerando a média de perdas efetivas em exercícios anteriores, complementada pela análise da administração sobre as prováveis perdas com os créditos em aberto:

	R\$ mil	
	<u>31/03/99</u>	<u>31/12/98</u>
Crediário	(17.224)	(18.143)
Vendas financiadas (cheques pré-datados)	<u>(2.039)</u>	<u>(2.379)</u>
	<u>(19.263)</u>	<u>(20.522)</u>

As diretrizes básicas para a constituição desta provisão por categoria de crédito, podem ser resumidas como segue:

- **Crediário**

Constituição - Com base no índice histórico de perda apurado nos últimos 12 meses e, complementada pela análise da administração sobre prováveis perdas com créditos em aberto.

Baixa - Todos os créditos vencidos ao completarem 180 dias de atraso são baixados das contas a receber contra a provisão para devedores duvidosos.

- **Vendas financiadas (cheques pré-datados)**

Constituição - Com base no índice médio histórico de devolução e recuperação destes cheques, apurado nos últimos 12 meses, e complementado por análise da administração sobre prováveis perdas com créditos em aberto.

Baixa - Todos os cheques são depositados nos seus respectivos vencimentos. A baixa dos cheques sem suficiência de fundos dá-se após todos os procedimentos legais, sendo então debitados contra a provisão para devedores duvidosos.

- **Cartão de crédito e “tickets” de vendas**

Não é constituída provisão para devedores duvidosos, pois os riscos de crédito são assumidos substancialmente por terceiros.

5. ESTOQUES

	R\$ mil	
	<u>31/03/99</u>	<u>31/12/98</u>
Nas lojas	229.562	231.813
Nos centros de distribuição	<u>96.163</u>	<u>113.154</u>
	<u>325.725</u>	<u>344.967</u>

6. CRÉDITOS COM PESSOAS LIGADAS

Referem-se a contratos de conta corrente com a empresa controladora, no montante de R\$ 9.750 mil, e com a empresa controlada Peralta Comercial e Importadora S.A., no montante de R\$ 25.565 mil, sobre os quais incidem encargos financeiros às taxas de mercado.



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



7. INVESTIMENTOS

	R\$ mil			
	Peralta Comercial e Importadora S.A. ("Peralta")	Stratosfera Administradora S/C Ltda. ("Stratosfera")	Outros	Total
Em 31 de dezembro de 1998	-	4.250	1.372	5.622
Adições - ágio	148.559	-	-	148.559
Realização de ágio	(624)	-	-	(624)
Em 31 de março de 1999	<u>147.935</u>	<u>4.250</u>	<u>1.372</u>	<u>153.557</u>

Peralta: Em 18 de janeiro de 1999, a Companhia celebrou com os quotistas da empresa Peralta Comercial e Importadora Ltda. (convertida em Sociedade Anônima em 31 de janeiro de 1999) um protocolo de acordo, firmando uma associação para operar 37 lojas de supermercados e uma loja de hipermercado, em um total de 48.000 m² de área de vendas, todas localizadas no Estado de São Paulo. Em 1º de fevereiro de 1999, a Companhia assumiu o controle acionário da Peralta, mediante subscrição de ações ordinárias. Apartir de 1º de março de 1999, a Companhia passou a gerir em seu nome as operações da Peralta. O ágio pago na aquisição da empresa monta a R\$ 148.559 mil. O montante de R\$ 5.066 mil, relativo à diferença entre passivos e ativos da empresa na data da aquisição do controle acionário foi registrada na rubrica "Provisão para perda com investimento". O prejuízo da controlada no período, de R\$ 1.364 mil, está registrado na mesma rubrica. O ágio está suportado por laudo emitido por peritos independentes, sendo amortizado no prazo e extensão das projeções de rentabilidade que o determinou, estimado em 10 anos.

Stratosfera: O controle acionário dessa empresa foi adquirido em 3 de dezembro de 1998, e seu acervo está representado por imóvel operacional localizado na região de Barueri - SP, onde já operava uma loja da Companhia. O ágio pago nessa aquisição, de R\$ 4.127 mil, está suportado por laudo emitido por peritos independentes, relativo à mais-valia do ativo imobilizado e deverá ser amortizado no prazo de realização do respectivo ativo.

De conformidade com a Instrução CVM nº 247, de 27 de março de 1996, as demonstrações financeiras das empresas Peralta e Stratosfera não estão sendo consolidadas às demonstrações financeiras da Companhia, tendo em vista o objetivo da administração de descontinuar essas empresas.

Informações adicionais sobre inversões no ativo permanente, incluindo investimentos em 1998, estão apresentados no relatório sobre aquelas contas, publicado em 10 de fevereiro de 1999.

8. INVERSÕES NO ATIVO PERMANENTE E OBRIGAÇÕES POR COMPRA DE ATIVOS

As inversões realizadas no trimestre totalizaram cerca de R\$ 203.865 mil (R\$ 135.591 mil - 1º trimestre/98), referindo-se, principalmente, à compra da empresa Peralta (Nota 7), reformas de diversas lojas, investimentos em equipamentos e compra de terrenos para expansão das atividades, as quais são em parte financiadas e estão apresentadas na rubrica de obrigações por compra de ativos. A maioria destas obrigações está sujeita a encargos financeiros, com base no Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM.

9. ATIVO DIFERIDO

	R\$ mil		
	Ágios	Variação Cambial	Total
Em 31 de dezembro de 1998	307.155	-	307.155
Adições	500	71.639	72.139
Realização de ágios	(7.310)	-	(7.310)
Em 31 de março de 1999	<u>300.345</u>	<u>71.639</u>	<u>371.984</u>

(a) Ágios

Os montantes registrados no ativo diferido referem-se a ágios pagos na aquisição de empresas (incorporadas ao patrimônio da Companhia), principalmente em 1998, relativos à expectativa de rentabilidade futura, suportados por laudos emitidos por peritos independentes. Esses ágios estão sendo amortizados no prazo e extensão das projeções de rentabilidade que o determinaram, no prazo máximo de 10 anos.

(b) Variação cambial

Conforme autorizado pela Medida Provisória nº 1818 de 25 de março de 1999 e a Deliberação CVM nº 294 de 26 de março de 1999, a Companhia optou por registrar no ativo diferido, parcela do resultado líquido negativo, decorrente das variações das taxas de câmbio ocorridas no 1º trimestre de 1999, a ser amortizado, conforme previsto na Deliberação CVM nº 294, no prazo máximo de 4 anos.



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

<u>Curto prazo</u>	<u>Juros e encargos anuais</u>	<u>31/03/99</u>	<u>31/12/98</u>
Local			
BNDES	Varição cambial + 3,5%	16.732	11.358
	TJLP + 3,5%	<u>49.922</u>	<u>39.708</u>
		66.654	51.066
Capital de giro	40,2%	1.349	1.609
Do exterior			
Capital de giro e expansão	Varição cambial e		
Terceiros	8,01% a 38,5%	411.965	276.744
Importações	LIBOR + 0,75% a 2,9%	<u>33.156</u>	<u>18.472</u>
		<u>513.124</u>	<u>347.891</u>
<u>Longo prazo</u>			
Local			
BNDES	Varição cambial + 3,5%	56.868	44.699
	TJLP + 3,5%	<u>219.972</u>	<u>232.692</u>
		276.840	277.391
Do exterior			
Capital de giro e expansão	Varição cambial e		
Terceiros	12,47% a 13,0%	191.555	139.845
Importações	LIBOR + 0,75% a 2,9%	-	580
		<u>468.395</u>	<u>417.816</u>
Financiamentos de longo prazo por ano de vencimento:			
		<u>31/03/99</u>	<u>31/12/98</u>
2000		258.445	203.828
2001		77.904	71.250
2002		72.324	67.326
2003		49.804	58.240
2004 em diante		<u>9.918</u>	<u>17.172</u>
		<u>468.395</u>	<u>417.816</u>

Os financiamentos de capital de giro estão representados substancialmente por captações com encargos financeiros pré-fixados e utilizados em operações de crédito direto ao consumidor, principalmente crediário e cheques pré-datados.

A Companhia utiliza-se de operações com moeda estrangeira e derivativos (“swap”) como de proteger-se de variações em certos financiamentos (Nota 14).

Em garantia dos financiamentos, foram oferecidas notas promissórias e avais dos acionistas.

11. DEBÊNTURES

<u>Curto prazo</u>	<u>Juros e encargos anuais</u>	<u>31/03/99</u>	<u>R\$ mil</u> <u>31/12/98</u>
1ª emissão 1ª série	TJLP + 8%	5.483	3.021
2ª emissão 1ª série	IGPM + 13%	18.205	11.193
2ª série	IGPM + 13%	<u>2.602</u>	<u>1.599</u>
		<u>26.290</u>	<u>15.813</u>
<u>Longo prazo</u>			
1ª emissão 1ª série	TJLP + 8%	118.842	115.292
2ª emissão 1ª série	IGPM + 13%	187.467	174.622
2ª série	IGPM + 13%	<u>26.781</u>	<u>24.946</u>
		<u>333.090</u>	<u>314.860</u>

a) 1ª emissão

Não houve, no trimestre, nenhum evento, conversão ou repactuação relativos à 1ª emissão ocorrida em 1º de setembro de 1997.

b) 2ª emissão

Não houve, no trimestre, nenhum evento, conversão ou repactuação relativos à 2ª emissão ocorrida em 1º de julho de 1998 e 18 de agosto de 1998.

As despesas de colocação das debêntures, representadas principalmente por comissão, foram lançadas em despesas do exercício seguinte e antecipadas, e serão apropriadas de acordo com o prazo de vencimento das debêntures.

Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



12. IMPOSTO DE RENDA

O imposto de renda diferido ativo tem como base as diferenças temporárias e o prejuízo fiscal gerado principalmente pelas perdas cambiais. O imposto de renda no passivo a longo prazo, tem, como base, o lucro inflacionário gerado até 1994.

Com base em liminar judicial, a Companhia considera, na definição dos montantes a pagar do imposto sobre a renda, os efeitos da depreciação dos bens do ativo permanente decorrente da diferença de correção monetária do denominado “Plano Verão”. O montante total da referida depreciação é de aproximadamente R\$ 134.034 mil, que foi integralmente utilizado para o cálculo da base do imposto de renda. Conservadoramente a Companhia não reconhece nos registros contábeis correspondentes às obrigações tributárias, a redução do encargo que decorreria dessa compensação.

13. FISCAIS E TRIBUTÁRIOS (PASSIVO DE LONGO PRAZO)

	R\$ mil	
	31/03/99	31/12/98
Imposto de renda	58.075	58.075
PIS	10.055	9.402
FINSOCIAL	8.288	8.267
COFINS	16.994	5.433
INSS	9.863	-
ICMS e outros	3.984	2.216
	<u>107.259</u>	<u>83.393</u>

As provisões fiscais e tributárias são constituídas para atender prováveis perdas de processos, sobre os quais foram interpostos recursos.

A Companhia obteve liminar concedendo o direito de não aplicar o disposto na Lei nº 9718/98, permitindo que a Companhia recolha a COFINS nos termos da Lei Complementar nº 70/910 (2% sobre o faturamento) e o PIS nos moldes da Lei nº 9715/98 (0,65% sobre o faturamento), a partir de 1º de fevereiro de 1999. Entretanto, a diferença dos montantes apurados, pelo disposto na Lei nº 9718/98, conservadoramente, está sendo provisionada.

A Companhia obteve pleito de tutela antecipada, autorizando a compensação de valores que considera indevidamente recolhidos, a título de Contribuição ao Seguro Acidente de Trabalho (SAT), no que excedeu a alíquota de 1%, com créditos vincendos da mesma Contribuição e da Contribuição ao Salário Educação. Portanto, os valores apurados não vêm sendo recolhidos, mantidos na provisão para contingências - INSS, até o desfecho da questão.

A Companhia está questionando, por meio de seus assessores jurídicos, a legalidade do limite de 30% de compensação dos prejuízos fiscais estabelecidos pela Lei nº 8981/95, sendo que, conservadoramente, os montantes não recolhidos estão sendo provisionados.

14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Gerenciamento de risco

A Companhia está exposta a riscos de mercado advindos de mudanças de cotações de moedas estrangeiras e de taxas de juros. Considerando que os financiamentos captados pela Companhia estão denominados, principalmente, em dólares norte-americanos, durante o exercício de 1998 a administração da Companhia resolveu aplicar parte de seus recursos financeiros em fundos com paridade cambial em dólares norte-americanos, a fim de minimizar a exposição ao risco de desvalorização da moeda.

Valor de mercado

Os valores estimados dos instrumentos financeiros em 31 de março de 1999 e 31 de dezembro de 1998, mencionados nas Notas 3 e 10, registrados em contas patrimoniais, não apresentam montantes de mercado significativamente diferentes dos reconhecidos nas demonstrações contábeis.

15. PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES PREFERENCIAIS

As informações relativas ao plano de opção de compra estão resumidas como seguem:

	Ações preferenciais (em milhares)
Opções concedidas	
Série I - 9 de maio de 1997	278.600
Série II - 22 de dezembro de 1997	373.200
Série III - 18 de dezembro de 1998	1.007.074
Volume global objeto do plano	<u>1.658.874</u>

Proibida a reprodução deste documento sem a autorização da Pefran



Não houve, no trimestre, nenhum evento relativo ao plano de opção de compra de ações, sendo que as principais informações estão descritas no relatório sobre as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 1998, publicado em 10 de fevereiro de 1999.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Aumento de Capital

	Quantidade de ações - mil		
	Capital Social	Preferenciais	Ordinárias
Em 31 de dezembro de 1998	537.730	28.049.753	50.066.372
Aumento de capital por incorporação de empresa	2.744	-	220.632
Em 31 de março de 1999	<u>540.474</u>	<u>28.049.753</u>	<u>50.287.004</u>

Incorporação de empresa

Em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 26 de fevereiro de 1999, foi aprovada a incorporação do patrimônio da empresa Pão de Açúcar Publicidade Ltda. As novas ações emitidas (conforme quadro anterior), em razão desta incorporação, não farão jus aos dividendos e eventuais remunerações relativos ao exercício de 1998, passando a ter seus direitos integrais no exercício de 1999.

A situação patrimonial da incorporada, refletida no balanço encerrado em 31 de janeiro de 1999 (base para incorporação), discriminada no laudo de avaliação emitido por peritos independentes, demonstra:

Ativo	R\$ mil	Passivo	R\$ mil
Circulante	598	Circulante	1.305
Realizável a longo prazo	2.691	Exigível a longo prazo	161
Permanente	921	Patrimônio líquido	2.744
Total	<u>4.210</u>	Total	<u>4.210</u>

17. PROJETO “ANO 2000” - “BUG DO MILÊNIO”

A Companhia, desde julho de 1997, vem trabalhando sobre seus sistemas e processos de negócios, objetivando o correto funcionamento antes e depois do ano 2000. Neste sentido, a Companhia desenvolveu o projeto denominado “Ano 2000”, com vistas a identificar os impactos e riscos sobre os processos de negócios, estabelecer metodologias e cronograma, determinar os custos e a alocação dos recursos necessários para a definitiva solução de problemas relacionados com o “Bug do Milênio”.

A Companhia elegeu um coordenador para o projeto e constituiu um Grupo de Trabalho para sua viabilização. O projeto está sendo executado em 6 fases: (1) inventário; (2) análise de impacto; (3) planejamento; (4) conversão; (5) testes e (6) implantação; encontrando-se atualmente na fase de testes, tendo maio de 1999 como mês limite estabelecido para conclusão significativa do projeto “Ano 2000”.

Os investimentos envolvendo conversão e atualização de programas, substituição de software, troca de equipamentos, contratação de serviços de terceiros e utilização de recursos internos, estão sendo estimados em cerca de R\$ 6.300 mil, dos quais já foram gastos, até 31 de março de 1999, aproximadamente R\$ 4.094 mil (Não revisado pelos nossos auditores independentes).

A administração da Companhia, consciente de que a não solução de problemas relacionados com a virada do milênio, poderia vir até a acarretar em possível interrupção de suas atividades, está enviando todos os esforços para o sucesso deste projeto, conforme cronograma estabelecido. Em decorrência, estão sendo adotadas medidas para assegurar, que até junho de 1999, todos os softwares estejam adequados. Nesse processo foram identificados, tanto os softwares desenvolvidos internamente, quanto aqueles adquiridos de terceiros que pudessem gerar problemas operacionais na chegada do ano 2000.

18. EVENTOS SUBSEQÜENTES

- a) Foram deliberadas pela Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 30 de abril de 1999, os seguintes aspectos:
 - (i) Retenção de Lucros
Foi aprovado o montante de R\$ 111.038 mil, cuja destinação será de R\$ 99.935 mil para Reserva de Expansão, visando assegurar recursos para financiar aplicações de capital fixo e manutenção do capital circulante, sendo o saldo remanescente de R\$ 11.103 mil, utilizado para incrementar a atividade de vendas financiadas.
 - (ii) Dividendos
Foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos, incluindo os juros sobre capital próprio, no montante de R\$ 39.013, sendo que o pagamento será realizado a partir de 25 de junho de 1999.
- b) Em maio de 1999, o Grupo Pão de Açúcar, por meio de uma de suas empresas constituída para este fim, estará arrendando 25 lojas da rede Paes Mendonça S.A., a qual continuará existindo e é, contratualmente, a responsável única e integral pelos débitos anteriores de sua gestão.



5.1 – COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

As Vendas Líquidas nominais da Companhia Brasileira de Distribuição(CBD), já consolidadas com as da rede Peralta a partir de março, atingiram neste trimestre R\$1.257,8 milhões, contra R\$ 861,9 milhões no mesmo período do ano anterior, registrando um aumento de 45,9%. Considerando vendas da rede Peralta desde fevereiro, bem como as vendas do 1º trimestre de 1998 consolidadas com a Rede Millo's (adquirida em fev/98), vendas totais cresceram 46,5%. Este crescimento reflete o aumento do número de lojas em relação ao primeiro trimestre de 1998, principalmente na Divisão Extra onde foram incorporadas 14 novas lojas, bem como aquisições importantes como as redes Barateiro (32 lojas) e Peralta (38 lojas).

No critério mesmas lojas, a empresa obteve um crescimento de vendas de 9,3%. Dentre as 4 Divisões da Companhia, o formato supermercado (representado pelas lojas Pão de Açúcar e Barateiro) apresentou a melhor performance, basicamente em função da elevada participação de alimentos no seu mix de vendas (cerca de 95%) e conseqüente menor sensibilidade a oscilações de ordem econômica. O segmento não alimentício foi prejudicado pelo cenário de desvalorização cambial e juros elevados, gerando uma fraca performance para a Divisão Eletro e impedindo que a Divisão Extra apresentasse um desempenho compatível ao formato supermercado.

Outros dois fatores importantes com relação às vendas do trimestre foram: i) as enchentes verificadas no mês de fevereiro na cidade de São Paulo dificultaram o acesso aos hipermercados Extra localizados nesta região, e conseqüentemente prejudicaram as vendas desta Divisão e ii) as vendas da Páscoa do ano corrente concentraram-se no final do mês de março, diferentemente do ano anterior quando o maior volume de vendas para Páscoa ocorreu nos primeiros dias de abril.

O termômetro de vendas da ABRAS, em moeda de poder aquisitivo constante (IGP-DI), mostra que as vendas totais do mercado no 1º trimestre de 1999 apresentaram um crescimento de 1,0% sobre o mesmo período de 1998. Na Companhia, as vendas de todas as lojas em moeda de poder aquisitivo constante cresceram 40,2% sobre o mesmo período do ano anterior, demonstrando um significativo ganho de “market share”.

Evolução de Vendas Líquidas por Divisão (Variação Percentual 99/98) – Consolidado*

	Em valores nominais (legisl. societária)		Em moeda de poder constante (IGP-DI)	
	Vendas Totais	Mesmas Lojas	Vendas Totais	Mesmas Lojas
	1º Trim. 99/98	1º Trim. 99/98	1º Trim. 99/98	1º Trim. 99/98
Pão de Açúcar	27,3	17,0	21,9	12,0
Extra	77,1	5,2	69,6	0,6
Barateiro	-	21,2	-	14,2
Eletro	7,9	-18,5	3,7	-21,6
CBD*	46,5	9,3	40,2	4,5

Vendas Líquidas por Divisão (R\$ milhares) – Consolidado*

	Valores Nominiais			
	1º Trim. 99	%	1º Trim. 98	%
Pão de Açúcar	489.424	38,1	384.359	43,8
Extra	577.758	45,0	326.142	37,2
Barateiro	125.466	9,8	-	-
Peralta	27.049	2,1	-	-
Eletro	65.179	5,0	60.409	6,9
CBD*	1.284.876	100,0	876.818	100,0

* Inclui vendas da rede Peralta no mês de fevereiro/99, período em que estas lojas ainda não estavam incorporadas às demais Divisões da Companhia. Da mesma forma, o primeiro trimestre de 1998 inclui vendas consolidadas com a rede Millo's. Os totais também incluem as vendas da extinta Divisão Superbox.

Um dos fatores que merecem destaque no trimestre de 1999 foi o forte incremento na base de clientes da CBD. Tendo como parâmetro o volume de transações, o número de clientes da Companhia aumentou em 67,3% comparado ao mesmo trimestre de 1998, significativamente superior ao aumento de 41,2% verificado na extensão da área de vendas durante este mesmo período. Este importante resultado é conseqüência do contínuo investimento que a Companhia vem realizando em remodelagem e reinauguração de lojas, treinamento de seus funcionários e no atendimento aos clientes.

Conforme verificado nos trimestres anteriores, continua a tendência de alteração na composição de vendas. Observamos uma queda na participação de cheques pré-datados e das vendas em prestações e um crescimento das vendas à vista e por cartão de crédito.



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



Composição de Vendas (% sobre vendas líquidas)

	<u>1º Trim. 98</u>	<u>2º Trim. 98</u>	<u>3º Trim. 98</u>	<u>4º Trim. 98</u>	<u>1º Trim. 99</u>
À vista	50,0%	49,5%	51,8%	53,8%	56,2%
A prazo	50,0%	50,5%	48,2%	46,2%	43,8%
Cheques com encargos	15,5%	14,8%	12,8%	11,9%	10,5%
Prestações	5,4%	6,0%	5,8%	5,5%	3,2%
Cartão de Crédito	21,2%	22,3%	22,1%	21,5%	22,9%
Ticket Alimentação	7,9%	7,4%	7,5%	7,3%	7,2%

A CBD atravessou um período intenso de negociações com fornecedores, em função da desvalorização cambial verificada em janeiro/99. A política da Companhia foi de não aceitar aumentos abusivos de preços, exercendo um importante papel no controle inflacionário e gerando aumento na fidelização por parte de seus clientes. A CBD acredita que, diante da atual perspectiva de desaceleração da inflação e menor volatilidade do câmbio, as negociações de preços já atingiram um patamar mais estável, o que certamente implicará em um melhor ambiente para o estabelecimento de parcerias no restante do ano.

FOCO NO OPERACIONAL: Crescimento de 77% no EBITDA

O **Lucro Bruto** foi de R\$ 343,2 milhões no 1º trimestre de 1999 contra R\$ 228,5 milhões no mesmo período de 1998, registrando elevação de 50,2%. Mesmo diante de uma maior participação de hipermercados na composição de lojas da Companhia, a margem bruta aumentou de 26,5% no 1º trimestre de 1998 para 27,3% em 1999. Esta melhora é resultante dos seguintes principais fatores:

- Maximização da capacidade de abastecimento do Centro de Distribuição, fator que vem possibilitando melhores negociações com fornecedores, redução do índice de faltas e um melhor gerenciamento de estoques. O abastecimento das lojas através do Centro de Distribuição passou de 44% em março/98 para 57% em março/99.
- Ganhos de eficiência com o crescimento das compras por EDI (troca eletrônica de dados com os fornecedores), atingindo 35% em março/99 contra 14% no mesmo período de 1998.

Lucro Operacional antes da Depreciação, Impostos e Receita Financeira (EBITDA) aumentou 77% em relação ao primeiro trimestre de 1998, atingindo respectivamente R\$ 83,6 milhões e R\$ 47,1 milhões, indicando um incremento de 1,2 ponto percentual na margem do EBITDA, crescendo de 5,4% para 6,6%. Este desempenho destaca novamente o foco da Companhia na melhora da sua eficiência operacional. Além dos ganhos de produtividade comentados anteriormente, contribuiu para esse resultado uma maior diluição de custos fixos através de aquisições, abertura de novas lojas e maior participação do formato Extra nas vendas totais da Companhia.

O resultado financeiro foi fortemente penalizado pela desvalorização do Real frente ao Dólar. A Companhia reconheceu no resultado do 1º trimestre de 1999 o montante de R\$ 138,7 milhões decorrente das variações das taxas de câmbio ocorridas no período, e conforme a Medida Provisória nº 1818 e deliberação CVM nº 294, optou por diferir o montante de R\$ 71.639 mil.

Como conseqüência, apesar de todos os ganhos operacionais obtidos, com reflexo no crescimento das margens bruta e operacional, a CBD apurou um prejuízo no 1º trimestre de 1999 de R\$78,9 milhões, contra um lucro líquido de R\$32,5 milhões no 1º trimestre de 1998.

O Prejuízo do trimestre por lote de mil ações com base no volume de ações existentes em 31 de março de 1999, foi de R\$1,01 por mil ações, contra um lucro líquido por lote de mil ações de R\$0,42 no primeiro trimestre de 1998.

Os Investimentos no 1º trimestre atingiram R\$ 203,9 milhões, contra R\$ 135,6 milhões no mesmo período de 1998. Destacamos abaixo os principais pontos do plano de investimentos da Companhia neste 1º trimestre de 1999:

- Abertura de uma nova loja Pão de Açúcar em Fortaleza.
- Aquisição de novos equipamentos e de terrenos para a construção de novas lojas.
- Em fevereiro a Companhia adquiriu a rede Peralta, composta de 37 supermercados e 1 hipermercado, distribuídos em uma área total de vendas de 48.000 m². O investimento nestas lojas foi dividido em uma entrada de 30% e o restante em 15 prestações mensais (período pelo qual a Companhia estará isenta do pagamento de aluguel destas lojas). Durante o primeiro trimestre de 1999, a Companhia converteu 23 destas lojas para o formato Barateiro, 14 lojas para o formato Pão de Açúcar e o hipermercado para o formato Extra.
- Conversão de 18 lojas Pão de Açúcar para o formato Barateiro.
- Compra da loja Guassu, localizada em São Vicente (litoral de São Paulo) por R\$ 500 mil e que será convertida para o formato Pão de Açúcar.
- Fechamento de 2 lojas Eletro localizadas no Estado de São Paulo.



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



Movimentação de Lojas por Divisão

	<u>Pão de Açúcar</u>	<u>Extra</u>	<u>Superbox</u>	<u>Eleto</u>	<u>Barateiro</u>	<u>Peralta</u>	<u>CBD</u>	<u>Área de Vendas (m²)</u>	<u>Núm. de Funcionários</u>
31/03/98	148	16	10	62	-	-	236	364.429	21.069
Abertas	2	1	-	1	32	-	36		
Fechadas	(1)	-	-	(1)	-	-	(2)		
30/06/98	149	17	10	62	32	-	270	446.768	26.842
Abertas	1	-	-	13	-	-	14		
Fechadas	-	-	-	-	-	-	-		
Convertidas	-	5	(3)	-	(2)	-	-		
30/09/98	150	22	7	75	30	-	284	464.315	28.153
Abertas	-	2	-	1	-	-	3		
Fechadas	(2)	-	(1)	-	-	-	(3)		
Convertidas	(1) + 2 ^A	6 ^B	(6)	-	(4) + 3 ^C	-	-		
31/12/98	149	30	-	76	29	-	284	470.591	31.343
Abertas	1	-	-	-	-	38	39		
Fechadas	-	-	-	(2)	-	-	(2)		
Convertidas	(18) + 14	1	-	-	23+18 ^C	(38)	-		
31/03/99	146	31	-	74	70	-	321	514.229	33.653

A – Lojas da Divisão Superbox convertidas em Pão de Açúcar.

B – Lojas da Divisão Barateiro e Superbox convertidas em Extra.

C – Lojas da Divisão Pão de Açúcar e Superbox convertidas em Barateiro.

EVENTOS SUBSEQÜENTES

Em maio de 1999, o Grupo Pão de Açúcar, por meio de uma de suas empresas constituída para este fim, estará arrendando 25 lojas da rede Paes Mendonça S.A., a qual continuará existindo e é, contratualmente, a responsável única e integral pelos débitos anteriores de sua gestão.

A Paes Mendonça S.A. teve um faturamento bruto de R\$829,2 milhões em 1998 (não auditado), possuindo 25 lojas em uma área de vendas de 119.120 m², distribuídas da seguinte forma: 1 hipermercado em Belo Horizonte - Minas Gerais; 3 hipermercados e 3 supermercados no Estado de São Paulo e 18 lojas (6 hipermercados e 12 supermercados) no Estado do Rio de Janeiro.

10.1 – CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

01	Item	01	02	03
02	Número de Ordem	1	2	2
03	Número de Registro na CVM	SEP/GER/DCA-97/016	SEP/GER/DCA-98/0013	SEP/GER/DEB-98/0060
04	Data do Registro na CVM	22/09/1997	17/08/1998	17/08/1998
05	Série Emitida	Única	1	2
06	Tipo de Emissão	Conversível	Conversível	Simplex
07	Natureza da Emissão	Pública	Pública	Pública
08	Data da Emissão	01/09/1997	01/07/1998	01/07/1998
09	Data de Vencimento	01/09/2002	01/07/2003	01/07/2003
10	Espécie da Debênture	Subordinada	Subordinada	Subordinada
11	Condição de Remuneração Vigente	TJLP + 8% a.a.	IGP-M + 13% a.a.	IGP-M + 13% a.a.
12	Prêmio/Deságio	32,69%	18,77%	-
13	Valor Nominal (Reais)	1.243,25	1.175,27	1.175,28
14	Montante Emitido (Reais Mil)	124.325	205.672	29.383
15	Q. de Títulos Emitidos (Unidade)	100.000	175.000	25.000
16	Título Circulação (Unidade)	100.000	175.000	25.000



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



17.1 – RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL – COM RESSALVA

5 de maio de 1999

Aos Administradores e Acionistas

Companhia Brasileira de Distribuição

1. Efetuamos revisões limitadas das informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais - ITR, da Companhia Brasileira de Distribuição, referentes aos trimestres findos em 31 de março de 1999 e 1998, elaboradas sob a responsabilidade da administração da companhia.
2. Nossas revisões foram efetuadas de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo Instituto Brasileiro de Contadores - IBRACON, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade, e consistiram, principalmente, em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da companhia, quanto aos principais critérios adotados na elaboração das informações trimestrais e (b) revisão das informações relevantes e dos eventos subsequentes que tenham, ou possam a vir a ter, efeitos relevantes sobre a posição financeira e as operações da companhia.
3. Conforme autorizado pela Medida Provisória nº 1.818 de 25 de março de 1999 e a Deliberação nº 294 de 26 de março de 1999, como explicado na Nota 9(b), a companhia decidiu exercer a opção de registrar no ativo diferido, parcela do resultado líquido decorrente do ajuste dos valores em reais de obrigações e créditos em moeda estrangeira, decorrente da variação nas taxas de câmbio ocorrida no trimestre findo em 31 de março de 1999, no valor de R\$ 71.639 mil. Os princípios contábeis requerem que as variações cambiais sejam registradas no resultado do período em que elas ocorrem. Desta forma, o patrimônio líquido em 31 de março de 1999 está apresentado a maior no montante de R\$ 71.639 mil, líquido dos efeitos tributários, com o correspondente efeito no prejuízo do período.
4. Baseados em nossas revisões limitadas, exceto pelos efeitos do diferimento da variação cambial como descrito no parágrafo 3, não temos conhecimento de qualquer outra modificação relevante que deva ser feita nas informações trimestrais acima referidas, para que as mesmas estejam de acordo com os princípios contábeis previstos na legislação societária aplicáveis à preparação das informações trimestrais, de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.
5. As Informações Trimestrais - ITR contêm, também, informações contábeis relativas ao trimestre findo em 31 de dezembro de 1998. Examinamos essas informações por ocasião de sua preparação, em conexão com o exame das demonstrações financeiras nessa data, sobre as quais emitimos nosso correspondente parecer, sem ressalvas, em 3 de fevereiro de 1999.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Henrique Luz
Sócio
Contador CRC 1RJ045789/T-2 "T" SP 002332



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

ITR – INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS EM 30/06/1999



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

DATA BASE: 30/06/1999

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER Apreciação SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES, RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01482-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO.	3 - C.G.C. 47.508.411/0001-56	4 - NIRE 35900089901
---------------------------	---	----------------------------------	-------------------------

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO AVENIDA BRIGADEIRO LUÍS ANTÔNIO, 3142						2 - BAIRRO OU DISTRITO JARDIM PAULISTA		
3 - CEP 01402-000	4 - MUNICÍPIO SÃO PAULO				5 - UF SP			
6 - DDD 011	7 - TELEFONE 886-0533	8 - TELEFONE -	9 - TELEFONE -	10 - TELEX -	11 - DDD 011	12 - FAX 884-7177	13 - FAX -	14 - FAX -
15 - E-MAIL grupopaodeacucar.com.br								

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM O MERCADO (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME RICARDO FLORENCE DOS SANTOS				2 - ENDEREÇO COMPLETO AVENIDA BRIGADEIRO LUÍS ANTÔNIO, 3142				
3 - BAIRRO OU DISTRITO JARDIM PAULISTA			4 - CEP 01402-000	5 - MUNICÍPIO SÃO PAULO			6 - UF SP	
7 - DDD 011	8 - TELEFONE 886-0421	9 - TELEFONE -	10 - TELEFONE -	11 - TELEX -	12 - DDD 011	13 - FAX 884-2677		
14 - FAX -	15 - FAX -	16 - E-MAIL pa.relmerc@grupopaodeacucar.com.br						

01.04 - REFERÊNCIA DO ITR

EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO		TRIMESTRE ATUAL			TRIMESTRE ANTERIOR		
1 - INÍCIO	2 - TÉRMINO	3 - NÚMERO	4 - INÍCIO	5 - TÉRMINO	6 - NÚMERO	7 - INÍCIO	8 - TÉRMINO
01/01/1999	31/12/1999	2	01/04/1999	30/06/1999	1	01/01/1999	31/03/1999

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

NÚMERO DE AÇÕES (MIL)	1 - TRIMESTRE ATUAL 30/06/1999	2 - TRIMESTRE ANTERIOR 31/03/1999	3 - IGUAL TRIMESTRE EX. ANTERIOR 30/06/1998
DO CAPITAL INTEGRALIZADO			
1 - ORDINÁRIAS	50.287.004	50.287.004	50.066.372
2 - PREFERENCIAIS	28.118.276	28.049.753	28.049.753
3 - TOTAL	78.405.280	78.336.757	78.116.125
EM TESOURARIA			
4 - ORDINÁRIAS	-	-	-
5 - PREFERENCIAIS	-	-	-
6 - TOTAL	-	-	-

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	2 - TIPO DE SITUAÇÃO OPERACIONAL	3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO PRIVADA NACIONAL
4 - CÓDIGO ATIVIDADE 1040600 - SUPERMERCADOS	5 - ATIVIDADE PRINCIPAL COMÉRCIO VAREJISTA	6 - TIPO DE CONSOLIDADO NÃO APRESENTADO
7 - TIPO DE RELATÓRIO DOS AUDITORES COM RESSALVA		

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLuíDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ITEM	2 - CGC	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL
----------	---------	------------------------

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO DELIBERADOS E/OU PAGOS DURANTE E APÓS O TRIMESTRE

1 - ITEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - TIPO AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO POR AÇÃO
01	AGO/E	30/04/1999	DIVIDENDO	25/06/1999	PN	0,0000641732
02	AGO/E	30/04/1999	DIVIDENDO	25/06/1999	ON	0,0000641732
03	AGO/E	30/04/1999	JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO	25/06/1999	PN	0,0004352494
04	AGO/E	30/04/1999	JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO	25/06/1999	ON	0,0004352494

01.09 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO

1 - ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (REAIS MIL)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (REAIS MIL)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	6 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (MIL)	7 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (REAIS)
01	26/02/1999	540.474	2.744	INCORPORAÇÃO DE EMPRESAS	220.632	0,0124370000
02	30/06/1999	540.534	60	CONV. DEBÊNTURES 1ª EMISSÃO	1.857	0,0324836830
03	30/06/1999	542.687	2.153	CONV. DEBÊNT. 2ª EMIS, 1 SÉRIE	66.666	0,0322915190

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM O MERCADO

1 - NOME RICARDO FLORENCE DOS SANTOS	2 - ASSINATURA
30/07/1999	



2.1 – BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

<u>Código</u>	<u>Descrição</u>	<u>30/06/1999</u>	<u>31/03/1999</u>
1	Ativo Total	3.188.691	3.206.622
1.01	Ativo Circulante	1.009.020	1.116.975
1.01.01	Disponibilidades	220.744	318.848
1.01.01.01	Caixa e Bancos	21.230	23.601
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	199.514	295.247
1.01.02	Créditos	443.495	460.355
1.01.02.01	Clientes	274.104	272.515
1.01.02.02	Financiamentos (Crediário)	106.529	116.009
1.01.02.03	Provisão para Devedores Duvidosos	(19.277)	(19.263)
1.01.02.04	Adiantamento a Fornecedores e Func.	10.553	9.365
1.01.02.05	Impostos a Recuperar	52.183	65.272
1.01.02.06	Outros Créditos	19.403	16.457
1.01.03	Estoques	335.659	325.725
1.01.04	Outros	9.122	12.047
1.01.04.01	Despesas do Exercício Seguinte	9.122	12.047
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	168.290	146.520
1.02.01	Créditos Diversos	107.091	111.205
1.02.01.01	Imposto de Renda Diferido	61.668	66.914
1.02.01.02	Depósitos para Recursos Judiciais	37.674	35.421
1.02.01.03	Financiamentos (Crediário)	2.857	3.560
1.02.01.04	Despesas Antecipadas	4.892	5.310
1.02.02	Créditos com Pessoas Ligadas	61.199	35.315
1.02.02.02	Com Controladas	61.199	25.565
1.02.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	-	9.750
1.02.02.03.01	Empresa Controladora	-	9.750
1.03	Ativo Permanente	2.011.381	1.943.127
1.03.01	Investimentos	151.566	153.557
1.03.01.02	Participações em Controladas	150.194	152.185
1.03.01.03	Outros Investimentos	1.372	1.372
1.03.01.03.01	Participação em Outras Empresas	1.372	1.372
1.03.02	Imobilizado	1.499.617	1.417.586
1.03.02.01	Terrenos	414.579	369.936
1.03.02.02	Edifícios	581.327	563.832
1.03.02.03	Benfeitorias e Melhoramentos	214.902	207.220
1.03.02.04	Equipamentos	143.174	135.995
1.03.02.05	Instalações	69.957	65.647
1.03.02.06	Móveis e Utensílios	12.369	12.399
1.03.02.07	Veículos	11.448	11.241
1.03.02.08	Imobilizações em Andamento	44.581	44.563
1.03.02.09	Outros	7.280	6.753
1.03.03	Diferido	360.198	371.984
1.03.03.01	Ágios	293.036	300.345
1.03.03.02	Variação Cambial	67.162	71.639



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



2.2 – BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

<u>Código</u>	<u>Descrição</u>	<u>30/06/1999</u>	<u>31/03/1999</u>
2	Passivo Total	3.188.691	3.206.622
2.01	Passivo Circulante	1.430.174	1.323.726
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	744.451	513.124
2.01.01.01	Local - Capital de Giro	1.637	1.349
2.01.01.02	Local - BNDES	75.658	66.654
2.01.01.03	Exterior - Capital de Giro - Terceiros	634.221	411.965
2.01.01.04	Exterior - Importações	32.935	33.156
2.01.02	Debêntures	8.093	26.290
2.01.03	Fornecedores	453.892	478.462
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	24.541	24.122
2.01.04.01	Impostos sobre Vendas	14.075	14.127
2.01.04.03	Impostos Parcelados	10.466	9.995
2.01.05	Dividendos a Pagar	-	5.013
2.01.06	Provisões	6.481	6.430
2.01.06.01	Provisão p/ Perda com Investimento	6.481	6.430
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	4.890	-
2.01.07.01	Empresa Controladora	4.890	-
2.01.08	Outros	187.826	270.285
2.01.08.01	Salários e Contribuições Sociais	59.304	55.021
2.01.08.02	Serviços Públicos	3.122	3.069
2.01.08.03	Aluguéis	7.416	7.144
2.01.08.04	Propaganda	1.560	1.738
2.01.08.05	Seguros	313	2.510
2.01.08.06	Obrigações por Compra de Ativos	107.471	153.419
2.01.08.07	Juros sobre Capital Próprio	-	34.000
2.01.08.08	Demais Contas a Pagar	8.640	13.384
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	843.687	987.335
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	266.336	468.395
2.02.01.01	Local - BNDES	260.906	276.840
2.02.01.02	Exterior - Expansão - Terceiros	5.430	191.555
2.02.02	Debêntures	336.565	333.090
2.02.05	Outros	240.786	185.850
2.02.05.01	Imposto de Renda	7.742	8.053
2.02.05.02	Fiscais e Tributários	142.003	107.259
2.02.05.03	Indenizações Reclamadas - Trabalhistas	21.455	22.744
2.02.05.04	Aluguéis Litigiosos	1.798	1.642
2.02.05.05	Obrigações por Compra de Ativos	46.092	22.291
2.02.05.06	Impostos Parcelados	21.696	23.861
2.05	Patrimônio Líquido	914.830	895.561
2.05.01	Capital Social Realizado	542.687	540.474
2.05.02	Reservas de Capital	4.050	4.050
2.05.02.01	Subvenção para Incentivos Fiscais	4.050	4.050
2.05.04	Reservas de Lucro	429.951	429.951
2.05.04.01	Legal	31.672	31.672
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	33.461	33.461
2.05.04.05	Retenção de Lucros	222.092	129.928
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	142.726	234.890
2.05.04.07.01	Reserva para Expansão	142.726	234.890
2.05.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	(61.858)	(78.914)



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



3.1 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

<u>Código</u>	<u>Descrição</u>	<u>01/04/1999</u> <u>a 30/06/1999</u>	<u>01/01/1999</u> <u>a 30/06/1999</u>	<u>01/04/1998</u> <u>a 30/06/1998</u>	<u>01/01/1998</u> <u>a 30/06/1998</u>
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	1.555.366	3.034.424	1.134.946	2.140.143
3.02	Deduções da Receita Bruta	(243.194)	(464.425)	(165.598)	(308.842)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	1.312.172	2.569.999	969.348	1.831.301
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(957.825)	(1.872.450)	(707.581)	(1.341.013)
3.05	Resultado Bruto	354.347	697.549	261.767	490.288
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(332.996)	(803.432)	(200.503)	(386.082)
3.06.01	Com Vendas	(211.710)	(413.271)	(146.732)	(286.483)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(56.914)	(114.981)	(40.880)	(82.503)
3.06.03	Financeiras	(20.042)	(189.241)	14.552	33.332
3.06.03.01	Receitas Financeiras	74.940	139.696	57.024	117.812
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(94.982)	(328.937)	(42.472)	(84.480)
3.06.03.02.01	Variação Cambial	(4.477)	(143.251)	-	-
3.06.03.02.02	Outras	(90.505)	(185.686)	(42.472)	(84.480)
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(44.329)	(85.938)	(27.439)	(50.400)
3.06.05.01	Outros Impostos e Taxas	(7.057)	(13.038)	(4.424)	(8.807)
3.06.05.02	Depreciação e Amortização	(37.221)	(71.485)	(23.015)	(41.593)
3.06.05.03	Perda com investimento em controlada	(51)	(1.415)	-	-
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	(1)	(1)	(4)	(28)
3.07	Resultado Operacional	21.351	(105.883)	61.264	104.206
3.08	Resultado não Operacional	640	341	221	(1.401)
3.08.01	Receitas	1.007	1.520	831	1.114
3.08.02	Despesas	(367)	(1.179)	(610)	(2.515)
3.09	Resultado antes Tributação/ Participações	21.991	(105.542)	61.485	102.805
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	-	-	(15.725)	(24.538)
3.11	IR Diferido	(4.935)	43.684	-	-
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	17.056	(61.858)	45.760	78.267
	Número Ações, Ex-Tesouraria (Mil)	78.405.280	78.405.280	78.116.125	78.116.125
	Lucro Por Ação	0,00022	-	0,00059	0,00100
	Prejuízo Por Ação	-	(0,00079)	-	-

4.1 – NOTAS EXPLICATIVAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Brasileira de Distribuição (“Companhia”) tem como atividade preponderante a comercialização, no varejo, de produtos alimentícios, artigos de vestuário, eletroeletrônicos e outros que completam suas linhas de supermercados, hipermercados e lojas especializadas e de departamento, representadas basicamente pelas denominações comerciais “Pão de Açúcar”, “Extra”, “Eletro” e “Barateiro”. Em 30 de junho de 1999, a Companhia dispunha de 320 lojas (321 em 31 de março de 1999) em funcionamento.

A partir de 1º de março de 1999, a empresa controlada Peralta, cuja totalidade das ações foi adquirida pela Companhia em 1º de fevereiro de 1999, passou a ter suas operações geridas em nome da Companhia.

Em 10 de maio de 1999, a Companhia adquiriu 10% das quotas da empresa Novasoc Comercial Ltda. (“Novasoc”) que, em 30 de abril de 1999, havia arrendado 25 lojas da rede Paes Mendonça S.A., sociedade que continuará existindo e é, contratualmente, a responsável única e integral pelos débitos daquela organização, contraídos anteriormente à data do arrendamento.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As informações financeiras ora apresentadas foram elaboradas substancialmente com base nos mesmos princípios e práticas contábeis adotados na elaboração das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 1998, publicadas em 10 de fevereiro de 1999. As informações estão sendo apresentadas ao seu valor histórico.

As informações trimestrais foram elaboradas de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - C.V.M. que não requerem o reconhecimento dos efeitos inflacionários.



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



3. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras são, em parte, objeto de operações de “swap” de taxa de juros. Em 30 de junho de 1999, o volume de operações suportadas por “swap” era de R\$ 110.891 mil (31/03/99 - R\$ 209.429 mil).

As demais aplicações, no montante de R\$ 88.623 mil (31/03/99 - R\$ 85.818 mil), estão concentradas em fundos de investimentos, cuja carteira é composta principalmente de CDBs, “Export Notes”, LFTs e LTNs.

4. CONTAS A RECEBER

	<u>R\$ mil</u>	
	<u>30/06/99</u>	<u>31/03/99</u>
Curto Prazo		
Credidiário	106.529	116.009
Vendas financiadas (cheques pré-datados)	111.915	109.729
Cartão de crédito	129.197	134.379
“Tickets” de venda e outros	32.992	28.407
Provisão para devedores duvidosos	<u>(19.277)</u>	<u>(19.263)</u>
	<u>361.356</u>	<u>369.261</u>
Longo Prazo		
Credidiário	<u>2.857</u>	<u>3.560</u>

As operações com credidiário são pactuadas com encargos financeiros pré-fixados e com prazos de vencimentos de até 24 meses. Os recursos foram captados na forma de financiamentos para capital de giro, principalmente do exterior. (Nota 10).

As vendas financiadas representam cheques pré-datados, com taxa de juros pré-fixada de 6,0% ao mês (31/03/99 - 7,5% ao mês) e prazos não superiores a 90 dias.

As operações com cartões de crédito referem-se às vendas de mercadorias por meio de cartões de crédito próprio e de terceiros.

Provisão para devedores duvidosos

A provisão para devedores duvidosos é constituída considerando a média de perdas efetivas em exercícios anteriores, complementada pela análise da administração sobre as prováveis perdas com os créditos em aberto:

	<u>R\$ mil</u>	
	<u>30/06/99</u>	<u>31/03/99</u>
Credidiário	(16.795)	(17.224)
Vendas financiadas (cheques pré-datados)	<u>(2.482)</u>	<u>(2.039)</u>
	<u>(19.277)</u>	<u>(19.263)</u>

As diretrizes básicas para a constituição desta provisão por categoria de crédito, podem ser resumidas como segue:

- **Credidiário**

Constituição - Com base no índice histórico de perda apurado nos últimos 12 meses e, complementada pela análise da administração sobre prováveis perdas com créditos em aberto.

Baixa - Todos os créditos vencidos ao completarem 180 dias de atraso são baixados das contas a receber contra a provisão para devedores duvidosos.

- **Vendas financiadas (cheques pré-datados)**

Constituição - Com base no índice médio histórico de devolução e recuperação destes cheques, apurado nos últimos 12 meses, e complementado por análise da administração sobre prováveis perdas com créditos em aberto.

Baixa - Todos os cheques são depositados nos seus respectivos vencimentos. A baixa dos cheques sem suficiência de fundos dá-se após todos os procedimentos legais, sendo então debitados contra a provisão para devedores duvidosos.

- **Cartão de crédito e “tickets” de vendas**

Não é constituída provisão para devedores duvidosos, pois os riscos de crédito são assumidos substancialmente por terceiros.

5. ESTOQUES

	<u>R\$ mil</u>	
	<u>30/06/99</u>	<u>31/03/99</u>
Nas lojas	232.129	229.562
Nos centros de distribuição	<u>103.530</u>	<u>96.163</u>
	<u>335.659</u>	<u>325.725</u>

Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran





6. CRÉDITOS E DÍVIDAS COM PESSOAS LIGADAS

Créditos: Referem-se a créditos com as empresas controladas Peralta Comercial e Importadora S.A. (“Peralta”), no montante de R\$ 24.041 mil e Novasoc, no montante de R\$ 37.158 mil, sobre os quais incidem encargos financeiros às taxas de mercado.

Dívidas: Referem-se a dívidas com a controladora, no montante de R\$ 4.890 mil, sobre os quais incidem encargos financeiros às taxas de mercado.

7. INVESTIMENTOS

a) Informações sobre os investimentos em 30 de junho de 1999

	<u>Novasoc</u>	<u>Peralta</u>	<u>Stratosfera Administradora S/C Ltda (“Stratosfera”)</u>
Ações/quotas possuídas	1.000	477.233	122.999
Participação - %	10	99,999	99,999
Patrimônio Líquido – R\$ mil	10	13.375	123
Resultado do Trimestre – R\$ mil	(217)	(30)	-

b) Movimentação dos investimentos

	<u>Novasoc</u>	<u>Peralta</u>	<u>Stratosfera</u>	<u>Outros</u>	<u>R\$ mil Total</u>
Em 31 de março de 1999	-	147.935	4.250	1.372	153.557
Adições	1	-	-	-	1
Equivalência patrimonial	(1)	-	-	-	(1)
Realização de ágio	-	(1.991)	-	-	(1.991)
Em 30 de junho de 1999	<u>145.944</u>	<u>-</u>	<u>4.250</u>	<u>1.372</u>	<u>151.566</u>

Novasoc: Em 10 de maio de 1999, a Companhia adquiriu 10% das quotas da empresa Novasoc que, em 30 de abril de 1999, havia arrendado 25 lojas da rede Paes Mendonça S.A., empresa que continuará existindo e é, contratualmente, a responsável única e integral pelos débitos daquela organização, contraídos em data anterior à do arrendamento. A vigência do contrato de arrendamento é de 5 anos, podendo ser prorrogado por igual período duas vezes consecutivas. As lojas arrendadas estão em processo de reforma e reestruturação, devendo ser reabertas no decorrer do exercício. Até 30 de junho de 1999, apenas 10 lojas haviam sido reabertas, gerando uma receita líquida de vendas de R\$ 13.141 mil.

Peralta: Em 18 de janeiro de 1999, a Companhia celebrou com os quotistas da empresa Peralta Comercial e Importadora Ltda. (convertida em Sociedade Anônima em 31 de janeiro de 1999) um protocolo de acordo, firmando uma associação para operar 37 lojas de supermercados e uma loja de hipermercado, todas localizadas no Estado de São Paulo. Em 1º de fevereiro de 1999, a Companhia assumiu o controle acionário da Peralta, mediante subscrição de ações ordinárias. A partir de 1º de março de 1999, a Companhia passou a gerir em seu nome as operações da Peralta. O ágio pago na aquisição da empresa monta a R\$ 148.559 mil o qual está suportado por laudo emitido por peritos independentes, sendo amortizado no prazo e extensão das projeções de rentabilidade que o determinou, estimado em 10 anos.

As empresas controladas integrais Peralta e Stratosfera, deverão ser descontinuadas, pois as suas operações estão sendo geridas pela própria Companhia.

8. INVERSÕES NO ATIVO PERMANENTE E OBRIGAÇÕES POR COMPRA DE ATIVOS

As inversões realizadas no trimestre totalizaram cerca de R\$ 109.518 mil (R\$ 313.383 mil - 1º semestre/99), referindo-se, principalmente, a reformas de diversas lojas, investimentos em equipamentos e compra de terrenos e edifícios para expansão das atividades, as quais foram em parte financiadas e estão apresentadas na rubrica de obrigações por compra de ativos. A maioria destas obrigações está sujeita a encargos financeiros com base no Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M.

Está incluída nestas inversões a aquisição em 20 de maio de 1999, junto à Caixa dos Empregados da Usiminas, imóvel loja (terreno e edifício) localizado em Belo Horizonte, Minas Gerais, pelo montante de R\$ 37.000 mil, que deverá ser pago em 73 parcelas, corrigidas pela variação do IGP-M, acrescidos de 6% de juros ao ano. O respectivo imóvel estava locado à Paes Mendonça S.A.



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



9. ATIVO DIFERIDO

	R\$ mil	
	Ágios	Variação Cambial
Em 31 de março de 1999	300.345	71.639
Realização	<u>(7.309)</u>	<u>(4.477)</u>
Em 30 de junho de 1999	<u>293.036</u>	<u>67.162</u>
		<u>371.984</u>
		<u>(11.786)</u>
		<u>360.198</u>

(a) Ágios

Os montantes registrados no ativo diferido referem-se a ágios pagos na aquisição de empresas (incorporadas ao patrimônio da Companhia), principalmente em 1998, relativos à expectativa de rentabilidade futura, suportados por laudos emitidos por peritos independentes. Esses ágios estão sendo amortizados no prazo e extensão das projeções de rentabilidade que o determinaram, no prazo máximo de 10 anos.

(b) Variação cambial

Conforme autorizado pela Medida Provisória nº 1818 de 25 de março de 1999 e a Deliberação CVM nº 294 de 26 de março de 1999, a Companhia optou por registrar no ativo diferido, parcela do resultado líquido negativo, decorrente das variações das taxas de câmbio ocorridas no 1º trimestre de 1999, que está sendo amortizado, conforme previsto na Deliberação CVM nº 294, no prazo máximo de 4 anos.

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Juros e encargos anuais	R\$ mil	
		30/06/99	31/03/99
Curto prazo			
Local			
BNDES	Variação cambial + 3,5%	16.878	16.732
	TJLP + 3,5%	<u>58.780</u>	<u>49.922</u>
		75.658	66.654
Capital de giro	28,1%	1.637	1.349
Do exterior			
Capital de giro e expansão	Variação cambial e 4,91% a 38,5%	634.221	411.965
Importações	LIBOR + 0,75% a 3,0%	<u>32.935</u>	<u>33.156</u>
		<u>744.451</u>	<u>513.124</u>
Longo prazo			
Local			
BNDES	Variação cambial + 3,5%	53.414	56.868
	TJLP + 3,5%	<u>207.492</u>	<u>219.972</u>
		260.906	276.840
Do exterior			
Capital de giro e expansão	Variação cambial e 12,6% a 13,02%	<u>5.430</u>	<u>191.555</u>
		<u>266.336</u>	<u>468.395</u>
Financiamentos de longo prazo por ano de vencimento:			
		30/06/99	31/03/99
2000		36.741	258.445
2001		78.911	77.904
2002		73.481	72.324
2003		61.347	49.804
2004 em diante		<u>15.856</u>	<u>9.918</u>
		<u>266.336</u>	<u>468.395</u>

Os financiamentos de capital de giro estão representados substancialmente por captações com encargos financeiros pré-fixados e utilizados em operações de crédito direto ao consumidor, principalmente crediário e cheques pré-datados.

A Companhia utiliza-se de operações com moeda estrangeira e derivativos ("swap") como forma de proteger-se de variações em certos financiamentos (Nota 14).

Em garantia dos financiamentos, foram oferecidas notas promissórias e avais dos acionistas.





11. DEBÊNTURES

				R\$ mil	
<u>Curto prazo</u>		<u>Juros e encargos anuais</u>	<u>30/06/99</u>	<u>31/03/99</u>	
1ª emissão	1ª série	TJLP + 8%	8.093	5.483	
2ª emissão	1ª série	IGPM + 13%	-	18.205	
	2ª série	IGPM + 13%	-	2.602	
			<u>8.093</u>	<u>26.290</u>	
<u>Longo prazo</u>					
1ª emissão	1ª série	TJLP + 8%	122.725	118.842	
2ª emissão	1ª série	IGPM + 13%	186.844	187.467	
	2ª série	IGPM + 13%	26.996	26.781	
			<u>336.565</u>	<u>333.090</u>	

a) 1ª emissão

Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 30 de junho de 1999, foi aprovado aumento de capital (dentro do limite do Capital Autorizado) de R\$ 60.324,28, decorrente da conversão de 50 debêntures ao preço unitário de R\$ 1.206,49, totalizando 1.857 mil ações preferenciais da Companhia, relativos à 1ª emissão ocorrida em 1º de setembro de 1997.

b) 2ª emissão

Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 30 de junho de 1999, foi aprovado aumento de capital (dentro do limite do Capital Autorizado) de R\$ 2.152.746,40 decorrente da conversão de 2.000 debêntures ao preço unitário de R\$ 1.076,37, totalizando 66.666 mil ações preferenciais da Companhia, relativos à 2ª emissão da 1ª série. Ocorreu, também, nesta data, o pagamento de juros anuais no montante de R\$ 28.224 mil, relativos a 1ª e 2ª séries desta emissão.

Conversão de Debêntures em ações preferenciais

Emissão / Data do Evento	Quantidade de debêntures			Quantidade de ações preferenciais convertidas	Preço da Ação por lote de mil (R\$)	Valor total do aumento de Capital efetuado (R\$ mil)
	Emitidas	Convertidas	Saldo Atual			
1ª Emissão 30/06/99	100.000	(50)	99.950	1.857.067	32,483683	60
2ª Emissão 30/06/99	175.000	(2.000)	173.000	66.666.000	32,291519	2.153
Total	-	-	-	68.523.067	-	2.213

As despesas de colocação das debêntures, representadas principalmente por comissão, foram lançadas em despesas do exercício seguinte e estão sendo apropriadas de acordo com o prazo de vencimento das debêntures.

12. IMPOSTO DE RENDA

O imposto de renda diferido ativo tem como base as diferenças temporárias e o prejuízo fiscal gerado principalmente pelas perdas cambiais. O imposto de renda no passivo a longo prazo tem, como base, o lucro inflacionário gerado até 1994.

Com base em liminar judicial, a Companhia considera, na definição dos montantes a pagar do imposto sobre a renda, os efeitos da depreciação dos bens do ativo permanente decorrente da diferença de correção monetária do denominado "Plano Verão". O montante total da referida depreciação é de aproximadamente R\$ 134.034 mil, que foi integralmente utilizado para o cálculo da base do imposto de renda. Conservadoramente, a Companhia não reconhece nos registros contábeis correspondentes às obrigações tributárias, a redução do encargo que decorreria dessa compensação.

13. FISCAIS E TRIBUTÁRIOS (PASSIVO DE LONGO PRAZO)

	R\$ mil	
	<u>30/06/99</u>	<u>31/03/99</u>
Imposto de renda	58.075	58.075
INSS	32.122	9.863
COFINS	29.940	16.994
PIS	10.848	10.055
FINSOCIAL	8.304	8.288
ICMS e outros	2.714	3.984
	<u>142.003</u>	<u>107.259</u>



As provisões fiscais e tributárias são constituídas para atender prováveis perdas de processos, sobre os quais foram interpostos recursos.

A Companhia obteve liminar concedendo o direito de não aplicar o disposto na Lei nº9718/98, permitindo que a Companhia recolha a COFINS nos termos da Lei Complementar nº70/91(2% sobre o faturamento) e o PIS nos moldes da Lei nº 9715/98 (0,65% sobre o faturamento), a partir de 1º de fevereiro de 1999. Entretanto, a diferença dos montantes apurados, pelo disposto na Lei nº 9718/98, conservadoramente, está sendo provisionada.

A Companhia obteve pleito de tutela antecipada, autorizando a compensação de valores que considera indevidamente recolhidos, a título de contribuição ao Seguro Acidente de Trabalho (SAT) e Salário Educação, com créditos vencidos das mesmas contribuições e com contribuições devidas ao INSS patronal. Portanto, os valores apurados não vêm sendo recolhidos, mantidos na provisão para contingências - INSS, até o desfecho da questão.

A Companhia está questionando, por meio de seus assessores jurídicos, a legalidade do limite de 30% de compensação dos prejuízos fiscais estabelecidos pela Lei nº8981/95, sendo que, conservadoramente, os montantes não recolhidos estão sendo provisionados.

14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Gerenciamento de risco

A Companhia está exposta a riscos de mercado advindos de mudanças de cotações de moedas estrangeiras e de taxas de juros. Considerando que os financiamentos captados pela Companhia estão denominados, principalmente, em dólares norte-americanos, a administração da Companhia resolveu aplicar parte de seus recursos financeiros em fundos com paridade cambial em dólares norte-americanos, a fim de minimizar a exposição ao risco de desvalorização da moeda.

Valor de mercado

Os valores estimados dos instrumentos financeiros em 30 de junho e 31 de março de 1999, mencionados nas Notas 3 e 10, registrados em contas patrimoniais, não apresentam montantes de mercado significativamente diferentes dos reconhecidos nas demonstrações contábeis.

15. PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES PREFERENCIAIS

As informações relativas ao plano de opção de compra estão resumidas como seguem:

	Ações preferenciais (em milhares)
Opções concedidas	
Série I - 9 de maio de 1997	278.600
Série II - 22 de dezembro de 1997	373.200
Série III - 18 de dezembro de 1998	<u>1.007.074</u>
Volume global objeto do plano	<u>1.658.874</u>

Não houve, no trimestre, nenhum evento relativo ao plano de opção de compra de ações, sendo que as principais informações estão descritas no relatório sobre as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 1998.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Aumento de capital

Em 30 de junho de 1999, foi deliberado pelo Conselho de Administração, aumento de capital, dentro do limite do Capital Autorizado, em R\$ 2.213 mil (68.523 ações preferenciais) referente à conversão das debêntures (Nota 11) em ações preferenciais conforme quadro abaixo:

	Quantidade de ações - mil		
	Capital Social	Preferenciais	Ordinárias
Em 31 de março de 1999	540.474	28.049.753	50.287.004
1ª emissão	60	1.857	-
2ª emissão, 1ª série	2.153	66.666	-
	<u>2.213</u>	<u>68.523</u>	-
Em 30 de junho de 1999	<u>542.687</u>	<u>28.118.276</u>	<u>50.287.004</u>

17. PROJETO “ANO 2000” - “BUG DO MILÊNIO” - (*)

A Companhia, desde julho de 1997, vem trabalhando sobre seus sistemas e processos de negócios, objetivando o correto funcionamento antes e depois do ano 2000. Neste sentido, a Companhia desenvolveu o projeto denominado “Ano 2000”, com vistas a identificar os impactos e riscos sobre os processos de negócios, estabelecer metodologias e cronograma, determinar os custos e a alocação dos recursos necessários para a definitiva solução de problemas relacionados com o “Bug do Milênio” até 30 de junho de 1999.



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



Os investimentos envolvendo conversão e atualização de programas, substituição de software, troca de equipamentos, contratação de serviços de terceiros e utilização de recursos internos, estão sendo estimados em cerca de R\$ 6.300 mil, dos quais já foram desembolsados, até 30 de junho de 1999, aproximadamente R\$ 5.056 mil. A previsão é que os desembolsos se encerrem até o fim do exercício.

A Companhia elegeu um coordenador para o projeto e constituiu um Grupo de Trabalho para sua viabilização. O projeto foi executado em 6 fases: (1) inventário; (2) análise de impacto; (3) planejamento; (4) conversão; (5) testes e (6) implantação.

Foram, também, analisados e testados os principais elementos da cadeia de suprimentos, parceiros, fornecedores de serviços e equipamentos, através da contratação de consultores externos, os quais emitiram parecer favorável de que a Companhia não será afetada em relação ao bug.

Foi elaborado um Plano de Contingências composto de 3 diretrizes básicas: hardware, software e pessoal técnico.

A extensão e profundidade do plano, dão segurança à Companhia para contornar qualquer eventualidade referente ao bug.

Foi, também, realizado um “Teste de Virada”, que consistiu em simular, no ambiente de “produção”, uma virada de ano, com monitoramento geral. O resultado deste teste foi convincente e permitiu aos administradores da Companhia estarem seguros de que a Companhia não deverá ser afetada e não deverá sofrer interrupções relevantes em função do bug.

(*) Não revisada pelos auditores independentes.

18. EVENTOS SUBSEQÜENTES

a) A Companhia firmou, em 20 de julho de 1999, contrato de locação de equipamentos e outras avenças com Mappin Lojas de Departamentos S.A., referente aos equipamentos, instalações e benfeitorias operacionais dos imóveis localizados na Praça Ramos de Azevedo e Rua João Cachoeira. O prazo do contrato é de 20 anos, sendo que ao seu final a Companhia tem a opção de compra dos equipamentos e instalações.

A Companhia firmou também, contrato de locação desses imóveis diretamente com os seus proprietários.

b) A Companhia está convocando os acionistas para a Assembléia Geral Extraordinária, a realizar-se em 9 de agosto de 1999, a fim de deliberar sobre os seguintes assuntos:

(i) alteração do artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, para aumentar o limite do Capital Autorizado da Companhia de 100.000.000.000 de ações para 150.000.000.000 de ações da Companhia, bem como prever possibilidade de emissão de ações ordinárias por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, dentro do limite do Capital Autorizado;

(ii) Não utilização do saldo remanescente autorizado, relativo à 2ª emissão de debêntures da Companhia;

(iii) Exame da proposta apresentada pelo Conselho de Administração para a emissão da 3ª emissão de debêntures da Companhia.

c) Com os objetivos de continuar a participar ativamente do acelerado processo de consolidação pelo qual passa o varejo brasileiro e adequar a estrutura de seu capital, a CBD vem desenvolvendo estudos, a fim de viabilizar a entrada de um sócio estratégico com participação minoritária, porém relevante, na composição do capital da empresa.

Nesse sentido, nos últimos meses, a CBD tem sido procurada por diversos grupos de varejo de atuação global. Esclarece ainda que está mantendo negociações com pelo menos um grande grupo internacional, não havendo, entretanto, até o presente momento, qualquer contrato firmado.

Tão logo haja definição sobre essas tratativas em andamento, a CBD estará, como de costume, dando ampla divulgação ao mercado.

5.1 – COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

As Vendas Líquidas nominais da Companhia Brasileira de Distribuição (CBD), atingiram neste trimestre R\$1.312,1 milhões, contra R\$969,3 milhões no mesmo período do ano anterior, registrando um aumento de 35,4%. No primeiro semestre de 1999, as vendas líquidas da Companhia totalizaram R\$2.569,9 milhões, registrando um crescimento de 40,3% em relação ao primeiro semestre de 1998. Se consolidarmos as vendas da rede Barateiro em junho de 98, bem como as vendas da rede Millo's no segundo trimestre de 1998 (período em que estas lojas ainda não haviam sido incorporadas pela Companhia), o crescimento no primeiro semestre de 1999 foi de 38,4%. No critério mesmas lojas, a empresa obteve um crescimento de vendas de 6,8% no primeiro semestre.



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



Evolução de Vendas Líquidas por Divisão – Consolidado* Variação 99/98 (%)

	Em valores nominais (Legislação Societária)			
	2º Trimestre		1º Semestre	
	Todas Lojas	Mesmas Lojas	Todas Lojas	Mesmas Lojas
Pão de Açúcar	19,1%	11,1%	23,1%	14,0%
Extra	54,3%	1,9%	64,8%	3,5%
Barateiro	-	18,0%	-	18,8%
Eletro	1,4%	- 26,8%	4,4%	- 22,9%
CBD	31,2%	4,6%	38,4%	6,8%

	Em moeda de poder aquisitivo constante (Indexada pelo IGP-DI)			
	2º Trimestre		1º Semestre	
	Todas Lojas	Mesmas Lojas	Todas Lojas	Mesmas Lojas
Pão de Açúcar	10,0%	2,5%	15,8%	7,3%
Extra	42,5%	- 5,9%	55,0%	- 2,9%
Barateiro	-	9,0%	-	10,2%
Eletro	- 6,4%	- 32,4%	- 1,7%	- 27,4%
CBD	21,1%	- 3,5%	30,1%	0,3%

* Inclui vendas líquidas da rede Peralta no mês de fevereiro/1999, período em que estas lojas ainda não estavam incorporadas às demais Divisões da Companhia. Da mesma forma o 1º Trimestre/1998 inclui vendas consolidadas com a rede Millo's. Os totais também incluem as vendas da extinta Divisão Superbox e o mês de junho da Divisão Barateiro em 1998.

COMENTÁRIOS DA DIRETORIA

- Os formatos de supermercado (representado pelas lojas Pão de Açúcar e Barateiro) continuaram a apresentar a melhor performance dentre as 4 Divisões da empresa, diante de um cenário favorável à venda de alimentos. O segmento não alimentício continuou sendo prejudicado pelo cenário posterior à desvalorização cambial, com reflexo na queda de vendas verificada na Divisão Eletro e impedindo que a Divisão Extra apresentasse um desempenho comparável ao formato supermercado. Vale lembrar que o segundo trimestre de 1998 representa uma forte base de comparação para o segmento de eletrônicos, uma vez que concentrou um grande volume de vendas de televisores, devido à realização da Copa do Mundo.
- Ressaltamos que o mês de junho representou o início da apuração de vendas sob o critério mesmas lojas para as 32 lojas adquiridas da rede Barateiro, distribuídas da seguinte forma: 7 hipermercados para a Divisão Extra e 25 lojas mantidas na Divisão Barateiro.
- Este significativo aumento de vendas é em grande parte explicado por um crescimento da base de clientes, bastante superior à expansão da área de vendas. Tendo como parâmetro o volume de transações, o número de clientes da Companhia aumentou em 54%, comparado ao mesmo trimestre de 1998, significativamente superior ao aumento de 27% verificado na extensão da área média de vendas durante este mesmo período. Este importante resultado é consequência do contínuo investimento que a Companhia vem realizando em remodelagem de lojas, treinamento de seus funcionários e no atendimento aos clientes.
- O termômetro de vendas da ABRAS, em moeda de poder aquisitivo constante (IGP-DI), mostra que as vendas totais do mercado no 2º trimestre de 1999 apresentaram uma queda de 3,7% sobre o mesmo período de 1998. Na Companhia, as vendas de todas as lojas em moeda de poder aquisitivo constante cresceram 21,1% sobre o mesmo período do ano anterior, demonstrando que a Companhia vem ganhando “market share” no setor de varejo alimentício Brasileiro.
- Ganhos de eficiência permitem manutenção da margem bruta em 27%. O lucro bruto foi de R\$354 milhões no 2º trimestre de 1999 contra R\$262 milhões no mesmo período de 1998, registrando elevação de 35%. Ganhos de escala e adequação do mix de vendas ao atual cenário econômico, com o desenvolvimento de novos produtos de alto valor agregado, permitiram a manutenção da margem bruta em 27,0% (mesmo diante de uma maior participação de hipermercados na composição de lojas da Companhia).
- Dentre os ganhos de eficiência operacional obtidos, destacamos que a participação de compras por EDI (Exchange Data Interchange) aumentou de 19% no segundo trimestre de 1998 para 41%, ao final do segundo trimestre de 1999.
- Lucro Operacional antes da Depreciação, Impostos e Receita Financeira (EBITDA) aumentou 15% em relação ao segundo trimestre de 1998, atingindo respectivamente R\$85,7 milhões e R\$74,1 milhões. A margem do EBITDA de 6,5% permaneceu praticamente estável em relação ao primeiro trimestre de 1999, confirmando os ganhos de produtividade já obtidos.

Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



- No segundo trimestre de 1999 a Companhia registrou despesas financeiras da ordem de R\$ 90,5 milhões, incluindo a perda cambial verificada neste período. A linha de variação cambial (R\$4,5 milhões) refere-se somente à amortização da perda cambial diferida no primeiro trimestre do ano.
- A base acionária da empresa foi aumentada em 68.523 mil ações preferenciais, passando para um total de 78.405.280 mil, em função da conversão em ações de 50 debêntures da 1ª emissão (1.857 mil ações preferenciais) e 2.000 debêntures da 2ª emissão (66.666 mil ações preferenciais).
- A Companhia apurou um lucro líquido no 2º trimestre de 1999 de R\$17,1 milhões, contra um lucro líquido de R\$45,8 milhões no 2º trimestre de 1998. No primeiro semestre de 1999, em função dos efeitos da desvalorização cambial, a Companhia apurou um prejuízo líquido de R\$61,8 milhões contra um lucro de R\$78,3 milhões no mesmo período de 1998.
- O lucro do segundo trimestre por lote de mil ações, com base no volume de ações existentes em 30 de junho de 1999, foi de R\$0,22 por mil ações, contra um lucro líquido por lote de mil ações de R\$0,59 no segundo trimestre de 1998.

INVESTIMENTOS

Os Investimentos no 2º trimestre atingiram R\$109,6 milhões, contra R\$395,5 milhões no mesmo período de 1998, totalizando R\$313,3 milhões no primeiro semestre de 1999 (R\$531 milhões no 1º semestre de 1998). Destacamos abaixo os principais pontos do plano de investimentos da Companhia neste 2º trimestre de 1999:

- Abertura de uma nova loja Pão de Açúcar em Brasília.
- Fechamento de uma loja Pão de Açúcar em São Paulo (Barão de Limeira) e outra em Fortaleza (Shopping Iguatemi), além de uma loja Barateiro em São Paulo.
- Conversão de uma loja Barateiro para o formato Extra.
- Conversão do supermercado Guassu (adquirido no 1º trimestre/99) para o formato Barateiro.
- Reforma de 5 lojas Pão de Açúcar e 3 Hipermercados Extra.
- Aquisição de imóvel relativo ao hipermercado localizado em Belo Horizonte, anteriormente locado para a rede Paes Mendonça e que pertencia à Caixa dos Empregados da Usiminas (área de vendas de 12.480 m²). A Companhia estará desembolsando R\$37 milhões por esta loja, em 73 parcelas mensais, acrescidos de juros de 6% ao ano. Esta loja será operada pela NOVASOC e convertida para o formato Extra ao final do 3º Trimestre/99.
- Ampliação da capacidade do Centro de Distribuição, através da construção de novo depósito em local adjacente ao atual, com área de 31.000 m², localizado na Rodovia Anhanguera – SP. A Companhia tenciona, desta forma, direcionar e otimizar as operações de logística de mercadorias de bazar neste novo espaço, bem como disponibilizar uma maior área para a distribuição de frutas, legumes e verduras, assim como operações de “Cross Docking” no atual Centro de Distribuição.

NOVASOC Comercial Ltda. – Arrendamento Mercantil das Lojas da Rede Paes Mendonça S.A.

Durante o mês de junho de 1999, 10 lojas de supermercados arrendadas pela Novasoc junto a Paes Mendonça S.A. iniciaram operação sob as bandeiras Pão de Açúcar (9 lojas) e Barateiro (1 loja). As transferências de mercadorias do Centro de Distribuição da Companhia para estas lojas somaram R\$4 milhões durante este período.

Os hipermercados e as demais lojas de supermercados estão em processo de reforma e conversão para os formatos da Companhia, devendo iniciar as operações ao longo do segundo semestre de 1999. Os investimentos envolvidos neste processo de conversão e reforma, incluindo o Depósito localizado no Rio de Janeiro, deverão totalizar R\$70 milhões.

As vendas líquidas da Novasoc Comercial Ltda., até 30 de junho de 1999, não são ainda significativas, representadas por R\$ 13,1 milhões. No decorrer do exercício, com a reabertura das lojas reformadas, a tendência é de incremento substancial das operações.



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



Movimentação de Lojas por Divisão

	<u>Pão de Açúcar</u>	<u>Extra</u>	<u>Superbox</u>	<u>Eletro</u>	<u>Barateiro</u>	<u>Peralta</u>	<u>CBD</u>	<u>Área de Vendas (m²)</u>	<u>Núm. de Funcionários</u>
30/06/98	149	17	10	62	32	-	270	446.768	26.842
Abertas	1	-	-	13	-	-	14		
Fechadas	-	-	-	-	-	-	-		
Convertidas	-	5	(3)	-	(2)	-	-		
30/09/98	150	22	7	75	30	-	284	464.315	28.153
Abertas	-	2	-	1	-	-	3		
Fechadas	(2)	-	(1)	-	-	-	(3)		
Convertidas	(1) + 2	6	(6)	-	(4) + 3	-	-		
31/12/98	149	30	-	76	29	-	284	470.591	31.343
Abertas	1	-	-	-	-	38	39		
Fechadas	-	-	-	(2)	-	-	(2)		
Convertidas	(18) + 14	1	-	-	23+18	(38)	-		
31/03/99	146	31	-	74	70	-	321	514.229	33.653
Abertas	1	-	-	-	1	-	2		
Fechadas	(2)	-	-	-	(1)	-	(3)		
Convertidas	-	1	-	-	(1)	-	-		
30/06/99	145	32	-	74	69	-	320	516.035	33.119

Resumo das Conversões de lojas

	<u>3º Trim. 98</u>	<u>4º Trim. 98</u>	<u>1º Trim. 99</u>	<u>2º Trim. 99</u>
Peralta ⇒ Pão de Açúcar	-	-	14	-
Superbox ⇒ Pão de Açúcar	-	2	-	-
Pão de Açúcar ⇒ Barateiro	-	1	18	-
Peralta ⇒ Barateiro	-	-	23	-
Superbox ⇒ Barateiro	-	2	-	-
Superbox ⇒ Extra	3	2	-	-
Barateiro ⇒ Extra	2	4	-	1
Peralta ⇒ Extra	-	-	1	-

PROJETO “ANO 2000” – Bug do Milênio

Desde julho de 1997, a Companhia vem trabalhando sobre seus sistemas e processos de negócios, objetivando o correto funcionamento antes e depois do ano 2000. Neste sentido, a Companhia desenvolveu o projeto denominado “Ano 2000”, com vistas a identificar os impactos e riscos sobre os processos de negócios, estabelecer metodologias e cronograma, determinar os custos e a alocação dos recursos necessários para a definitiva solução de problemas relacionados com o “Bug do Milênio” até 30 de junho de 1999.

Os investimentos envolvendo conversão e atualização de programas, substituição de software, troca de equipamentos, contratação de serviços de terceiros e utilização de recursos internos, estão sendo estimados em cerca de R\$ 6.300 mil, dos quais já foram desembolsados, até 30 de junho de 1999, aproximadamente R\$ 5.056 mil. A previsão é que os desembolsos se encerrem até o fim do exercício.

A Companhia elegeu um Diretor Estatutário para o projeto e constituiu um Grupo de Trabalho para sua viabilização. O projeto foi executado em 6 fases: (1) inventário; (2) análise de impacto; (3) planejamento; (4) conversão; (5) testes e (6) implantação. Cabe ressaltar que a fase de implantação foi concluída em junho/99.

Foram, também, analisados e testados os principais elementos da cadeia de suprimentos, parceiros, fornecedores de serviços e equipamentos, através da contratação de consultores externos, os quais emitiram parecer favorável de que a Companhia não será afetada em relação ao bug.

Foi elaborado um Plano de Contingências composto de 3 diretrizes básicas: hardware, software e pessoal técnico.



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



Hardware

Todos os equipamentos adquiridos pela Companhia desde janeiro de 1998, que representam 90% de seu parque computacional, estão de conformidade com, e homologados ao, “Ano 2000”, bem como possuem garantia firme de reposição, manutenção e suporte. Os 10% restantes do parque computacional foram testados e também estão homologados ao “Ano 2000”, bem como possuem contratos de manutenção e suporte. A Companhia mantém estoque de equipamentos de PDV e periféricos em volume suficiente para atender imediatamente qualquer falha de operação ou processamento que venha ocorrer em suas lojas, centro de distribuição ou centro administrativo. Está contemplado neste plano que, em meados de novembro de 1999, esse estoque venha a ser reforçado em volume suficiente para atender ou contornar qualquer eventualidade, não somente no Estado de São Paulo, mas também nos núcleos regionais que atendem outros estados. Está contemplado, também, rigoroso acompanhamento nas lojas que operam 24 horas.

Software

Todos os softwares necessários para a nossa operação, sejam eles próprios ou de terceiros, foram convertidos ou trocados, testados exaustivamente e já operam com datas de 4 dígitos, estando homologados para fazer face ao “Ano 2000”. Todos os softwares estão catalogados e, na eventualidade de falha, fazem referência à ocorrência de forma a permitir rápida correção.

Pessoal técnico

Todos os principais softwares estão tendo e terão acompanhamento e monitoramento até fevereiro de 2000, tanto pela equipe própria do Projeto “Ano 2000” como pela consultoria contratada. No período compreendido entre dezembro de 1999 e janeiro de 2000, toda a equipe própria, bem como contratados estarão de prontidão e exercerão acompanhamento mais intensivo, se revezando 24 horas por dia. A extensão e profundidade do plano, dão segurança à Companhia para contornar qualquer eventualidade referente ao bug.

Foi, também, realizado um “Teste de Virada”, que consistiu em simular, no ambiente de “produção”, uma virada de ano, com monitoramento geral. O resultado deste teste foi convincente e permitiu aos administradores da Companhia estarem seguros de que a Companhia não será afetada e não sofrerá interrupções em função do bug.

EVENTOS SUBSEQÜENTES

Mappin

A Companhia anunciou no início de julho de 1999, o aluguel dos imóveis de duas lojas anteriormente operadas pelo Mappin Lojas de Departamentos S.A. (“Mappin”) e pertencentes a terceiros, localizadas na cidade de São Paulo, nos endereços Avenida Juscelino Kubitschek (Itaim) e Praça Ramos (Centro).

A Companhia também celebrou com o Mappin o aluguel dos equipamentos e instalações dessas lojas, com duração de 20 anos.

A intenção da Companhia é a de converter as duas lojas para o formato Extra, bem como de preservar o emprego de mais de 800 trabalhadores lotados nessas lojas.

O departamento jurídico da Companhia está tomando as devidas providências para preservar os seus direitos após o anúncio da decretação da falência do Mappin.

Aumento do Capital Autorizado/ Emissão de Debêntures/ Outros

A Companhia Brasileira de Distribuição estará realizando Assembléia Geral Extraordinária no dia 9 de agosto de 1999, a fim de deliberar sobre os seguintes pontos:

- 1) Alteração do artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, para aumentar o limite do seu capital autorizado de 100.000.000.000 para 150.000.000.000 de ações, bem como prever a possibilidade de emissão de ações ordinárias por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, dentro do limite de capital autorizado.
- 2) Não utilização do saldo remanescente autorizado, relativo à segunda emissão de debêntures da Companhia.
- 3) Exame da proposta apresentada pelo Conselho da Administração para a emissão da terceira emissão de debêntures da Companhia.
- 4) Outros assuntos de interesse da Companhia.

Estudos para admissão de sócio estratégico

Com os objetivos de continuar a participar ativamente do acelerado processo de consolidação pelo qual passa o varejo brasileiro e adequar a estrutura de seu capital, a CBD vem desenvolvendo estudos a fim de viabilizar a entrada de um sócio estratégico, com participação minoritária, porém relevante, na composição do capital da empresa.

Nesse sentido, nos últimos meses, a CBD tem sido procurada por diversos grupos de varejo de atuação global. Esclarece ainda que está mantendo negociações com pelo menos um grande grupo internacional, não havendo, entretanto, até o presente momento, qualquer contrato firmado.



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



Tão logo haja definição sobre essas tratativas em andamento, a CBD estará, como de costume, dando ampla divulgação ao mercado.

Detalhamento de Vendas Líquidas por Divisão – Consolidado*

Em R\$ milhares – nominais (Legislação Societária)

<u>ABRIL</u>	<u>1999</u>	<u>%</u>	<u>1998</u>	<u>%</u>	<u>Var.(%)</u>
Pão de Açúcar	159.539	36,9%	138.747	43,0%	15,0%
Extra	194.233	45,0%	126.688	39,3%	53,3%
Barateiro	58.153	13,5%	-	-	-
Eletro	19.926	4,6%	20.453	6,3%	- 2,6%
CBD	431.851	100,0%	322.704	100,0%	33,8%
<u>MAIO</u>					
Pão de Açúcar	165.581	36,6%	136.390	41,3%	21,4%
Extra	205.414	45,4%	133.685	40,4%	53,7%
Barateiro	55.606	12,3%	-	-	-
Eletro	25.797	5,7%	26.092	7,9%	- 1,1%
CBD	452.398	100,0%	330.582	100,0%	36,8%
<u>JUNHO</u>					
Pão de Açúcar	159.345	37,2%	131.561	37,9%	21,1%
Extra	188.632	44,1%	120.840	34,8%	56,1%
Barateiro	55.694	13,0%	42.449	12,2%	31,2%
Eletro	24.252	5,7%	22.490	6,5%	7,8%
CBD	427.923	100,0%	346.914	100,0%	23,4%
<u>2º TRIMESTRE</u>					
Pão de Açúcar	484.465	36,9%	406.698	40,7%	19,1%
Extra	588.279	44,8%	381.213	38,1%	54,3%
Barateiro	169.453	12,9%	42.449	4,2%	-
Eletro	69.975	5,4%	69.035	6,9%	1,4%
CBD	1.312.172	100,0%	1.000.200	100,0%	31,2%
<u>1º SEMESTRE</u>					
Pão de Açúcar	973.889	37,5%	791.057	42,1%	23,1%
Extra	1.166.037	44,9%	707.355	37,7%	64,8%
Barateiro	294.919	11,4%	42.449	2,3%	-
Eletro	135.154	5,2%	129.444	6,9%	4,4%
Peralta	27.049	1,0%	-	-	-
CBD	2.597.048	100,0%	1.877.018	100,0%	38,4%

* Inclui vendas líquidas da rede Peralta no mês de fevereiro/1999, período em que estas lojas ainda não estavam incorporadas às demais Divisões da Companhia. Da mesma forma o 1º Trimestre/1998 inclui vendas consolidadas com a rede Millo's. Os totais também incluem as vendas da extinta Divisão Superbox e o mês de junho da Divisão Barateiro em 1998.

Índices de Produtividade

Em R\$ - nominais (Legislação Societária)

<u>Vendas por m²</u>	<u>2T/99</u>	<u>2T/98</u>	<u>Var (%)</u>	<u>1S/99</u>	<u>1S/98</u>	<u>Var (%)</u>
Pão de Açúcar	983	850	15,6%	994	828	20,0%
Extra	864	985	- 12,3%	872	926	- 5,0%
Barateiro	663	526	26,0%	666	526	26,6%
Eletro	600	657	- 8,7%	576	615	- 6,3%
Peralta	-	-	-	557	-	-
CBD	849	750	13,2%	855	778	9,9%
<u>Vendas por Funcionário</u>						
Pão de Açúcar	12.824	13.205	- 2,9%	13.203	13.112	0,7%
Extra	17.477	21.450	- 18,5%	17.847	20.957	- 14,8%
Barateiro	13.655	9.826	39,0%	13.599	9.826	38,4%
Eletro	13.487	14.555	- 7,3%	12.416	13.654	- 9,1%
Peralta	-	-	-	7.930	-	-
CBD	13.110	12.421	5,5%	13.144	13.059	0,7%



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



<u>Ticket Médio</u>	<u>2T/99</u>	<u>2T/98</u>	<u>Var (%)</u>	<u>1S/99</u>	<u>1S/98</u>	<u>Var (%)</u>
Pão de Açúcar	17,0	16,6	2,4%	17,0	16,5	3,0%
Extra	36,0	43,8	- 17,8%	36,4	44,0	- 17,3%
Barateiro	11,7	14,8	- 20,9%	12,6	14,8	- 14,9%
Eletro	192,0	193,2	- 0,6%	191,7	182,1	5,3%
Peralta	-	-	-	14,4	-	-
CBD	22,0	25,8	- 14,7%	22,4	25,9	- 13,5%
Vendas por Checkout						
Pão de Açúcar	91.984	79.557	15,6%	92.959	77.868	19,4%
Extra	117.261	129.930	- 9,8%	118.182	124.688	- 5,2%
Barateiro	66.291	63.929	3,7%	66.431	63.929	3,9%
Eletro	124.749	140.315	- 11,1%	119.614	130.883	- 8,6%
Peralta	-	-	-	63.199	-	-
CBD	97.919	85.575	14,4%	98.742	88.836	11,2%

Composição de Vendas (% sobre vendas líquidas)

	<u>2º Trim. 98</u>	<u>3º Trim. 98</u>	<u>4º Trim. 98</u>	<u>1º Trim. 99</u>	<u>2º Trim. 99</u>
À vista	49,5%	51,8%	53,8%	56,2%	55,8%
A prazo	50,5%	48,2%	46,2%	43,8%	44,2%
Cheques com encargos	14,8%	12,8%	11,9%	10,5%	10,4%
Prestações	6,0%	5,8%	5,5%	3,2%	3,9%
Cartão de Crédito	22,3%	22,1%	21,5%	22,9%	23,0%
Ticket Alimentação	7,4%	7,5%	7,3%	7,2%	6,9%

Dados por Divisão em 30 de junho de 1999

	<u>Checkouts</u>	<u>Funcionários</u>	<u>Lojas</u>	<u>Área de Vendas (m²)</u>
Pão de Açúcar	1.752	12.654	145	164.428
Extra	1.684	11.024	32	228.212
Barateiro	849	4.098	69	84.526
Eletro	187	1.697	74	38.869
Total Lojas	4.472	29.473	320	516.035
Administração	-	3.646	-	-
CBD	4.472	33.119	320	516.035

10.1 – CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

	01	02	03
01 Item	01	02	03
02 Número de Ordem	1	2	2
03 Número de Registro na CVM	SEP/GER/DCA-97/016	SEP/GER/DCA-98/0013	SEP/GER/DEB-98/0060
04 Data do Registro na CVM	22/09/1997	17/08/1998	17/08/1998
05 Série Emitida	Ún	1	2
06 Tipo de Emissão	Conversível	Conversível	Simplex
07 Natureza da Emissão	Pública	Pública	Pública
08 Data da Emissão	01/09/1997	01/07/1998	01/07/1998
09 Data de Vencimento	01/09/2002	01/07/2003	01/07/2003
10 Espécie da Debênture	Subordinada	Subordinada	Subordinada
11 Condição de Remuneração Vigente	TJLP + 8% a.a.	IGP-M + 13% a.a.	IGP-M + 13% a.a.
12 Prêmio/Deságio	32,69%	18,77%	18,77
13 Valor Nominal (Reais)	1.308,83	1.080,23	1.079,84
14 Montante Emitido (Reais Mil)	130.818	186.844	26.996
15 Q. de Títulos Emitidos (Unidade)	100.000	175.000	25.000
16 Título Circulação (Unidade)	99.950	173.000	25.000
19 Título Convertido (Unidade)	50	2.000	-
22 Data do Próximo Evento	01/07/1999	01/07/1999	01/07/1999



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



17.1 – RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL – COM RESSALVA

30 de julho de 1999

Aos Administradores e Acionistas

Companhia Brasileira de Distribuição

1. Efetuamos revisões limitadas das informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais - ITR da Companhia Brasileira de Distribuição, referentes aos trimestres e períodos findos em 30 de junho e 31 de março de 1999 e 30 de junho de 1998, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia.
2. Nossas revisões foram efetuadas de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo Instituto Brasileiro de Contadores - IBRACON, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade, e consistiram, principalmente, em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia, quanto aos principais critérios adotados na elaboração das informações trimestrais e (b) revisão das informações relevantes e dos eventos subseqüentes que tenham, ou possam vir a ter, efeitos relevantes sobre a posição financeira e as operações da Companhia.
3. Conforme mencionado na Nota 9(b), com base na Medida Provisória nº 1.818 de 25 de março de 1999 e a Deliberação nº 294 de 26 de março de 1999, a Companhia decidiu exercer a opção de registrar no ativo diferido, parcela do resultado líquido decorrente do ajuste dos valores em reais, de obrigações e créditos em moeda estrangeira, decorrente da variação nas taxas de câmbio ocorrida no primeiro trimestre de 1999. Os princípios contábeis requerem que as variações cambiais sejam registradas no resultado do período em que elas ocorrem. Dessa forma, o patrimônio líquido em 30 de junho de 1999 apresenta-se a maior no montante de R\$ 67.162 mil (31 de março - R\$ 71.639 mil), e os resultados do trimestre e semestre findos nesta data apresentam-se a menor e a maior, por R\$ 4.477 mil e R\$ 67.162 mil respectivamente.
4. Baseados em nossas revisões limitadas, exceto pelos efeitos do diferimento da variação cambial como descrito no parágrafo 3, não temos conhecimento de qualquer outra modificação relevante que deva ser feita nas informações trimestrais acima referidas, para que as mesmas estejam de acordo com os princípios contábeis previstos na legislação societária aplicáveis à preparação das informações trimestrais, de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Henrique Luz
Sócio
Contador CRC 1RJ045789/T-2 “T” SP 002332



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

DFP – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES, RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01482-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO	3 - C.G.C. 47.508.411/0001-56	6 - NIRE -
---------------------------	--	----------------------------------	---------------

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO (LOGRADOURO, Nº E COMPLEMENTO) AVENIDA BRIGADEIRO LUÍS ANTÔNIO, 3142						2 - BAIRRO OU DISTRITO JARDIM PAULISTA		
3 - CEP 01402-000	4 - MUNICÍPIO SÃO PAULO					5 - UF SP		
6 - DDD 011	7 - TELEFONE 886-0533	8 - TELEFONE -	9 - TELEFONE -	10 - TELEX -	11 - DDD 011	12 - FAX 884-7177	13 - FAX -	14 - FAX -
15 - E-MAIL grupoaodeacucar.com.br								

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM O MERCADO (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME RICARDO FLORENCE DOS SANTOS				2 - ENDEREÇO COMPLETO AVENIDA BRIGADEIRO LUÍS ANTÔNIO, 3142				
3 - BAIRRO OU DISTRITO JARDIM PAULISTA			4 - CEP 01402-000	5 - MUNICÍPIO SÃO PAULO			6 - UF SP	
7 - DDD 011	8 - TELEFONE 886-0421	9 - TELEFONE -	10 - TELEFONE -	11 - TELEX -	12 - DDD 011	13 - FAX 884-2677		
14 - FAX -	15 - FAX -	16 - E-MAIL pa.relmerc@grupoaodeacucar.com.br						

01.04 - REFERÊNCIA DO DFP

EXERCÍCIO	1 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL	2 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL
1 - ÚLTIMO	01/01/1998	31/12/1998
2 - PENÚLTIMO	01/01/1997	31/12/1997
3 - ANTEPENÚLTIMO	01/01/1996	31/12/1996

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

NÚMERO DE AÇÕES (MIL)	1 31/12/1998	2 31/12/1997	3 31/12/1996
DO CAPITAL INTEGRALIZADO			
1 - ORDINÁRIAS	50.066.371.760	50.066.371.760	50.066.371.760
2 - PREFERENCIAIS	28.049.753.320	28.049.753.320	19.424.753.320
3 - TOTAL	78.116.125.080	78.116.125.080	69.491.125.080
EM TESOURARIA			
4 - ORDINÁRIAS	-	-	-
5 - PREFERENCIAIS	-	-	-
6 - TOTAL	-	-	-

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	2 - TIPO DE SITUAÇÃO OPERACIONAL
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO PRIVADA NACIONAL	4 - CÓDIGO ATIVIDADE 1040600 - SUPERMERCADOS
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL COMÉRCIO VAREJISTA	6 - TIPO DE CONSOLIDADO NÃO APRESENTADO

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ITEM	2 - CGC	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL
----------	---------	------------------------

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO

1 - ITEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - TIPO AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO POR AÇÃO
01	RCA	09/02/1999	DIVIDENDO		PN	0,0000641732
02	RCA	09/02/1999	DIVIDENDO		ON	0,0000641732
03	RCA	09/02/1999	JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO		PN	0,0004352494
04	RCA	09/02/1999	JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO		ON	0,0004352494

01.09 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM O MERCADO

1 - DATA 09/02/1999	2 - ASSINATURA
------------------------	----------------



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



2.1 – BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

<u>Código</u>	<u>Descrição</u>	<u>31/12/1998</u>	<u>31/12/1997</u>	<u>31/12/1996</u>
1	Ativo Total	3.024.479	2.079.419	1.401.319
1.01	Ativo Circulante	1.256.807	1.034.082	733.440
1.01.01	Disponibilidades	370.227	424.934	211.622
1.01.01.01	Caixa e Bancos	36.403	27.346	27.256
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	333.824	397.588	184.366
1.01.02	Créditos	535.834	382.773	352.214
1.01.02.01	Clientes	298.119	226.223	227.647
1.01.02.02	Financiamentos (Crediário)	169.399	158.573	125.582
1.01.02.03	Provisão para Devedores Duvidosos	(20.522)	(23.940)	(26.429)
1.01.02.04	Adiantamento a Fornecedores e Func.	9.435	7.311	6.573
1.01.02.05	Impostos a Recuperar	63.663	2.288	12.567
1.01.02.06	Outros Créditos	15.740	12.318	6.274
1.01.03	Estoques	344.967	220.798	164.354
1.01.04	Outros	5.779	5.577	5.250
1.01.04.01	Despesas do Exercício Seguinte	5.779	5.577	5.250
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	65.073	84.134	67.513
1.02.01	Créditos Diversos	63.352	84.134	59.973
1.02.01.01	Imposto de Renda Diferido	18.584	31.191	26.126
1.02.01.02	Depósitos para Recursos Judiciais	34.089	21.268	16.644
1.02.01.03	Contas a Receber	4.951	23.157	17.203
1.02.01.04	Despesas Antecipadas	5.728	8.518	-
1.02.02	Créditos com Pessoas Ligadas	1.721	-	7.540
1.02.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	1.721	-	7.540
1.02.02.03.01	Empresa Controladora	1.721	-	7.540
1.03	Ativo Permanente	1.702.599	961.203	600.366
1.03.01	Investimentos	5.622	11.665	37.023
1.03.01.02	Participações em Controladas	4.250	10.842	36.200
1.03.01.03	Outros Investimentos	1.372	823	823
1.03.01.03.01	Participação em Outras Empresas	1.372	823	823
1.03.02	Imobilizado	1.389.822	917.531	563.343
1.03.02.01	Terrenos	369.616	294.604	179.426
1.03.02.02	Edifícios	537.064	335.205	164.822
1.03.02.03	Benfeitorias e Melhoramentos	192.433	119.899	100.066
1.03.02.04	Equipamentos	131.020	90.658	67.006
1.03.02.05	Instalações	60.640	39.355	29.766
1.03.02.06	Móveis e Utensílios	12.322	9.076	8.214
1.03.02.07	Veículos	10.515	6.848	4.897
1.03.02.08	Imobilizações em Andamento	69.693	15.677	3.066
1.03.02.09	Outros	6.519	6.209	6.080
1.03.03	Diferido	307.155	32.007	-



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



2.2 – BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

<u>Código</u>	<u>Descrição</u>	<u>31/12/1998</u>	<u>31/12/1997</u>	<u>31/12/1996</u>
2	Passivo Total	3.024.479	2.079.419	1.401.319
2.01	Passivo Circulante	1.177.557	808.992	782.710
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	347.891	254.653	297.672
2.01.01.01	Local - Capital de Giro	1.609	11.817	106.577
2.01.01.02	Local - BNDES	51.066	13.271	-
2.01.01.03	Exterior - Capital de Giro - Terceiros	-	34.617	181.449
2.01.01.04	Exterior - Capital de Giro - Soc. Ligada	276.744	187.274	-
2.01.01.05	Exterior - Importações	18.472	7.674	9.646
2.01.02	Debêntures	15.813	2.702	-
2.01.03	Fornecedores	604.323	377.378	322.390
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	43.871	32.823	28.642
2.01.04.01	Impostos sobre Vendas	28.304	19.137	19.870
2.01.04.02	Imp.Renda Fonte s/Juros s/Cap. Próprio	6.000	5.737	8.772
2.01.04.03	Impostos Parcelados	9.567	7.949	-
2.01.05	Dividendos a Pagar	5.013	3.534	30.136
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	-	2.910	-
2.01.07.01	Empresa Controladora	-	2.910	-
2.01.08	Outros	160.646	134.992	103.870
2.01.08.01	Salários e Contribuições Sociais	57.515	38.018	46.102
2.01.08.02	Serviços Públicos	2.790	1.790	2.055
2.01.08.03	Aluguéis	8.071	5.201	4.771
2.01.08.04	Propaganda	1.788	1.153	1.545
2.01.08.05	Seguros	3.145	2.792	2.387
2.01.08.06	Obrigações por Compra de Ativos	44.502	46.790	39.766
2.01.08.07	Juros sobre Capital Próprio	34.000	32.513	-
2.01.08.08	Demais Contas a Pagar	8.835	6.735	7.244
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	875.191	412.687	48.250
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	417.816	210.711	-
2.02.01.01	Local - BNDES	277.391	210.711	-
2.02.01.02	Exterior - Expansão - Terceiros	139.845	-	-
2.02.01.03	Exterior - Importação	580	-	-
2.02.02	Debêntures	314.860	103.104	-
2.02.05	Outros	142.515	98.872	48.250
2.02.05.01	Imposto de Renda	8.341	9.590	10.876
2.02.05.02	Fiscais e Tributários	83.393	36.053	10.448
2.02.05.03	Indenizações Reclamadas	20.634	17.615	16.457
2.02.05.04	Aluguéis Litigiosos	885	667	469
2.02.05.05	Obrigações por Compra de Ativos	3.504	2.310	10.000
2.02.05.06	Impostos Parcelados	25.758	32.637	-
2.05	Patrimônio Líquido	971.731	857.740	570.359
2.05.01	Capital Social Realizado	537.730	537.730	293.814
2.05.02	Reservas de Capital	4.050	4.050	4.050
2.05.02.01	Subvenção para Incentivos Fiscais	4.050	4.050	4.050
2.05.04	Reservas de Lucro	429.951	315.960	272.495
2.05.04.01	Legal	31.672	23.722	16.536
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	33.461	38.458	46.106
2.05.04.05	Retenção de Lucros	129.928	111.054	37.384
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	234.890	142.726	172.469
2.05.04.07.01	Reserva para Expansão	234.890	142.726	172.469



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



3.1 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

<u>Código</u>	<u>Descrição</u>	<u>01/01/1998</u> <u>a 31/12/1998</u>	<u>01/01/1997</u> <u>a 31/12/1997</u>	<u>01/01/1996</u> <u>a 31/12/1996</u>
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	5.133.462	3.638.384	3.463.806
3.02	Deduções da Receita Bruta	(749.949)	(524.584)	(526.926)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	4.383.513	3.113.800	2.936.880
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(3.194.373)	(2.283.810)	(2.197.774)
3.05	Resultado Bruto	1.189.140	829.990	739.106
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(1.033.990)	(708.233)	(674.134)
3.06.01	Com Vendas	(726.590)	(541.075)	(513.680)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(190.835)	(127.641)	(121.052)
3.06.03	Financeiras	7.792	42.484	16.018
3.06.03.01	Receitas Financeiras	263.193	212.325	148.705
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(255.401)	(169.841)	(132.687)
3.06.03.02.01	Juros sobre Capital Próprio	(40.000)	(38.250)	(58.479)
3.06.03.02.02	Outras	(215.401)	(131.591)	(74.208)
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(123.937)	(82.001)	(55.420)
3.06.05.01	Impostos e Taxas	(21.268)	(18.801)	(10.972)
3.06.05.02	Depreciação/Amortização	(102.669)	(63.200)	(44.448)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	(420)	-	-
3.07	Resultado Operacional	155.150	121.757	64.972
3.08	Resultado não Operacional	3.089	(2.880)	(2.770)
3.08.01	Receitas	5.619	2.031	831
3.08.02	Despesas	(2.530)	(4.911)	(3.601)
3.09	Resultado antes Tributação/Participações	158.239	118.877	62.202
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(27.877)	(16.730)	(17.812)
3.11	IR Diferido	(11.358)	3.331	17.812
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	40.000	38.250	58.479
3.15	Lucro/Prejuízo do Exercício	159.004	143.728	120.681
	Número Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	78.116.125.080	78.116.125.080	69.491.125.080
	Lucro por Ação	0,00204	0,00184	0,00174



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



4.1 – DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS (Reais Mil)

<u>Código</u>	<u>Descrição</u>	<u>01/01/1998 a 31/12/1998</u>	<u>01/01/1997 a 31/12/1997</u>	<u>01/01/1996 a 31/12/1996</u>
4.01	Origens	963.454	802.793	172.213
4.01.01	Das Operações	356.164	232.743	162.642
4.01.01.01	Lucro/Prejuízo do Exercício	159.004	143.728	120.681
4.01.01.02	Vls. que não Repr. Mov. Cap. Circulante	197.160	89.015	41.961
4.01.01.02.01	Depreciação/Amortização	102.669	63.200	44.448
4.01.01.02.02	Imposto de Renda	39.235	13.399	(3.896)
4.01.01.02.03	Vlr. Residual de Ativos Perm. Baixados	14.970	5.412	4.444
4.01.01.02.04	Juros e Var.Monet. de Itens Longo Prazo	39.866	7.004	(3.035)
4.01.01.02.05	Equivalência Patrimonial	420	-	-
4.01.02	Dos Acionistas	-	185.437	-
4.01.02.01	Aumento de Capital	-	185.437	-
4.01.03	De Terceiros	607.290	384.613	9.571
4.01.03.01	Financiamentos	285.081	209.322	-
4.01.03.02	Result das Oper. Incorporações e Cisão	70.928	1.072	-
4.01.03.03	Debêntures	200.000	100.000	-
4.01.03.04	Aumento no Exigível a Longo Prazo	20.460	11.199	9.571
4.01.03.05	Impostos Parcelados	-	45.817	-
4.01.03.06	Transferência para o Ativo Circulante	30.821	17.203	-
4.02	Aplicações	1.109.294	528.433	277.310
4.02.01	Em Dividendos Distribuídos e Propostos	5.013	3.534	30.136
4.02.02	No Realizável a Longo Prazo	21.173	26.074	17.610
4.02.03	No Ativo Permanente Imobilizado	557.252	390.108	189.496
4.02.04	No Ativo Permanente Diferido	26.560	6.722	-
4.02.05	Por Transferência p/Passivo Circulante	112.725	30.054	3.868
4.02.06	No Ativo Permanente Investimento	346.571	33.691	36.200
4.02.07	Juros sobre Capital Próprio	40.000	38.250	-
4.03	Acréscimo/Decréscimo no Cap. Circulante	(145.840)	274.360	(105.097)
4.04	Variação do Ativo Circulante	222.725	300.642	185.300
4.04.01	Ativo Circulante no Início do Exercício	1.034.082	733.440	548.140
4.04.02	Ativo Circulante no Final do Exercício	1.256.807	1.034.082	733.440
4.05	Variação do Passivo Circulante	368.565	26.282	290.397
4.05.01	Passivo Circulante no Início do Exercício	808.992	782.710	492.313
4.05.02	Passivo Circulante no Final do Exercício	1.177.557	808.992	782.710

5.1 – DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/1998 A 31/12/1998 (Reais Mil)

<u>Código</u>	<u>Descrição</u>	<u>Capital Social</u>	<u>Reservas de Capital</u>	<u>Reservas de Reavaliação</u>	<u>Reservas de Lucro</u>	<u>Lucros/Prejuízos Acumulados</u>	<u>Total Patrimônio Líquido</u>
5.01	Saldo Inicial	537.730	4.050	-	315.960	-	857.740
5.04	Realização de Reservas	-	-	-	(4.997)	4.997	-
5.06	Lucro/Prejuízo do Exercício	-	-	-	-	159.004	159.004
5.07	Destinações	-	-	-	118.988	(164.001)	(45.013)
5.07.01	Reserva Legal	-	-	-	7.950	(7.950)	-
5.07.02	Dividendos Propostos	-	-	-	-	(5.013)	(5.013)
5.07.03	Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	(40.000)	(40.000)
5.07.04	Reserva de Retenção de Lucros	-	-	-	111.038	(111.038)	-
5.09	Saldo Final	537.730	4.050	-	429.951	-	971.731



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



5.2 – DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/1997 A 31/12/1997 (Reais Mil)

<u>Código</u>	<u>Descrição</u>	<u>Capital Social</u>	<u>Reservas de Capital</u>	<u>Reservas de Reavaliação</u>	<u>Reservas de Lucro</u>	<u>Lucros/Prejuízos Acumulados</u>	<u>Total Patrimônio Líquido</u>
5.01	Saldo Inicial	293.814	4.050	-	272.495	-	570.359
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	243.916	-	-	(58.479)	-	185.437
5.04	Realização de Reservas	-	-	-	(7.648)	7.648	-
5.06	Lucro/Prejuízo do Exercício	-	-	-	-	143.728	143.728
5.07	Destinações	-	-	-	109.592	(151.376)	(41.784)
5.07.01	Reserva Legal	-	-	-	7.186	(7.186)	-
5.07.02	Dividendos Propostos	-	-	-	-	(3.534)	(3.534)
5.07.03	Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	(38.250)	(38.250)
5.07.04	Reserva de Retenção de Lucros	-	-	-	102.406	(102.406)	-
5.09	Saldo Final	537.730	4.050	-	315.960	-	857.740

5.3 – DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/1996 A 31/12/1996 (Reais Mil)

<u>Código</u>	<u>Descrição</u>	<u>Capital Social</u>	<u>Reservas de Capital</u>	<u>Reservas de Reavaliação</u>	<u>Reservas de Lucro</u>	<u>Lucros/Prejuízos Acumulados</u>	<u>Total Patrimônio Líquido</u>
5.01	Saldo Inicial	255.882	41.982	3.332	181.747	-	482.943
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	37.932	(37.932)	-	-	-	-
5.04	Realização de Reservas	-	-	(3.332)	52.785	(52.582)	(3.129)
5.04.01	Reservas de Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	58.479	(58.479)	-
5.04.02	Reversão da Reserva de Reavaliação	-	-	(3.129)	-	-	(3.129)
5.04.03	Realização de Reservas	-	-	(203)	(5.694)	5.897	-
5.06	Lucro/Prejuízo do Exercício	-	-	-	-	120.681	120.681
5.07	Destinações	-	-	-	37.963	(68.099)	(30.136)
5.07.01	Reserva Legal	-	-	-	6.034	(6.034)	-
5.07.02	Dividendos Propostos	-	-	-	-	(30.136)	(30.136)
5.07.03	Retenção de Lucros	-	-	-	31.929	(31.929)	-
5.09	Saldo Final	293.814	4.050	-	272.495	-	570.359

9.1 – PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES – SEM RESSALVA

3 de fevereiro de 1999

Aos Administradores e Acionistas

Companhia Brasileira de Distribuição

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Companhia Brasileira de Distribuição em 31 de dezembro de 1998 e de 1997 e as correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos dos exercícios findos nessas datas, elaborados sob a responsabilidade da administração da Companhia. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria, que requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia, (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Somos de parecer que as referidas demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Brasileira de Distribuição em 31 de dezembro de 1998 e de 1997 e o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido e as origens e aplicações de recursos dos exercícios findos nessas datas, de acordo com os princípios contábeis previstos na legislação societária.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Henrique Luz
Sócio
Contador CRC 1RJ045789/T-2 “T” SP 002332



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



10.1 – RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Em um panorama internacional afetado por crises que conturbaram a economia global, a Companhia Brasileira de Distribuição - CBD manteve seus objetivos traçados desde a abertura de seu capital, colhendo os frutos de seu desenvolvimento estratégico e tecnológico e continuando a semear as bases de seu futuro no varejo brasileiro.

Uma vez que, tanto a crise econômica asiática, em 1997, como a crise da Rússia, no fim de 1998, foram combatidas com a forte elevação dos juros, a empresa gerenciou ativamente sua estrutura de capital. Dessa forma, a CBD, captando recursos mediante emissão de debêntures, utilizando a linha de crédito de longo prazo concedida pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e respeitando os limites de crescimento programados, conseguiu manter custos finais razoavelmente sob controle. Com os ganhos de eficiência e padrões de qualidade obtidos, essa adversidade dos juros altos foi mais do que compensada.

Completando 50 anos de existência em 1998, o Grupo Pão de Açúcar, através da CBD, alcançou forte desempenho de lucratividade e fez consideráveis progressos em sua estratégia com foco no desenvolvimento da área operacional.

Vantagens competitivas sustentáveis também foram obtidas, as quais geraram retornos acima da média do setor, tanto pelo aumento de massa crítica como pela introdução de tecnologia de ponta, presente somente nas empresas mais eficientes do mundo.

Merecem destaque os seguintes fatos de 1998:

Investimentos da ordem de R\$ 930,4 milhões em 1998, totalizando cerca de R\$ 1,6 bilhão aplicados durante o triênio 1996-1998 na abertura de novas lojas, compra de terrenos estratégicos, em aquisições de redes de lojas, reformas de unidades existentes, conversões de lojas para os padrões focados pela CBD, logística e tecnologia da informação.

Ganho de escala por expansão de área de vendas, encerrando 1998 com 470.591 m² (34% superior ao ano de 1997).

Consolidação da divisão de hipermercados Extra, com a adição de 16 novas lojas, encerrando o ano de 1998 com 30 unidades e triplicando seu número no biênio 1997-1998.

Treinamento intensivo de pessoal, o que consolida a Cultura Pão de Açúcar e forma funcionários capacitados a operar as novas tecnologias implantadas pela CBD, adicionando mais de 10.000 postos de trabalho e concluindo o ano de 1998 com 31.343 funcionários.

Implementação de programas voltados à fidelização do cliente (aumento no volume para 173,4 milhões de transações em 1998, 49% superior ao verificado em 1997) por meio do atendimento diferenciado e da adequação da linha de produtos às características dos consumidores.

Com estratégia direcionada a cada uma das marcas, são objetivos da CBD para 1999:

Pão de Açúcar: fortalecer o de seu posicionamento no conceito de lojas de vizinhança, segmentando sua atuação por pesquisas regionalizadas, com variedade, bom atendimento e ambiente agradável, forte em perecíveis e preços competitivos.

Barateiro: obter ganhos de produtividade equilibrados entre aumento de vendas e lucratividade, fortalecendo o foco em treinamento e modernização das lojas.

Extra: consolidar os ganhos de mercado obtidos pelo aumento de sua massa crítica, enfatizando a imagem de preços baixos, a grande variedade de produtos e diferenciação pelo bom atendimento ao cliente.

Eletro: aumentar a fidelização do cliente à marca, fortalecendo o treinamento para melhor atender os clientes e desenvolver sua tecnologia de controle dentro da seção de eletrodomésticos dos hipermercados Extra.

Consolidar a estratégia global das unidades de negócio alimentícias e não-alimentícias (Categorias de produtos), aumentando a sinergia entre os modelos de loja da CBD (supermercados, hipermercados e lojas de eletro eletrônicos).

Diante de todo o esforço desenvolvido, é com grata satisfação que vemos, a cada momento, a satisfação de nossos clientes por disporem de lojas modernas, com tecnologia de ponta e excelente logística de distribuição. A atenção sempre presente no elevado nível de serviço prestado por nossos funcionários é fator de integração com a comunidade e é realçada pelos nossos preços extremamente competitivos.

Finalmente, apreciamos a confiança que vocês, clientes, acionistas, funcionários e fornecedores, têm demonstrado na CBD. Isso nos faz acreditar cada vez mais no resultado dos investimentos que temos feito. Somos os depositários de um grande legado. Uma empresa com uma história de 50 anos de muitas realizações, mas ainda com um vasto horizonte à sua frente. Encaminho a todos a mesma mensagem com que trabalhamos em nosso dia-a-dia: “Para nós, da CBD – Grupo Pão de Açúcar, o futuro é já.”

ABILIO DOS SANTOS DINIZ



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

CRESCIMENTO DO SETOR SUPERMERCADISTA NO BRASIL

Reagindo positivamente e superando a falta de otimismo decorrente da resposta do governo brasileiro aos efeitos da crise asiática no fim de 1997 (aumento dos juros e dos impostos), o termômetro de vendas da Associação Brasileira de Supermercados - ABRAS registrou em 1998 um crescimento de 6,0% das vendas brutas totais do setor de supermercados e hipermercados no Brasil sobre 1997, em dados indexados pelo IGP-DI. A variação acumulada desse indicador em 1998 foi de 1,8%, se considerarmos a deflação registrada pelo índice IPC-FIPE – Alimentação no Domicílio (-0,4% em 1998), e mostrou que o crescimento dos volumes físicos negociados continua superior à evolução registrada em valores no total do mercado.

Entre os principais fatores desse ganho sobre o ano anterior podemos registrar:

- maior participação dos supermercados, no total de bens e serviços existentes na economia, junto aos consumidores, sendo que o setor os atende em praticamente todas as necessidades do lar;
- maior diversidade no mix de produtos nas prateleiras dos supermercados;
- adoção de sistemas mercadológicos direcionados ao consumidor;
- estreitamento das relações de parceria com os fornecedores.

AUMENTO DE VENDAS POR EFICIÊNCIA E EXPANSÃO

As vendas líquidas nominais da CBD foram da ordem de R\$ 4,4 bilhões em 1998, 40,8% superiores aos R\$ 3,1 bilhões registrados em 1997. Para efeito de comparação com os dados fornecidos pela ABRAS, a evolução de vendas líquidas indexadas pelo IGP-DI foi de 37,2%, substancialmente acima do crescimento de 6,0% verificado pelo mercado, e sinaliza expressivo ganho de “market share”.

Contribuíram para esse crescimento as lojas agregadas no processo de expansão da Companhia durante os anos de 1997 e 1998, tanto pela abertura em 1998 de novas unidades de hipermercados, supermercados e lojas de eletroeletrônicos, como pela adição das vendas provenientes das redes adquiridas.

No conceito “mesmas lojas”, ou seja, conjunto comparável de lojas que atingiram o 13º mês de operação e, portanto, em atividade nos anos de 1997 e 1998, o crescimento nominal foi de 12,5%, que se deu principalmente por:

- continuidade do processo de reformas efetuadas nos supermercados Pão de Açúcar;
- ganhos de produtividade nos hipermercados Extra, aumentando a oferta de produtos nas prateleiras, em virtude dos ganhos decorrentes de melhorias na logística de distribuição e da ampliação do horário de abertura das lojas e, conseqüentemente, melhoria do nível de serviço ao consumidor;
- manutenção de fortes campanhas promocionais no decorrer de 1998, com destaque para a Campanha Institucional em comemoração aos 50 anos do Grupo Pão de Açúcar, aumentando, sobretudo, as vendas das divisões Extra e Pão de Açúcar.

ESTRATÉGIA COMERCIAL

Com base no conhecimento das necessidades e dos valores dos consumidores de cada marca, a Companhia optou por reestruturar sua área comercial, fundamentada na filosofia de gestão por unidades de negócios. De acordo com essa estratégia de segmentação, adequou a linha de mercadorias, preços, ofertas e exposição de produtos ao consumidor e orientou o posicionamento de cada marca, padronizado aos objetivos de negócio da Companhia.

Entre as unidades de negócio, o Gerenciamento por Categorias implantado tem por objetivo otimizar a gestão dos estoques de mercadoria, fornecer ao consumidor preços competitivos em produtos de qualidade e maximizar o retorno à Companhia por meio do aumento de vendas e a melhoria da lucratividade.

GANHOS DE LUCRATIVIDADE

Os ganhos operacionais, demonstrados pelo crescimento de 71,3% registrado pelo lucro operacional antes dos impostos, da depreciação e das receitas financeiras (EBITDA), que chegaram a R\$ 271,7 milhões comparados a R\$ 158,7 milhões em 1997, foram parcialmente abatidos pela menor receita financeira, decorrente da utilização do caixa para os investimentos destinados ao crescimento da empresa. Isto se deu em virtude da menor participação de vendas a crédito a consumidores em 1998 “vis-a-vis” 1997. Dentro do conceito de ganhos em eficiência e produtividade e antevendo um ano de 1999 sujeito a alterações de ordem econômica, a CBD atuou já ao final de 1998 fortemente na sua reestruturação organizacional, obtendo com isso um crescimento no seu resultado, apesar do aumento na despesa de imposto de renda (24,7% em 1998 e 11% em 1997), alcançando um lucro líquido de R\$ 159,0 milhões em 1998 (R\$143,7 milhões em 1997) com um crescimento de 10,6%.





DIVIDENDOS/JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

Seguindo a orientação das Leis nºs 9.249/95 e 9.430/96, assim como a Deliberação nº 207/96 da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, a diretoria submeteu ao Conselho de Administração, e este deliberou submeter à Assembléia, a ratificação de distribuição aos acionistas de juros sobre o capital próprio no montante bruto de R\$ 40 milhões, do qual será destacado o pagamento de imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, no valor de R\$ 6 milhões.

Conforme facultado pela lei, a administração da Companhia optou por propor que os juros sobre o capital próprio creditados aos acionistas sejam imputados ao valor do dividendo mínimo obrigatório. Assim, o Conselho de Administração aprovou o encaminhamento de proposta de distribuição de dividendos líquidos no valor de R\$ 39.013 mil (já considerados os juros sobre o capital próprio), correspondentes a R\$ 0,499423 por lote de mil ações (em relação a R\$ 0,461458 em 1997), a ser submetido à aprovação da Assembléia Geral de Acionistas.

INVESTIMENTO NO PRESENTE – EXPANSÃO E TECNOLOGIA

Com a consolidação do processo de expansão, modernização de lojas e aprimoramento dos sistemas de gestão, a CBD investiu, em 1998, R\$ 930,4 milhões, e manteve sempre seu foco de desenvolvimento nos locais onde já está presente, diluindo custos fixos e administrativos e gerando maior produtividade na sua área operacional.

Cumprindo e superando os objetivos traçados no ano anterior, a CBD investiu cerca de R\$ 1,6 bilhão no triênio 1996-1998, o que a tornou um dos poucos grupos nacionais a contribuir nessa ordem de grandeza para adicionar renda à economia brasileira, agregando e gerando mais de 10.000 postos de trabalho no período.

Destacaram-se entre os principais investimentos do período:

- a aquisição da Rede Barateiro de Supermercados em junho de 1998, décima empresa do setor em faturamento em 1997 (R\$ 574 milhões de faturamento bruto), com 77.141 m² de área de vendas e composta de 32 lojas, todas elas localizadas no Estado de São Paulo;
- aquisição da Rede Millo's Comercial Carajás, em São Paulo, composta de 2 hipermercados e um supermercado, e da concessão operacional de três supermercados da empresa estatal SAB em Brasília, agregando nessas duas operações 19.500 m² de área de vendas e faturamento bruto da ordem de R\$ 250 milhões anuais;
- conversão de quatro lojas de desconto Superbox em modernos hipermercados Extra, dois dos quais inaugurados na cidade de Salvador - BA em julho de 1998, um em Brasília, aberto em agosto de 1998, e no Rio de Janeiro em novembro de 1998;
- conversão de seis lojas Barateiro em hipermercados Extra, todas elas previamente reformadas e incorporadas ao modelo de gestão da CBD;
- abertura de duas lojas Pão de Açúcar em Brasília - DF, provenientes da aquisição da SAB, após passarem por completo processo de renovação e modernização;
- obras de remodelagem completa em 18 supermercados Pão de Açúcar, os quais entraram em operação no decorrer de 1998;
- abertura de seis novas lojas Pão de Açúcar, destacando-se a inauguração da loja Pão de Açúcar Portal em região nobre da cidade de São Paulo;
- término da reforma na parte antiga do Centro de Distribuição, maximizando sua capacidade de abastecimento às unidades operacionais;
- aquisição de terreno adjacente ao Centro de Distribuição e construção de depósito, finalizado em novembro de 1998, visando aumentar as operações de "cross-docking" e otimizar o abastecimento de frutas, legumes e verduras no sistema logístico da CBD;
- inauguração do segundo hipermercado Extra na cidade de Curitiba, com 8.300 m² de área de vendas;
- inauguração de dois novos hipermercados Extra (Guarulhos e Penha), inaugurados em novembro de 1998 em São Paulo;
- reforma da loja Extra Barra no Rio de Janeiro (ex-Freeway), adquirida no terceiro trimestre de 1997;
- primeira fase de implementação de sistema de comunicações via satélite entre sede administrativa, Centro de Distribuição e 64 lojas localizadas fora do Estado de São Paulo.

A segunda fase da implementação, nas lojas de São Paulo, será iniciada em janeiro de 1999 com conclusão prevista para abril de 1999.

INVESTIMENTO NO FUTURO – NA VANGUARDA DO SETOR

Tendo como principal meio de acesso a Internet e com três anos de existência no mercado, o Pão de Açúcar Delivery tem por finalidade ser mais um serviço oferecido pela Companhia, para levar praticidade e comodidade a seus clientes com alta tecnologia e modernidade.

Com o desenvolvimento de um novo hábito de consumo para um novo nicho de consumidores, o Pão de Açúcar Delivery tem criado uma crescente fidelidade à marca Pão de Açúcar, em um mercado que não era atingido pelas lojas tradicionais.

Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran





Pela possibilidade de acesso também por conexão direta via CD-ROM ou fax, abrange atualmente as regiões da Grande São Paulo, cidades do litoral, Campinas, no interior de São Paulo e Brasília. Sua implantação no Rio de Janeiro está prevista para 1999.

Oferece cerca de 8.000 produtos alimentícios ao consumidor e tem uma base cadastrada de aproximadamente 100.000 clientes, dos quais foi registrado um índice de atividade crescente, que atingiu 36% em 1998.

No início de outubro de 1998, foi inaugurado na cidade de São Paulo o primeiro supermercado-escola, o Pão de Açúcar Kids, totalmente direcionado ao público entre 6 e 14 anos de idade, com a filosofia de educação de consumo mediante atividades lúdicas realizadas dentro do supermercado. Além disso, contribui para o processo de formação do sentimento de ética e cidadania da criança, visando à formação de um consumidor responsável, participativo e consciente de seus direitos de cidadão.

Esta unidade dedicada à próxima geração possui aproximadamente 5.000 itens de produtos comuns a todos os supermercados (com exceção de cigarros e bebidas alcoólicas) e com todos os espaços, equipamentos e instalações desenvolvidos especialmente para o público infantil. Conta também com uma equipe de monitores, técnicos e funcionários altamente especializados no atendimento à criança. Em resposta ao compromisso do Pão de Açúcar com a criança, encerramos o ano de 1998 com a visita de 170 escolas em três meses de atuação, em um total de 35.000 crianças, evidenciando o interesse dos públicos infantil e adolescente em conhecer seus efetivos direitos como consumidores.

SISTEMAS AJUSTADOS AO ANO 2000

A CBD vem, desde julho de 1997, trabalhando sobre seus sistemas e processos de negócios objetivando o correto funcionamento antes, durante e depois do ano 2000. Identificar os impactos e riscos sobre os processos e unidades de negócios, estabelecer metodologias e cronograma, determinar os custos e a alocação dos recursos necessários constituem os objetivos do projeto Ano 2000.

A administração da Companhia está plenamente consciente da importância da solução do problema do Bug do Milênio para a perfeita continuidade de suas atividades na virada do século. Assim sendo, a Companhia elegeu um coordenador para o projeto e constituiu um grupo de trabalho para sua viabilização.

O projeto está sendo executado em seis fases: (1) inventário; (2) análise de impacto; (3) planejamento; (4) conversão; (5) testes e (6) implantação. Determinados sistemas encontram-se em fase de testes e alguns já estão em fase de implantação. O mês-limite estabelecido para a conclusão significativa do projeto Ano 2000 é março de 1999.

A administração também está adotando medidas para assegurar que até o fim de março de 1999 todos os softwares estejam adequados. Nesse processo foram identificados tanto os softwares desenvolvidos internamente quanto aqueles adquiridos de terceiros que pudessem gerar problemas operacionais na chegada do ano 2000. A CBD conta ainda com consultorias externas e próprias prestadoras de serviço, sendo a Computer Associates a principal delas.

Os investimentos envolvendo conversão e atualização de programas, substituição de software, troca de equipamentos, contratação de serviços de terceiros e utilização de recursos internos estão sendo estimados em cerca de R\$ 5.300 mil, dos quais já foram alocados, até 31 de dezembro de 1998, aproximadamente R\$ 2.650 mil.

A administração da Companhia, consciente de que a não solução de problemas relacionados com a virada do milênio poderia até vir a acarretar possível interrupção de suas atividades, está envidando todos os esforços para o sucesso do projeto Ano 2000, conforme cronograma estabelecido acima, tanto no que tange aos procedimentos internos, como às ligações que possui com seus fornecedores de mercadorias, bens e serviços.

ESTRATÉGIA FINANCEIRA

Tendo em vista, por um lado, o baixo grau de desempenho financeiro praticado pela CBD e, de outro, a reposição de parte da disponibilidade de caixa (que assegura tanto a continuidade de participação no processo de consolidação por que passa o setor supermercadista no Brasil, como a execução de seus planos de expansão), a empresa encaminhou para aprovação à CVM e executou em agosto de 1998, emissão de debêntures no valor de R\$ 200 milhões em duas séries, sendo uma de R\$ 25 milhões em debêntures simples e outra de R\$ 175 milhões em debêntures conversíveis em ações preferenciais. Ambas as séries têm prazo de cinco anos, com remuneração baseada na variação do IGP-M acrescida de 13% ao ano.

A CBD confirma sua intenção de amortizar o endividamento de longo prazo com sua geração de caixa operacional (EBITDA), com base nos ganhos de produtividade que vêm sendo obtidos.



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



BALANÇO SOCIAL

Consciente dos resultados a curto e médio prazos que o aprimoramento técnico e a melhoria da qualidade de vida de seus funcionários podem ter, em 1998 a CBD investiu 459.000 horas na formação de funcionários operacionais, administrativos e gerenciais, com a expressiva carga horária de 16 horas de treinamento por funcionário. Com a implantação do Programa de Autodesenvolvimento Gerencial - PROAUDE foram capacitados 2.330 gestores para melhor desenvolver suas atividades profissionais, com a realização de 57 cursos (sendo 19 externos e 38 internos).

Mediante o incentivo à prática de atividades físicas, desenvolveu pelo Pão de Açúcar Club programa de pedestrianismo em corridas de média e longa distância (maratona), do qual fazem parte hoje mais de 250 funcionários da empresa. Também na mesma linha, com o programa Ginástica na Empresa, inaugurou uma academia de ginástica de 1.000 m² em sua sede. Nas primeiras duas semanas de funcionamento, o programa já conta com a adesão de 700 funcionários.

Também na área de apoio ao esporte, realizou-se em 1998 a 6ª Maratona Pão de Açúcar na cidade de São Paulo, prova já tradicional no calendário esportivo paulistano.

Na área cultural, a parceria com o Grupo TAPA na área teatral e o projeto Pão Music, que apresenta espetáculos de música popular ou clássica pelo menos uma vez por mês, está em seu 6º ano de realização no Parque do Ibirapuera, em São Paulo. Com registro em 1998 de 750.000 espectadores, os espetáculos continuam a ser excelentes opções de lazer para a comunidade.

Para desenvolver o estreitamento dos laços com a comunidade e com ações amparadas pelos órgãos públicos de atendimento a comunidades carentes, é organizada por intermédio da campanha “Coração de Açúcar” doação diária de alimentos perecíveis para creches e asilos, melhorando as condições de vida dessa parcela da população.

O início do programa de oferta de emprego à terceira idade, que hoje já conta com 187 funcionários nessa categoria, proporcionou motivação a essas pessoas, uma vez que podem novamente ser úteis à sociedade.

Na área de relacionamento com o consumidor, o programa de atividades da ombudsman, implantado em 1994 é o primeiro no gênero em companhias de varejo no Brasil, atendeu em 1998 cerca de 6.700 clientes por telefone, Internet ou caixas de sugestões. Também há visitas às lojas, conversa com os consumidores e reuniões dos clientes com a diretoria, para estreitar os laços e melhor entender suas necessidades. Como consequência, fomos honrados em 1998 pelo Pensamento Nacional das Bases Empresariais - PNBE, cujo prêmio é oferecido desde 1992 a empresas, projetos ou personalidades que mais se destacaram atuando na defesa da cidadania. No quesito “melhores relações com o consumidor”, venceu Vera Giangrande, ombudsman do grupo Pão de Açúcar, por ter estabelecido um novo conceito de atendimento e respeito ao cliente.

Dando seqüência ao plano de opção de compra de ações preferenciais iniciado em 1997, a Companhia decidiu estender para 600 o número de participantes, aumentando com isso o comprometimento dos administradores com o sucesso da Companhia no médio e longo prazos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desempenho obtido em 1998 foi atingido graças aos ensinamentos obtidos em 50 anos de formação da Cultura Pão de Açúcar. A determinação de nossos funcionários em desempenhar melhor seu trabalho e buscar as inovações estejam onde estiverem, bem como o desenvolvimento da parceria com nossos fornecedores, acionistas e clientes, compartilhando informações e satisfazendo seus anseios, é marca registrada de uma empresa de gente que gosta do que faz, ama o varejo e que tem prazer em conhecê-lo cada vez mais, pelo estudo permanente de suas técnicas mais avançadas.

Merecem nosso respeito e agradecimento nossos funcionários, fornecedores e colaboradores, pelo trabalho desenvolvido, bem como nossos clientes e acionistas, pela confiança em nós depositada, que ajudaram no alcance dos objetivos e metas em 1998.

A todos vocês nossa mensagem de engrandecimento, em 1999, da trajetória que tão bem tem acompanhado a estratégia e o desempenho do Grupo Pão de Açúcar em que temos orgulho e satisfação de trabalhar.

A ADMINISTRAÇÃO



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



11.1 – NOTAS EXPLICATIVAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Brasileira de Distribuição (“Companhia”) tem como atividade preponderante a comercialização, no varejo, de produtos alimentícios, artigos de vestuário, eletroeletrônicos e outros que completam suas linhas de supermercados e lojas especializadas e de departamentos, representadas basicamente pelas denominações comerciais “Pão de Açúcar”, “Extra”, “Barateiro” e “Eletro”.

De conformidade com o seu Plano de Expansão, a Companhia adquiriu, durante o ano de 1998, as empresas Millo’s Comercial Carajás S.A. (“Millo’s”) (3 lojas) e Rede Barateiro de Supermercados S.A. (“Barateiro”) (32 lojas), entre outras de menor porte, posteriormente incorporadas ao seu patrimônio. Em 1º de fevereiro de 1999, a Companhia assumiu o controle acionário da empresa Peralta Comercial e Importadora S.A. (Nota 20(a)).

Em consonância com o processo de reestruturação da Companhia, a denominação comercial “Superbox” está sendo descontinuada, e suas correspondentes lojas reagrupadas nas demais denominações comerciais.

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com os princípios contábeis previstos na legislação societária.

(a) Juros sobre o capital próprio

A Lei nº 9.249/95, complementada por disposições legais contidas na Lei nº 9.430/96, facultou a dedutibilidade fiscal do registro contábil de juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP vigente no período.

Esses juros são computados tendo por base o patrimônio líquido, sendo que, para efeito de dedutibilidade fiscal, devem ser pagos ou creditados aos acionistas, estando limitados a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% das reservas de lucros relativas a exercícios anteriores (Nota 16(d)(i)).

(b) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

(c) Ativos circulante e realizável a longo prazo

Os estoques adquiridos pelos centros de distribuição são demonstrados ao custo médio e os adquiridos diretamente pelas lojas, ao preço da última aquisição, que se aproxima ao critério “Primeiro a Entrar, Primeiro a Sair - PEPS”, inferiores aos valores de realização.

Os demais itens são apresentados ao valor de custo, acrescido dos rendimentos e das variações monetárias auferidas, e deduzidos da provisão necessária, quando aplicável, para refletir o valor de realização.

(d) Permanente

Demonstrado ao custo, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, combinado com os seguintes aspectos:

- Participação nos investimentos em controladas, avaliada pelo custo de aquisição ou, quando aplicável, pelo método de equivalência patrimonial (Nota 7).
- Depreciação de bens do imobilizado pelo método linear, às taxas mencionadas na Nota 8, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.
- Amortização de parcelas de ágios decorrentes de expectativa de rentabilidade futura e amortização de fundos de comércio, nos prazos descritos nas Notas 7 e 9.

(e) Passivos circulante e exigível a longo prazo

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias ou cambiais incorridos. O imposto de renda é calculado à alíquota de 25% sobre o lucro real.

3. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras, são em parte, objeto de operações de “hedge” de taxa de juros. Em 31 de dezembro de 1998, o volume dessas operações era de R\$ 259.093 (1997 - R\$ 221.398).

As demais aplicações, no montante de R\$ 74.731 (1997 - R\$ 176.190), estão concentradas em fundos de investimento, cuja carteira é composta principalmente de CDBs, “Export Notes”, LFTs e LTNs.





4. CONTAS A RECEBER

	<u>1998</u>	<u>1997</u>
Circulante		
Credíário	150.575	141.993
Vendas financiadas (cheques pré-datados)	134.039	121.016
Cartão de crédito	150.642	93.962
“Tickets” de venda e outros	32.262	27.825
Provisão para devedores duvidosos	<u>(20.522)</u>	<u>(23.940)</u>
	<u>446.996</u>	<u>360.856</u>
Longo prazo		
Credíário	<u>4.951</u>	<u>23.157</u>

As operações com credíário, pactuadas com encargos financeiros pré-fixados e com prazos de vencimento de até 24 meses, estão lastreadas com recursos captados na forma de financiamentos para capital de giro (Nota 11). As vendas financiadas representam cheques pré-datados com taxa pré-fixada de juros de 5,4% ao mês (1997 - 5,4% a.m.) e prazos não superiores a 90 dias.

As operações com cartões de crédito referem-se às vendas de mercadorias por via de cartões de crédito administrados por terceiros.

A provisão para devedores duvidosos é constituída considerando a média de perdas efetivas em exercícios anteriores, complementada pela análise da administração sobre as prováveis perdas com os créditos em aberto:

	<u>1998</u>	<u>1997</u>
Credíário	(18.143)	(20.610)
Vendas financiadas (cheques pré-datados)	<u>(2.379)</u>	<u>(3.330)</u>
	<u>(20.522)</u>	<u>(23.940)</u>

As diretrizes básicas para a constituição dessa provisão, por categoria de crédito, podem ser resumidas como segue:

- **Credíário**
Constituição: Com base no índice histórico de perdas apurado nos últimos 12 meses, complementada pela análise da administração sobre prováveis perdas com créditos em aberto.
Baixa: Todos os créditos vencidos, ao completarem 180 dias de atraso, são baixados das contas a receber contra a provisão para devedores duvidosos.
- **Vendas financiadas (cheques pré-datados)**
Constituição: Com base no índice médio histórico de devolução e recuperação desses cheques, apurado nos últimos 12 meses e complementado pela análise da administração sobre prováveis perdas com créditos em aberto.
Baixa: Todos os cheques são depositados nos seus respectivos vencimentos. A baixa dos cheques sem suficiência de fundos dá-se após todos os procedimentos legais, sendo então debitados contra a provisão para devedores duvidosos.
- **Cartão de crédito e “tickets” de vendas**
Não é constituída provisão para devedores duvidosos sobre os saldos de cartões de crédito e “tickets”, pois os riscos de crédito são assumidos substancialmente por terceiros.

5. ESTOQUES

	<u>1998</u>	<u>1997</u>
Nas lojas	231.813	165.817
Nos centros de distribuição	<u>113.154</u>	<u>54.981</u>
	<u>344.967</u>	<u>220.798</u>

6. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>1998</u>	<u>1997</u>
PIS a compensar	29.063	-
Impostos a recuperar	25.730	359
Imposto de renda sobre aplicações financeiras	6.846	1.929
FINSOCIAL a compensar	<u>2.024</u>	<u>-</u>
	<u>63.663</u>	<u>2.288</u>

De acordo com levantamento realizado pela Companhia, foram registrados créditos de Programa de Integração Social - PIS em decorrência da inconstitucionalidade dos Decretos-Leis n°s 2.445 e 2.449, com base em decisão judicial transitada em julgado. Esses créditos estão sendo compensados com outros tributos federais, conforme a Instrução Normativa n° 21/97 da Secretaria da Receita Federal.

A rubrica “Impostos a recuperar” registra, principalmente, créditos de imposto de renda e contribuição social, advindos da incorporação do Barateiro (Nota 16(c)), atualizados monetariamente.



7. INVESTIMENTOS

(a) Movimentação de investimentos

	<u>Rede Barateiro de Supermercados S.A. (‘Barateiro’)</u>	<u>Millo’s Comercial Carajás S.A. (‘Millo’s’)</u>	<u>MCP S/C (‘MCP’)</u>
Em 31 de dezembro de 1996			
Adições			
Custo			
Ágio			
Amortização de ágio			
Transferências por incorporação para:			
• Imobilizado			
• Diferido			
• Outros ativos líquidos			
Em 31 de dezembro de 1997			
Adições			
Custo	58.355	1.651	13.536
Ágio	222.517	34.217	11.496
Equivalência patrimonial	(480)	-	60
Amortização de ágio	-	(2.386)	(124)
Transferências por incorporação para:			
• Imobilizado	(292)	-	(13.275)
• Diferido	(222.517)	(31.830)	-
• Outros ativos líquidos	(57.583)	(1.625)	(11.693)
• Resultado	-	(27)	-
	<u>-</u>	<u>(27)</u>	<u>-</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

	<u>Stratosfera Administradora S/C Ltda. (‘Stratosfera’)</u>	<u>Pat Comercial Ltda. (‘Pat’)</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 1996				
Adições				
Custo	-	2.500	3.363	5.863
Ágio	-	8.754	19.074	27.828
Amortização de ágio	-	(412)	(1.902)	(2.314)
Transferências por incorporação para:				
• Imobilizado	-	-	(30.074)	(30.074)
• Diferido	-	-	(25.589)	(25.589)
• Outros ativos líquidos	-	-	(1.072)	(1.072)
Em 31 de dezembro de 1997				
Adições				
Custo	123	-	549	74.214
Ágio	4.127	-	-	272.357
Equivalência patrimonial	-	-	-	(420)
Amortização de ágio	-	(1.098)	-	(3.608)
Transferências por incorporação para:				
• Imobilizado	-	-	-	(13.567)
• Diferido	-	(9.744)	-	(264.091)
• Outros ativos líquidos	-	-	-	(70.901)
• Resultado	-	-	-	(27)
	<u>4.250</u>	<u>-</u>	<u>1.372</u>	<u>5.622</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

(i) Empresas adquiridas no exercício e incorporadas em 28 de setembro de 1998 (Nota 16(c)).

Barateiro: Em 1º de junho de 1998, foi adquirida a totalidade das ações do Barateiro, com base no patrimônio líquido de 31 de maio de 1998, examinado por auditores independentes.

O acervo dessa empresa estava representado por 32 pontos comerciais localizados na região da Grande São Paulo e interior do Estado de São Paulo. Do preço acordado, R\$ 37.688 serão pagos a prazo, com vencimento previsto para junho de 1999, estando registrados na rubrica “Obrigações por compra de ativos”.

Esse montante está sendo atualizado por variação cambial, acrescida da taxa LIBOR semestral + 1% a.a.



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



O ágio apurado nessa aquisição está fundamentado em laudo emitido por peritos independentes, com sustentação, principalmente, na expectativa de rentabilidade futura, e será amortizado no prazo e extensão das projeções que o determinaram, inferior a dez anos. Na incorporação, a parcela do ágio relativa à expectativa de rentabilidade futura foi transferida para o ativo diferido.

Millo's: Adquirida em fevereiro de 1998, com acervo representado por 3 pontos comerciais localizados na Grande São Paulo. O ágio pago na aquisição dessa empresa, transferido para o ativo diferido na incorporação, relativo à expectativa de rentabilidade futura, está suportado por laudo emitido por peritos independentes, sendo amortizado na extensão das projeções de rentabilidade futura que o determinaram, no prazo de até 5 anos.

MCP: Adquirida no início de 1998, com acervo representado por um terreno na cidade de São Paulo. O ágio pago nessa aquisição é representado pela mais-valia do ativo adquirido, estando suportado por laudo emitido por peritos independentes.

(ii) Empresa controlada

Stratosfera: O controle acionário dessa empresa foi adquirido em 3 de dezembro de 1998, e seu acervo está representado por imóvel operacional localizado na região de Barueri - SP, onde já operava uma loja da Companhia. O ágio pago nessa aquisição está suportado por laudo emitido por peritos independentes, relativo à mais-valia do ativo imobilizado e deverá ser amortizado no prazo de realização do respectivo ativo.

De conformidade com a Instrução CVM nº 247, de 27 de março de 1996, as demonstrações financeiras da empresa Stratosfera não estão sendo consolidadas às demonstrações financeiras da Companhia, tendo em vista o objetivo da administração, de descontinuar essa empresa e em face de suas operações não serem relevantes.

(b) **Saldos e transações com partes relacionadas**

	1998		
	Pão de Açúcar S.A. Indústria e Comércio	Pão de Açúcar Publicidade Ltda.	Península Participações S.A.
Saldos			
Dividendos propostos e/ou juros sobre o capital próprio (líquido)	(24.270)	-	(3.666)
Contas a receber (a pagar) - mútuo	1.721	-	-
Outras contas a receber (a pagar)	172	(1.149)	-
Transações			
Serviços prestados e aluguéis	(807)	(12.951)	-
Compras	-	-	-
Propaganda e fretes	-	-	-
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	408	-	-

	1998			1997
	Barateiro	Millo's	Total	Total
Saldos				
Dividendos propostos e/ou juros sobre o capital próprio (líquido)	-	-	(27.936)	(36.047)
Contas a receber (a pagar) - mútuo	-	-	1.721	(2.910)
Outras contas a receber (a pagar)	-	-	(977)	(721)
Transações				
Serviços prestados e aluguéis	116	139	(13.503)	(12.961)
Compras	15.417	23.782	39.199	-
Propaganda e fretes	780	328	1.108	-
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	442	59	909	(21)

As operações realizadas com partes relacionadas são efetuadas a preços e condições normais de mercado. O contrato de mútuo com a empresa controladora está sujeito a encargos financeiros equivalentes a juros de mercado. Em 31 de julho de 1998, a Companhia adquiriu parte dos ativos e assumiu passivos da empresa controladora, Pão de Açúcar S.A. Indústria e Comércio (Nota 10).

No período compreendido entre a data de aquisição e a incorporação das empresas Millo's e Barateiro, as operações de compra de mercadorias, fretes e propaganda foram realizadas por intermédio da Companhia. As compras de mercadorias referem-se ao abastecimento das lojas dessas empresas, pelo centro de distribuição da Companhia e foram efetuadas a preço de custo.



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



8. IMOBILIZADO

	1998		1997		%
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	Taxas anuais de depreciação
Terrenos	369.616	-	369.616	294.604	
Edifícios	605.666	68.602	537.064	335.205	4
Benfeitorias e melhoramentos	335.793	143.360	192.433	119.899	10 a 33
Equipamentos	281.496	150.476	131.020	90.658	10 a 20
Instalações	101.110	40.470	60.640	39.355	20
Móveis e utensílios	49.707	37.385	12.322	9.076	10
Veículos	16.289	5.774	10.515	6.848	20
Imobilizações em andamento	69.693	-	69.693	15.677	
Outros	8.906	2.387	6.519	6.209	
	<u>1.838.276</u>	<u>448.454</u>	<u>1.389.822</u>	<u>917.531</u>	

As inversões diretas no ativo imobilizado totalizaram R\$ 557.252 (1997 - R\$ 390.108) (incluem capitalização de juros). Estas inversões referem-se, basicamente, às obras de construção de novas lojas, ampliação do centro de distribuição, reformas de diversas lojas, investimentos em equipamentos, compra de terrenos para expansão das atividades e aquisição de ativos das empresas adquiridas. As referidas inversões, principalmente a parcela da compra do Barateiro, a compra de terrenos e de unidades comerciais foram, em parte, financiadas e estão apresentadas na rubrica "Obrigações por compra de ativos", no montante de R\$ 48.006 (1997 - R\$ 49.100). Dentre essas inversões encontra-se a compra de ativos operacionais da empresa controladora, no montante de R\$ 34.300 (Nota 10), além dos ativos incorporados das empresas controladas (Nota 16(c)).

De conformidade com a Deliberação CVM nº 193, de 11 de julho de 1996, estão sendo capitalizados, durante o processo de construção ou reforma de lojas, os juros e encargos financeiros decorrentes de financiamentos obtidos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, para os fins específicos de expansão operacional, sendo que a primeira entrada de recursos ocorreu em fins de 1997. Em 1997, os juros e encargos financeiros não foram capitalizados em função de sua imaterialidade. Em 1998, foram capitalizados R\$ 13.492. A alocação dos juros e encargos financeiros ao resultado será feita em consonância com os prazos de depreciação dos ativos financiados.

As imobilizações em andamento referem-se às reformas em diversas lojas da Companhia e construção de novas lojas.

9. DIFERIDO

Em 31 de dezembro de 1996

Adições	6.722
Transferido de investimentos	25.589
Amortização	(304)
	<u>32.007</u>

Em 31 de dezembro de 1997

Adições	26.560
Transferido de investimentos	264.091
Amortização	(15.503)
	<u>307.155</u>

Em 31 de dezembro de 1998

O ativo diferido está representado, principalmente, pelos ágios relativos à expectativa de rentabilidade futura de empresas controladas, suportados por laudos emitidos por peritos independentes, sendo que essas empresas foram incorporadas ao patrimônio da Companhia durante o exercício (Notas 7(a) e 16(c)). Esses ágios estão sendo amortizados no prazo e extensão das projeções de rentabilidade que os determinaram.

As adições em 1998 incluem, principalmente, o ágio pago na compra de 13 pontos comerciais da empresa G. Aronson e Cia. Ltda., no montante de R\$ 19.000, relativo à rentabilidade futura. Esse ágio está sendo amortizado no prazo e extensão das projeções de rentabilidade que o determinaram, 7 anos, e está suportado por laudo emitido por peritos independentes.

Foi adquirido o direito de concessão para operar três lojas da empresa Sociedade de Abastecimento de Brasília S.A. - SAB, no montante de R\$ 5.858, que será amortizado pelo prazo do direito de concessão de 10 anos.



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



10. AQUISIÇÃO DE ATIVOS E PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS TRIBUTÁRIAS

Em 31 de julho de 1998, a Companhia adquiriu da empresa controladora, imóveis operacionais localizados na Grande São Paulo (terreno e edifício da loja no Jabaquara), no Distrito Federal e em Pernambuco, pelo montante de R\$ 34.300, avaliados pelo valor de mercado, conforme laudos de avaliação emitidos por peritos independentes. Como forma de pagamento dos ativos adquiridos, a Companhia assumiu provisões para contingências tributárias no montante de R\$ 33.605, cuja legalidade está sendo discutida judicialmente (Nota 13), complementados por R\$ 695 pagos em espécie.

As provisões referem-se a tributos que estão em nome da própria Companhia e haviam sido transferidos por cisão à empresa controladora em 30 de setembro de 1994, embora, nos termos da legislação vigente, permanecessem, perante a autoridade fazendária, como responsabilidade, em última instância, da Companhia.

11. FINANCIAMENTOS

<u>Curto prazo</u>	<u>Juros e encargos anuais</u>	<u>1998</u>	<u>1997</u>
Local			
BNDES	Varição cambial + 3,5% TJLP + 3,5%	11.358 39.708 51.066	2.253 11.018 13.271
Capital de giro	23,4% (1997 - 21,8%)	1.609	11.817
Do exterior			
Capital de giro			
Terceiros	Varição cambial e 5,7% a 15,1% (1997 - 6,2% a 13,1%)	276.744	34.617
Sociedade ligada	(1997 - 7,4% a 13,8%)	-	187.274
Importações	LIBOR + 0,75% a 2,9% (1997 - LIBOR + 0,6% a 3,0%)	18.472 347.891	7.674 254.653
<u>Longo prazo</u>			
Local			
BNDES	Varição cambial + 3,5% TJLP + 3,5%	44.699 232.692 277.391	50.687 160.024 210.711
Do exterior			
Expansão			
Terceiros	Varição cambial e 5,7% a 13,0%	139.845	-
Importações	LIBOR + 0,75% a 2,9%	580 417.816	- 210.711
Financiamentos de longo prazo por ano de vencimento:			
2000			203.828
2001			71.250
2002			67.326
2003			58.240
2004 em diante			17.172 417.816

O contrato de abertura de linha de crédito com o BNDES foi firmado em 23 de outubro de 1997, no montante principal de aproximadamente R\$ 312.900, sendo a última parcela recebida em outubro de 1998, totalizando recursos, corrigidos monetariamente, de R\$ 317.397. Os juros incidentes sobre os referidos créditos são de 3,5% ao ano acima da TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo (83% da linha) ou acima da cesta de moedas estrangeiras do BNDES (17% da linha) e estão sendo apropriados mensalmente. Os pagamentos estão sendo efetuados em 60 parcelas mensais após o período de carência de 12 meses.

O contrato exige a manutenção, por parte da Companhia, de certos níveis de capitalização e liquidez corrente e a integralização do crédito no programa de investimentos da Companhia, com a implantação de lojas e compra de equipamentos. A empresa controladora ofereceu fiança, responsabilizando-se solidariamente até a liquidação do contrato.

Os financiamentos de capital de giro estão representados substancialmente por captações com encargos financeiros pré-fixados e utilizados em operações de crédito direto ao consumidor, principalmente crediário e cheques pré-datados.

A Companhia utiliza-se de operações com moeda estrangeira e derivativos ("swap") como forma de proteger-se de variações em certos financiamentos (Nota 17).

Em garantia dos financiamentos, foram oferecidas notas promissórias e avais dos acionistas.



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



12. DEBÊNTURES

<u>Curto prazo</u>	<u>Juros e encargos anuais</u>	<u>1998</u>	<u>1997</u>
1ª emissão - 1ª série	TJLP + 8%	3.021	2.702
2ª emissão - 1ª série	IGP-M + 13%	11.193	-
2ª série	IGP-M + 13%	1.599	-
		<u>15.813</u>	<u>2.702</u>
<u>Longo prazo</u>			
1ª emissão - 1ª série	TJLP + 8%	115.292	103.104
2ª emissão - 1ª série	IGP-M + 13%	174.622	-
2ª série	IGP-M + 13%	24.946	-
		<u>314.860</u>	<u>103.104</u>

(a) 1ª emissão

Não houve, em 1998, nenhum evento, conversão ou repactuação relativos à 1ª emissão ocorrida em 1º de setembro de 1997; entretanto, por estar estipulado no contrato, o preço de conversão foi equiparado ao preço de R\$ 30,00 da 2ª emissão.

(b) 2ª emissão

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 13 de julho de 1998, foi aprovada a proposta do Conselho de Administração para a 2ª emissão de 400.000 debêntures, representadas por um número indeterminado de séries, e colocação pública de debêntures, contendo as seguintes principais características:

- Datas de início da emissão e de distribuição: 01/07/98 e 18/08/98, respectivamente;
- Forma e espécie: debêntures escriturais, com garantia subordinada, com custódia dos direitos creditórios em favor dos debenturistas;
- Valor nominal: as debêntures têm valor nominal unitário, na data de emissão, de R\$ 1.000,00;
- Quantidade: foram emitidas 2 séries, sendo a 1ª série de 175.000 debêntures conversíveis em ações preferenciais e a 2ª série de 25.000 debêntures simples;
- Ágio: as debêntures foram emitidas com ágio de 18,77%;
- Preço de subscrição: valor nominal atualizado pelo Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), acrescido de juros de 13% ao ano;
- Remuneração: IGP-M acrescido de juros de 13% ao ano; pagos anualmente, ocorrendo o primeiro pagamento em 01/07/1999 e o último em 01/07/2003;
- Vencimento das debêntures: 1º de julho de 2003;
- Amortização programada: amortização em parcelas conforme a seguinte programação:

1ª série

<u>Data</u>	<u>Parcela de amortização do valor nominal atualizado</u>	<u>Valor da parcela de amortização do valor nominal da data de emissão (R\$)</u>
01/07/2001	33,3%	333,00
01/07/2002	33,3%	333,00

O prazo de amortização das debêntures de 1ª série é de 5 anos e a programação acima prevista somente ocorrerá, a exclusivo critério da Companhia, no primeiro dia subsequente ao término dos 36º e 48º meses contados da data de emissão, respectivamente, 01/07/2001 e 01/07/2002, caso haja condições de negociação das ações preferenciais por preço mínimo de 30% superior ao preço de conversão das debêntures da 1ª série, acrescido de IGP-M.

2ª série

<u>Data</u>	<u>Parcela de amortização do valor nominal atualizado</u>	<u>Valor da parcela de amortização do valor nominal da data de emissão (R\$)</u>
01/07/2001	33,3%	333,00
01/07/2002	33,3%	333,00
01/07/2003	33,3%	334,00

- Conversibilidade da 1ª série da 2ª emissão: poderão ser convertidas em ações preferenciais da Companhia, pelo seu valor nominal acrescido da remuneração descrita anteriormente, a qualquer momento, a partir da data de subscrição, à opção dos debenturistas. A quantidade de ações preferenciais nominativas de emissão da Companhia, decorrentes da conversão de cada debênture, será de 33.333. Na hipótese de a Companhia optar pela amortização, quer seja no 36º ou no 48º mês, contados da data de emissão, com amortizações respectivamente em 01/07/2001 ou 01/07/2002, cada debênture poderá ser convertida, a partir do evento de amortização, em 22.233 ações.



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



13. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

	<u>1998</u>	<u>1997</u>
Imposto de renda	58.075	30.198
Trabalhistas	20.634	17.615
PIS	9.402	5.604
FINSOCIAL	8.267	-
COFINS	5.433	251
ICMS e outros	3.101	667
	<u>104.912</u>	<u>54.335</u>

A Companhia está questionando, por meio de seus assessores jurídicos, a legalidade do limite de 30% de compensação dos prejuízos fiscais, estabelecido pela Lei nº 8.981/95, sendo que, conservadoramente, os montantes não recolhidos estão sendo provisionados na rubrica "Provisão para contingências".

Com a incorporação do Barateiro (Nota 16(c)), a Companhia adicionou R\$ 7.524 à sua provisão para contingências.

Do montante de provisões para contingências, relativas a PIS e FINSOCIAL, foram revertidos para os resultados, R\$ 19.690, como resultado de avaliação dos advogados da Companhia, tendo como base a evolução favorável das diversas causas.

14. IMPOSTO DE RENDA

	<u>Ativo</u>	<u>Circulante</u>	<u>Passivo</u> <u>Longo prazo</u>
Em 31 de dezembro de 1996	26.126	8.772	10.876
Adições líquidas	5.065	-	-
Pagamento/realização	-	(8.772)	(1.286)
Imposto de renda na fonte - juros sobre o capital próprio	-	5.737	-
Em 31 de dezembro de 1997	31.191	5.737	9.590
Baixas/reversões líquidas	(12.607)	-	-
Pagamento/realização	-	(5.737)	(1.249)
Imposto de renda na fonte - juros sobre o capital próprio	-	6.000	-
Em 31 de dezembro de 1998	<u>18.584</u>	<u>6.000</u>	<u>8.341</u>

O saldo de imposto de renda ativo refere-se, principalmente, aos créditos sobre diferenças temporárias e sobre os efeitos da correção monetária do "Plano Verão". A provisão para imposto de renda do passivo a longo prazo tem, como base, o lucro inflacionário gerado até 1994.

Com base em liminar judicial, a Companhia considera, na definição dos montantes a pagar do imposto sobre a renda, os efeitos da depreciação dos bens do ativo permanente decorrente da diferença de correção monetária do denominado "Plano Verão". O montante total da referida depreciação é de aproximadamente R\$ 134.034, integralmente utilizado para o cálculo da base do imposto de renda. Conservadoramente, a Companhia não reconhece nos registros contábeis correspondentes às obrigações tributárias, a redução do encargo que decorreria dessa compensação.

15. IMPOSTOS PARCELADOS

Os impostos parcelados em 31 de dezembro de 1998 tem seus saldos remanescentes para pagamento no prazo de até 25 meses.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social e direitos das ações

O capital social autorizado da Companhia é de 100.000.000.000 de ações. O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 78.116.125.080 ações nominativas sem valor nominal, sendo 50.066.371.760 ações ordinárias com direito a voto e 28.049.753.320 ações preferenciais.

As ações preferenciais não possuem direito a voto, mas conferem todos os direitos e vantagens das ações ordinárias, além da prioridade assegurada pelo estatuto social no reembolso do capital e no recebimento de um dividendo mínimo anual de R\$ 0,15 por lote de mil ações, não cumulativo.

Aos titulares de ações de qualquer espécie serão atribuídos, em cada exercício, dividendos e/ou juros sobre o capital próprio não inferiores a 25% do lucro líquido, calculados nos termos da legislação societária.

(b) Reservas de lucros

(i) Reserva legal: Montante equivalente a 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social.

(ii) Reserva para expansão: Montante aprovado pelos acionistas, visando assegurar recursos para financiar aplicações adicionais de capital fixo e manutenção do capital circulante.



- (iii) Reserva de lucros a realizar: Essa reserva está sendo realizada na proporção de realização do ativo permanente, que gerou o referido saldo credor.
- (iv) Retenção de lucros: O montante, em 31 de dezembro de 1998, está à disposição da Assembléia Geral dos Acionistas, para destinação.

(c) **Incorporação de empresas controladas**

Em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 28 de setembro de 1998, foi aprovada a incorporação dos patrimônios das subsidiárias a seguir descritas, substituindo os seus ativos e passivos pertinentes, sem quaisquer efeitos no patrimônio líquido da Companhia.

A situação patrimonial das incorporadas, refletida nos balanços encerrados em 31 de agosto de 1998 (base para incorporação), discriminada no laudo de avaliação de peritos independentes, demonstra:

	<u>Barateiro</u>	<u>Millo's</u>	<u>MCP</u>	<u>Pat</u>	<u>Total</u>
Ativo					
Bancos e aplicações financeiras	23.612	-	47	-	23.659
Impostos a recuperar	17.613	4.541	-	-	22.154
Outros	3.492	-	-	-	3.492
Circulante	<u>44.717</u>	<u>4.541</u>	<u>47</u>	-	<u>49.305</u>
Depósitos judiciais	1.070	-	-	-	1.070
Mútuo com controladora	21.218	-	11.646	-	32.864
Realizável a longo prazo	<u>22.288</u>	-	<u>11.646</u>	-	<u>33.934</u>
Imobilizado	292	-	13.275	-	13.567
Investimento	549	-	-	-	549
Diferido	-	-	-	2.500	2.500
Permanente	841	-	13.275	2.500	16.616
Total	<u>67.846</u>	<u>4.541</u>	<u>24.968</u>	<u>2.500</u>	<u>99.855</u>
Passivo					
Circulante	2.447	330	-	-	2.777
Provisão para contingências	7.524	-	-	-	7.524
Mútuo com controladora	-	2.586	-	-	2.586
Exigível a longo prazo	7.524	2.586	-	-	10.110
Patrimônio líquido	<u>57.875</u>	<u>1.625</u>	<u>24.968</u>	<u>2.500</u>	<u>86.968</u>
Total	<u>67.846</u>	<u>4.541</u>	<u>24.968</u>	<u>2.500</u>	<u>99.855</u>

Em conformidade com a Resolução CVM nº 183/95, a Companhia deduziu a reavaliação dos bens das subsidiárias integrais, dos ágios pagos na aquisição desses investimentos, correspondentes à mais-valia dos bens do ativo imobilizado que deram origem aos referidos ágios.

(d) **Dividendos propostos e/ou juros sobre o capital próprio**

(i) **Juros sobre o capital próprio**

Conforme mencionado na Nota 2(a), e em consonância com as disposições contidas na Deliberação CVM nº 207/96, a administração está propondo a distribuição aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, atribuindo-o aos dividendos obrigatórios, do montante de R\$ 40.000. Foi destacado o montante de R\$ 6.000, a título de imposto de renda na fonte, calculado à alíquota de 15% (Nota 14).

Ainda em relação à Deliberação CVM nº 207/96, a Companhia optou, para fins de atendimento às normas expedidas pela administração tributária federal, por contabilizar o montante de juros sobre o capital próprio, em contrapartida da conta "Despesas financeiras", e revertê-lo contra a conta "Lucros acumulados".

(ii) **Dividendos**

A administração propôs, para deliberação da Assembléia Geral Ordinária, dividendos a serem distribuídos, calculados como segue:

Lucro líquido do exercício	159.004
Reserva de lucros a realizar	4.997
Reserva legal	(7.950)
Base de cálculo dos dividendos	<u>156.051</u>
Dividendo mínimo obrigatório (25%) (R\$ 0,499 por lote de mil ações)	<u>39.013</u>
Dividendos e juros sobre o capital próprio:	
Dividendos	5.013
Juros sobre o capital próprio bruto	<u>40.000</u>
Total bruto	45.013
Imposto de renda na fonte - juros sobre o capital próprio - 15%	(6.000)
Total líquido	<u>39.013</u>



A administração da Companhia proporá à Assembléia Geral dos Acionistas que os juros sobre o capital próprio (R\$ 0,435 por lote de mil ações) sejam imputados ao dividendo mínimo obrigatório, tendo em vista a sua dedutibilidade fiscal, gerando ganho tributário de aproximadamente R\$ 10.000.

Os dividendos a serem distribuídos serão destinados do lucro líquido auferido no exercício de 1998.

(e) **Plano de opção de compra de ações preferenciais**

A Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 28 de abril de 1997, aprovou o plano de opção de outorga de compra de ações preferenciais para administradores e empregados da Companhia, sendo a primeira outorga correspondente ao ano de 1996.

O preço de cada lote é de, no mínimo, 60% da média ponderada das operações com as ações preferenciais na semana da outorga da opção. O percentual poderá ser variado para cada beneficiário ou série.

A aquisição do direito ao exercício da opção dar-se-á da seguinte forma e nos seguintes prazos: (i) 50% no último mês do terceiro ano subsequente à data da opção e (ii) 50% no último mês do quinto ano subsequente à data da opção, ficando condicionada uma quantidade de ações com vínculo de inalienabilidade até a aposentadoria definitiva do beneficiário.

O exercício das opções garante aos beneficiários os mesmos direitos concedidos aos demais acionistas da Companhia. A administração desse plano foi atribuída a um comitê designado pelo Conselho de Administração.

As informações relativas ao plano de opções de compra de ações estão resumidas a seguir:

	Ações preferenciais (em milhares)
Opções concedidas	
Série I - 9 de maio de 1997	278.600
Série II - 22 de dezembro de 1997	373.200
Série III - 18 de dezembro de 1998	<u>1.007.074</u>
Volume global objeto do plano	<u>1.658.874</u>

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender necessidades próprias, bem como reduzir a exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros. A administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias de operação, estabelecimento de sistemas de controles e determinação de limites de posições.

Os valores estimados dos instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 1998 e de 1997, mencionados nas Notas 3 e 11, registrados em contas patrimoniais, não apresentam montantes de mercado significativamente diferentes dos reconhecidos nas demonstrações contábeis.

18. PROJETO "ANO 2000"

A Companhia, desde julho de 1997, vem trabalhando sobre seus sistemas e processos de negócios, objetivando o correto funcionamento depois do ano 1999. Dessa forma, a Companhia desenvolveu o projeto denominado "Ano 2000", com vistas a identificar os impactos e riscos sobre os processos de negócios, estabelecer metodologias e cronograma, determinar os custos e a alocação dos recursos necessários para a definitiva solução de problemas relacionados com o "Bug do Milênio".

A Companhia elegeu um coordenador para o projeto e constituiu um Grupo de Trabalho para sua viabilização. O projeto está sendo executado em 6 fases: (1) inventário; (2) análise de impacto; (3) planejamento; (4) conversão; (5) testes e (6) implantação. Atualmente alguns sistemas estão na fase de testes e alguns outros na fase de implantação. O mês-limite estabelecido para conclusão significativa do projeto é março de 1999.

A administração está adotando medidas para assegurar, também, que, até fins março de 1999, todos os softwares estejam adequados. Nesse processo foram identificados os softwares que pudessem vir a gerar problemas operacionais na chegada do ano 2000.

Os investimentos envolvendo conversão e atualização de programas, substituição de softwares, troca de equipamentos, contratação de serviços de terceiros e utilização de recursos internos, estão sendo estimados em cerca de R\$ 5.300, do quais já foram gastos, até 31 de dezembro de 1998, aproximadamente R\$ 2.650.

A administração da Companhia, consciente de que a não solução de problemas relacionados com a virada do milênio poderia vir até a acarretar possível interrupção de suas atividades, está envidando todos os esforços para o sucesso desse projeto conforme cronograma acima estabelecido.





19. SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 1998, a cobertura de seguros, considerada suficiente pela administração para cobrir eventuais sinistros, é resumida como segue:

<u>Bens segurados</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Montante da cobertura</u>
Imobilizado e estoques	Incêndio e riscos diversos	1.299.250
Numerário	Roubo	26.506

Adicionalmente, a Companhia mantém apólice específica para responsabilidade civil.

20. EVENTOS SUBSEQÜENTES

- (a) Em 18 de janeiro de 1999, a Companhia celebrou com os quotistas da empresa Peralta Comercial e Importadora Ltda. (convertida em Sociedade Anônima em 31 de janeiro de 1999) um protocolo de acordo, firmando uma associação para operar 37 lojas de supermercados e uma loja de hipermercado, em um total de 48.000 m² de área de vendas, todas localizadas no Estado de São Paulo.
Em 1º de fevereiro de 1999, a Companhia assumiu o controle acionário da Peralta Comercial e Importadora S.A., mediante subscrição de ações ordinárias.
- (b) Entre 13 e 15 de janeiro de 1999, ocorreram mudanças na política cambial até então adotada pelo Governo, resultando na liberação do controle cambial, efetuado anteriormente pelo sistema de bandas. Como consequência dessa decisão, o real acumulou, no período, até a presente data de 3 de fevereiro de 1999, uma desvalorização significativa em relação ao dólar norte-americano, comparada à cotação daquela moeda em 31 de dezembro de 1998. No momento, não é possível estimar os efeitos desse evento na situação patrimonial e financeira da Companhia, no resultado de suas operações e nas suas origens e aplicações de recursos, tão pouco determinar se a paridade cambial permanecerá nos níveis atuais.



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

IAN – INFORMAÇÕES ANUAIS



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

Data-Base - 31/12/1998

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIACÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES, RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01482-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO	3 - C.G.C. 47.508.411/0001-56
4 - DENOMINAÇÃO COMERCIAL PÃO DE AÇÚCAR	5 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ANTERIOR	6 - NIRE 35900089901

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO AVENIDA BRIGADEIRO LUÍS ANTÔNIO, 3142						2 - BAIRRO OU DISTRITO JARDIM PAULISTA		
3 - CEP 01402-000	4 - MUNICÍPIO SÃO PAULO					5 - UF SP		
6 - DDD 011	7 - TELEFONE 886-0533	8 - TELEFONE -	9 - TELEFONE -	10 - TELEX -	11 - DDD 011	12 - FAX 884-7177	13 - FAX -	14 - FAX -
15 - E-MAIL grupopaodeacucar.com.br								

01.03 - DEPARTAMENTO DE ACIONISTAS

1 - NOME MARISE RIEGER SALZANO				2 - CARGO ADVOGADA					
3 - ENDEREÇO COMPLETO AVENIDA BRIGADEIRO LUÍS ANTÔNIO, 3142						4 - BAIRRO OU DISTRITO JARDIM PAULISTA		5 - CEP 01402-000	
6 - MUNICÍPIO SÃO PAULO	7 - UF SP	8 - DDD 011	9 - TELEFONE 885-8055	10 - TELEFONE -	11 - TELEFONE -	12 - TELEX -	13 - DDD 011	14 - FAX 887-6899	
15 - FAX -	16 - FAX -		17 - E-MAIL -						

OUTROS LOCAIS DE ATENDIMENTO A ACIONISTAS

18 - ITEM	19 - MUNICÍPIO	20 - UF	21 - DDD	22 - TELEFONE	23 - TELEFONE
-----------	----------------	---------	----------	---------------	---------------

01.04 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM O MERCADO (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME RICARDO FLORENCE DOS SANTOS				2 - ENDEREÇO COMPLETO AVENIDA BRIGADEIRO LUÍS ANTÔNIO, 3142				3 - BAIRRO OU DISTRITO JARDIM PAULISTA		
4 - CEP 01402-000				5 - MUNICÍPIO SÃO PAULO						6 - UF SP
7 - DDD 011	8 - TELEFONE 886-0421	9 - TELEFONE -	10 - TELEFONE -	11 - TELEX -	12 - DDD 011	13 - FAX 884-2677	14 - FAX -	15 - FAX -		
16 - E-MAIL pa.relmerc@grupopaodeacucar.com.br										

01.05 - REFERÊNCIA / AUDITOR

1 - DATA DE INÍCIO DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL 01/01/1998				2 - DATA DE TÉRMINO DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL 31/12/1998				
3 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO 01/01/1999				4 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO 31/12/1999				
5 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR PRICEWATERHOUSECOOPERS				6 - CÓDIGO CVM 00287-9				

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - BOLSA DE VALORES ONDE POSSUI REGISTRO [] [1] BVBAAL [] [2] BVES [] [3] BVMESB [] [4] BVPP [] [5] BVPR [] [6] BVRG [] [7] BVRJ [X] [8] BOVESPA [] [9] BVST							2 - MERCADO DE NEGOCIAÇÃO BOLSA		
3 - TIPO DE SITUAÇÃO OPERACIONAL		4 - CÓDIGO DE ATIVIDADE 1040600 - SUPERMERCADOS			5 - ATIVIDADE PRINCIPAL COMÉRCIO VAREJISTA				

01.07 - CONTROLE ACIONÁRIO / VALORES MOBILIÁRIOS

1 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO PRIVADA NACIONAL					
2 - VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS PELA CIA. [X] [1] AÇÕES [] [2] AÇÕES RESGATÁVEIS [X] [3] DEBÊNTURES SIMPLES [X] [4] DEBÊNTURES CONVERSÍVEIS EM AÇÕES [] [5] PARTES BENEFICIÁRIAS [] [6] BÔNUS DE SUBSCRIÇÃO					

01.08 - PUBLICAÇÕES DE DOCUMENTOS

1 - AVISO AOS ACIONISTAS SOBRE DISPONIBILIDADE DAS DFs. -		2 - ATA DA AGO QUE APROVOU AS DFs. 30/04/1999			
3 - CONVOCAÇÃO DA AGO PARA APROVAÇÃO DAS DFs. 21/04/1999		4 - PUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 10/02/1999			

01.09 - JORNAIS ONDE A CIA. DIVULGA INFORMAÇÕES

1 - ITEM	2 - TÍTULO DO JORNAL	3 - UF	1 - ITEM	2 - TÍTULO DO JORNAL	3 - UF
01	O ESTADO DE SÃO PAULO	SP	03	FOLHA DE SÃO PAULO	SP
02	GAZETA MERCANTIL	SP	04	DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO	SP

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM O MERCADO

1 - DATA 27/03/1999	2 - ASSINATURA
------------------------	----------------



Proibido o uso não autorizado de documentos da Pefran



2.1 – COMPOSIÇÃO ATUAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA

<u>Item</u>	<u>Nome do Administrador / CPF</u>	<u>Data da Eleição</u>	<u>Prazo do Mandato</u>	<u>Código Tipo do Administrador*</u>	<u>Função</u>
01	Valentim dos Santos Diniz 010.479.308-20	28/04/1998	3 Anos	2	C.A. Presidente
02	Abilio dos Santos Diniz 001.454.918-20	28/04/1998	3 Anos	3	C.A. Vice-Presidente
03	Fernão Carlos Botelho Bracher 004.286.808-44	28/04/1998	3 Anos	2	C.A. Membro
04	Gerald Dinu Reiss 232.318.908-53	28/04/1998	3 Anos	2	C.A. Membro
05	Mailson Ferreira da Nobrega 043.025.837-20	28/04/1998	3 Anos	2	C.A. Membro
06	Pedro Luciano Marrey Junior 398.649.958-04	28/04/1998	3 Anos	2	C.A. Membro
07	Roberto Teixeira da Costa 007.596.358-20	28/04/1998	3 Anos	2	C.A. Membro
08	Luiz Marcelo Dias Sales 010.125.337-00	28/04/1998	3 Anos	2	C.A. Membro
09	Luiz Felipe Chaves D'Ávila 087.203.358-90	30/04/1999	2 Anos	2	C.A. Membro
10	José Mendo Vaz 973.707.118-20	30/04/1999	2 Anos	2	C.A. Membro
11	Augusto Marques da Cruz Filho 688.369.968-68	28/04/1998	3 Anos	3	C.A. Membro
12	Abilio dos Santos Diniz 001.454.918-20	28/04/1998	3 Anos	3	Diretor Presidente
13	Augusto Marques da Cruz Filho 688.369.968-68	28/04/1998	3 Anos	3	Diretor Superintendente (Por Acúmulo)
14	Ana Maria Falleiros dos S. Diniz D'Ávila 086.359.838-23	28/04/1998	3 Anos	1	Diretor de Marketing
15	João Paulo Falleiros dos Santos Diniz 101.342.358-51	28/04/1998	3 Anos	1	Diretor de Desenvolv. e Novos Negócios
16	Caio Racy Mattar 034.118.768-24	28/04/1998	3 Anos	1	Diretor de Investimentos e Obras
17	Augusto Marques da Cruz Filho 688.369.968-68	28/04/1998	3 Anos	3	Diretor Administrativo e Financeiro
18	Ricardo Florence dos Santos 812.578.998-72	28/04/1998	3 Anos	1	Diretor de Relações com o Mercado
19	George Washington Mauro 381.958.798-53	28/04/1998	3 Anos	1	Diretor
20	Valdemar Machado Junior 591.180.918-49	30/04/1999	2 Anos	1	Diretor

* Código: 1 – Pertence Apenas à Diretoria;
2 – Pertence Apenas ao Conselho de Administração;
3 – Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração.

2.2 – EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO E DIRETOR

VALENTIM DOS SANTOS DINIZ

Presidente do Conselho de Administração da Companhia. O Sr. Santos fundou o Grupo Pão de Açúcar em 1948 e é atualmente o Presidente do Conselho de Administração da PAIC e suas subsidiárias. Data de nascimento: 18/08/1913.

ABILIO DOS SANTOS DINIZ

Vice-Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Companhia. O Sr. Abilio dos Santos Diniz foi um dos fundadores da Associação Paulista de Supermercados (APAS) e da ABRAS, bem como membro do Conselho Monetário Nacional Brasileiro. É bacharel em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas e foi aluno da Columbia University em Nova Iorque e da University of Ohio em Dayton. O Sr. Abilio dos Santos Diniz é filho do Sr. Valentim dos Santos Diniz. Data de nascimento: 28/12/1936.

Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



FERNÃO CARLOS BOTELHO BRACHER

Membro do Conselho de Administração da Companhia. O Sr. Bracher foi membro do Conselho de Administração do Banco da Bahia S.A. e do Banco Central do Brasil (“Banco Central”) e Vice-Presidente Executivo da Atlântica Companhia Nacional de Seguros e do Banco Brasileiro de Descontos S.A. O Sr. Bracher foi também Presidente do Banco Central e Conselheiro Especial da negociação da dívida externa brasileira. Atualmente o Sr. Bracher é Presidente do Banco BBA Creditanstalt. O Sr. Bracher graduou-se em Direito na Universidade de São Paulo e frequentou a Universidade de Freiburg e Universidade de Heidelberg na Alemanha. Data de nascimento: 03/04/1935.

GERALD DINU REISS

Membro do Conselho de Administração da Companhia. O Sr. Reiss é sócio na firma brasileira Consemp Consultoria e Empreendimentos Industriais Ltda. Foi diretor de planejamento da Metal Leve S.A. e Vice-Presidente Executivo da Cevekol S.A. O Sr. Reiss graduou-se em Engenharia Elétrica na Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, tendo obtido títulos de MBA (Masters in Business Administration) e de PhD (doutorado) na Universidade da Califórnia, em Berkeley. Data de nascimento: 28/10/1944.

MAILSON FERREIRA DA NÓBREGA

Membro do Conselho de Administração da Companhia. O Sr. Ferreira da Nóbrega foi Ministro da Fazenda do Brasil de 1988 a 1990. Foi chefe da delegação brasileira junto ao Clube de Paris nas negociações de um acordo bilateral Brasil-Japão e antigo membro do Comitê da International Finance Corporation em Washington, D.C. O Sr. Ferreira da Nóbrega graduou-se em Economia no Centro de Ensino Unificado de Brasília. Data de nascimento: 14/05/1942.

PEDRO LUCIANO MARREY JUNIOR

Membro do Conselho de Administração da Companhia. O Sr. Marrey Jr. é sócio sênior de Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr., Moherdau e Quiroga Advogados. Foi Procurador na cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, e juiz no Tribunal de Impostos e Taxas do Estado de São Paulo. Graduou-se em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e é pós-graduado em Direito Tributário pela Universidade de Roma. Data de nascimento: 28/08/1946.

ROBERTO TEIXEIRA DA COSTA

Membro do Conselho de Administração da Companhia. O Sr. Teixeira da Costa foi o primeiro Presidente da CVM. Foi o antigo Vice-Presidente do Banco de Investimentos do Brasil e do Unibanco. O Sr. Teixeira da Costa é membro do Conselho de Administração de diversas grandes empresas brasileiras tais como Brasmotor S.A., Solvay do Brasil S.A. e São Paulo Alpargatas S.A. É também Presidente da divisão brasileira do Conselho de Executivos da América Latina, membro do Comitê Empresarial Permanente do Ministério das Relações Exteriores e membro do Fernand Braudel Institute of World Economics. O Sr. Teixeira da Costa graduou-se em Economia na Faculdade Nacional de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil. Data de nascimento: 05/12/1934.

LUIZ MARCELO DIAS SALES

Membro do Conselho de Administração da Companhia. O Sr. Sales foi fundador da Salles/DMB&B Publicidade S/A, assumindo a sua presidência. Em 1995 fundou a LMS Serviços Empresariais Ltda. Atualmente, Diretor da TV Manchete e da Bloch Editores, membro do Conselho de Administração do Banco da América do Sul S/A, membro do Conselho Consultivo da Andersen Consulting e Presidente do Conselho de Administração da Escola Superior de Propaganda e Marketing. O Sr. Sales graduou-se em engenharia agrônoma pela Escola Nacional de Agronomia do Rio de Janeiro e também em Planejamento Agrícola e Desenvolvimento Regional em Israel. Data de nascimento: 21/06/1934.

LUIZ FELIPE CHAVES D'ÁVILA

Membro do Conselho de Administração da Companhia. O Sr. D'Ávila foi diretor do Instituto Brasileiro de Direito Constitucional, editor dos jornais Gazeta Mercantil e O Estado de São Paulo. O Sr. D'Ávila é escritor, consultor político e fundador da Editora D'Ávila, da qual é Diretor e Presidente. O Sr. D'Ávila graduou-se em Ciências Políticas pela Universidade Americana em Paris. Data de nascimento: 24/08/1963.

JOSÉ MENDO VAZ

Membro do Conselho de Administração da Companhia. O Sr. Vaz é o atual Diretor Superintendente e Membro do Conselho Administrativo do Economus - Instituto de Seguridade Social dos funcionários da Nossa Caixa - Nosso Banco S.A., e integra o Conselho Deliberativo da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Privada. O Sr. Vaz exerceu também os cargos de Diretor Financeiro e Diretor Administrativo da Economus e foi também Diretor Regional Operacional e Diretor de Crédito à Pessoa Física da Nossa Caixa - Nosso Banco S.A. O Sr. Vaz graduou-se em Administração de Empresas pela Faculdade de Administração de Empresas de Catanduva. Data de nascimento: 16/04/1955.

Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



AUGUSTO MARQUES DA CRUZ FILHO

Membro do Conselho de Administração da Companhia. O Sr. Cruz acumula as funções de Diretor Superintendente e Diretor Administrativo e Financeiro da Companhia. O Sr. Marques da Cruz Filho foi Diretor Financeiro de Tintas Coral S.A. e do Grupo Bunge Born. É empregado da Companhia desde setembro de 1994. Graduiu-se em Economia pela Universidade São Paulo. O Sr. Marques da Cruz Filho foi membro do Conselho de Administração da Arafértil ISF - Ipiranga Serrana de Fertilizantes. Data de nascimento: 16/10/1952.

ANA MARIA FALLEIROS DOS SANTOS DINIZ D'ÁVILA

Diretora de Marketing da Companhia. É também responsável pelas relações públicas e assessoria de imprensa da Companhia, bem como pelas pesquisas mercadológicas e pelo Serviço de Atendimento ao Consumidor. É bacharel em Administração de Empresas pela Fundação Armando Álvares Penteado ("FAAP") e pós-graduada em Marketing pela Fundação Getúlio Vargas e pela FAAP. A Sra. Diniz D'Ávila é filha do Sr. Abílio dos Santos Diniz. Data de nascimento: 28/07/1961.

JOÃO PAULO FALLEIROS DOS SANTOS DINIZ

Diretor de Desenvolvimento e Novos Negócios da Companhia. O Sr. João Paulo Diniz começou sua carreira na Companhia em 1985. Foi o diretor responsável pelas empresas afiliadas da Companhia e pela Divisão Internacional, tendo sido responsável também pelos ativos da Companhia. O Sr. Diniz é bacharel em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas e frequentou a Escola de Administração de Londres. O Sr. João Paulo Diniz é filho do Sr. Abílio dos Santos Diniz. Data de nascimento: 19/09/1963.

CAIO RACY MATTAR

Diretor de Investimentos e Obras da Companhia. Anteriormente foi diretor da Reúne Engenharia e Construções Ltda., e atualmente é um dos Diretores da Companhia, responsável pelas áreas de investimentos e construção. É também membro do Conselho de Administração da Paramount Lansul S.A. O Sr. Mattar graduou-se em Engenharia pelo Instituto de Engenharia Paulista e frequentou a Escola de Administração de Empresas de Londres. Data de nascimento: 22/05/1957.

RICARDO FLORENCE DOS SANTOS

Diretor de Relações com o Mercado da Companhia. O Sr. Florence é empregado da Companhia desde 1984. É também responsável pelo Orçamento e Planejamento Financeiro da Companhia. Graduiu-se em Engenharia Química pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo e também em Administração de Empresas pela Universidade Mackenzie. Data de nascimento: 26/02/1955.

GEORGE WASHINGTON MAURO

Diretor da Companhia. O Sr. Mauro foi diretor dos Supermercados Carrefour e Sendas. Está empregado pela Companhia desde 1992. Graduiu-se em Administração de Empresas pelas Faculdades Metropolitanas Unidas. Data de nascimento: 09/07/1947.

VALDEMAR MACHADO JUNIOR

Diretor da Companhia. O Sr. Machado Junior está empregado na Companhia desde 1978, ocupando diversas áreas e desde 1995 é o Diretor Comercial da Companhia. Foi também Sócio Diretor da CHB Participações e Serviços Ltda. Graduiu-se em Administração de Empresas pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo - Fundação Getúlio Vargas. Data de nascimento: 24/10/1950.

3.1 – EVENTOS RELATIVOS À DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL

<u>Evento Base</u>	<u>Data do Evento</u>	<u>Pessoas Físicas e Jurídicas</u>	<u>Investidores Institucionais</u>	<u>Acordo de Acionistas</u>	<u>Ações Preferenciais com Direito a Voto</u>	
					<u>Sim / Não</u>	<u>Tipo</u>
AGO	30/04/1999	3.000	900	Não	Não	Não



Proibida a reprodução deste documento sem a autorização da Pefran



3.2 – POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DE AÇÕES COM DIREITO A VOTO

Item	Nome / Razão Social CPF / CGC Nacionalidade / UF	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total de Ações		Composição Capital Social	Part. no Acordo de Acionistas	Controlador
		(Mil)	%	(Mil)	%	(Mil)	%			
01	Pão de Açúcar S.A. Indústria e Comércio 61.550.182-0001/69 Brasileira / BR	39.459.858	78,47	9.143.214	32,60	48.603.072	62,04	30/04/1999	-	Sim
02	Península Participações S.A. 58.292.210-0001/80 Brasileira / BR	7.395.958	14,71	-	-	7.395.958	9,44	30/04/1999	-	-
03	Valentim dos Santos Diniz 010.479.308-20 Portuguesa	2.258.969	4,49	-	-	2.258.969	2,88	-	-	-
04	Abilio dos Santos Diniz 001.454.918-20 Brasileira / SP	251.279	0,50	-	-	251.279	0,32	-	-	-
05	Lucília Maria Diniz Gallo 323.078.538-04 Brasileira / SP	885.469	1,76	-	-	885.469	1,13	-	-	-
98	Outros	35.471	0,07	18.906.539	67,40	18.942.010	24,19	-	-	-
99	Total	50.287.004	100,00	28.049.753	100,00	78.336.757	100,00			

3.3 – DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

Item	Controladora / Investidora	Data de Composição do Capital Social						
01	PÃO DE AÇÚCAR S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO	30/04/1999						
Item	Nome/Razão Social CPF / CGC Nacionalidade / UF	Ações Ordinárias/ Cotas (Unidades)	%	Ações Preferenciais (Unidades)	%	Ações Cotas / Total (Unidades)	%	Composição do Capital Social
0101	Valentim dos Santos Diniz 010.479.308-20 Portuguesa / SP	60.619	34,93	-	-	60.619	34,93	-
0102	Península Participações S.A. 58.292.210-0001/80 Brasileira / BR	47.161	27,18	-	-	47.161	27,17	30/04/1999
0103	Abilio dos Santos Diniz 001.454.918-20 Brasileira / SP	42.208	24,32	2	66,67	42.210	24,32	-
0104	Lucília Maria Diniz Gallo 323.078.538-04 Brasileira / SP	23.557	13,57	1	33,33	23.558	13,58	-
0199	Total	173.545	100,00	3	100,00	173.548	100,00	

3.3 – DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

Item	Controladora / Investidora	Data de Composição do Capital Social
02	PENÍNSULA PARTICIPAÇÕES S.A.	30/04/1999



Proibida a reprodução deste documento sem a autorização da Pefran



Item	Nome/Razão Social CPF / CGC Nacionalidade / UF	Ações Ordinárias / Cotas		Ações Preferenciais		Ações Cotas / Total		Composição do Capital Social
		(Unidades)	%	(Unidades)	%	(Unidades)	%	
0201	Abilio dos Santos Diniz 001.454.918-20 Brasileira / SP	10	1,00	-	-	10	1,00	-
0202	Maria A. Auriluce F. B. Falleiros 171.422.068-02 Brasileira / SP	10	1,00	-	-	10	1,00	-
0203	Ana Maria F. dos Santos Diniz D'Ávila 086.359.838-23 Brasileira / SP	245	24,50	-	-	245	24,50	-
0204	João Paulo Falleiros dos Santos Diniz 101.342.358-51 Brasileira / SP	245	24,50	-	-	245	24,50	-
0205	Adriana F. dos Santos Diniz Abrão 105.549.158-98 Brasileira / SP	245	24,50	-	-	245	24,50	-
0206	Pedro Paulo Falleiros dos Santos Diniz 147.744.788-14 Brasileira / SP	245	24,50	-	-	245	24,50	-
0299	Total	1.000	100,00	-	-	1.000	100,00	-

4.1 – COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

1) Data da Última Alteração: 26/02/1999

Item	Espécie das Ações	Nominativa ou Escritural	Valor Nominal (Reais)	Quantidade de Ações (Mil)	Subscrito (Reais Mil)	Integralizado (Reais Mil)
01	Ordinárias	Escritural	-	50.287.004	346.948	346.948
02	Preferenciais	Escritural	-	28.049.753	193.526	193.526
99	Totais	-	-	78.336.757	540.474	540.474

4.2 – CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

Item	Data da Alteração	Valor do Capital Social (Reais Mil)	Valor da Alteração (Reais Mil)	Origem da Alteração	Quantidade de Ações Emitidas (Mil)	Preço da Ação na Emissão (Reais)
01	09/04/1996	293.814	37.932	Correção Monetária	-	-
02	28/04/1997	352.292	58.478	Juros sobre Capital Próprio	-	-
03	05/06/1997	513.542	161.250	Subscrição Particular em Dinheiro	7.500.000	0,0215000000
04	17/06/1997	537.730	24.188	Subscrição Particular em Dinheiro	1.125.000	0,0215000000
05	26/02/1999	540.474	2.744	Incorporação de Empresas	220.632	0,0124370000

4.4 – CAPITAL SOCIAL AUTORIZADO

Quantidade (Mil)	Valor (Reais Mil)	Data da Autorização
100.000.000	-	30/06/1998

4.5 – COMPOSIÇÃO DO CAPITAL AUTORIZADO

Item	Espécie	Classe	Quantidade de Ações Autorizadas à Emissão (Mil)
01	Ordinárias	-	50.287.004
02	Preferenciais	-	49.712.996



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



5.2 – PARTES BENEFICIÁRIAS, BÔNUS DE SUBSCRIÇÃO OU OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES

Item	Valor Mobiliário	Data da Deliberação	Deliberação Evento	Data da Emissão	Quantidade em Circulação (Mil)	Valor Nominal (Reais Mil)	Vencimento	Conversível/ Exercível
01	Opção de Compra de Ações	28/04/1997	AGO/E	09/02/1997	278.600	0,01	09/05/2002	Sim
02	Opção de Compra de Ações	28/04/1997	AGO/E	22/12/1997	373.200	0,01	22/12/2002	Sim
03	Opção de Compra de Ações	28/04/1997	AGO/E	18/12/1998	1.007.074	0,01	18/12/2003	Sim

6.1 – PROVENTOS DISTRIBUÍDOS NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

Item	Provento	Aprovação da Distribuição Evento	Data da Aprovação Distribuição	Término do Exercício Social	Lucro ou Prejuízo Líquido no Período (Reais Mil)	Valor do Provento por Ação	Espécie das Ações	Montante do Provento (Reais Mil)	Data de Início de Pagamento
01	Dividendo	AGO	28/04/1997	31/12/1996	120.681	0,0004336670	Ordinária	21.712	26/06/1997
02	Dividendo	AGO	28/04/1997	31/12/1996	120.681	0,0004336670	Preferencial	8.424	26/06/1997
03	Dividendo	AGO	28/04/1998	31/12/1997	143.728	0,0000452520	Ordinária	2.266	25/06/1998
04	Dividendo	AGO	28/04/1998	31/12/1997	143.728	0,0000452520	Preferencial	1.268	25/06/1998
05	Juros sobre o Capital Próprio	AGO	28/04/1998	31/12/1997	143.728	0,0004162130	Ordinária	20.838	25/06/1998
06	Juros sobre o Capital Próprio	AGO	28/04/1998	31/12/1997	143.728	0,0004162130	Preferencial	11.675	25/06/1998
07	Dividendo	AGO	30/04/1999	31/12/1998	159.004	0,0000641732	Ordinária	3.213	25/06/1999
08	Dividendo	AGO	30/04/1999	31/12/1998	159.004	0,0000641732	Preferencial	1.800	25/06/1999
09	Juros sobre o Capital Próprio	AGO	30/04/1999	31/12/1998	159.004	0,0004352494	Ordinária	21.791	25/06/1999
10	Juros sobre o Capital Próprio	AGO	30/04/1999	31/12/1998	159.004	0,0004352494	Preferencial	12.209	25/06/1999

6.3 – DISPOSIÇÕES ESTATUTÁRIAS DO CAPITAL SOCIAL

Item	Espécie da Ação	Classe da Ação	% do Capital Social	% Tipo Dividendo Fixo	% Tipo Dividendo Mínimo	% Tipo Dividendo Cumulativo	Base de Cálculo	Prev. Reembolso de Capital	Prêmio	Direito a Voto
01	Preferencial	-	35,81	-	25,00	-	Baseado no Lucro	Sim	Não	Não
02	Ordinária	-	64,19	-	25,00	-	Baseado no Lucro	Sim	Não	Sim

6.4 – MODIFICAÇÃO ESTATUTÁRIA

Data da Última Modificação do Estatuto

Dividendo Obrigatório (% do Lucro)

26/02/1999

25,00

7.1 – REMUNERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DOS ADMINISTRADORES NO LUCRO

Participação dos Administradores no Lucro	Valor da Remuneração Global dos Administradores (Reais Mil)	Periodicidade
Sim	5.500	Anual

7.2 – PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

Não se aplica à Companhia.

8.1 – CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1 - Item	01	02	03
2 - N° Ordem	1	2	2
3 - N° Registro na CVM	SEP/GER/DCA-97/016	SEP/GER/DCA-98/0013	SEP/GER/DEB-98/0060
4 - Data do Registro CVM	22/09/1997	17/08/1998	17/08/1998
5 - Série Emitida	Única	1	2
6 - Tipo de Emissão	Conversível	Conversível	Simplex
7 - Natureza Emissão	Pública	Pública	Pública
8 - Data da Emissão	01/09/1997	01/07/1998	01/07/1998
9 - Data de Vencimento	01/09/2002	01/07/2003	01/07/2003
10 - Espécie da Debênture	Subordinada	Subordinada	Subordinada
11 - Condição de Remuneração Vigente	TJLP + juros de 8% a.a.	IGP-M + 13% de juros a.a.	IGP-M + 13% de juros a.a.
12 - Prêmio/Deságio	32,69%	18,77%	18,77%
13 - Valor Nominal (Reais)	1.183,13	1.061,80	1.061,80
14 - Montante Emitido (Reais Mil)	118.313	185.815	26.545
15 - Q. Títulos Emitidos (Unidade)	100.000	175.000	25.000
16 - Título Circulação (Unidade)	100.000	175.000	25.000
22 - Data do Próximo Evento	01/07/1999	01/07/1999	01/07/1999

Proibida a reprodução deste documento sem a autorização da Pefran



9.1 – BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA

Da coragem e espírito empreendedor de um imigrante português, Valentim dos Santos Diniz, que chegou ao Brasil em 1929, nasceu um grande sonho: o de construir uma empresa sólida, que não só desempenhasse suas funções comerciais, mas também cumprisse uma função social. No país que escolheu para chamar de sua pátria, o Sr. Santos, como é chamado, fundou em 1948 a doceira Pão de Açúcar. Era o início de um dos maiores grupos empresariais brasileiros.

Com o desenvolvimento dos negócios da Doceira Pão de Açúcar, quatro anos mais tarde, em 1952, já existiam duas filiais. Em 1959, é inaugurado o primeiro supermercado da rede que, já em 1965, após a incorporação da cadeia “Sirva-se”, chegava a 11 lojas. No ano seguinte, é inaugurada em Santos a primeira loja fora da cidade de São Paulo. Em 1968, quando a rede já era composta por 64 lojas, foi criada a Divisão Internacional, fazendo com que as lojas da Companhia Brasileira de Distribuição (CBD) chegassem a Portugal, Angola, e Espanha. Na década de 70, a CBD passou por uma grande expansão, com a aquisição da rede Eletro radiobraz e com a inauguração da primeira geração de hipermercados do país, as lojas Jumbo.

Em 1978, as redes de supermercados Superbom, Peg-pag e Mercantil são adquiridas pela CBD. A Companhia, pioneira na criação de novos modelos para atender aos diferentes segmentos da sociedade, em 1979, inaugura a rede Minibox, um conceito de lojas despojadas, com um número reduzido de itens e preços muito competitivos, voltadas para a população de baixa renda.

A década de 80 marca uma maior diversificação dos negócios da CBD. Além da aquisição de cinco lojas do Bazar 13 e mais seis da rede Morita, são inaugurados, em 1980, os dois primeiros Superbox, em Jundiaí - SP e Rio de Janeiro - RJ. O Superbox implantou o conceito de grandes depósitos de produtos alimentícios, que alcançou muito sucesso e logo se somaram mais nove lojas. No final da década, em 1989, a empresa começa a atuar fortemente no cenário dos hipermercados de segunda geração com a criação das lojas Extra, que além de operarem com grandes áreas de vendas, oferecem tecnologia de ponta e uma ampla gama de produtos.

Num processo de resgate da eficiência perdida em seu rápido crescimento, a CBD começou os anos 90 fazendo uma enorme reengenharia, norteadada pela concentração de seus negócios. Ao final deste processo, a Companhia passou a operar com 4 formatos de loja, cada uma delas com uma diferente forma de atuação no mercado: Pão de Açúcar, Extra, Superbox e Eletro.

Em 1997, a CBD teve como foco de seus investimentos a melhoria da eficiência operacional e a expansão de sua rede de lojas. Neste ano, foram concluídas as obras de ampliação do Centro de Distribuição, expandindo sua capacidade de 85.000 m² para 182.000 m². Este novo depósito é de primordial importância na extensão do sistema de abastecimento centralizado para as lojas das divisões Pão de Açúcar, Extra, Barateiro (adquirida em 1998) e para as novas lojas construídas. Dando seqüência à expansão, ao longo de 1997 a CBD construiu 31 lojas novas: 3 lojas Extra, 6 lojas Pão de Açúcar, e 22 lojas Eletro. Além disto, foram adquiridas cinco lojas Mambo (três convertidas em lojas da Divisão Pão de Açúcar e as outras duas fechadas), duas lojas da rede IPCAL, e dois pontos comerciais da empresa Pamplona Paulista Comercial de Alimentos. Todas estas aquisições fortaleceram ainda mais a presença da divisão Pão de Açúcar na Grande São Paulo.

O ano de 1997 ainda marcou a entrada da divisão Extra no mercado carioca através da aquisição do direito de arrendamento do hipermercado pertencente à sociedade Freeway Supermercados S.A. (Barra da Tijuca - Rio de Janeiro). Ao final do ano, a empresa apresentou 238 lojas situadas em 12 estados, onde vivem 70% da população brasileira.

Em 1998, a exemplo do que já ocorrera em 1997, a CBD dividiu seus investimentos em melhoria da eficiência operacional, expansão da rede de lojas e obras de remodelagem em 18 lojas Pão de Açúcar já existentes. Foram abertas 6 novas lojas Pão de Açúcar, bem como, 3 novas lojas Extra. Foram também desenvolvidos novos sistemas gerenciais e introduzidas melhoras na tecnologia de informação, como a inauguração do sistema de comunicação via satélite entre Sede Administrativa, Centro de Distribuição e 64 lojas localizadas fora do Estado de São Paulo. O Centro de Distribuição teve sua área de estocagem expandida em 12.000 m², para um total de 202.000 m², maximizando sua capacidade de abastecimento às lojas e propiciando reduzir o número de dias de estoque, através do aumento das operações de cross-docking com fornecedores.

Em maio de 1998, a rede de supermercados Barateiro foi comprada, aumentando em 32 o número de lojas, das quais 6 foram convertidas para a bandeira Extra e as restantes permanecendo sob a mesma designação. A CBD adquiriu, ainda em 1998, a rede Millo's Comercial Carajás (2 hipermercados e 1 supermercado) e, através de concessão operacional, passou a operar 3 supermercados da empresa Estatal SAB de Brasília.

Em fevereiro de 1999, a CBD assumiu o controle acionário da rede Peralta, mediante a subscrição das ações ordinárias. O hipermercado foi convertido para o formato Extra, e das 37 lojas de supermercado, 13 foram convertidas em Pão de Açúcar e 24 em Barateiro, agregando aproximadamente 48.000 m² de área de vendas.





9.2 – CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

O setor de varejo alimentar no Brasil

O varejo alimentar no Brasil, em geral, está organizado em quatro principais categorias: (i) lojas de conveniência, geralmente operadas e administradas de forma familiar pelos proprietários, com área média de vendas entre 50 e 150 m²; (ii) supermercados de vizinhança com área média de vendas entre 150 e 2.000 m²; (iii) hipermercados com área média de vendas entre 4.000 e 20.000 m²; e (iv) lojas de desconto com área média de vendas entre 1.000 e 7.000 m². Em 1998, o varejo de alimentos representou aproximadamente 6,1% do PIB brasileiro, com R\$ 55,5 bilhões, de acordo com os dados mais recentes fornecidos pela ABRAS (Associação Brasileira de Supermercados) e pelo Banco Central. As vendas brutas das 300 maiores cadeias de supermercados representaram aproximadamente 68,0% das vendas totais do setor, atingindo R\$ 38,0 bilhões, segundo a ABRAS. No ranking anual, elaborado pela ABRAS, do varejo alimentar brasileiro foram computados os dados de 688 empresas, incluído 3.902 lojas, 42.473 check outs, aproximadamente 4,7 milhões de m² de área de vendas, e 283.910 funcionários.

O varejo alimentício brasileiro é altamente fragmentado. O Grupo Pão de Açúcar acredita que a consolidação do setor irá continuar, especialmente entre as cadeias de supermercados pequenas e médias, sendo estas adquiridas pelas grandes redes. Nos últimos anos, grandes cadeias internacionais como Wal-Mart, Ahold, Sonae, Carrefour e Jerônimo Martins têm atuado no mercado brasileiro, intensificando a competição no setor. As expectativas são de que a consolidação beneficiará o consumidor, pois as grandes cadeias tendem a obter vantagens competitivas advindas de economias de escala, obtidas no fornecimento de serviços, nas negociações com fornecedores, e no desenvolvimento de medidas de eficiência e de redução de despesas, conduzindo a uma atuação mais eficaz que o pequeno varejo no atendimento às necessidades dos clientes.

9.3 – PERÍODOS DE SAZONALIDADE NOS NEGÓCIOS

A Companhia tem, historicamente, uma sazonalidade nos resultados de suas operações, principalmente devido às vendas mais fortes no quarto trimestre, por causa das festas de fim de ano. O faturamento em dezembro é tipicamente o dobro do faturamento médio em outros meses. Similarmente, a Companhia geralmente tem um significativo aumento em seu passivo junto a fornecedores durante o mesmo período.

10.1 – PRODUTOS E SERVIÇOS OFERECIDOS

Item	Principais Produtos e/ou Serviços	% Receita Líquida
01	EXTRA	41,10
02	PÃO DE AÇÚCAR	38,90
03	ELETRO	7,30
04	BARATEIRO	6,50
05	SUPERBOX	6,20

11.1 – PROCESSO DE PRODUÇÃO

PROCESSO DE PRODUÇÃO

Com a continuação da estratégia de fortalecimento de sua marca própria, Qualitá, a CBD propicia a seus clientes uma alternativa de consumo. Esta marca oferece uma grande variedade de produtos de alta qualidade e preços competitivos. O padrão de qualidade da marca é a garantia de que os produtos são controlados, inspecionados e estão de acordo com normas oficiais de qualidade. Em 1998, esta linha de produtos contava com aproximadamente 200 itens, englobando produtos alimentícios e não-alimentícios.

A Companhia coloca esta linha disponível nas divisões Pão de Açúcar, Extra e Barateiro. Sendo que as grandes vantagens de se possuir produtos de marca própria nas lojas da CBD são a de estimular ainda mais a fidelidade do consumidor às lojas das divisões da Companhia, a de oferecer produtos de alta qualidade a um custo menor (investimentos reduzidos em embalagens e marketing) e a de aumentar o poder de barganha em relação aos fornecedores devido a esta opção de produtos de custo menor.

11.2 – PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MERCADOS E EXPORTAÇÃO

COMERCIALIZAÇÃO

A venda é feita diretamente ao consumidor final, através de uma rede de 284 lojas, sendo 149 Pão de Açúcar, 30 Extra, 29 Barateiro e 76 Eletro.



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



MERCADOS

Há lojas da Companhia Brasileira de Distribuição em 11 estados da Federação sendo: 244 na região Sudeste, 2 no Sul, 19 no Centro - Oeste e 19 no Norte e Nordeste.

	<u>Pão de Açúcar</u>	<u>Extra</u>	<u>Barateiro</u>	<u>Eletro</u>	<u>CBD</u>
Área Metropolitana de SP	71	9	15	38	133
Grande São Paulo	79	15	27	53	174
Outros Municípios	36	6	2	17	61
Total Estado de São Paulo	115	21	29	70	235
Rio de Janeiro	6	2	-	-	8
Minas Gerais	-	1	-	-	1
Paraná	-	2	-	-	2
Mato Grosso do Sul	-	1	-	-	1
Brasília	11	1	-	6	18
Pará	-	-	-	-	-
Piauí	4	-	-	-	4
Ceará	11	-	-	-	11
Pernambuco	1	-	-	-	1
Paraíba	1	-	-	-	1
Bahia	-	2	-	-	2
TOTAL BRASIL	149	30	29	76	284

Em outubro de 1998, foi concluído o processo de extinção da divisão Superbox, sendo suas unidades reagrupadas nas divisões Extra, Pão de Açúcar e Barateiro.

DISTRIBUIÇÃO

Para distribuir eficientemente produtos perecíveis, itens de mercearia e mercadorias em geral, a Companhia opera um complexo de distribuição central, estrategicamente localizado na área metropolitana de São Paulo. A localização do centro de distribuição no sistema rodoviário Anhanguera/Bandeirantes possibilita à CBD fazer remessas freqüentes para as lojas, o que reduz a necessidade de espaço para estocagem dentro dos estabelecimentos comerciais e limita o armazenamento de estoques não produtivos. A CBD possui um sistema que já está em operação desde 1996, que gerencia e controla os estoques e sua distribuição. Em 1998, a CBD instalou um sistema de comunicações via satélite, que conecta a central administrativa, o centro de distribuição e as lojas localizadas fora do Estado de São Paulo.

No ano de 1998 também foram concluídas novas obras de ampliação e modernização da central de distribuição, que agora conta com uma área de 202.000 m². A exemplo do que ocorreu em 1997, a CBD vem investindo na modernização e ampliação da capacidade deste seu depósito, por considerá-lo estratégico na tarefa de obter ganhos de produtividade. Hoje, grande parte das atividades estão automatizadas, dentre as quais destacamos: entrega de mercadorias programadas junto ao fornecedor; recepção de mercadorias; armazenagem de mercadorias; e faturamento de mercadorias para as lojas e clientes. A recepção e a movimentação de mercadorias na central de distribuição são realizadas com o suporte de leitores óticos de código de barras, conectados a um computador central via sistema de rádio freqüência.

Com este “novo” depósito, a Companhia pôde ampliar o abastecimento centralizado para todas as suas novas lojas. Para realizar esta ampliação a CBD vem desenvolvendo e utilizando as mais modernas técnicas de logística e ECR (Efficient Consumer Response). A tecnologia ECR busca uma aliança estratégica entre as empresas do varejo e seus fornecedores. Através do uso de ferramentas específicas o ECR tem o objetivo de tornar mais eficiente a cadeia de suprimento como um todo, procurando satisfazer as necessidades de nossos clientes de maneira mais rápida e mais eficiente, a um custo menor. A Companhia tem uma ativa participação na Associação ECR Brasil desde a sua inauguração.

O sistema CAO (Computer Automatic Ordering) foi desenvolvido em 1997 com o objetivo de proporcionar maior eficiência operacional no abastecimento das lojas, evitando o excesso de determinados produtos nos estoques das lojas e a falta de outros. Através do uso do sistema CAO, cada loja gera seu pedido automaticamente. O sistema baseia-se no estoque atual da loja, no estoque mínimo estimado, no giro diário médio das mercadorias e nas vendas registradas diariamente nos PDVs, para gerar os pedidos da loja.

A CBD possui também um armazém central para eletrodomésticos, móveis, produtos eletrônicos e linha branca no Estado de São Paulo, que é operado pela divisão Eletro. Os produtos de grande porte são distribuídos diretamente desse armazém aos consumidores.



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



11.3 – POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO

Embora tenha concentrado suas lojas no Estado de São Paulo, devido ao tamanho deste mercado, a CBD está presente em praticamente todo o Brasil. Já as cadeias concorrentes são de natureza regional.

O principal concorrente da CBD é a rede Carrefour, que opera com 82 lojas, localizadas sobretudo nas principais cidades da região Centro - Sul do país.

A Companhia acredita que a entrada das grandes cadeias internacionais e as aquisições ocorridas ultimamente venham intensificar a competitividade neste setor, que atualmente já é extremamente competitivo. A seguir, apresentamos uma relação dos principais concorrentes da CBD por situação geográfica e tipo de loja:

<u>Estado</u>	<u>Tipo de Loja</u>	<u>Principais Concorrentes</u>
São Paulo	Pão de Açúcar	Sé, Sonda, Pastorinho, Cândia, Cooper Rhodia.
	Extra	Carrefour, Eldorado, Super Center Wal-Mart, Makro, Cândia.
	Barateiro	Sé, Pastorinho, Cândia, D'Avó, Eldorado, Cooper Rhodia, Sonda.
Rio de Janeiro	Eletro	Casas Bahia, Arapuã, Ponto Frio.
	Pão de Açúcar	Rainha, Continente, Mundial, Serra e Mar, Zona Sul, Sendas.
	Extra	Carrefour, Sendas (Bon Marché).
Paraná	Extra	Carrefour, Sonae (Mercadorama e Coletão).
Mato Grosso do Sul	Extra	Eldorado, Comper.
Minas Gerais	Extra	Carrefour, Sendas (Bon Marché)
	Pão de Açúcar	Carrefour, Makro, Planalto.
Brasília	Extra	Carrefour, Makro.
	Eletro	Arapuã, Ponto Frio.
	Extra	Bompreço.
Bahia	Pão de Açúcar	Bompreço, Carrefour.
Paraíba	Pão de Açúcar	Bompreço, Carrefour, Makro, Comprebem.
Pernambuco	Pão de Açúcar	São José, São Luiz, Bompreço.
Ceará	Pão de Açúcar	São Pedro, Carvalho.
Piauí	Pão de Açúcar	

No exercício de 1998 a CBD ocupava a 2ª posição no ranking das maiores empresas por faturamento do setor de supermercados. Listamos a seguir as informações das 20 maiores empresas do setor:

<u>Posição</u>	<u>Empresa</u>	<u>Sede</u>	<u>Faturamento</u>	<u>Área de</u>	<u>No de</u>	<u>Número de</u>
<u>98 - 97</u>			<u>Bruto 1998 (R\$)</u>	<u>Vendas (m²)</u>	<u>Lojas</u>	<u>funcionários</u>
1 - 1	Carrefour Com. Ind. S.A.	SP	6.900.000.000	674.000	82	28.195
2 - 2	Cia. Brasileira de Distribuição **	SP	5.470.301.723	475.381	285	28.398
3 - 3	Bompreço S.A. Superm. Nord.	PE	2.410.158.000	237.094	91	15.016
4 - 4	Casa Sendas S.A.	RJ	1.912.801.201	162.639	60	12.257
5 - 9	Sonae	RS	1.541.286.366	159.490	49	10.630
6 - 6	Nacional C.D.A. Ltda.	RS	899.878.393	98.129	84	7.367
7 - 5	Paes Mendonça	RJ	829.215.000	119.403	26	4.393
8 - *	Wal - Mart	SP	783.257.547	98.017	9	3.943
9 - 8	Cia. Zaffari	RS	656.248.490	65.959	19	6.550
10 - 11	Sé	SP	582.522.282	48.346	28	3.582
11 - 14	CooperRhodia	SP	486.681.381	32.234	11	2.705
12 - 16	G. Barbosa	SE	427.250.828	44.821	33	4.624
13 - 15	N. Sra. da Abadia	MG	425.846.446	38.762	37	3.787
14 - 18	Peralta	SP	326.000.576	43.210	37	3.200
15 - 20	A. Angeloni	SC	317.574.324	38.690	14	2.514
16 - 39	Unibras Alimentos	ES	309.667.963	38.732	17	2.659
17 - 24	ABC Supermercados	RJ	302.777.910	47.411	20	3.369
18 - 22	Supermercados Vitória	SC	290.217.383	44.463	40	3.486
19 - 31	Irmãos Bretas	MG	288.970.637	42.623	28	2.554
20 - 27	Rainha Supermercados	RJ	274.956.168	36.443	15	3.205

* Não estava entre os 20 primeiros do Ranking ABRAS em 1997.

** Inclue vendas não auditadas das redes adquiridas em 1998.

Fonte: ABRAS (Associação Brasileira de Supermercados) - Ranking 98.

ESTRATÉGIA DE MERCADO

A estratégia de crescimento da empresa está baseada em maximizar sua reconhecida força no varejo alimentar do Brasil. A CBD tem o objetivo de continuar o seu crescimento através da abertura de novas lojas e de uma estratégia de aquisições seletivas que reforçam as economias de escala.

A imagem de alta qualidade, a identificação da marca, a presença nacional, a diversidade nos tipos de loja e a excelente localização destas, particularmente em São Paulo, continuam sendo os pontos fortes da CBD.



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



Os principais elementos da estratégia da CBD são:

Imagem de Qualidade e Serviços: A CBD, como uma das cadeias pioneiras no varejo alimentar do Brasil, construiu sua reputação e imagem sobre a alta qualidade de suas atividades no varejo alimentar. A empresa está focada em fornecer produtos de qualidade e serviços aos seus clientes. As lojas da empresa tem o seu nível de serviços ajustados de acordo com o formato de cada loja e com a preferência de seus respectivos clientes. Além disto, todas as nossas lojas oferecem diversas formas de pagamento como conveniência aos consumidores. A divisão Pão de Açúcar apresenta um nível de serviços aos clientes, mais desenvolvido.

Na área de Recursos Humanos, a empresa intensificou o treinamento dos funcionários, com bônus de performance, dando ênfase a um atendimento cortês e amável aos clientes e uma melhoria da produtividade.

Linha de Produtos: Com o maior nível de exigência dos consumidores, a concorrência no varejo alimentar está evidenciando cada vez mais a linha de produtos e os serviços. Nossas lojas continuam a oferecer produtos perecíveis de qualidade superior em frutas, legumes e verduras, carnes, laticínios, peixaria, padaria e delicatessen. Neste último item, a empresa desenvolveu uma nova linha de produtos de maior valor agregado e comodidade para os consumidores, os “Pratos Prontos”. Além disto, a empresa está em contínuo desenvolvimento de nossa linha de produtos de mercearia, perfumaria, bazar e não alimentos.

Outro foco da CBD é o desenvolvimento de nossa linha de produtos marca-própria, “Qualitá”. A linha Qualitá oferece ao consumidor uma grande variedade de produtos de alta qualidade.

Preço: A CBD tem se empenhado em oferecer a seus clientes, mercadorias com qualidade superior, linha de produtos variada e serviços a preços justos. De um modo geral, os preços de suas lojas são competitivos, se comparados com os concorrentes da mesma fatia do mercado.

Com o objetivo de buscar e manter preços competitivos, a CBD age em quatro frentes distintas: (i) efetuando compras centralizadas na área comercial, obtendo assim economias de escala; (ii) realizando pesquisas regulares para saber quais os preços praticados pela concorrência, (iii) utilizando sistema computadorizado para gestão de preços e estoques, e (iv) desenvolvendo a eficiência dos sistemas de logística, distribuição e informática, buscando reduzir os custos das mercadorias e das despesas operacionais.

Estruturação das áreas de Marketing, Comercial e Logística: No decorrer desse ano, a CBD - Grupo Pão de Açúcar, com base no conhecimento das necessidades de seus consumidores, reestruturou suas áreas Comercial e de Marketing, Operacional e de Cadeia de Suprimentos, tendo implantado a filosofia de gestão por Unidades de Negócios. Dessa forma, a CBD - Grupo Pão de Açúcar ajustou as linhas de mercadorias, os preços, as ofertas promocionais e a forma de exposição de produtos aos consumidores, adaptando o posicionamento de cada divisão aos objetivos de negócios da empresa.

Na implementação das Unidades de Negócios, a área Comercial realiza a compra de mercadorias de acordo com as vendas de cada loja (Operações), de tal modo que apenas a mercadoria que cada loja efetivamente vende é fornecida àquela loja. O centro de distribuição (Cadeia de Suprimentos) opera da mesma forma, recebendo e entregando mercadorias na quantidade certa e no momento mais indicado. A integração do processo conta ainda, com a participação da área de Marketing, que fornece o suporte necessário através de campanhas publicitárias e de outras ações de apoio.

Além disso, a interdependência entre as áreas se repete em relação às metas – cada Unidade de Negócios tem o compromisso de atingir suas próprias metas, ao mesmo tempo em que, com a operação integrada do sistema, contribui para o resultado das demais Unidades.

A coordenação integrada da Cadeia de Suprimentos, que envolve todas as Unidades de Negócios, já resultou na redução de custos operacionais, assim como na maior velocidade e flexibilidade das transações comerciais. Além disso, a implantação do gerenciamento por categorias viabilizou a otimização da gestão de estoques, a fixação de preços competitivos para os clientes e a maximização do retorno para a CBD – Grupo Pão de Açúcar, através do aumento de vendas e da melhoria de lucratividade.

Diversidade dos Formatos de Loja: A CBD possui quatro divisões focadas em diferentes segmentos do setor varejista brasileiro. A empresa acredita que desta forma é possível ter o benefício de atingir a diferentes tipos de consumidor e de responder a qualquer mudança nos hábitos de compra dos clientes. A seguir, temos uma breve descrição das quatro divisões da CBD:

- **Pão de Açúcar:** Maior divisão da CBD caracterizada por lojas de supermercado de vizinhança, com uma área média de vendas de 1.114 m² e com uma média de 15.000 itens. As lojas estão em regiões urbanas de excelente localização (com mais da metade das lojas na cidade de São Paulo). A empresa entende que isto é uma grande vantagem competitiva, devido à escassez de áreas urbanas apropriadas para supermercados. Cada loja está focada para atender um público alvo de diferentes níveis econômicos, que estão próximos às lojas. O diferencial destas lojas é a localização, o atendimento, o nível de serviços, e a qualidade dos produtos, especialmente dos perecíveis.



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



- **Extra:** As lojas da divisão Extra são as maiores lojas da Companhia, sendo caracterizadas por hipermercados com uma área média de vendas de aproximadamente 7.200 m². As lojas desta divisão oferecem a maior variedade de produtos, quando comparadas com as lojas das outras divisões, com aproximadamente 70.000 itens, apresentando forte presença de produtos alimentícios e de determinadas categorias de produtos não-alimentícios. O público alvo destas lojas são consumidores em busca de abastecimento completo, com variedade de marcas e preços baixos. A estratégia desta divisão é apresentar universos de produtos concentrados em determinadas áreas da loja. Nestes universos são concentradas determinadas famílias de produtos, em quantidade e variedade suficientes para competir com lojas especializadas na venda destes. O foco inicial destes universos são computadores pessoais, produtos eletrônicos, música (CDs), têxtil, perfumaria e alimentos para animais de estimação (Pet Food).
- **Barateiro:** Esta divisão é caracterizada por lojas de supermercado popular, que oferece grandes volumes de produtos básicos expostos de forma maciça e com variedade de marcas. As opções de preços são sempre competitivos e o ambiente é simples, prático e familiar, com uma área média de vendas de 1.700 m² e cerca de 11.000 itens disponíveis nas lojas.
- **Eletro:** As lojas da divisão Eletro vendem uma grande variedade de eletrodomésticos, produtos eletrônicos e móveis. Estas lojas possuem uma área de vendas de aproximadamente 520 m², com área limitada de estoque dedicada à pequenos produtos eletrônicos e eletrodomésticos (ex. calculadoras, ventiladores e liquidificadores). Em geral, os consumidores fazem suas compras e os produtos são enviados para suas residências, diretamente da central de distribuição. Os 3.000 itens vendidos por esta divisão são produtos geralmente fabricados no Brasil, de baixo custo e direcionados para consumidores de baixa renda. Esta divisão tem uma importância estratégica para a CBD, aumentando seu poder de compra na atuação conjunta com a divisão Extra. No Eletro está centralizada toda a compra de produtos eletrônicos, eletrodomésticos, linha branca e móveis da Companhia.

Em outubro de 1998, foi concluído o processo de extinção da divisão Superbox, sendo suas unidades reagrupadas nas divisões Extra, Pão de Açúcar e Barateiro.

12.1 – PRINCIPAIS PATENTES, MARCAS COMERCIAIS E FRANQUIAS

MARCAS INSTITUCIONAIS

<u>Seq.</u>	<u>Descrição</u>	<u>Proprietário</u>	<u>Utilização</u>
1	Pão de Açúcar	Próprio	17/05/2004
2	Jumbo Eletro	Próprio	15/09/2002
3	Jumbo	Próprio	11/05/2003
4	Eletro Magazine	Próprio	26/07/2004
5	Peg e Pag	Próprio	07/05/2006
6	Compre Bem	Próprio	16/07/2002
7	Franquia - Minibox	Próprio	18/04/2000
8	Franquia - Peg e Pag	Próprio	17/06/2006
9	Franquia - Compre Bem	Próprio	16/07/2002
10	Minibox	Próprio	23/06/2002
11	Novobox	Próprio	18/03/2007
12	Jumbo Jet	Próprio	18/07/2005
13	Teleshopping	Próprio	05/01/2003
14	Multi Cheque	Próprio	08/03/2004
15	Rapa-Tudo Eletro	Próprio	07/06/2004
16	Rapa-Tudo Pão de Açúcar	Próprio	26/07/2004
17	Cesta Básica Pão de Açúcar	Próprio	05/05/2002
18	Cheque Cesta	Próprio	05/05/2002
19	Extra	Próprio	21/05/2001
20	Extra Hipermercado	Próprio	05/05/2002
21	Fórmula G	Próprio	06/03/2000
22	Hiperbox	Próprio	19/03/2005
23	Hipermercados Jumbo	Próprio	01/06/2003
24	Moto Jumbo	Próprio	10/08/2000
25	Multi Cesta	Próprio	08/03/2004
26	MultiAlimentação	Próprio	08/03/2004
27	Multicash	Próprio	08/03/2004
28	Multiserviços Pão de Açúcar	Próprio	08/03/2004
29	Pão de Açúcar Motos	Próprio	11/08/2002
30	Rapa Tudo Eletro	Próprio	26/07/2004
31	Seguro Alimentação	Próprio	01/10/2006
32	SPA	Próprio	13/10/2001

Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



<u>Seq.</u>	<u>Descrição</u>	<u>Proprietário</u>	<u>Utilização</u>
33	Specialcash	Próprio	11/08/2002
34	Specialphone	Próprio	07/06/2004
35	Tele Shopping	Próprio	05/01/2009
36	Toca	Próprio	27/10/2007
37	Transjumbo	Próprio	24/04/2004
38	Traz a Taça Brasil	Próprio	16/04/2006
39	Xtra	Próprio	11/06/2001
40	Superbox	Próprio	30/11/2003
41	Peg-Pag	Próprio	25/09/2000
42	Salas Combinadas	Próprio	26/12/2000

MARCAS PRÓPRIAS

<u>Seq.</u>	<u>Descrição</u>	<u>Proprietário</u>	<u>Utilização</u>
43	Alv	Próprio	10/12/2006
44	Boat Center	Próprio	21/04/2000
45	Boomy	Próprio	19/03/2006
46	Brico	Próprio	07/07/2002
47	Bricocenter	Próprio	07/04/2002
48	Catavento	Próprio	07/08/2000
49	Central Park	Próprio	25/10/2000
50	Chalé	Próprio	17/12/2006
51	Clic Cloc	Próprio	04/09/2000
52	Fazendão	Próprio	31/05/2008
53	Flip	Próprio	04/05/2003
54	Gianni Di Lucca Roma	Próprio	25/03/2007
55	Higinex	Próprio	28/11/2005
56	Johann Meister	Próprio	17/02/2005
57	Konigs Keller	Próprio	16/03/2009
58	Liss	Próprio	11/12/2000
59	Maison	Próprio	06/02/2000
60	Mel de Abelha Qualidade	Próprio	10/05/2008
61	Mr.Field	Próprio	16/06/2004
62	Notábil	Próprio	23/03/2009
63	Ocean Express	Próprio	09/01/2006
64	Panda	Próprio	04/11/2007
65	Pap's Guaraná	Próprio	31/08/2003
66	Pap's Cola	Próprio	24/03/2002
67	Pap's	Próprio	12/01/2008
68	Pegs	Próprio	23/06/2002
69	Puress	Próprio	05/01/2009
70	Qualitá	Próprio	29/04/2007
71	Rick	Próprio	05/11/2006
72	Splash	Próprio	10/08/2000
73	Superama	Próprio	10/08/2000
74	Teyk	Próprio	16/02/2003
75	Thor	Próprio	20/03/2000
76	Trusty	Próprio	25/04/2000
77	Zin	Próprio	18/10/2003

13.1 – PROPRIEDADES RELEVANTES

<u>Item</u>	<u>Tipo de Propriedade / Endereço / Município / UF</u>	<u>Área Total (Mil M²)</u>	<u>Área Construída (Mil M²)</u>	<u>Idade (Anos)</u>	<u>Se- gu- ro</u>	<u>Hi- po- teca</u>	<u>Aluga- da de Terc.</u>	<u>Data do Contrato</u>	<u>Término Locação</u>	<u>Observação</u>
01	Imóvel Loja Anhanguera Rua Samuel Klabin, 193 São Paulo / SP	63,312	23,647	5	Sim	Não	Não	-	-	-
02	Imóvel Loja Campinas Rua Abolição, 2013 Campinas / SP	78,905	28,206	8	Sim	Não	Não	-	-	-
03	Imóvel Depósito Anhanguera Via Anhanguera, Km 17 Osasco / SP	219,140	182,000	18	Sim	Não	Não	-	-	-
04	Imóvel Loja Brasília R 420 Quadra 04 Lote 04 Taguatinga / DF	60,000	20,893	9	Sim	Não	Não	-	-	-

Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



Item	Tipo de Propriedade / Endereço / Município / UF	Área Total (Mil M ²)	Área Construída (Mil M ²)	Idade (Anos)	Se- gu- ro	Hi- po- teca	Aluga- da de Terc.	Data do Contrato	Término Locação	Observação
05	Imóvel Loja Brasília Saiso 65 Bo - Loja 149/427 Brasília / DF	8,691	8,691	13	Sim	Não	Não	-	-	-
06	Imóvel Loja Curitiba Av. Presidente Kennedy, 1000 Curitiba / PR	16,660	25,667	23	Sim	Não	Não	-	-	-
07	Imóvel Loja Salvador Av. Antônio Carlos Magalhães s/nº Salvador / BA	49,276	14,200	15	Sim	Não	Não	-	-	-
08	Imóvel Loja Campo Grande Rua Antônio Maria Coelho, 1510 Campo Grande / MS	14,400	10,257	23	Sim	Não	Não	-	-	-
09	Imóvel Loja Recife Av. Eng. Domingues Ferreira, 1818 Recife / PE	15,190	19,597	20	Sim	Não	Não	-	-	-
10	Administração Brigadeiro Av. Brigadeiro Luís Antônio, 3142 São Paulo / SP	17,284	9,451	28	Sim	Não	Não	-	-	-
11	Imóvel Loja Salvador Av. Governador Luiz Viana Filho s/nº Salvador / BA	97,542	24,408	4	Sim	Não	Não	-	-	-
12	Imóvel Terreno Campinas Rod. D.Pedro I / Ademar P. de Barros Campinas / SP	228,507	-	4	Não	Não	Não	-	-	-
13	Imóvel Loja São Bernardo R. G. Lorca, 301 / Ed. Esquível / Rod Anch. São Bernardo do Camp / SP	84,297	37,952	3	Sim	Não	Não	-	-	-
14	Imóvel Terreno Americana Rodovia Luís de Queirós, s/nº Americana / SP	104,087	-	3	Não	Não	Não	-	-	-
15	Imóvel Loja Amoreiras Rua Rui Rodrigues s/nº Campinas / SP	51,046	30,543	3	Sim	Não	Não	-	-	-
16	Imóvel Loja João de Luca Av. Vereador João de Luca, 1005 São Paulo / SP	4,829	5,035	2	Sim	Não	Não	-	-	-
17	Imóvel Loja Santo André Rua Visconde Taunay, 216 Santo André / SP	26,819	10,158	19	Sim	Não	Não	-	-	-
18	Imóvel Loja João Dias Av. Guido Caloi, 25 São Paulo / SP	56,638	47,366	3	Sim	Não	Não	-	-	-
19	Imóvel Loja Portal Rua Marechal Hastinfilo de Moura, 30 São Paulo / SP	6,863	2,641	2	Sim	Não	Não	-	-	-
20	Imóvel Terreno Brahma Rua José Higinio, 115 Rio de Janeiro / RJ	24,994	-	2	Não	Não	Não	-	-	-
21	Imóvel Loja São Caetano Rua Senador Vergueiro, 498 S. Caetano do Sul / SP	61,937	26,216	2	Sim	Não	Não	-	-	-
22	Imóvel Loja Taboão R.J.B. Oliveira E L.Taboão, 89/127/139 Taboão da Serra / SP	46,784	3,318	2	Sim	Não	Não	-	-	-
23	Imóvel Loja Teodoro R. Teodoro Sampaio, 1933 São Paulo / SP	8,374	8,911	2	Sim	Não	Não	-	-	-
24	Imóvel Loja Cerro Corá R. Bairi, 435 São Paulo / SP	10,828	5,835	2	Sim	Não	Não	-	-	-
25	Imóvel Depósito Osasco Av. Dr. Alberto Jackson Byington, 221 Osasco / SP	70,000	27,096	2	Sim	Não	Não	-	-	-
26	Imóvel Loja Rangel Pestana Av. Rangel Pestana, 2127/35/45/49 São Paulo / SP	2,145	4,000	2	Sim	Não	Não	-	-	-
27	Imóvel Loja Pinheiro Rua Butantã, 150 São Paulo / SP	16,761	9,290	2	Sim	Não	Não	-	-	-
28	Imóvel Loja Aeroporto R. Washington Luiz, 5759 São Paulo / SP	1,836	0,749	2	Sim	Não	Não	-	-	-
29	Imóvel Terreno Aeroporto R. Sebastião Paes, Lt 1 A 12 Qd 162 São Paulo / SP	8,000	-	2	Não	Não	Não	-	-	-

Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



Item	Tipo de Propriedade / Endereço / Município / UF	Área Total (Mil M ²)	Área Construída (Mil M ²)	Idade (Anos)	Se-gu-ro	Hi-po-te-ca	Aluga-da de Terc.	Data do Contrato	Término Locação	Observação
30	Imóvel Depósito Imbiribeira Av. Mal. Mascarenhas de Moraes, 2056 Recife / PE	21,150	7,430	2	Sim	Não	Não	-	-	-
31	Imóvel Depósito Dois Irmãos Br. 101 - Km 266 Recife / PE	26,951	3,415	2	Sim	Não	Não	-	-	-
32	Imóvel Depósito Brasília Setor Abast/Armaz.Norte-Qd 5 L90,140/190 Brasília / DF	22,500	14,641	2	Sim	Não	Não	-	-	-
33	Imóvel Loja Cardoso de Almeida Rua Cardoso de Almeida, 472 São Paulo / SP	4,758	2,178	2	Sim	Não	Não	-	-	-
34	Imóvel Loja Pacaembu Pça Wendel Wilkie, 11 São Paulo / SP	2,059	1,060	2	Sim	Não	Não	-	-	-
35	Imóvel Loja Curitiba Ii R.Mal Humberto A.C.Branco, 230 Curitiba / PR	26,289	43,729	2	Sim	Não	Não	-	-	-
36	Imóvel Loja Penha Avenida São Miguel, Gleba B São Miguel / SP	31,182	39,540	1	Sim	Não	Não	-	-	-
37	Imóvel Loja Jabaquara Avenida Eng. Armando Arruda Pereira 2022 São Paulo / SP	18,778	8,056	15	Sim	Não	Não	-	-	-
38	Imóvel Terreno Ipiranga Rua Arciprestes Ezequias s/nº São Paulo / SP	48,227	-	1	Não	Não	Não	-	-	-
39	Imóvel Terreno Caraigá Avenida Nações Unidas s/nº São Paulo / SP	51,790	-	1	Não	Não	Não	-	-	-
40	Imóvel Loja Pilares Rua José dos Reis, 1511 Rio de Janeiro / RJ	22,000	-	1	Sim	Não	Não	-	-	-
41	Imóvel Terreno Depósito Avenida dos Expedicionários, 11350 Itaperi / CE	20,060	0,949	1	Não	Não	Não	-	-	-

14.2 – INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

Completando 50 anos de existência em 1998, o Grupo de Açúcar, através da CBD alcançou forte desempenho de lucratividade e fez consideráveis progressos em sua estratégia com foco no desenvolvimento operacional.

Vendas Líquidas

As Vendas Líquidas nominais atingiram em 1998 R\$ 4,4 bilhões contra R\$ 3,1 bilhões no ano anterior, registrando um crescimento de 42,2%. No 4º trimestre de 1998, foram registrados R\$ 1.401,5 milhões contra R\$ 903,5 milhões no mesmo período de 1997, apresentando um crescimento de 55,1% decorrente dos seguintes fatores:

- 13 lojas adicionadas à Divisão Extra Hipermercados no 2º semestre, sendo convertidas 4 lojas da divisão Superbox e 6 lojas Barateiro, além de 2 novas inaugurações em novembro/1998 e uma unidade Superbox a ser convertida em 1999;
- Desempenho das 32 lojas adquiridas do grupo Barateiro em junho/98;
- Desempenho das 18 lojas reformadas e reinauguradas da divisão Pão de Açúcar;
- Crescimento de vendas da Divisão Eletro no 4º trimestre de 1998 em relação ao mesmo período no ano anterior de 3,5% no conceito “mesmas lojas” e 34,8% para todas as lojas;
- Sucesso da Campanha Institucional em comemoração aos 50 anos do Grupo Pão de Açúcar – CBD, alavancando as vendas das divisões Extra e Pão de Açúcar.

Para efeito de comparação com o desempenho do mercado no conceito “todas as lojas”, conforme publicado pela ABRAS (Associação Brasileira de Supermercados), as variações abaixo estão representadas em moeda de poder aquisitivo constante:

	CBD (Todas as lojas)	ABRAS (Todas as lojas)
1998 x 1997		
4º Trimestre	52,6%	9,1%
Acumulado ano	37,2%	6,0%

No conceito “mesmas lojas”, as vendas líquidas em valores nominais, durante o 4º trimestre/98, cresceram 17,4% comparadas ao 4º trimestre/97. No acumulado ano registraram crescimento de 12,5% contra o ano anterior.



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



O setor supermercadista no Brasil reagiu positivamente e superou a falta de otimismo decorrente da resposta do governo brasileiro aos efeitos da crise asiática no fim de 1997 (aumento dos juros e dos impostos). O termômetro de vendas da Associação Brasileira de Supermercados - ABRAS registrou em 1998 um crescimento de 6,0% das vendas brutas totais do setor de supermercados e hipermercados no Brasil sobre 1997, em dados indexados pelo IGP-DI. A variação acumulada desse indicador em 1998 foi de 1,7%, se considerarmos a deflação registrada pelo índice IPC-FIPE – Alimentação no Domicílio (-0,4% em 1998), e mostrou que o crescimento dos volumes físicos negociados continua superior à evolução registrada em valores no total do mercado.

Evolução de Vendas Líquidas por Divisão 98/97 – Variação (%)

	Valores Nominais (Legislação Societária)			
	4º trimestre		Acumulado Ano	
	Todas Lojas	Mesmas Lojas	Todas Lojas	Mesmas Lojas
Pão de Açúcar	37,6%	22,5%	23,8%	14,1%
Extra	100,8%	16,1%	94,2%	20,1%
Eletro	34,8%	3,5%	14,7%	-3,3%
Barateiro	-	3,2%	-	3,2%
CBD	55,1%	17,4%	42,2%	12,5%

	Em moeda de poder aquisitivo constante (Indexada pelo IGP-DI)			
	4º trimestre		Acumulado Ano	
	Todas Lojas	Mesmas Lojas	Todas Lojas	Mesmas Lojas
Pão de Açúcar	35,3%	20,5%	19,3%	10,0%
Extra	97,6%	14,3%	87,6%	16,2%
Eletro	32,6%	1,8%	10,7%	-6,6%
Barateiro	-	1,5%	-	1,5%
CBD	52,6%	15,5%	37,2%	8,5%

	Composição de Vendas (% sobre Vendas Líquidas)						
	4º T/97	1º T/98	2º T/98	3º T/98	4º T/98	1997	1998
À vista	49,3%	50,0%	49,5%	51,8%	53,8%	48,5%	51,6%
A prazo	50,7%	50,0%	50,5%	48,2%	46,2%	51,5%	48,4%
Cheques com encargos	17,7%	15,5%	14,8%	12,8%	11,9%	22,7%	13,5%
Prestações	8,8%	5,4%	6,0%	5,8%	5,5%	9,1%	5,7%
Cartão de Crédito	17,5%	21,2%	22,3%	22,1%	21,4%	13,9%	21,8%
Ticket Alimentação	6,7%	7,9%	7,4%	7,5%	7,3%	5,8%	7,5%

Como conseqüência de elevação das taxas de juros na economia brasileira, houve continuidade na tendência de redução da participação das vendas a crédito da CBD. Com isso, podemos observar uma significativa redução na participação das vendas em prestações do ano de 1997 para 1998. Em contrapartida, houve um crescimento das vendas à vista e por cartão de crédito, uma vez que o ano de 1998 foi o 1º ano completo em que passamos a aceitar todos os principais cartões de crédito do mercado.

Performance Operacional da CBD

O **lucro bruto** no ano de 1998 aumentou para **R\$ 1.189,1 milhões** versus **R\$ 830,0 milhões** do ano anterior, evoluindo **43,3%**. Dessa forma, a **margem bruta** aumentou de **26,7%** para **27,1%**, com ganhos decorrentes de redução de quebras e melhores negociações com fornecedores, devidos principalmente ao aumento no volume de compras, bonificações por inaugurações de novas lojas e à maior centralização de compras no Centro de Distribuição, que compensaram a mudança no mix de lojas com maior participação de hipermercados.

O **lucro operacional antes de impostos, taxas e depreciação (EBITDA)** cresceu **71,3%** no ano de 98, totalizando **R\$ 271,7 milhões** ou **6,2%** das vendas líquidas, contra **5,1%** do ano anterior. No 4º Trimestre de 1998, o EBITDA foi de 4,8% das vendas líquidas contra 5,9% no mesmo período de 1997, minorado por:

- Despesas de pessoal em treinamento ou alocado a outras lojas durante o período em que 8 hipermercados da Divisão Extra estavam sendo inaugurados ou convertidos (1 mês cada, em média), sem produzirem vendas no período;
- Ajuste da estrutura operacional de lojas, adequando-as a uma estrutura mais enxuta e de acordo com o cenário conservador previsto para o ano de 1999;
- Aumento de despesas de Transporte decorrentes de custos antes assumidos pelos fornecedores, porém em menor escala que os ganhos obtidos na margem bruta;



- Investimento em propaganda na consolidação dos Hipermercados Extra nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro;
- Reestruturação das áreas de Comercial, Logística e Marketing, completando sua adequação ao conceito de “Unidades de Negócios” (Gerenciamento por Categoria);
- Despesas relacionadas ao “Bug do Milênio” e com desenvolvimento de sistemas (consultorias).

Contribuíram também para este resultado:

Ganhos de Produtividade:

- otimização da capacidade de utilização no Centro de Distribuição, elevando a participação das operações de cross docking para 8% e as compras por E.D.I. para 32% no ano de 1998;
- sistema de gerenciamento de estoques por categorias de produtos e de pedido automático de compras (CAO), possibilitando rapidez e eficiência no processo de gestão, reduzindo o índice de falta de mercadorias nas lojas para 4% contra 10% em dezembro de 1997.

Depreciação e Amortização: aumentaram para R\$ 30,8 milhões contra R\$ 16,9 milhões no 4º Trimestre/97, (crescimento de 82,2%) decorrente dos investimentos realizados no período e, principalmente, ao fato de termos passado a amortizar os ágios pagos na aquisição das redes Barateiro e Millo's.

Lucratividade

O lucro líquido acumulado no ano foi de **R\$ 143,7 milhões** para **R\$ 159,0 milhões** em 1998 crescendo **10,6%** sobre o ano anterior, sendo parcialmente abatido pela menor receita financeira, decorrente da utilização do caixa para os investimentos destinados ao crescimento da empresa e em virtude da menor participação de vendas a crédito a consumidores em 1998 “vis-a-vis” 1997.

Dentro do conceito de ganhos em eficiência e produtividade e antevendo um ano de 1999 sujeito a alterações de ordem econômica, a CBD atuou fortemente na sua reestruturação organizacional, obtendo com isso um aumento no seu resultado, apesar do aumento na despesa do Imposto de Renda (24,7% em 1998 versus 11,0% em 1997).

O Lucro Líquido por lote de mil ações (calculado em legislação societária e baseado nas ações existentes em 31 de dezembro de 1998) atingiu o valor de **R\$ 2,035 contra R\$ 1,840 em 1997**, com crescimento idêntico ao do lucro líquido (+10,6%), já que não houve nova emissão de ações.

Dividendos

Seguindo a orientação das leis 9.249/95 e 9.430/96, assim como a deliberação 207/96 da CVM – Comissão de Valores Mobiliários, a Diretoria submeteu ao Conselho de Administração e este deliberou submeter à Assembléia, a ratificação de distribuição aos acionistas, de juros sobre Capital Próprio no montante bruto de R\$ 40 milhões, do qual será destacado o pagamento de imposto de renda na fonte à alíquota de 15% no valor de R\$ 6 milhões.

Conforme facultado pela lei, a administração da Companhia optou por propor que os juros sobre capital próprio creditados aos acionistas sejam imputados ao valor do dividendo mínimo obrigatório. Assim, o Conselho de Administração aprovou o encaminhamento de proposta de distribuição de dividendos líquidos no valor de R\$ 39.013 mil, correspondentes a R\$ 0,499423 por lote de 1.000 ações (contra R\$ 0,461458 em 1997), a ser submetido à aprovação da Assembléia Geral de Acionistas.

Investimentos

Neste 4º trimestre/98 os investimentos atingiram R\$ 159,7 milhões contra R\$ 152,8 milhões do mesmo período de 1997. No acumulado do ano estes totalizaram R\$ 930,4 milhões contra R\$ 430,5 milhões no ano anterior, um crescimento de 116%. Destacamos dentre os principais investimentos realizados no ano de 1998:

- aquisição da Rede Barateiro de Supermercados, com 32 lojas localizadas no Estado de SP, faturamento bruto de R\$ 574 milhões em 1997 e 77.141 m² de área de vendas;
- aquisição da rede Millo's Comercial Carajás em São Paulo, composta por 2 hipermercados, um supermercado e da concessão operacional de 3 supermercados da empresa estatal SAB em Brasília agregando 19.500 m² de área de vendas e faturamento bruto da ordem de R\$ 250 milhões anuais;
- conversão de quatro lojas de desconto Superbox em modernos hipermercados EXTRA, dois dos quais inaugurados na cidade de Salvador - BA em julho/98, e outro em Brasília, aberto em agosto/98;
- conversão de seis lojas Barateiro em hipermercados Extra, todas elas previamente reformadas e incorporadas ao modelo de gestão da CBD;
- abertura de duas lojas Pão de Açúcar em Brasília - DF, provenientes da aquisição da SAB após passarem por completo processo de renovação e modernização;
- obras de remodelagem completa em 18 supermercados Pão de Açúcar, os quais entraram em operação no decorrer de 1998;
- abertura de seis novas lojas Pão de Açúcar, destacando-se a inauguração da loja Pão de Açúcar Portal em região nobre da cidade de São Paulo;



- término da reforma na parte antiga do Centro de Distribuição, maximizando sua capacidade de abastecimento às unidades operacionais;
- aquisição de terreno adjacente ao Centro de Distribuição e construção de depósito, finalizado em novembro/98, visando aumentar as operações de “cross-docking” e otimizar o abastecimento de frutas, legumes e verduras no sistema logístico da CBD;
- inauguração do 2º Hipermercado Extra na cidade de Curitiba, com 8.300 m² de área de vendas;
- inauguração de dois novos Hipermercados Extra (Guarulhos e Penha), inaugurados em novembro/98 em São Paulo - SP;
- reforma da loja Extra Barra no Rio de Janeiro (ex-Freeway), adquirida no 3º trimestre de 1997 e
- implementação de sistema de comunicações via satélite - entre Sede Administrativa, Centro de Distribuição e 64 lojas localizadas fora do Estado de São Paulo.

Sistemas ajustados ao ano 2000

A CBD vem, desde julho de 1997, trabalhando sobre seus sistemas e processos de negócios, objetivando o correto funcionamento antes, durante e depois do ano 2000. Identificar os impactos e riscos sobre os processos e unidades de negócios, estabelecer metodologias e cronograma, determinar os custos e a alocação dos recursos necessários constituem os objetivos do Projeto Ano 2000.

A administração da Companhia está plenamente consciente da importância da solução do problema do Bug do Milênio para a perfeita continuidade de suas atividades na virada do século. Assim sendo, a Companhia elegeu um coordenador para o projeto e constituiu um grupo de trabalho para sua viabilização.

O projeto está sendo executado em 6 fases: (1) inventário; (2) análise de impacto; (3) planejamento; (4) conversão; (5) testes e (6) implantação, encontrando-se determinados sistemas em fase de testes e alguns já em fase de implantação. O mês limite estabelecido para conclusão significativa do projeto “Ano 2000” é março de 1999.

A administração também está adotando medidas para assegurar que até o fim de março de 1999, todos os softwares estejam adequados. Nesse processo foram identificados, tanto os softwares desenvolvidos internamente, quanto aqueles adquiridos de terceiros que pudessem gerar problemas operacionais na chegada do ano 2000.

Os investimentos envolvendo conversão e atualização de programas, substituição de software, troca de equipamentos, contratação de serviços de terceiros e utilização de recursos internos, estão sendo estimados em cerca de R\$ 5.300 mil, dos quais já foram gastos, até 31 de dezembro de 1998, aproximadamente R\$ 2.650 mil.

Encerramento de atividades

A partir do 1º dia do mês de outubro, a loja de Belém da divisão Superbox encerrou suas atividades. O mesmo ocorreu em duas lojas de Ribeirão Preto, da divisão Pão de Açúcar, no dia 24 de dezembro de 1998. Em ambos os casos, o fator preponderante foi a falta de sinergia das lojas com a estratégia adotada pela empresa.

Fatos Subseqüentes

- **Controle acionário do Peralta Comercial e Importadora S.A.:** Em 1º de fevereiro de 1999, a Companhia assumiu o controle acionário da Peralta Comercial e Importadora S.A., mediante subscrição de ações ordinárias. O hipermercado será operado pela marca Extra, e as 37 lojas de supermercado serão convertidas em Pão de Açúcar e Barateiro, agregando aproximadamente 48.000 m² na área total de vendas.

NOTAS EXPLICATIVAS:

1. Em decorrência da estabilidade do nível de preços na economia brasileira, a CBD vem divulgando e comentando seus resultados em valores nominais, conforme princípios contábeis da Legislação Societária. No entanto, para permitir comparação aos indicadores de evolução divulgados pela Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS), a CBD continuará a divulgar a evolução de vendas em moeda de poder aquisitivo constante, indexada pelo mesmo índice de inflação (IGP-DI) utilizado por aquela Instituição.
2. Os valores de venda acumulada para 1998 comentados neste relatório, referem-se à Demonstração de Resultados Pró-Forma da CBD, incluindo o mês de junho/98 da Divisão Barateiro.



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



Movimentação de Lojas por Divisão

	Pão de Açúcar	Extra	Superbox	Eletro	Barateiro	CBD	Área de Vendas (m ²)	Núm. de Funcionários
31/12/97	147	14	10	67	-	238	350.410	19.653
Abertas	3	2	-	-	-	5		
Fechadas	(2)	-	-	(5)	-	(7)		
31/03/98	148	16	10	62	-	236	364.429	21.069
Abertas	2	1	-	1	32	36		
Fechadas	(1)	-	-	(1)	-	(2)		
30/06/98	149	17	10	62	32	270	446.768	26.842
Abertas	1	-	-	13	-	14		
Convertidas	-	5*	(3)	-	(2)	-		
30/09/98	150	22	7	75	30	284	464.315	28.153
Abertas	-	2	-	1	-	14		
Convertidas	(1) + 2 ^A	6 ^B	(7)	-	(4) + 3 ^C	-		
31/12/98	149	30	-	76	29	284	470.591	31.343

A - Lojas da Divisão Superbox convertidas em Pão de Açúcar.
 B - Lojas da Divisão Barateiro e Superbox convertidas em Extra.
 C - Lojas da Divisão Pão de Açúcar e Superbox convertidas em Barateiro.

Detalhamento de Vendas Líquidas por Divisão Em R\$ milhares - nominais (Legislação Societária)

	1998	%	1997	%	Var.(%)
OUTUBRO					
Pão de Açúcar	162.161	38,9%	110.046	43,7%	47,4%
Extra	178.349	42,8%	81.795	32,4%	118,0%
Eletro	30.314	7,3%	21.934	8,7%	38,2%
Barateiro	45.519	11,0%	-	-	-
CBD	416.343	100,0%	251.957	100,0%	65,2%
NOVEMBRO					
Pão de Açúcar	149.751	38,0%	110.961	41,2%	35,0%
Extra	179.256	45,4%	99.591	37,0%	80,0%
Eletro	30.672	7,8%	23.301	8,7%	31,6%
Barateiro	34.919	8,8%	-	-	-
CBD	394.598	100,0%	268.874	100,0%	46,8%
DEZEMBRO					
Pão de Açúcar	202.691	34,3%	153.051	40,0%	32,4%
Extra	290.292	49,2%	141.272	36,9%	105,5%
Eletro	52.057	8,8%	38.647	10,1%	34,7%
Barateiro	45.549	7,7%	-	-	-
CBD	590.589	100,0%	382.662	100,0%	54,3%
4º TRIMESTRE					
Pão de Açúcar	514.603	36,7%	374.058	41,4%	37,6%
Extra	647.897	46,2%	322.658	35,7%	100,8%
Eletro	113.043	8,1%	83.882	9,3%	34,8%
Barateiro	125.987	9,0%	-	-	-
CBD	1.401.530	100,0%	903.493	100,0%	55,1%
ACUM. ANO					
Pão de Açúcar	1.724.924	38,9%	1.392.846	44,8%	23,8%
Extra	1.821.067	41,1%	937.958	30,1%	94,2%
Superbox	272.576	6,2%	502.479	16,0%	-45,8%
Eletro	321.807	7,3%	280.517	9,1%	14,7%
Barateiro	288.856	6,5%	-	-	-
CBD	4.429.230	100,0%	3.113.800	100,0%	42,2%



Proibida a reprodução
 deste documento sem a
 autorização da Pefran



Índices de Produtividade

Em R\$ - nominais (Legislação Societária)

	4º trimestre			Acumulado Ano		
	98	97	%	98	97	%
Venda por m² (por mês)						
Pão de Açúcar	1.041	812	28,2%	894	775	15,4%
Extra	1.159	978	18,5%	1.011	896	12,8%
Superbox	-	1.016	-	843	1.023	-17,6%
Eletro	964	770	25,2%	729	728	0,1%
CBD*	1.090	885	23,2%	900	837	7,5%
Barateiro	758	-	-	597	-	-
Venda por Func. por mês						
Pão de Açúcar	14.376	12.491	15,1%	13.373	12.091	10,6%
Extra	19.642	27.670	-29,0%	20.368	19.078	6,8%
Superbox	-	26.260	-	19.540	20.061	-2,6%
Eletro	18.535	16.134	14,9%	15.227	14.718	3,5%
CBD*	14.816	15.324	-3,3%	16.040	13.493	18,9%
Barateiro	15.919	-	-	12.179	-	-
Ticket Médio						
Pão de Açúcar	17,4	17,0	2,4%	16,7	16,7	-
Extra	43,0	46,2	-6,9%	43,1	46,6	-7,5%
Superbox	-	43,2	-	40,6	45,1	-10,0%
Eletro	204,8	172,5	18,7%	194,5	189,1	2,9%
CBD*	28,3	28,0	1,1%	26,9	26,8	0,4%
Barateiro	15,6	-	-	15,0	-	-
Vendas por Checkout/mês						
Pão de Açúcar	97.260	74.797	30,0%	83.738	72.329	15,8%
Extra	158.487	127.583	24,2%	136.953	108.673	26,0%
Superbox	-	106.127	-	90.527	100.778	-10,2%
Eletro	199.724	161.623	23,6%	149.915	153.037	-2,0%
CBD*	128.260	98.131	30,7%	103.361	89.717	15,2%
Barateiro	79.038	-	-	68.877	-	-

*Indicadores de eficiência da CBD calculados excluindo Divisão Barateiro

Dados Operacionais CBD - 31/12/98

	# Checkouts	# funcionários	# lojas	Área de Vendas (m ²)
Pão de Açúcar	1.764	11.932	149	166.052
Extra	1.584	10.995	30	215.682
Superbox	-	-	-	-
Eletro	191	2.033	76	39.549
Barateiro	499	2.638	29	49.308
Total Lojas	4.038	27.598	284	470.591
Administrativo	-	3.745	-	-
CBD	4.038	31.343	284	470.591

14.3 – OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

JORNAIS ONDE A COMPANHIA DIVULGOU AS INFORMAÇÕES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/1998:

Publicação das Demonstrações Financeiras (10 de fevereiro de 1999)

- Jornal O Estado de São Paulo (*)
- Gazeta Mercantil (*)
- Diário Oficial do Estado de São Paulo
- Jornal Folha de São Paulo

(*) O conteúdo publicado é cópia fiel do Diário Oficial do Estado de São Paulo



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



PUBLICAÇÃO DA CONVOCAÇÃO PARA A AGO REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 1999 E PUBLICAÇÃO DA ATA DA AGO REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 1999.

Publicação da Convocação da AGO

- Diário Oficial do Estado de São Paulo (21, 23 e 24 de abril de 1999)
- Jornal Folha de São Paulo (21, 22 e 23 de abril de 1999)

Publicação da Ata AGO realizada em 30 de abril de 1999

- Diário Oficial do Estado de São Paulo (28 de maio de 1999)
- Jornal Folha de São Paulo (28 de maio de 1999)

SECRETÁRIO EXECUTIVO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Em reunião Extraordinária do Conselho de Administração realizada em 28 de abril de 1998, foi eleito pela unanimidade dos membros presentes, para o cargo de Secretário Executivo do Conselho de Administração, a Sra. Marise Rieger Salzano. A Sra Marise Rieger Salzano não foi incluída no quadro 2.01 – Composição Atual do Conselho de Administração e Diretoria, por não ser Membro do Conselho e também por não ser membro da Diretoria.

DIREITO A DIVIDENDOS DIFERENCIADOS DAS AÇÕES PREFERENCIAIS

A letra “b” parágrafo 1º do Artigo 5º do Estatuto Social da Cia. estabelece:

“prioridade no recebimento de um dividendo mínimo anual no valor de R\$ 0,15 (quinze centavos) por lote de mil ações preferenciais não cumulativo;”

PARTICIPAÇÃO DOS ADMINISTRADORES NOS LUCROS DA COMPANHIA

Até o presente momento não houve nenhum desembolso, efetuado pela Companhia, a título de “Participação nos Lucros”, conforme cita o artigo 18, item “k” e “i” do Estatuto Social, exceto pelo Plano de Opção de Compra de Ações Preferenciais, aprovado pela Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de abril de 1997.

O Programa - “Ações com Açúcar” é uma associação positiva e criativa entre capital e trabalho. A soma dos esforços dos funcionários da Companhia produz resultados que valorizam a Empresa, gerando ganhos de capital. Também ganha o funcionário associado, com a valorização da sua opção de compra de ações.

Segue abaixo as principais características do plano, bem como quadro sumário das opções concedidas até 31/12/1998:

O preço de cada lote é de, no mínimo, 60% da média ponderada das operações com as ações preferenciais na semana da outorga da opção, sendo variável a participação de beneficiário por série.

A aquisição do direito ao exercício da opção dar-se-á da seguinte forma e nos seguintes prazos: (i) 50% no último mês do terceiro ano subsequente à data da opção e (ii) 50% no último mês do quinto ano subsequente à data da opção, ficando condicionada uma quantidade de ações com vínculo de inalienabilidade até a aposentadoria definitiva do beneficiário.

O exercício das opções garante aos beneficiários os mesmos direitos concedidos aos demais acionistas da Companhia. A administração desse plano foi atribuída a um comitê designado pelo Conselho de Administração. As informações relativas ao plano de opções de compra de ações estão resumidas a seguir:

	<u>Ações preferenciais (em milhares)</u>
Opções concedidas	
Série I - 9 de maio de 1997	278.600
Série II - 22 de dezembro de 1997	373.200
Série III - 18 de dezembro de 1998	1.007.074
Volume global objeto do plano	<u>1.658.874</u>

14.5 – PROJETOS DE INVESTIMENTO

A CBD pretende continuar com seu plano de investimentos e projeto de expansão, com orçamento preliminar entre R\$ 250,0 e R\$ 300,0 milhões em 1999. O plano de investimento da Companhia engloba os seguintes pontos: **Abertura de Novas Lojas:** A CBD atualmente pretende abrir 7-9 novas lojas em 1999, incluindo 4-5 supermercados e 3-4 hipermercados. A Companhia espera que o custo destas novas lojas será de aproximadamente R\$ 100,0 milhões.

Reforma e Renovação das Lojas Existentes: A CBD pretende reformar cerca de 10 lojas em 1999. O programa de renovação das lojas possibilitará (i) adicionar equipamentos de refrigeração, que permitirá vender produtos de melhor margem e maior valor agregado, (ii) criar um ambiente mais amigável, moderno e eficiente, (iii) prover as lojas com sistemas avançados de EDI (Electronic Data Exchange) e de informação. Durante o 1º Trimestre de 1999, das 38 lojas adquiridas da rede Peralta, 23 foram convertidas para o formato Barateiro, 14 para o formato Pão de Açúcar e o hipermercado para o formato Extra. Além disso, dando continuidade à estratégia de adequar cada loja ao público localizado em sua zona primária, 18 lojas do formato Pão de Açúcar foram convertidas para o formato Barateiro. O custo deste programa de reformas e renovações está estimado em R\$ 40,0 milhões para 1999.

Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



Investimento em Tecnologia da Informação e Logística: A Companhia busca desenvolver ainda mais (up-grade) a sua tecnologia de PDV e logística de distribuição e expandir o sistema de gerência de informações. A CBD pretende continuar a prover as suas lojas com conexões via EDI com o centro de distribuição, administração central e fornecedores. Ao final de 1998, 32% das compras realizadas pela Companhia foram feitas via EDI.

Projeto Ano 2000 – Bug do Milênio: Os investimentos envolvendo conversão e atualização de programas, substituição de software, troca de equipamentos, contratação de serviços de terceiros e utilização de recursos internos, estão sendo estimados em cerca de R\$6,3 milhões, dos quais já foram gastos, até 31 de março de 1999, aproximadamente R\$4,1 milhões. O projeto está sendo executado em 6 fases: (1) inventário; (2) análise de impacto; (3) planejamento; (4) conversão; (5) testes e (6) implantação; encontrando-se atualmente na fase de testes. A CBD espera ter concluído este programa no mês de maio/99.

Dando continuidade ao processo de expansão de sua rede de lojas a CBD ainda pretende agir em oportunidades de mercado para adquirir selecionadas redes varejistas e pontos comerciais. O investimento necessário para estas aquisições é considerado adicional ao projetado para a expansão orgânica. A Companhia acredita que com a entrada das grandes empresas internacionais no mercado de varejo de alimentos brasileiro e com o início do processo de consolidação deste setor nos últimos anos, é necessário adquirir uma massa crítica maior para continuar a atuar competitivamente neste mercado.

O plano de investimentos acima descrito será viabilizado com os recursos atualmente existentes, empréstimo, em fase de aprovação, junto ao BNDES, e a geração de caixa do período.

16.1 – AÇÕES JUDICIAIS COM VALOR SUPERIOR A 5% DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO OU DO LUCRO LÍQUIDO

Item	Descrição	% Patrimônio Líquido	% Lucro Líquido	Provisão	Valor (Reais Mil)
01	Trabalhista	2,12	12,98	Sim	20.634
02	Fiscal/Tributária	8,67	53,00	Sim	84.278
03	Outras	-	-	-	-

17.1 – OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

Saldos e transações com empresas controladora e ligadas

(R\$ mil)

	1998		
	Pão de Açúcar S.A. Indústria e Comércio	Pão de Açúcar Publicidade Ltda.	Península Participações S.A.
Saldos			
Dividendos propostos e/ou juros sobre o capital próprio (líquido)	(24.270)	-	(3.666)
Contas a receber (a pagar) - mútuo	1.721	-	-
Outras contas a receber (a pagar)	172	(1.149)	-
Transações			
Serviços prestados e aluguéis	(807)	(12.951)	-
Compras	-	-	-
Propaganda e fretes	-	-	-
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	408	-	-

(R\$ mil)

	1998		1997	
	Barateiro	Millo's	Total	Total
Saldos				
Dividendos propostos e/ou juros sobre o capital próprio (líquido)	-	-	(27.936)	(36.047)
Contas a receber (a pagar) - mútuo	-	-	1.721	(2.910)
Outras contas a receber (a pagar)	-	-	(977)	(721)
Transações				
Serviços prestados e aluguéis	116	139	(13.503)	(12.961)
Compras	15.417	23.782	39.199	-
Propaganda e fretes	780	328	1.108	-
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	442	59	909	(21)

As operações realizadas com partes relacionadas são efetuadas a preços e condições normais de mercado. O contrato de mútuo com a empresa controladora está sujeito a encargos financeiros equivalentes a juros de mercado. Em 31 de julho de 1998, a Companhia adquiriu parte dos ativos e assumiu passivos da empresa controladora, Pão de Açúcar S.A. Indústria e Comércio.

Proibida a reprodução deste documento sem a autorização da Pefran



No período compreendido entre a data de aquisição e a incorporação das empresas Millo's e Barateiro, as operações de compra de mercadorias, fretes e propaganda foram realizadas por intermédio da Companhia.

As compras de mercadorias referem-se ao abastecimento das lojas dessas empresas, pelo centro de distribuição da Companhia e foram efetuadas a preço de custo.

Em 31 de julho de 1998, a Companhia adquiriu da empresa controladora, imóveis operacionais localizados na Grande São Paulo (terreno e edifício da loja no Jabaquara), no Distrito Federal e em Pernambuco, pelo montante de R\$ 34.3 milhões, avaliados pelo valor de mercado, conforme laudos de avaliação emitidos por peritos independentes. Como forma de pagamento dos ativos adquiridos, a Companhia assumiu provisões para contingências tributárias no montante de R\$ 33.6 milhões, cuja legalidade está sendo discutida judicialmente, complementados por R\$ 695 mil pagos em espécie.

18.1 – ESTATUTO SOCIAL

Está em Anexo.

20.1 – DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES ALTERADAS

INFORMAÇÕES ALTERADAS POR EXIGÊNCIA DO FAX CVM Nº 696/99

1) ASSUNTO 1 - IAN/98

<u>Quadro</u>	<u>Coluna / Item</u>	<u>Antes</u>	<u>Depois</u>
01.01	04-Demoninação comercial	-	Pão de Açúcar
01.08	02-Ata da AGO que aprovou as DFs.	-	30/04/1999
01.09	-	-	Explicação no quadro 14.03
02.01	05-Item 10 e 20	3 anos	2 anos
02.02	Experiência Profissional	-	Inclusão do acúmulo da função de Diretor Superintendente
03.02	12-Item 02	30/04/1998	30/04/1999
03.03	12-Item 0102	30/04/1998	30/04/1999
04.01	07 e 08 - Item 01	R\$ (mil) 347.387	R\$ (mil) 346.918
04.01	07 e 08 - Item 02	R\$ (mil) 193.087	R\$ (mil) 193.526
04.02	04 - Item 02	R\$ (mil) 58.474	R\$ (mil) 58.478
06.01	04 - Item 09	30/04/1998	30/04/1999
07.02	Participações e contribuições	-	Explicação no quadro 14.03
08.01	02 – Item 01	ÚNICA	1
08.01	22 – Item 02	-	01/07/1999
08.01	12 – Item 03	-	18,77%
14.02	Movimentação das lojas por Divisão		
	Data	231/12/97	31/12/97
	Evolução/Involução das lojas Superbox entre 30/09/98 e 31/12/98	(6)	(7)
14.03	A1) Periódicos utilizados pela Companhia	-	Explicação no quadro 14.03
	A2) Direito a dividendos diferenciados	-	Explicação no quadro 14.03
	B) Ata da AGO/E de 30.04.99	-	Explicação no quadro 14.03

1) ASSUNTO 2 – EXIGÊNCIA COMPLEMENTAR

Conforme solicitado, encaminhamos as atas das RCA de 28 de abril de 1998 e 30 de abril de 1999, que elegeram o Secretário Executivo do Conselho de Administração, o Diretor Superintendente e o Sr. Valdemar Machado como Diretor. As respectivas atas foram protocoladas na Junta Comercial em 13 de maio de 1998 e 18 de maio de 1999, respectivamente.



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO SOCIAL
ENCERRADO EM 31/12/1998 E RESPECTIVO PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

3 de fevereiro de 1999

Aos Administradores e Acionistas

Companhia Brasileira de Distribuição

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Companhia Brasileira de Distribuição em 31 de dezembro de 1998 e de 1997 e as correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos dos exercícios findos nessas datas, elaborados sob a responsabilidade da administração da Companhia. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria, que requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia, (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Somos de parecer que as referidas demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Brasileira de Distribuição em 31 de dezembro de 1998 e de 1997 e o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido e as origens e aplicações de recursos dos exercícios findos nessas datas, de acordo com os princípios contábeis previstos na legislação societária.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Henrique Luz
Sócio
Contador CRC 1RJ045789/T-2 “T” SP 002332



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO
EM MILHARES DE REAIS**

ATIVO	1998	1997
Circulante		
Caixa e bancos	36.403	27.346
Aplicações financeiras	333.824	397.588
Contas a receber	446.996	360.856
Estoques	344.967	220.798
Impostos a recuperar	63.663	2.288
Adiantamentos a fornecedores e funcionários	9.435	7.311
Despesas antecipadas	5.779	5.577
Outros créditos	<u>15.740</u>	<u>12.318</u>
	<u>1.256.807</u>	<u>1.034.082</u>
Realizável a longo prazo		
Contas a receber	4.951	23.157
Imposto de renda diferido	18.584	31.191
Empresa controladora - mútuo	1.721	-
Depósitos para recursos judiciais	34.089	21.268
Despesas antecipadas	<u>5.728</u>	<u>8.518</u>
	<u>65.073</u>	<u>84.134</u>
Permanente		
Investimentos	5.622	11.665
Imobilizado	1.389.822	917.531
Diferido	<u>307.155</u>	<u>32.007</u>
	<u>1.702.599</u>	<u>961.203</u>
	<u>3.024.479</u>	<u>2.079.419</u>
PASSIVO		
Circulante		
Fornecedores	604.323	377.378
Obrigações por compra de ativos	44.502	46.790
Financiamentos	347.891	254.653
Debêntures	15.813	2.702
Salários e contribuições sociais	57.515	38.018
Impostos sobre vendas	28.304	19.137
Impostos parcelados	9.567	7.949
Dividendos propostos	5.013	3.534
Juros sobre o capital próprio	34.000	32.513
Imposto de renda na fonte - juros sobre o capital próprio	6.000	5.737
Empresa controladora - mútuo	-	2.910
Outras contas	<u>24.629</u>	<u>17.671</u>
	<u>1.177.557</u>	<u>808.992</u>
Exigível a longo prazo		
Financiamentos	417.816	210.711
Debêntures	314.860	103.104
Obrigações por compra de ativos	3.504	2.310
Provisão para contingências	104.912	54.335
Imposto de renda	8.341	9.590
Impostos parcelados	<u>25.758</u>	<u>32.637</u>
	<u>875.191</u>	<u>412.687</u>
Patrimônio líquido		
Capital social	537.730	537.730
Reserva de capital	4.050	4.050
Reservas de lucros	<u>429.951</u>	<u>315.960</u>
	<u>971.731</u>	<u>857.740</u>
	<u>3.024.479</u>	<u>2.079.419</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran





**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
EM MILHARES DE REAIS**

	<u>1998</u>	<u>1997</u>
Receita operacional bruta	5.133.462	3.638.384
Impostos sobre vendas	(749.949)	(524.584)
Receita líquida das vendas	4.383.513	3.113.800
Custo das mercadorias vendidas	<u>(3.194.373)</u>	<u>(2.283.810)</u>
Lucro bruto	1.189.140	829.990
Despesas (receitas) operacionais		
Despesas com vendas	726.590	541.075
Gerais e administrativas	190.835	127.641
Depreciação e amortização	102.669	63.200
Impostos e taxas	21.268	18.801
Despesas financeiras		
Juros sobre o capital próprio (Nota 16(d)(i))	40.000	38.250
Outras	215.401	131.591
Receitas financeiras	(263.193)	(212.325)
Resultado de equivalência patrimonial	420	-
	<u>1.033.990</u>	<u>708.233</u>
Lucro operacional	155.150	121.757
Resultado não operacional	<u>3.089</u>	<u>(2.880)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da reversão dos juros sobre o capital próprio	158.239	118.877
Imposto de renda (Nota 14)		
Do exercício	(27.877)	(16.730)
Diferido	<u>(11.358)</u>	<u>3.331</u>
Lucro antes da reversão dos juros sobre o capital próprio	119.004	105.478
Reversão de juros sobre o capital próprio (Nota 16(d)(i))	40.000	38.250
Lucro líquido do exercício	<u>159.004</u>	<u>143.728</u>
Lucro líquido do exercício por lote de mil ações - R\$	2,04	1,84

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EM MILHARES DE REAIS

	Reserva de capital		Reserva de lucros					Lucros acumulados	
	Capital social	Subvenções para investimentos	Legal	Expansão	Para aumento de capital	A realizar	Retenção de lucros	Total	
Em 31 de dezembro de 1996	293.814	4.050	16.536	113.990	58.479	46.106	37.384	-	570.359
Aumentos de capital									
Capitalização de reserva	58.479	-	-	-	(58.479)	-	-	-	-
Subscrição realizada	185.437	-	-	-	-	-	-	-	185.437
Destinação de reserva	-	-	-	28.736	-	-	(28.736)	-	-
Realização de reserva	-	-	-	-	-	(7.648)	-	7.648	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	143.728	143.728
Reserva legal	-	-	7.186	-	-	-	-	(7.186)	-
Dividendos propostos									
(R\$ 0,045 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	-	-	(3.534)	(3.534)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(38.250)	(38.250)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	-	102.406	(102.406)	-
Em 31 de dezembro de 1997	<u>537.730</u>	<u>4.050</u>	<u>23.722</u>	<u>142.726</u>	<u>-</u>	<u>38.458</u>	<u>111.054</u>	<u>-</u>	<u>857.740</u>
Destinação de reserva	-	-	-	92.164	-	-	(92.164)	-	-
Realização de reserva	-	-	-	-	-	(4.997)	-	4.997	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	159.004	159.004
Reserva legal	-	-	7.950	-	-	-	-	(7.950)	-
Dividendos propostos									
(R\$ 0,064 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	-	-	(5.013)	(5.013)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(40.000)	(40.000)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	-	111.038	(111.038)	-
Em 31 de dezembro de 1998	<u>537.730</u>	<u>4.050</u>	<u>31.672</u>	<u>234.890</u>	<u>-</u>	<u>33.461</u>	<u>129.928</u>	<u>-</u>	<u>971.731</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
EM MILHARES DE REAIS

	<u>1998</u>	<u>1997</u>
Origens de recursos		
Das operações sociais		
Lucro líquido do exercício	159.004	143.728
Despesas que não afetam o capital circulante		
Depreciação e amortização	102.669	63.200
Imposto de renda	39.235	13.399
Valor residual de ativos permanentes baixados	14.970	5.412
Juros e variações monetárias de itens a longo prazo	39.866	7.004
Equivalência patrimonial	420	-
	<u>356.164</u>	<u>232.743</u>
De acionistas		
Aumento de capital	-	185.437
De terceiros		
Aumento no exigível a longo prazo		
Financiamentos	285.081	209.322
Debêntures	200.000	100.000
Impostos parcelados	-	45.817
Contingências e outros	20.460	11.199
Transferências para o ativo circulante	30.821	17.203
Incorporação dos ativos líquidos de controladas	70.928	1.072
Total dos recursos	<u>963.454</u>	<u>802.793</u>
Aplicações dos recursos		
Em dividendos distribuídos e propostos	5.013	3.534
Juros sobre o capital próprio	40.000	38.250
No realizável a longo prazo	21.173	26.074
Por transferência para o passivo circulante	112.725	30.054
No ativo permanente		
Imobilizado	557.252	390.108
Investimentos	346.571	33.691
Diferido	26.560	6.722
Total das aplicações	<u>1.109.294</u>	<u>528.433</u>
Aumento (redução) no capital circulante	<u>(145.840)</u>	<u>274.360</u>
Variações do capital circulante		
Ativo circulante		
No fim do exercício	1.256.807	1.034.082
No início do exercício	<u>1.034.082</u>	<u>733.440</u>
	<u>222.725</u>	<u>300.642</u>
Passivo circulante		
No fim do exercício	1.177.557	808.992
No início do exercício	<u>808.992</u>	<u>782.710</u>
	<u>368.565</u>	<u>26.282</u>
Aumento (redução) no capital circulante	<u>(145.840)</u>	<u>274.360</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 1998 E DE 1997
EM MILHARES DE REAIS**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Brasileira de Distribuição (“Companhia”) tem como atividade preponderante a comercialização, no varejo, de produtos alimentícios, artigos de vestuário, eletroeletrônicos e outros que completam suas linhas de supermercados e lojas especializadas e de departamentos, representadas basicamente pelas denominações comerciais “Pão de Açúcar”, “Extra”, “Barateiro” e “Eletro”.

De conformidade com o seu Plano de Expansão, a Companhia adquiriu, durante o ano de 1998, as empresas Millo’s Comercial Carajás S.A. (“Millo’s”) (3 lojas) e Rede Barateiro de Supermercados S.A. (“Barateiro”) (32 lojas), entre outras de menor porte, posteriormente incorporadas ao seu patrimônio. Em 1º de fevereiro de 1999, a Companhia assumiu o controle acionário da empresa Peralta Comercial e Importadora S.A. (Nota 20(a)).

Em consonância com o processo de reestruturação da Companhia, a denominação comercial “Superbox” está sendo descontinuada, e suas correspondentes lojas reagrupadas nas demais denominações comerciais.

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com os princípios contábeis previstos na legislação societária.

(a) Juros sobre o capital próprio

A Lei nº 9.249/95, complementada por disposições legais contidas na Lei nº 9.430/96, facultou a dedutibilidade fiscal do registro contábil de juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP vigente no período.

Esses juros são computados tendo por base o patrimônio líquido, sendo que, para efeito de dedutibilidade fiscal, devem ser pagos ou creditados aos acionistas, estando limitados a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% das reservas de lucros relativas a exercícios anteriores (Nota 16(d)(i)).

(b) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

(c) Ativos circulante e realizável a longo prazo

Os estoques adquiridos pelos centros de distribuição são demonstrados ao custo médio e os adquiridos diretamente pelas lojas, ao preço da última aquisição, que se aproxima ao critério “Primeiro a Entrar, Primeiro a Sair - PEPS”, inferiores aos valores de realização.

Os demais itens são apresentados ao valor de custo, acrescido dos rendimentos e das variações monetárias auferidas, e deduzidos da provisão necessária, quando aplicável, para refletir o valor de realização.

(d) Permanente

Demonstrado ao custo, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, combinado com os seguintes aspectos:

- Participação nos investimentos em controladas, avaliada pelo custo de aquisição ou, quando aplicável, pelo método de equivalência patrimonial (Nota 7).
- Depreciação de bens do imobilizado pelo método linear, às taxas mencionadas na Nota 8, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.
- Amortização de parcelas de ágio decorrentes de expectativa de rentabilidade futura e amortização de fundos de comércio, nos prazos descritos nas Notas 7 e 9.

(e) Passivos circulante e exigível a longo prazo

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias ou cambiais incorridos. O imposto de renda é calculado à alíquota de 25% sobre o lucro real.



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



3. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras, são em parte, objeto de operações de “hedge” de taxa de juros. Em 31 de dezembro de 1998, o volume dessas operações era de R\$ 259.093 (1997 - R\$ 221.398).

As demais aplicações, no montante de R\$ 74.731 (1997 - R\$ 176.190), estão concentradas em fundos de investimento, cuja carteira é composta principalmente de CDBs, “Export Notes”, LFTs e LTNs.

4. CONTAS A RECEBER

	<u>1998</u>	<u>1997</u>
Circulante		
Crediciário	150.575	141.993
Vendas financiadas (cheques pré-datados)	134.039	121.016
Cartão de crédito	150.642	93.962
“Tickets” de venda e outros	32.262	27.825
Provisão para devedores duvidosos	<u>(20.522)</u>	<u>(23.940)</u>
	<u>446.996</u>	<u>360.856</u>
Longo prazo		
Crediciário	<u>4.951</u>	<u>23.157</u>

As operações com crediciário, pactuadas com encargos financeiros pré-fixados e com prazos de vencimento de até 24 meses, estão lastreadas com recursos captados na forma de financiamentos para capital de giro (Nota 11).

As vendas financiadas representam cheques pré-datados com taxa pré-fixada de juros de 5,4% ao mês (1997 - 5,4% a.m.) e prazos não superiores a 90 dias.

As operações com cartões de crédito referem-se às vendas de mercadorias por via de cartões de crédito administrados por terceiros.

A provisão para devedores duvidosos é constituída considerando a média de perdas efetivas em exercícios anteriores, complementada pela análise da administração sobre as prováveis perdas com os créditos em aberto:

	<u>1998</u>	<u>1997</u>
Crediciário	(18.143)	(20.610)
Vendas financiadas (cheques pré-datados)	<u>(2.379)</u>	<u>(3.330)</u>
	<u>(20.522)</u>	<u>(23.940)</u>

As diretrizes básicas para a constituição dessa provisão, por categoria de crédito, podem ser resumidas como segue:

- Crediciário

Constituição: Com base no índice histórico de perdas apurado nos últimos 12 meses, complementada pela análise da administração sobre prováveis perdas com créditos em aberto.

Baixa: Todos os créditos vencidos, ao completarem 180 dias de atraso, são baixados das contas a receber contra a provisão para devedores duvidosos.

- Vendas financiadas (cheques pré-datados)

Constituição: Com base no índice médio histórico de devolução e recuperação desses cheques, apurado nos últimos 12 meses e complementado pela análise da administração sobre prováveis perdas com créditos em aberto.

Baixa: Todos os cheques são depositados nos seus respectivos vencimentos. A baixa dos cheques sem suficiência de fundos dá-se após todos os procedimentos legais, sendo então debitados contra a provisão para devedores duvidosos.

- Cartão de crédito e “tickets” de vendas

Não é constituída provisão para devedores duvidosos sobre os saldos de cartões de crédito e “tickets”, pois os riscos de crédito são assumidos substancialmente por terceiros.





5. ESTOQUES

	<u>1998</u>	<u>1997</u>
Nas lojas	231.813	165.817
Nos centros de distribuição	<u>113.154</u>	<u>54.981</u>
	<u>344.967</u>	<u>220.798</u>

6. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>1998</u>	<u>1997</u>
PIS a compensar	29.063	-
Impostos a recuperar	25.730	359
Imposto de renda sobre aplicações financeiras	6.846	1.929
FINSOCIAL a compensar	<u>2.024</u>	<u>-</u>
	<u>63.663</u>	<u>2.288</u>

De acordo com levantamento realizado pela Companhia, foram registrados créditos de Programa de Integração Social - PIS em decorrência da inconstitucionalidade dos Decretos-Leis nºs 2.445 e 2.449, com base em decisão judicial transitada em julgado. Esses créditos estão sendo compensados com outros tributos federais, conforme a Instrução Normativa nº 21/97 da Secretaria da Receita Federal.

A rubrica "Impostos a recuperar" registra, principalmente, créditos de imposto de renda e contribuição social advindos da incorporação do Barateiro (Nota 16(c)), atualizados monetariamente.

7. INVESTIMENTOS

(a) Movimentação de investimentos

	Rede Barateiro de Supermercados S.A. (‘Barateiro’)	Millo’s Comercial Carajás S.A. (‘Millo’s’)	MCP S/C Ltda. (‘MCP’)	Stratosfera Administradora S/C Ltda. (‘Stratosfera’)	Pat Comercial Ltda. (‘Pat’)	Outros	Total
Em 31 de dezembro de 1996	-	-	-	-	-	37.023	37.023
Adições							
Custo	-	-	-	-	2.500	3.363	5.863
Ágio	-	-	-	-	8.754	19.074	27.828
Amortização de ágio	-	-	-	-	(412)	(1.902)	(2.314)
Transferências por incorporação para:							
. Imobilizado	-	-	-	-	-	(30.074)	(30.074)
. Diferido	-	-	-	-	-	(25.589)	(25.589)
. Outros ativos líquidos	-	-	-	-	-	(1.072)	(1.072)
Em 31 de dezembro de 1997	-	-	-	-	10.842	823	11.665
Adições							
Custo	58.355	1.651	13.536	123	-	549	74.214
Ágio	222.517	34.217	11.496	4.127	-	-	272.357
Equivalência patrimonial	(480)	-	60	-	-	-	(420)
Amortização de ágio	-	(2.386)	(124)	-	(1.098)	-	(3.608)
Transferências por incorporação para:							
. Imobilizado	(292)	-	(13.275)	-	-	-	(13.567)
. Diferido	(222.517)	(31.830)	-	-	(9.744)	-	(264.091)
. Outros ativos líquidos	(57.583)	(1.625)	(11.693)	-	-	-	(70.901)
. Resultado	-	(27)	-	-	-	-	(27)
Em 31 de dezembro de 1998	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4.250</u>	<u>-</u>	<u>1.372</u>	<u>5.622</u>

(i) Empresas adquiridas no exercício e incorporadas em 28 de setembro de 1998 (Nota 16(c)).

Barateiro: Em 1º de junho de 1998, foi adquirida a totalidade das ações do Barateiro, com base no patrimônio líquido de 31 de maio de 1998, examinado por auditores independentes.

O acervo dessa empresa estava representado por 32 pontos comerciais localizados na região da Grande São Paulo e interior do Estado de São Paulo. Do preço acordado, R\$ 37.688 serão pagos a prazo, com vencimento previsto para junho de 1999, estando registrados na rubrica "Obrigações por compra de ativos". Esse montante está sendo atualizado por variação cambial acrescida da taxa LIBOR semestral + 1% a.a.

O ágio apurado nessa aquisição está fundamentado em laudo emitido por peritos independentes, com sustentação, principalmente, na expectativa de rentabilidade futura, e será amortizado no prazo e extensão das projeções que o determinaram, inferior a dez anos. Na incorporação, a parcela do ágio relativa à expectativa de rentabilidade futura foi transferida para o ativo diferido.



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



Millo's: Adquirida em fevereiro de 1998, com acervo representado por 3 pontos comerciais localizados na Grande São Paulo. O ágio pago na aquisição dessa empresa, transferido para o ativo diferido na incorporação, relativo à expectativa de rentabilidade futura, está suportado por laudo emitido por peritos independentes, sendo amortizado na extensão das projeções de rentabilidade futura que o determinaram, no prazo de até 5 anos.

MCP: Adquirida no início de 1998, com acervo representado por um terreno na cidade de São Paulo. O ágio pago nessa aquisição é representado pela mais-valia do ativo adquirido, estando suportado por laudo emitido por peritos independentes.

(ii) Empresa controlada

Stratosfera: O controle acionário dessa empresa foi adquirido em 3 de dezembro de 1998, e seu acervo está representado por imóvel operacional localizado na região de Barueri - SP, onde já operava uma loja da Companhia. O ágio pago nessa aquisição está suportado por laudo emitido por peritos independentes, relativo à mais-valia do ativo imobilizado e deverá ser amortizado no prazo de realização do respectivo ativo.

De conformidade com a Instrução CVM nº 247, de 27 de março de 1996, as demonstrações financeiras da empresa Stratosfera não estão sendo consolidadas às demonstrações financeiras da Companhia, tendo em vista o objetivo da administração de descontinuar essa empresa e em face de suas operações não serem relevantes.

(b) Saldos e transações com partes relacionadas

						1998	1997
	Pão de Açúcar S.A. Indústria e Comércio	Pão de Açúcar Publicidade Ltda.	Península Participações S.A.	Barateiro	Millo's	Total	Total
Saldos							
Dividendos propostos e/ou juros sobre o capital próprio (líquido)	(24.270)	-	(3.666)	-	-	(27.936)	(36.047)
Contas a receber (a pagar) - mútuo	1.721	-	-	-	-	1.721	(2.910)
Outras contas a receber (a pagar)	172	(1.149)	-	-	-	(977)	(721)
Transações							
Serviços prestados e aluguéis	(807)	(12.951)	-	116	139	(13.503)	(12.961)
Compras	-	-	-	15.417	23.782	39.199	-
Propaganda e fretes	-	-	-	780	328	1.108	-
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	408	-	-	442	59	909	(21)

As operações realizadas com partes relacionadas são efetuadas a preços e condições normais de mercado. O contrato de mútuo com a empresa controladora está sujeito a encargos financeiros equivalentes a juros de mercado. Em 31 de julho de 1998, a Companhia adquiriu parte dos ativos e assumiu passivos da empresa controladora, Pão de Açúcar S.A. Indústria e Comércio (Nota 10).

No período compreendido entre a data de aquisição e a incorporação das empresas Millo's e Barateiro, as operações de compra de mercadorias, fretes e propaganda foram realizadas por intermédio da Companhia. As compras de mercadorias referem-se ao abastecimento das lojas dessas empresas, pelo centro de distribuição da Companhia e foram efetuadas a preço de custo.

8. IMOBILIZADO

	1998		1997		%
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	Taxas anuais de depreciação
Terrenos	369.616	-	369.616	294.604	
Edifícios	605.666	68.602	537.064	335.205	4
Benfeitorias e melhoramentos	335.793	143.360	192.433	119.899	10 a 33
Equipamentos	281.496	150.476	131.020	90.658	10 a 20
Instalações	101.110	40.470	60.640	39.355	20
Móveis e utensílios	49.707	37.385	12.322	9.076	10
Veículos	16.289	5.774	10.515	6.848	20
Imobilizações em andamento	69.693	-	69.693	15.677	
Outros	8.906	2.387	6.519	6.209	
	<u>1.838.276</u>	<u>448.454</u>	<u>1.389.822</u>	<u>917.531</u>	



Proibida a reprodução deste documento sem a autorização da Pefran



As inversões diretas no ativo imobilizado totalizaram R\$ 557.252 (1997 - R\$ 390.108) (incluem capitalização de juros). Estas inversões referem-se, basicamente, às obras de construção de novas lojas, ampliação do centro de distribuição, reformas de diversas lojas, investimentos em equipamentos, compra de terrenos para expansão das atividades e aquisição de ativos das empresas adquiridas. As referidas inversões, principalmente a parcela da compra do Barateiro, a compra de terrenos e de unidades comerciais, foram em parte financiadas e estão apresentadas na rubrica “Obrigações por compra de ativos”, no montante de R\$ 48.006 (1997 - R\$ 49.100).

Dentre essas inversões encontra-se a compra de ativos operacionais da empresa controladora, no montante de R\$ 34.300 (Nota 10), além dos ativos incorporados das empresas controladas (Nota 16(c)).

De conformidade com a Deliberação CVM nº 193, de 11 de julho de 1996, estão sendo capitalizados, durante o processo de construção ou reforma de lojas, os juros e encargos financeiros decorrentes de financiamentos obtidos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para os fins específicos de expansão operacional, sendo que a primeira entrada de recursos ocorreu em fins de 1997. Em 1997, os juros e encargos financeiros não foram capitalizados, em função de sua imaterialidade. Em 1998, foram capitalizados R\$ 13.492. A alocação dos juros e encargos financeiros ao resultado será feita em consonância com os prazos de depreciação dos ativos financiados.

As imobilizações em andamento referem-se às reformas em diversas lojas da Companhia e construção de novas lojas.

9. DIFERIDO

Em 31 de dezembro de 1996	
Adições	6.722
Transferido de investimentos	25.589
Amortização	(304)
Em 31 de dezembro de 1997	32.007
Adições	26.560
Transferido de investimentos	264.091
Amortização	(15.503)
Em 31 de dezembro de 1998	<u>307.155</u>

O ativo diferido está representado, principalmente, pelos ágios relativos à expectativa de rentabilidade futura de empresas controladas, suportados por laudos emitidos por peritos independentes, sendo que essas empresas foram incorporadas ao patrimônio da Companhia durante o exercício (Notas 7(a) e 16(c)). Esses ágios estão sendo amortizados no prazo e extensão das projeções de rentabilidade que os determinaram.

As adições em 1998 incluem, principalmente, o ágio pago na compra de 13 pontos comerciais da empresa G. Aronson e Cia. Ltda., no montante de R\$ 19.000, relativo à rentabilidade futura. Esse ágio está sendo amortizado no prazo e extensão das projeções de rentabilidade que o determinaram, 7 anos, está suportado por laudo emitido por peritos independentes.

Foi adquirido o direito de concessão para operar três lojas da empresa Sociedade de Abastecimento de Brasília S.A. - SAB, no montante de R\$ 5.858, que será amortizado pelo prazo do direito de concessão de 10 anos.

10. AQUISIÇÃO DE ATIVOS E PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS TRIBUTÁRIAS

Em 31 de julho de 1998, a Companhia adquiriu da empresa controladora, imóveis operacionais localizados na Grande São Paulo (terreno e edifício da loja no Jabaquara), no Distrito Federal e em Pernambuco, pelo montante de R\$ 34.300, avaliados pelo valor de mercado, conforme laudos de avaliação emitidos por peritos independentes. Como forma de pagamento dos ativos adquiridos, a Companhia assumiu provisões para contingências tributárias no montante de R\$ 33.605, cuja legalidade está sendo discutida judicialmente (Nota 13), complementados por R\$ 695 pagos em espécie.

As provisões referem-se a tributos que estão em nome da própria Companhia e haviam sido transferidos por cisão à empresa controladora em 30 de setembro de 1994, embora, nos termos da legislação vigente, permanecessem, perante a autoridade fazendária, como responsabilidade, em última instância, da Companhia.





11. FINANCIAMENTOS

	<u>Juros e encargos anuais</u>	<u>1998</u>	<u>1997</u>
Curto prazo			
Local			
BNDES	Variação cambial + 3,5%	11.358	2.253
	TJLP + 3,5%	<u>39.708</u>	<u>11.018</u>
	51.066	13.271	
Capital de giro	23,4% (1997 - 21,8%)	1.609	11.817
Do exterior			
Capital de giro	Variação cambial e		
Terceiros	5,7% a 15,1% (1997 - 6,2% a 13,1%)	276.744	34.617
Sociedade ligada	(1997 - 7,4% a 13,8%)		187.274
Importações	LIBOR + 0,75% a 2,9%		
	(1997 - LIBOR + 0,6% a 3,0%)	<u>18.472</u>	<u>7.674</u>
		<u>347.891</u>	<u>254.653</u>
Longo prazo			
Local			
BNDES	Variação cambial + 3,5%	44.699	50.687
	TJLP + 3,5%	<u>232.692</u>	<u>160.024</u>
		277.391	210.711
Do exterior			
Expansão	Variação cambial e		
Terceiros	5,7% a 13,0%	139.845	
Importações	LIBOR + 0,75% a 2,9%	580	
		<u>417.816</u>	<u>210.711</u>

Financiamentos de longo prazo por ano de vencimento:

2000	203.828
2001	71.250
2002	67.326
2003	58.240
2004 em diante	<u>17.172</u>
	<u>417.816</u>

O contrato de abertura de linha de crédito com o BNDES foi firmado em 23 de outubro de 1997, no montante principal de aproximadamente R\$ 312.900, sendo a última parcela recebida em outubro de 1998, totalizando recursos, corrigidos monetariamente, de R\$ 317.397. Os juros incidentes sobre os referidos créditos são de 3,5% ao ano acima da TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo (83% da linha) ou acima da cesta de moedas estrangeiras do BNDES (17% da linha) e estão sendo apropriados mensalmente. Os pagamentos estão sendo efetuados em 60 parcelas mensais após o período de carência de 12 meses.

O contrato exige a manutenção, por parte da Companhia, de certos níveis de capitalização e liquidez corrente e a integralização do crédito no programa de investimentos da Companhia, com a implantação de lojas e compra de equipamentos. A empresa controladora ofereceu fiança, responsabilizando-se solidariamente até a liquidação do contrato.

Os financiamentos de capital de giro estão representados substancialmente por captações com encargos financeiros pré-fixados e utilizados em operações de crédito direto ao consumidor, principalmente crediário e cheques pré-datados.

A Companhia utiliza-se de operações com moeda estrangeira e derivativos ("swap") como forma de proteger-se de variações em certos financiamentos (Nota 17).

Em garantia dos financiamentos, foram oferecidas notas promissórias e avais dos acionistas.



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



12. DEBÊNTURES

	<u>Juros e encargos anuais</u>	<u>1998</u>	<u>1997</u>
Curto prazo			
1ª emissão - 1ª série	TJLP + 8%	3.021	2.702
2ª emissão - 1ª série	IGP-M + 13%	11.193	-
2ª série	IGP-M + 13%	1.599	-
		<u>15.813</u>	<u>2.702</u>
Longo prazo			
1ª emissão - 1ª série	TJLP + 8%	115.292	103.104
2ª emissão - 1ª série	IGP-M + 13%	174.622	-
2ª série	IGP-M + 13%	24.946	-
		<u>314.860</u>	<u>103.104</u>

(a) 1ª emissão

Não houve, em 1998, nenhum evento, conversão ou repactuação relativos à 1ª emissão ocorrida em 1º de setembro de 1997; entretanto, por estar estipulado no contrato, o preço de conversão foi equiparado ao preço de R\$ 30,00 da 2ª emissão.

(b) 2ª emissão

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 13 de julho de 1998, foi aprovada a proposta do Conselho de Administração para a 2ª emissão de 400.000 debêntures, representadas por um número indeterminado de séries, e colocação pública de debêntures, contendo as seguintes principais características:

- (i) Datas de início da emissão e de distribuição: 01/07/98 e 18/08/98, respectivamente;
- (ii) Forma e espécie: debêntures escriturais, com garantia subordinada, com custódia dos direitos creditórios em favor dos debenturistas;
- (iii) Valor nominal: as debêntures têm valor nominal unitário, na data de emissão, de R\$ 1.000,00;
- (iv) Quantidade: foram emitidas 2 séries, sendo a 1ª série de 175.000 debêntures conversíveis em ações preferenciais e a 2ª série de 25.000 debêntures simples;
- (v) Ágio: as debêntures foram emitidas com ágio de 18,77%;
- (vi) Preço de subscrição: valor nominal atualizado pelo Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), acrescido de juros de 13% ao ano;
- (vii) Remuneração: IGP-M acrescido de juros de 13% ao ano; pagos anualmente, ocorrendo o primeiro pagamento em 01/07/1999 e o último em 01/07/2003;
- (viii) Vencimento das debêntures: 1º de julho de 2003;
- (ix) Amortização programada: amortização em parcelas conforme a seguinte programação:

1ª série

<u>Data</u>	<u>Parcela de amortização do valor nominal atualizado</u>	<u>Valor da parcela de amortização do valor nominal da data de emissão (R\$)</u>
01/07/2001	33,3%	333,00
01/07/2002	33,3%	333,00

O prazo de amortização das debêntures de 1ª série é de 5 anos e a programação acima prevista somente ocorrerá, a exclusivo critério da Companhia, no primeiro dia subsequente ao término dos 36º e 48º meses contados da data de emissão, respectivamente, 01/07/2001 e 01/07/2002, caso haja condições de negociação das ações preferenciais por preço mínimo de 30% superior ao preço de conversão das debêntures da 1ª série, acrescido de IGP-M.

2ª série

<u>Data</u>	<u>Parcela de amortização do valor nominal atualizado</u>	<u>Valor da parcela de amortização do valor nominal da data de emissão (R\$)</u>
01/07/2001	33,3%	333,00
01/07/2002	33,3%	333,00
01/07/2003	33,3%	334,00

Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



- (x) Conversibilidade da 1ª série da 2ª emissão: poderão ser convertidas em ações preferenciais da Companhia pelo seu valor nominal acrescido da remuneração descrita anteriormente, a qualquer momento, a partir da data de subscrição, à opção dos debenturistas. A quantidade de ações preferenciais nominativas de emissão da Companhia decorrentes da conversão de cada debênture será de 33.333. Na hipótese de a Companhia optar pela amortização, quer seja no 36º ou no 48º mês contados da data de emissão, com amortizações respectivamente em 01/07/2001 ou 01/07/2002, cada debênture poderá ser convertida, a partir do evento de amortização, em 22.233 ações.

13. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

	<u>1998</u>	<u>1997</u>
Imposto de renda	58.075	30.198
Trabalhistas	20.634	17.615
PIS	9.402	5.604
FINSOCIAL	8.267	-
COFINS	5.433	251
ICMS e outros	<u>3.101</u>	<u>667</u>
	<u>104.912</u>	<u>54.335</u>

A Companhia está questionando, por meio de seus assessores jurídicos, a legalidade do limite de 30% de compensação dos prejuízos fiscais estabelecido pela Lei nº 8.981/95, sendo que, conservadoramente, os montantes não recolhidos estão sendo provisionados na rubrica “Provisão para contingências”.

Com a incorporação do Barateiro (Nota 16(c)), a Companhia adicionou R\$ 7.524 à sua provisão para contingências.

Do montante de provisões para contingências, relativas a PIS e FINSOCIAL, foram revertidos para os resultados, R\$ 19.690, como resultado de avaliação dos advogados da Companhia tendo como base a evolução favorável das diversas causas.

14. IMPOSTO DE RENDA

	<u>Ativo</u>	<u>Circulante</u>	<u>Passivo</u> <u>Longo prazo</u>
Em 31 de dezembro de 1996	26.126	8.772	10.876
Adições líquidas	5.065	-	-
Pagamento/realização	-	(8.772)	(1.286)
Imposto de renda na fonte - juros sobre o capital próprio	-	<u>5.737</u>	-
Em 31 de dezembro de 1997	31.191	5.737	9.590
Baixas/reversões líquidas	(12.607)	-	-
Pagamento/realização	-	(5.737)	(1.249)
Imposto de renda na fonte - juros sobre o capital próprio	-	<u>6.000</u>	-
Em 31 de dezembro de 1998	<u>18.584</u>	<u>6.000</u>	<u>8.341</u>

O saldo de imposto de renda ativo refere-se principalmente aos créditos sobre diferenças temporárias e sobre os efeitos da correção monetária do “Plano Verão”. A provisão para imposto de renda do passivo a longo prazo tem, como base, o lucro inflacionário gerado até 1994.

Com base em liminar judicial, a Companhia considera, na definição dos montantes a pagar do imposto sobre a renda, os efeitos da depreciação dos bens do ativo permanente decorrente da diferença de correção monetária do denominado “Plano Verão”. O montante total da referida depreciação é de aproximadamente R\$ 134.034, integralmente utilizado para o cálculo da base do imposto de renda. Conservadoramente, a Companhia não reconhece nos registros contábeis correspondentes às obrigações tributárias, a redução do encargo que decorreria dessa compensação.

15. IMPOSTOS PARCELADOS

Os impostos parcelados em 31 de dezembro de 1998 tem seus saldos remanescentes para pagamento no prazo de até 25 meses.



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social e direitos das ações

O capital social autorizado da Companhia é de 100.000.000.000 de ações. O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 78.116.125.080 ações nominativas sem valor nominal, sendo 50.066.371.760 ações ordinárias com direito a voto e 28.049.753.320 ações preferenciais.

As ações preferenciais não possuem direito a voto, mas conferem todos os direitos e vantagens das ações ordinárias, além da prioridade assegurada pelo estatuto social no reembolso do capital e no recebimento de um dividendo mínimo anual de R\$ 0,15 por lote de mil ações, não cumulativo.

Aos titulares de ações de qualquer espécie serão atribuídos, em cada exercício, dividendos e/ou juros sobre o capital próprio não inferiores a 25% do lucro líquido, calculados nos termos da legislação societária.

(b) Reservas de lucros

- (i) Reserva legal: Montante equivalente a 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social.
- (ii) Reserva para expansão: Montante aprovado pelos acionistas visando assegurar recursos para financiar aplicações adicionais de capital fixo e manutenção do capital circulante.
- (iii) Reserva de lucros a realizar: Essa reserva está sendo realizada na proporção de realização do ativo permanente que gerou o referido saldo credor.
- (iv) Retenção de lucros: O montante, em 31 de dezembro de 1998, está à disposição da Assembléia Geral dos Acionistas, para destinação.

(c) Incorporação de empresas controladas

Em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 28 de setembro de 1998, foi aprovada a incorporação dos patrimônios das subsidiárias a seguir descritas, substituindo os seus ativos e passivos pertinentes, sem quaisquer efeitos no patrimônio líquido da Companhia.

A situação patrimonial das incorporadas, refletida nos balanços encerrados em 31 de agosto de 1998 (base para incorporação), discriminada no laudo de avaliação de peritos independentes, demonstra:

	<u>Barateiro</u>	<u>Millo's</u>	<u>MCP</u>	<u>Pat</u>	<u>Total</u>
Ativo					
Bancos e aplicações financeiras	23.612	-	47	-	23.659
Impostos a recuperar	17.613	4.541	-	-	22.154
Outros	3.492	-	-	-	3.492
Circulante	<u>44.717</u>	<u>4.541</u>	<u>47</u>	-	<u>49.305</u>
Depósitos judiciais	1.070	-	-	-	1.070
Mútuo com controladora	<u>21.218</u>	-	<u>11.646</u>	-	<u>32.864</u>
Realizável a longo prazo	<u>22.288</u>	-	<u>11.646</u>	-	<u>33.934</u>
Imobilizado	292	-	13.275	-	13.567
Investimento	549	-	-	-	549
Diferido	-	-	-	2.500	2.500
Permanente	<u>841</u>	-	<u>13.275</u>	<u>2.500</u>	<u>16.616</u>
Total	<u>67.846</u>	<u>4.541</u>	<u>24.968</u>	<u>2.500</u>	<u>99.855</u>
Passivo					
Circulante	<u>2.447</u>	<u>330</u>	-	-	<u>2.777</u>
Provisão para contingências	7.524	-	-	-	7.524
Mútuo com controladora	-	2.586	-	-	2.586
Exigível a longo prazo	<u>7.524</u>	<u>2.586</u>	-	-	<u>10.110</u>
Patrimônio líquido	<u>57.875</u>	<u>1.625</u>	<u>24.968</u>	<u>2.500</u>	<u>86.968</u>
Total	<u>67.846</u>	<u>4.541</u>	<u>24.968</u>	<u>2.500</u>	<u>99.855</u>

Em conformidade com a Resolução CVM nº 183/95, a Companhia deduziu a reavaliação dos bens das subsidiárias integrais, dos ágios pagos na aquisição desses investimentos, correspondentes à mais-valia dos bens do ativo imobilizado que deram origem aos referidos ágios.





(d) Dividendos propostos e/ou juros sobre o capital próprio

(i) Juros sobre o capital próprio

Conforme mencionado na Nota 2(a), e em consonância com as disposições contidas na Deliberação CVM nº 207/96, a administração está propondo a distribuição aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, atribuindo-o aos dividendos obrigatórios, do montante de R\$ 40.000. Foi destacado o montante de R\$ 6.000, a título de imposto de renda na fonte, calculado à alíquota de 15% (Nota 14).

Ainda em relação à Deliberação CVM nº 207/96, a Companhia optou, para fins de atendimento às normas expedidas pela administração tributária federal, por contabilizar o montante de juros sobre o capital próprio, em contrapartida da conta “Despesas financeiras”, e revertê-lo contra a conta “Lucros acumulados”.

(ii) Dividendos

A administração propôs, para deliberação da Assembléia Geral Ordinária, dividendos a serem distribuídos, calculados como segue:

Lucro líquido do exercício	159.004
Reserva de lucros a realizar	4.997
Reserva legal	(7.950)
Base de cálculo dos dividendos	<u>156.051</u>
Dividendo mínimo obrigatório (25%) (R\$ 0,499 por lote de mil ações)	<u>39.013</u>
Dividendos e juros sobre o capital próprio:	
Dividendos	5.013
Juros sobre o capital próprio bruto	<u>40.000</u>
Total bruto	45.013
Imposto de renda na fonte - juros sobre o capital próprio - 15%	(6.000)
Total líquido	<u>39.013</u>

A administração da Companhia proporá à Assembléia Geral dos Acionistas que os juros sobre o capital próprio (R\$ 0,435 por lote de mil ações) sejam imputados ao dividendo mínimo obrigatório, tendo em vista a sua dedutibilidade fiscal, gerando ganho tributário de aproximadamente R\$ 10.000.

Os dividendos a serem distribuídos serão destinados do lucro líquido auferido no exercício de 1998.

(e) Plano de opção de compra de ações preferenciais

A Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 28 de abril de 1997, aprovou o plano de opção de outorga de compra de ações preferenciais para administradores e empregados da Companhia, sendo a primeira outorga correspondente ao ano de 1996.

O preço de cada lote é de, no mínimo, 60% da média ponderada das operações com as ações preferenciais na semana da outorga da opção. O percentual poderá ser variado para cada beneficiário ou série.

A aquisição do direito ao exercício da opção dar-se-á da seguinte forma e nos seguintes prazos: (i) 50% no último mês do terceiro ano subsequente à data da opção e (ii) 50% no último mês do quinto ano subsequente à data da opção, ficando condicionada uma quantidade de ações com vínculo de inalienabilidade até a aposentadoria definitiva do beneficiário.

O exercício das opções garante aos beneficiários os mesmos direitos concedidos aos demais acionistas da Companhia. A administração desse plano foi atribuída a um comitê designado pelo Conselho de Administração.

As informações relativas ao plano de opções de compra de ações estão resumidas a seguir:

	Ações preferenciais (em milhares)
Opções concedidas	
Série I - 9 de maio de 1997	278.600
Série II - 22 de dezembro de 1997	373.200
Série III - 18 de dezembro de 1998	<u>1.007.074</u>
Volume global objeto do plano	<u>1.658.874</u>

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender necessidades próprias, bem como reduzir a exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros. A administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias de operação, estabelecimento de sistemas de controles e determinação de limites de posições.

Os valores estimados dos instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 1998 e de 1997, mencionados nas Notas 3 e 11, registrados em contas patrimoniais, não apresentam montantes de mercado significativamente diferentes dos reconhecidos nas demonstrações contábeis.

18. PROJETO "ANO 2000"

A Companhia, desde julho de 1997, vem trabalhando sobre seus sistemas e processos de negócios, objetivando o correto funcionamento depois do ano 1999. Dessa forma, a Companhia desenvolveu o projeto denominado "Ano 2000", com vistas a identificar os impactos e riscos sobre os processos de negócios, estabelecer metodologias e cronograma, determinar os custos e a alocação dos recursos necessários para a definitiva solução de problemas relacionados com o "Bug do Milênio".

A Companhia elegeu um coordenador para o projeto e constituiu um Grupo de Trabalho para sua viabilização.

O projeto está sendo executado em 6 fases: (1) inventário; (2) análise de impacto; (3) planejamento; (4) conversão; (5) testes e (6) implantação. Atualmente alguns sistemas estão na fase de testes e alguns outros na fase de implantação. O mês-limite estabelecido para conclusão significativa do projeto é março de 1999.

A administração está adotando medidas para assegurar, também, que, até fins março de 1999, todos os softwares estejam adequados. Nesse processo foram identificados os softwares que pudessem vir a gerar problemas operacionais na chegada do ano 2000.

Os investimentos envolvendo conversão e atualização de programas, substituição de softwares, troca de equipamentos, contratação de serviços de terceiros e utilização de recursos internos, estão sendo estimados em cerca de R\$ 5.300, dos quais já foram gastos, até 31 de dezembro de 1998, aproximadamente R\$ 2.650.

A administração da Companhia, consciente de que a não solução de problemas relacionados com a virada do milênio poderia vir até a acarretar possível interrupção de suas atividades, está envidando todos os esforços para o sucesso desse projeto conforme cronograma acima estabelecido.

19. SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 1998, a cobertura de seguros, considerada suficiente pela administração para cobrir eventuais sinistros, é resumida como segue:

<u>Bens segurados</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Montante da cobertura</u>
Imobilizado e estoques	Incêndio e riscos diversos	1.299.250
Numerário	Roubo	26.506

Adicionalmente, a Companhia mantém apólice específica para responsabilidade civil.

20. EVENTOS SUBSEQÜENTES

(a) Em 18 de janeiro de 1999, a Companhia celebrou com os quotistas da empresa Peralta Comercial e Importadora Ltda. (convertida em Sociedade Anônima em 31 de janeiro de 1999) um protocolo de acordo, firmando uma associação para operar 37 lojas de supermercados e uma loja de hipermercado, em um total de 48.000 m² de área de vendas, todas localizadas no Estado de São Paulo.

Em 1º de fevereiro de 1999, a Companhia assumiu o controle acionário da Peralta Comercial e Importadora S.A., mediante subscrição de ações ordinárias.

(b) Entre 13 e 15 de janeiro de 1999, ocorreram mudanças na política cambial até então adotada pelo Governo, resultando na liberação do controle cambial, efetuado anteriormente pelo sistema de bandas. Como consequência dessa decisão, o real acumulou, no período, até a presente data de 3 de fevereiro de 1999, uma desvalorização significativa em relação ao dólar norte-americano, comparada à cotação daquela moeda em 31 de dezembro de 1998. No momento, não é possível estimar os efeitos desses eventos na situação patrimonial e financeira da Companhia, no resultado de suas operações e nas suas origens e aplicações de recursos, tão pouco determinar se as taxas cambiais permanecerão nos níveis atuais.

COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO
GRUPO PÃO DE AÇÚCAR

Coordenador

BANCO BBA CREDITANSTALT S.A.

Agente Fiduciário

SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA.

Banco Mandatário

BANCO ITAÚ S.A.

Assessores Legais

MATTOS FILHO, VEIGA FILHO, MARREY JR., MOHERDAUI E QUIROGA
ADVOGADOS

Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

